

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES

RANIELE ALVES SOUSA

ESTADO E HEGEMONIA:
A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL E A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO
ATRAVÉS DA IMPRENSA PORTUGUESA (1974-1976)

SÃO LUÍS
2025

RANIELE ALVES SOUSA

ESTADO E HEGEMONIA:
A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL E A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO
ATRAVÉS DA IMPRENSA PORTUGUESA (1974-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História — Curso de Mestrado da Universidade Federal do Maranhão, para à obtenção de título de mestre em História.

Orientador: Prof.º Dr. Victor de Oliveira Coelho

Linha de Pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

SÃO LUÍS
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Raniele Alves.

Estado e Hegemonia: a transição política em Portugal e a reforma agrária do Alentejo através da imprensa portuguesa 1974-1976 / Raniele Alves Sousa. - 2025.
196 f.

Orientador(a): Victor de Oliveira Pinto Coelho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Reforma Agrária. 2. Estado. 3. Jornais. I. Coelho, Victor de Oliveira Pinto. II. Título.

RANIELE ALVES SOUSA

ESTADO E HEGEMONIA:
A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL E A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO
ATRAVÉS DA IMPRENSA PORTUGUESA (1974-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História — Curso de Mestrado da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção de título de mestre em História.

Orientador: Prof.º Dr. Victor de Oliveira Coelho

Linha de Pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho (PPGHIS/UFMA,
Orientador)

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho
(FFLCH/USP)

Prof. Dr. Marco Antônio Machado Lima Pereira
(PPGHIS/UFMA)

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível graças ao apoio e ao incentivo de diversas pessoas assim como de instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder forças e inspiração em cada etapa dessa jornada acadêmica. À minha família, especialmente minha mãe, meu eterno agradecimento pelo amor, paciência e confiança, que me sustentaram nos momentos de desafio e celebração.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Victor Oliveira, por sua orientação inestimável, paciência, rigor acadêmico e por sempre me incentivar a buscar a excelência. Seu apoio e suas críticas construtivas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão e aos professores que estiveram presentes na minha banca de qualificação.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho, deixo aqui meu reconhecimento e eterna gratidão. Cada gesto, palavra de incentivo e colaboração foram essenciais para que esse projeto se tornasse realidade.

RESUMO

Em Portugal, em abril de 1974, ocorreu a Revolução dos Cravos, movimento coordenado pelas Forças Armadas portuguesas que destituiu a ditadura estadonovista, restabelecendo, assim, as liberdades democráticas e promovendo profundas transformações sociais no país. Após o evento, uma série de embates políticos ocorreram e diversas instâncias da sociedade passaram por mudanças, dentre tais cita-se a reforma agrária e o declínio do latifúndio. Logo, no final do ano de 1974, ocorreram as primeiras ocupações, quando alguns trabalhadores rurais começaram a explorar por conta própria os latifúndios, posteriormente, apoiados pelas leis agrárias. Em meados de 1975, o movimento de ocupação de terras ganhou mais intensidade em Évora e Portalegre, e começou a tornar-se claro que buscavam objetivos mais amplos. Isso visou a real transformação da estrutura da propriedade e da exploração agrícola, além da alteração das relações sociais de produção. Entre agosto e setembro de 1975, o movimento de ocupação de terras atingiu o seu ápice em Beja e em Évora, devido à aprovação pelo Governo – ocorrida em julho – dos decretos leis 406-A/75 e 407/75, que deram o suporte legal às ocupações. Mediante tais fatos, para o entendimento do processo da Revolução Agrária do Alentejo, nota-se que é de suma importância a compreensão da atuação do Estado português, visto que a reforma agrária possuiu o apoio do Movimento das Forças Armadas (MFA) e dos governos provisórios. Tais fatores corroboraram com a limitação do poder da classe dos grandes proprietários, levando assim a uma ruptura revolucionária, que no plano Legislativo inspirou uma nova legalidade sobre as questões de posse e de uso da terra. Diante disso, com essa pesquisa propõe-se investigar as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as ocupações de terras, e compreender a atuação dos trabalhadores rurais, a partir das publicações dos jornais portugueses *Diário do Alentejo*, *Portugal Socialista*, *Combate*.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Estado. Jornais.

ABSTRACT

In Portugal, in April 1974, the Carnation Revolution took place, a movement coordinated by the Portuguese Armed Forces that ousted the *estadonovista* dictatorship, thus reestablishing democratic freedoms and promoting profound social transformations in the country. After this event, a series of political clashes occurred and several instances of society underwent changes, among them agrarian reform and the decline of the *latifundium*. Soon, at the end of 1974 the first occupations took place, when some rural workers began to exploit the *latifundia* on their own, later supported by agrarian laws. In the middle of 1975, the movement of land occupation gained more intensity in Évora and Portalegre and began to become clear that they were seeking broader objectives, aiming at the real transformation of the structure of property and farm, in addition to changing the social relations of production. Between August and September 1975, the land occupation movement reached its peak in Beja and Évora, due to the approval by the government in July of the decrees 406-A/75 and 407/75 that gave legal support to the occupations. Therefore, in order to understand the process of the Alentejo's Agrarian Revolution, it is important to understand the actions of the Portuguese State, since agrarian reform had the support of the Armed Forces Movement Portuguese and provisional governments, factors which came to corroborate with the limitation of the class power of the big landowners, thus leading to a revolutionary break, which on the Legislative level inspired a new legality on the issues of land tenure and use. Given this, with this research we propose to investigate government initiatives in order to regulate land occupations, and understand the actions of rural workers, through the publications of the Portuguese newspapers *Diário do Alentejo*, *Portugal Socialista*, *Combate*.

Keywords: Agrarian Reform. State. Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)	66
Figura 2 – Mobilização do PCP por distrito em percentagem (maio de 1974 – março de 1975)	78
Figura 2 – Sabotagem econômica: ALA refuta acusação dos sindicatos rurais	132
Figura 3 – Reforma agrária- aplicação imediata	134
Figura 4 – Sindicato Agrícola acusa o governo de não respeitar os compromissos assumidos – entrevista com o dirigente José Soeiro.....	138
Figura 5 – Sindicatos rurais do Alentejo processam MAP (por calúnias) e exigem o direito de resposta	141
Figura 7 – Terras ocupadas segundo jornal Combate	154
Figura 8 – Beja: Contra a estrutura das Cooperativas agrícolas	164
Figura 6 – Objetivos fundamentais da reforma agrária para o jornal Portugal Socialista	167
Figura 10 – Uma política agrária progressista	168
Figura 11 – Alentejo está com PS.....	169
Figura 7 – Imagem apresentada pelo jornal Portugal Socialista quanto ao “Camarada Inácio”	172
Figura 13 – A política agrária permanece válida	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de assalariados agrícolas entre os anos 1940 a 1970	277
Tabela 2 – Composição dos órgãos superiores do PCP (1974–1976)	787
Tabela 3 – Número de militantes do Partido Comunista e do Partido Socialista	809
Tabela 4 – Superfícies ocupadas na terceira fase.....	90
Tabela 5 – Ocupações de terras nas quatro fases.....	955
Tabela 6 – Sistematização das leis de Nacionalização e Expropriação	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização da análise dos editoriais do jornal <i>Combate</i>	99
Quadro 2 – Comparação geral dos jornais	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual da população das três classes sociais antes da Revolução de 25 de Abril	709
Gráfico 2 – Percentual do número de terras que cada classe possuía antes da Revolução de 25 de Abril	710

LISTA DE SIGLAS

ALA	Associação Livre de Agricultores
CAE	Crédito Agrícola de Emergência
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal
CC	Comitê Central
CDR	Comissões Distritais Rurais
CDS	Partido do Centro Democrático Social
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPA	Cooperativas de Produção Agrícola
CR	Conselho da Revolução
CRA	Centro de Reforma Agrária
CRRA	Confederação Regional da Reforma Agrária
ELP	Exército de Libertação de Portugal
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agronómica
IRA	Instituto de Reorganização Agrária
JSN	Junta de Salvação Nacional
LPA	Liga de Pequenos Agricultores
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
MPP	Movimento Popular Português
MPLA	Movimento Pela Libertação de Angola
PCP	Partido Comunista Português
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PDC	Partido da Democracia Cristã
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PIDE/DGS	Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança
PL	Partido Liberal
PPD	Partido Popular Democrático
PPM	Partido Popular Democrático
PSDI	Partido Social Democrata Independente
PSP	Partido Socialista Português
PTDP	Partido Trabalhista Democrático Português
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SADA	Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário
UCP	Unidades Coletivas de Produção Agrícola
UE	União Europeia
ZIRA	Zona de Intervenção da Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OS EMBATES POLÍTICOS E A SITUAÇÃO SOCIAL DE PORTUGAL – A LUTA PELO PODER E HEGEMONIA	22
1.1 NAS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO: O ESTADO NOVO EM PORTUGAL E A PERDA DE HEGEMONIA A PARTIR DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS.....	23
1.2 O “PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO” (PREC) – A LUTA PELA HEGEMONIA POLÍTICA EM PORTUGAL	39
1.3 O “VERÃO QUENTE” EM PORTUGAL: OS GOVERNOS PROVISÓRIOS	48
2 A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DURANTE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (PREC) E O PAPEL DESEMPENHADO PELA IMPRENSA.....	64
2.1 “A TERRA A QUEM TRABALHA”: A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO.....	65
2.2 AS DISPUTAS PELO PODER E PELA HEGEMONIA POLÍTICA: A ATUAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA E DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS NA REGIÃO ALENTEJANA.....	76
2.3 AS FASES DAS OCUPAÇÕES DA ZONA DE INTERVENÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA (ZIRA).....	84
2.3.1 Primeira fase: a abertura da questão agrária	85
2.3.2 Segunda fase: as conquistas às margens da lei	88
2.3.3 Terceira fase: processo revolucionário com fundos legais	90
2.3.4 Quarta fase: consolidação e contestação	93
2.4 A CONQUISTA DA TERRA: ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES QUE DERAM BASE ÀS OCUPAÇÕES DAS REGIÕES DO ALENTEJO – AS LEIS DE EXPROPRIAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO.....	95
2.5 IMPRENSA, ESTADO E HEGEMONIA: OS JORNAIS COMO APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO EM PORTUGAL	102
3 A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL E A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO ATRAVÉS DA IMPRENSA PORTUGUESA (1974-1976)	113
3.1 HISTORIZANDO A TRAJETÓRIA DOS JORNAIS: <i>DIÁRIO DO ALENTEJO</i> , <i>COMBATE</i> , <i>PORTUGAL SOCIALISTA</i> – OS (DES)CAMINHOS DESTES APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA.....	113
3.2 O JORNAL <i>DIÁRIO DO ALENTEJO</i> COMO PORTA-VOZ REGIONALISTA NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	120
3.3 O JORNAL <i>COMBATE</i> : “A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES”	144
3.4 O JORNAL <i>PORTUGAL SOCIALISTA</i> E OS EMBATES PELA CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS.....	187

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de um interesse que surgiu durante a graduação, especificamente no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC (2018–2019). Nessa primeira aproximação com a pesquisa, estudou-se – comparativamente – dois movimentos contemporâneos pela posse da terra no Brasil e em Portugal: o caso do Bico do Papagaio no Brasil, marcado pela guerrilha do Araguaia no período ditatorial (1964-1985); e a luta pela reforma agrária do Alentejo em Portugal (1972-1976). Tal estudo revelou a diversidade de experiências relacionadas à posse da terra e, no decorrer da pesquisa, surgiu o interesse em entender de forma mais aprofundada a atuação do Estado português assim como os desdobramentos que a reforma agrária possuiu no país, visto que já havia acontecido um contato com a história portuguesa em outro momento [durante o PIBIC (2017–2018)] – no qual se pesquisou a atuação da polícia política portuguesa e o papel da política autoritária estadonovista. Desse modo, ampliou a curiosidade da autora desse trabalho assim como o seu desejo de compreender um pouco mais acerca da história contemporânea de Portugal.

Assim, a definição desse objeto de pesquisa se dá pela trajetória acadêmica da pesquisadora durante a sua graduação, na qual houve a oportunidade também de fazer um estágio internacional em Portugal, onde se pôde – em três meses de pesquisa – ter acesso a determinadas fontes e bibliografias. Logo, foi percebido que a análise da atuação do Estado português na reforma agrária do Alentejo permanece fundamental até hoje para compreender as dinâmicas políticas e sociais que envolveram o processo de transformação agrária na região, especialmente no contexto de transição política, na qual o Estado tornou-se objeto de disputas entre distintas forças políticas. Diante disso, com essa pesquisa pretende-se avançar no estudo dos desdobramentos da reforma agrária em Portugal, com foco na atuação do Estado português, e nas diferentes visões que compunham o debate sobre a posse da terra no período pós-revolução.

Ante o exposto, vale destacar que a Revolução dos Cravos pôs fim a ditadura do Estado Novo em Portugal, que condenou o país ao atraso e ao subdesenvolvimento. À vista disso, o golpe – realizado em 25 de abril de 1974 pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) – possibilitou a abertura de um processo de reivindicações que, durante o período de vigência da ditadura estadonovista, foram contidas pelo aparelho repressivo do Estado Novo.

Com o fim da ditadura estadonovista, tiveram início os governos provisórios e se abriu no país um intenso processo de lutas sociais e políticas. Sendo assim, ocorreu a reorganização dos sindicatos e a formação de um poderoso movimento dos trabalhadores que, juntos, buscavam seus direitos. Assim, diversas instâncias da sociedade passaram por mudanças, dentre tais, nesse cenário do pós-golpe, teve-se a ação dos trabalhadores rurais alentejanos na luta pela posse da terra, pelo pleno emprego e pelo fim da exploração pelos latifundiários.

Durante tal processo da história portuguesa, a luta pela reforma agrária do Alentejo assumiu grandes proporções. Dito isso, refletir historicamente acerca dos (des)caminhos da questão agrária e os distintos movimentos de luta pela terra no século XX demanda considerar a permanência de uma estrutura agrária caracterizada pelo latifúndio. Para tal, no caso de Portugal é de suma importância a compreensão da atuação do Estado durante o processo narrado, visto que este possuiu um importante papel na legitimação da reforma agrária assim como na desagregação dos latifúndios.

Por conseguinte, em 14 de maio de 1974 foi publicado o Programa do Movimento das Forças Armadas, que organizou uma estrutura constitucional temporária até se compor uma nova Constituição. O Programa do Movimento das Forças Armadas, nas suas medidas a curto prazo, determinava uma política econômica ao serviço do povo português, “a estratégia antimonopolista e uma política social que visava essencialmente a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas” (Almeida, 2006, p. 140).

O Movimento das Forças Armadas (MFA) – que assumiu o poder com a destituição de Marcelo Caetano a partir da Revolução dos Cravos – abriu um canal de negociação com os trabalhadores rurais e, paulatinamente, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Trabalho aprovou os elementos centrais da plataforma da revolução agrária, a partir de agosto de 1975. Durante o primeiro ano do movimento, promoveu ocupações e desapropriações, que deram origem às Cooperativas de Produção Agrícola (CPA) e as Unidades Coletivas de Produção Agrícola (UCP).

Com isso, nota-se que as questões alusivas ao processo da história portuguesa vieram originar inúmeros debates, publicações, pesquisas e tais questões vêm ganhando um espaço ainda maior na historiografia, tornando-se um importante objeto de estudo. Entende-se, a partir daí, que houve estreitas relações entre a revolução política nacional e a revolução agrária alentejana. Afinal, parte-se do pressuposto que a Revolução dos Cravos deu gênese ao movimento agrário desencadeado no país.

Verifica-se que, em Portugal, o momento de transição política – originário ao Processo Revolucionário em Curso (PREC) – colocou a questão do predomínio do latifúndio e a exploração os quais eram submetidos os trabalhadores rurais no foco da agenda política do país. Logo, essa pesquisa busca compreender a atuação do Estado português no Alentejo e a luta pela hegemonia sob o aparelho estatal, focando na análise do Partido Comunista Português, do Partido Socialista e do Movimento das Forças Armadas, forças políticas ativas após o 25 de abril. Tais forças podem ter destinado seus olhares e ações para a região do Alentejo como uma estratégia, na busca por angariar o apoio dos trabalhadores rurais assim como dos sindicatos aos seus planos políticos, em troca da proteção dos interesses dessa classe no Estado e na legitimação da reforma agrária. Então, questões centrais surgem, a saber: como se deu a atuação do Estado português no Alentejo em tal período de transição política? Quais modelos de reforma agrária defendidos pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Socialista? Como se deu a atuação dessas forças políticas na região alentejana? Como ocorreram as lutas para a hegemonia sob o aparelho estatal português? Assim, serão respondidas estas e outras questões nessa pesquisa.

Contudo, entende-se que em Portugal – antes mesmo da questão da propriedade da terra – o Estado era posto como objeto central das lutas, afinal, a conquista deste e do seu aparelho civil bem como administrativo foi o ponto de partida do processo revolucionário desencadeado no país, que obteve como um de seus resultados centrais a reforma agrária do Alentejo. Sendo assim, a grande propriedade e o poder econômico dos proprietários assim como de suas empresas capitalistas agrícolas transformaram-se em alvos dos embates sociais e políticos em curso.

Logo, o presente trabalho se encaixa no âmbito da linha de pesquisa *Poderes, Políticas e Sociabilidades*, ao analisar o processo da luta pela concretização da reforma agrária no Alentejo a partir da atuação do Estado português, dos partidos políticos (mais especificamente o Partido Comunista Português e o Partido Socialista) e do Movimento das Forças Armadas, assim como o papel desempenhado pelos trabalhadores rurais na luta pelos seus principais direitos. Além disso, a pesquisa se constitui na perspectiva da história política. Assim, busca compreender esse processo por meio dos jornais que, segundo Derocina Sosa (2006, p. 110), “estão localizados na encruzilhada dos seguintes elementos: Estado, política e poder”.

Vale destacar que a história política é uma das vertentes da história que perpassa pelo estudo de sistemas de governo, instituições políticas, ideologias, partidos políticos,

movimentos sociais, relações de poder ao longo do tempo etc. Sendo assim, durante certo período a história política foi vista como o relato dos grandes feitos de governantes, guerras, tratados e mudanças institucionais, mas ao longo do século XX – sobretudo a partir da obra de historiadores como René Rémond – seu escopo foi ampliado para incluir uma análise mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que influenciam e são influenciadas pela política.

Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas (Rémond, 1996, p. 15).

Portanto, com o avanço da historiografia e as confirmações de outras áreas, fator denominado por René Rémond (1996) como “pluridisciplinaridade”¹, a história política ampliou seu foco. Passou a considerar não apenas as elites e eventos políticos, mas também a interação entre política e sociedade. Desse modo, partindo da perspectiva de que o político “não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social” (Rémond, 1996, p. 36), nota-se que a história política integra todos os aspectos da vida coletiva. O autor salienta que, assim, “cidadãos se sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade” (Rémond, 1996, p. 25). Logo, essa interconexão entre política e sociedade é um fator que contribui para entender o processo de transição em Portugal. Com isso, na construção dessa pesquisa, percebeu-se que a Revolução dos Cravos foi impulsionada pela ação dos militares, além de uma ampla mobilização popular e insatisfações sociais acumuladas ao longo dos anos.

É certo que a postura pluridisciplinar, a qual René Rémond (1996) destaca, contribuiu para o alargamento do campo da história e, significativamente, da chamada história política renovada. Desse modo, objetos até então pouco pesquisados no Brasil

¹ René Rémond aponta que “de fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar” (Rémond, 1996, p. 29).

passaram a despertar maior interesse dos pesquisadores brasileiros, notadamente aspectos como a mídia, intelectuais, opinião pública, discursos e cultura política são exemplos.

Ante o exposto, quando se propõe analisar por meio de pesquisa, questões – como a atuação do Estado durante a transição política em Portugal na região do Alentejo, a interpelação entre Estado e sociedade, assim como o papel desempenhado pelos partidos políticos, em destaque o PCP e o PS – estão corroborando para a atuação no campo da história política. Em face do exposto, observa-se que a política em Portugal após 1974 foi moldada pela insatisfação de alguns militares, como também pelas demandas sociais de trabalhadores, estudantes e movimentos – que resultou em mudanças sociopolíticas, como a luta pela reforma agrária no Alentejo – que buscavam por maior participação política e mudanças econômicas. Diante disso, entende-se que o cultural, o econômico e o político se “influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo, cada uma sua vida autônoma e seus dinamismos próprios.” (Rémond, 1996, p. 10).

Cabe ainda sublinhar que a própria noção de política foi alargada. Logo, surge o seguinte questionamento: **como definir a política?** Sem a intenção de oferecer uma resposta fechada e inquestionável, recorre-se às contribuições do próprio René Rémond, que ressalta: “já que não se pode definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço, somos levados a definições mais abstratas. A mais constante é pela referência ao poder.” (Rémond, 1996, p. 7). Sendo assim, observa-se que este teórico entende o poder como uma relação de forças entre diferentes atores, enfatizando que tal dinâmica é marcada por um processo negociado e contestado, especialmente em tempos de crise ou mudança política.

Posto isto, em um cenário marcado pela instabilidade de poder em Portugal, um questionamento apresentado por Serge Bernstein (2009), por sua vez, chama atenção: “como explicar os comportamentos políticos?”. Notadamente, o conceito de cultura política se torna essencial para essa questão, conceito enfatizado pelo autor, como algo mutável e como um fenômeno coletivo, visto que esta conhece evoluções atreladas às modificações da conjuntura histórica e as mudanças que vivem dadas sociedades. Assim, o surgimento da cultura política se dá “em respostas a problemas fundamentais enfrentados pela sociedade em que elas emergem” (Bernstein, 2009, p. 38). Levando tais aspectos em consideração, a Revolução dos Cravos em Portugal foi uma resposta à cultura política conservadora e autoritária do Estado Novo, fator este que resultou na emergência de novas culturas políticas no país, no qual diferentes ideologias começaram a competir

e se articular, a exemplo tem-se a cultura política do PS, a cultura política do PCP e a do MFA, que engendraram distintas percepções de como arquitetar a concretização da reforma agrária no Alentejo. Portanto, em um mesmo momento histórico pode existir “culturas políticas plurais, referidas às raízes filosóficas ou históricas diferentes, tendo concepções opostas de poder, visando projetos opostos de sociedade e com valores antagônicos” (Dutra, 2002, p. 25).

Ademais, o conceito de cultura política apresentado por Berstein (2009) engloba um fator importante que diz respeito ao pertencimento político, é este que “leva o cidadão a se identificar quase instintivamente a um grupo, a compreender facilmente seu discurso, a adotar sua ótica de análise” (Berstein, 2009, p. 44). Portanto, esse invólucro de pertencimento político é um quesito que levou a dadas camadas da sociedade portuguesa a apoiar diferentes projetos políticos que estavam na luta pela hegemonia do Estado português.

Berstein (2009) ressalta ainda que uma cultura política ao surgir como resposta aos problemas de uma sociedade, torna-se “operacional quando suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, após ter progredido nas mentes que pouco a pouco vão se habituando ao seu discurso” (Berstein, 2009, p. 39). Então, ao se formar, a cultura política pode ganhar força por meio da difusão do seu discurso, que para o referido autor se dá por aspectos como: “a família, o sistema de ensino, o serviço militar, os locais de trabalho e sociabilidade, os grupos ou associações e as mídias” (Berstein, 2009, p. 39). Contudo, assim como a cultura política nasce em resposta a dados problemas, ela pode envelhecer quando “suas referências, sua visão de Estado e da organização social, suas proposições e seus meios de expressão se mostram totalmente inadequados às representações majoritárias dos membros da sociedade” (Berstein, 2009, p. 40).

Com base no exposto, os conceitos de história política de René Rémond e cultura política de Serge Berstein, são abordagens complementares e convergem em muitos aspectos, sobretudo ao expandir a visão tradicional de política e ao rejeitarem uma visão reducionista, como algo estritamente institucional. Ambos os conceitos atuam como figuras centrais no campo da historiografia francesa, tendo suas obras um impacto significativo no entendimento mais amplo da política em suas dimensões culturais e sociais. Desse modo, é importante ressaltar que essa interação entre Berstein e Rémond se deu na própria construção da obra *Por uma História Política* (Rémond, 1996), na qual – dentre os colaboradores – estava Berstein. Essa obra foi “referência importante para

compreender os caminhos trilhados pela nova história política, e também para situar os estudos de cultura política nesse processo” (Motta, 2009, p. 6).

Tendo em vista que essa pesquisa se constitui no âmbito da história política e trata-se de um estudo no campo do marxismo, utilizam-se as contribuições teóricas gramscianas. Para a análise desse processo que ocorreu em Portugal com a Revolução dos Cravos, parte-se dos pressupostos teóricos que destacam elementos relativos ao papel do Estado e as suas instituições. Nessa acepção, as contribuições teóricas do filósofo italiano Antonio Gramsci se tornaram essenciais para a pesquisa, visto que este se propôs a pensar o Estado e a atuação dos intelectuais na caracterização da função política exercida sob a sociedade. Dessa forma, Gramsci compreende o Estado não somente enquanto uma instituição simples e isolada, mas também como um mecanismo abrangente que pode atuar de diferentes maneiras para a organização de determinada sociedade. Sendo assim, “o Estado é todo o conjunto das atividades práticas e teóricas através das quais a classe dirigente justifica e mantém o seu domínio” (Gramsci, 1977, p. 1765).

Com base nas contribuições gramscianas, observa-se que a conquista da hegemonia acontece em um ambiente de articulação do Estado em seu sentido amplo – agregando a Sociedade Civil e Sociedade Política. Assim, percebe-se que, mediante as disputas pelo bloco histórico² da Sociedade Civil, ocorre a utilização de instituições privadas para a manutenção de uma posição de domínio.

Outra grande questão que marcou o 25 de abril em Portugal foi a liberdade de imprensa, inexistente anteriormente durante o regime estadonovista, que foi marcado pela censura e, conseqüentemente, pela desaprovação das matérias dos jornais que denunciavam assim como criticavam o regime autoritário. Nesse cenário, as questões que marcaram a reforma agrária do Alentejo ganharam um espaço ainda maior nas discussões historiográficas. Um dos fatores que possibilitou tal itinerário foi a transferência de todos os arquivos nacionais, no início de 1990, pelo Parlamento Português, para o Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Passados quatro anos, puderam ser consultados. A abertura dos arquivos possibilitou a muitos pesquisadores um maior panorama do que foi o Estado Novo e todos seus aparelhos repressivos, bem como um maior entendimento

² Para Gramsci o bloco histórico é que estabelece o nexo entre estrutura e superestrutura. Segundo Leandro Galastri (2009) “o bloco histórico de Gramsci assume-se como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico” (Galastri, 2009, p. 81).

do processo de transição política, o que ampliou as perspectivas interpretativas por meio das informações lançadas à opinião pública.

À luz do exposto, o *corpus* documental dessa pesquisa é formado pelos jornais portugueses *Diário do Alentejo*, *Combate* e *Portugal Socialista*. Trazer para o centro das discussões a reforma agrária do Alentejo e a atuação do Estado português, a partir das perspectivas de tais jornais, é um importante meio para o entendimento dos discursos produzidos sobre o contexto em que as fontes estavam inseridas. Também, possibilita a compreensão das dinâmicas que marcaram a luta pelo poder e pela hegemonia. Além disso, os jornais são um importante meio de difusão e transmissão de culturas políticas distintas, engendrando projetos de sociedade antagônicos.

A imprensa é aqui entendida como espaço de disputa de ideias, sendo um organismo importante para a construção do consenso em torno de uma fração de classe, bem como um meio de relações sociais que atua dando voz a determinados sujeitos e silenciando outros. Trata-se de uma fonte que está sendo analisada, visto que foi um importante meio de disputas de ideias, direção moral e intelectual, atuando como formadora da opinião pública durante o processo de transição política em Portugal. Dito isto, a escolha pelo jornal *Diário do Alentejo* como uma das fontes para a pesquisa se deu porque este foi um jornal que apresentou os interesses regionais e as notícias centrais do Alentejo. Já o jornal *Combate* possuiu ligação direta com os movimentos dos trabalhadores, transcrevendo os problemas enfrentados por esta classe, fosse ela da zona rural ou urbana de Portugal. Por sua vez, o *Portugal Socialista* foi o jornal oficial do Partido Socialista, força política ativa no processo de reforma agrária, como será visto.

Deve-se enfatizar ainda que os jornais, como organismos ativos na dinamização do consenso em relação a um público-alvo, foram de grande importância na propagação das diretrizes que marcaram o processo para o alcance da reforma agrária. Assim, destaca-se a perspectiva apresentada por Maria Helena Capelato (1988), na qual a imprensa, mais especificamente, o jornal, “é tido como fonte de muita importância para o conhecimento do passado, visto que possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens” (Capelato, 1988, p. 13). Por conta disto, concebendo os jornais como uma importante fonte para o entendimento de determinados eventos históricos, parte-se do objetivo de entender – por meio destes – alguns pontos centrais que marcaram o processo de reforma agrária no Alentejo. Traz-se para o debate notícias que se referem às temáticas, como: a atuação do Estado português, o papel desempenhado pelos partidos políticos (mais precisamente o PCP e o PS), as lutas dos trabalhadores rurais alentejanos, a atuação dos

sindicatos, e a ação expropriadora dos grandes latifúndios, pautados em interesses puramente econômicos. Com isso, busca-se destacar os pontos subjetivos e parciais destas fontes.

Compreende-se que a utilização da imprensa em pesquisas pode variar conforme as metodologias empregadas, dependendo do recorte do historiador, de seu objeto de pesquisa, suas abordagens e explanações. Outra questão diz respeito à sua utilização como fonte histórica, podendo proporcionar uma análise das perspectivas da Sociedade Política (esfera institucionalizada do poder estatal) em consonância com a Sociedade Civil (esfera mais ampla e complexa da vida social), ou seja, a relação que ambas apresentam em prol da busca pela hegemonia de um projeto.

Tendo em conta o que já foi exposto, a primeira hipótese que norteia o estudo em questão aqui proposto é que o Estado atuou como legitimador da reforma agrária por conta de interesses em ampliar seu poder sob a região do Alentejo. Cabe destacar que a reforma agrária em Portugal não se deu como um movimento contra o Estado português (conforme são recorrentes em lutas pela reforma agrária em determinados lugares), mas sim contou com suporte deste. A segunda hipótese é a de que ocorreu uma intensa luta pela hegemonia para o controle político das estruturas do aparelho estatal, cenário este marcado por instabilidades políticas durante os seis governos provisórios e no qual diferentes projetos estavam em crescentes embates para a conquista da hegemonia na Sociedade Civil assim como na Sociedade Política.

A proposta dessa dissertação é dividir-se em três capítulos. No primeiro, apresenta-se um panorama dos embates políticos e da situação social de Portugal antes da Revolução dos Cravos, a fim de desencadear o entendimento das questões que marcaram a luta pelo poder bem como pela hegemonia durante a transição política. Entende-se que analisar o contexto do Estado Novo é essencial para a compreensão das dinâmicas da transição política, ao serem respostas diretas ao legado do regime estadonovista, sendo que este revela-nos as bases em que se ergueu o processo revolucionário.

O segundo capítulo é destinado a uma análise voltada a reforma agrária, no qual teve-se em vista compreender a luta pela hegemonia e pelo poder estatal na região da Zona de Intervenção Agrária (ZIRA), e como tais questões ecoaram diretamente no Alentejo. Foi feito um balanço dos principais acontecimentos que marcaram o processo da reforma agrária do Alentejo, assim como foi dada ênfase às fases de ocupações nos campos alentejanos que encaminharam o país para o processo da reforma agrária. Propõe-

se, ainda, em tal capítulo uma discussão teórica e metodológica sobre a relação entre Estado, Imprensa e Hegemonia.

No terceiro capítulo, se analisa a trajetória dos jornais que são fontes para essa pesquisa, para o entendimento da atuação desses **Aparelhos Privados de Hegemonia**, partindo da perspectiva gramsciana. Por fim, ocorre a análise dos jornais que são fontes dessa pesquisa para o entendimento de como ocorreu a atuação do Estado português na legitimação da reforma agrária.

2 OS EMBATES POLÍTICOS E A SITUAÇÃO SOCIAL DE PORTUGAL – A LUTA PELO PODER E HEGEMONIA

O estudo da história contemporânea de Portugal – sobretudo no que se refere ao processo de transição política, após a Revolução dos Cravos – é crucial para compreender a evolução da história política do país, assim como as transformações mais amplas que ocorreram na Europa e no mundo durante o período.

Logo, o período entre 1974 a 1976 foi marcado por intensos debates políticos e sociais em Portugal, com distintas forças políticas lutando pela definição do novo sistema democrático. Diante disso, questões como a ocorrência de eleições livres, a criação de uma nova Constituição e a consolidação de instituições democráticas foram importantes passos para o processo de transição política no país.

Desse modo, estudar o período é relevante para a compreensão dos desafios e sucessos da construção democrática em Portugal, fornecendo reflexões importantes para os demais contextos políticos em transição ao redor do mundo, visto que tal momento foi marcado por dinâmicas geopolíticas e ideológicas da época.

Entendendo a necessidade de se compreender os processos que levaram a abertura da nova dinâmica política do país, o atual capítulo apresenta-se em um primeiro momento uma análise sintetizada do Estado Novo português a partir das produções historiográficas que resultaram em profícuos debates quanto as suas principais características. Além disso, propõe-se uma análise da transição política a partir da luta pela hegemonia durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), simbolizada na ocorrência de seis governos provisórios. Logo, o objetivo central aqui foi o de analisar como o processo – que levou ao fim o Estado Novo em Portugal, por meio do golpe realizado em 25 de abril de 1974 – abriu possibilidades de reivindicações, contidas durante a vigência do regime estadonovista. Isso favoreceu o surgimento de um novo cenário político no país, com novas dinâmicas de poderes e novos sujeitos políticos na busca pela hegemonia do Estado e suas instituições, fatores estes que refletiram diretamente na região do Alentejo e na luta pela reforma agrária no país.

1.1 NAS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO: O ESTADO NOVO EM PORTUGAL E A PERDA DE HEGEMONIA A PARTIR DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Pensar acerca da história política contemporânea de Portugal implica na construção de uma extensa reflexão sobre a complexidade que permeou tal panorama, sobretudo no que se refere às várias tensões no âmbito econômico e social. Vale destacar, por isso, que Portugal da contemporaneidade, tal como aponta António Barreto (2017), conheceu com grande atraso a “revolução industrial, a inovação tecnológica e o desenvolvimento do capitalismo. O antigo regime possuiu resistência para chegar ao fim, embora os seus aspectos essenciais tivessem quase desaparecido no século XIX” (Barreto, 2017, p. 21). É possível perceber que a história política do país foi marcada por crises, conflitos e golpes, fatores que geraram intensas inconstâncias nos setores econômico e social.

Como resultado da instabilidade política, o regime Salazarista foi se estabelecendo gradualmente a partir de 1926, depois do golpe de 28 de maio no mesmo ano, que ficou conhecido na história de Portugal como “Revolução Nacional”. O evento derrubou a I República portuguesa, dando forma à ditadura nacional militar. Desse modo, se iniciou um processo que levou à consolidação do Estado Novo em Portugal.

Tentando equilibrar as finanças do país com certas medidas, Salazar conseguiu ajustar as contas públicas, resultando no seu prestígio político. Assim, em 1932, ele foi nomeado presidente do Conselho de Ministros. Para Waldir José Rampinelli (2014), “esta atuação foi uma passagem estratégica que consistia na apresentação dos sucessivos orçamentos equilibrados, nos elogios internacionais à sua atuação e na criação de conflitos dentro da ditadura militar” (Rampinelli, 2014, p. 120).

A ditadura militar, “que durou cerca de sete anos, sucedeu uma ditadura civil, depois do plebiscito constitucional de 1933” (Barreto, 2017, p. 30). Nota-se que, apesar da agilidade que ocorreu o golpe militar, o Estado Novo levou alguns anos para se estabelecer. Nesse cenário, Salazar teve que sobrepor o seu poderio político e o do Estado, acima de diversos grupos políticos e de distintos interesses. Dito isso, foi a partir da instauração de uma nova Constituição em 1933³, que dava plenos poderes ao presidente

³ Segundo Manuel Braga da Cruz (1982), “o sistema de governo consagrado na Constituição de 1933 foi justamente definido com um presidencialismo bicéfalo ou diárquico. Reforçando o executivo, concentrou os poderes de Estado nas mãos simultaneamente do presidente da República e nas do presidente do Conselho de Ministros” (Cruz, 1982, p. 784). Posto isto, o que ocorreu após esta questão foi que as decisões

do Conselho de Ministros, que ele concretizou os seus ideais, conseguindo o poder e a hegemonia.

Destarte, proclamou-se em Portugal uma “República unitária e corporativa” (Portugal, 1933)⁴, inspirada no corporativismo europeu, na doutrina social da igreja e nas concessões nacionalistas. Consolidou-se o Estado Novo, assim chamado por motivos ideológicos e propagandísticos, caracterizando-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista, que dentro da história contemporânea portuguesa vem suscitando uma série de debates.

Nesse processo, após ter conseguido o apoio dos militares, Salazar estabeleceu a autoridade do governo sob as Forças Armadas, que até então possuía certa autonomia. Além disso, um dos fatores que mais contribuiu para a institucionalização do regime estadonovista foi o conservadorismo católico⁵, visto que foi estabelecida uma relação de interesses mútuos entre Estado e igreja, de modo que “a igreja católica assumiu um papel central no projeto ideológico e sociopolítico do Estado Novo Salazarista” (Simpson, 2012, p. 89).

Para além do apoio da igreja católica, essa consolidação do poder político de Salazar se deu por meio da utilização da repressão, da supressão das liberdades políticas e civis, bem como do apoio da polícia política (Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança: Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado - PIDE/DGS: PVDE/PIDE/DGS). Cabe evidenciar também que polícia política portuguesa se caracterizou como o seu principal aparelho repressivo, servindo para intimidar aqueles que não concordassem com o regime e destruir os opositores organizados. A PIDE foi criada em 22 de outubro de 1945, em substituição da PVDE (Política de Vigilância e Defesa do Estado, com atuação entre os anos de 1933–1945), continuando a ser tutelada pelo Ministério do Interior e unificou todos os organismos com a função de repressão assim como prevenção política dos crimes contrários ao Estado Novo. A PIDE possuía diversos poderes, dentre eles o de exercer a prisão preventiva (momento em que era tido

políticas foram transferidas para o presidente do Conselho de Ministros, logo, o presidente da República transformou-se em uma mera figura representativa com poderes limitados.

⁴ A Constituição portuguesa de 1933 legitimou o Estado Novo, em seu Artigo n. 5º estabelecia que “o Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis” (Portugal, 1933).

⁵ É importante ressaltar que a igreja católica possuía uma forte oposição ao liberalismo, “pois não aceitava o modelo laico e democrático em vigor. Logo, depois de sua cooperação para a institucionalização do Estado Novo, ocorreu a sua tentativa de preservação de um Portugal rural e familiar. Dito isto, aos valores “universalistas” do liberalismo, o pensamento católico português produziu, a seu moZIRAdo, um nacionalismo católico” (Martinho, 2007, p. 21).

como oportuno às torturas aos presos). Além disso, contou com uma ampla rede de informação, que abrangia pessoas pagas ou não, e serviu para despertar o medo entre a sociedade portuguesa e demonstrar que ser contrário ao regime seria ir ao encontro à perseguição que fazia. Seus principais alvos a partir da década de 1930 foram os comunistas.

Outro fator é que o medo constante que a polícia política transmitia aos portugueses fez com que esses possuíssem uma imagem negativa da mesma, resultando em sua dissolução. Dessa forma, foi criada – em 24 de novembro de 1969 – a Direção-Geral de Segurança (DSG) que, embora tenha passado por uma reorganização em 1972, continuou com os mesmos poderes e a mesma função de sua antecessora, o que modificou apenas a diminuição do prazo de prisão preventiva para três meses. Como o governo de Marcelo Caetano enfrentou oposição redobrada, para manter-se no poder, a DGS redobrou também o seu cenário repressor e violento.

Por conseguinte, segundo o jurista e filósofo Giorgio Agamben (2004), que analisa a formação dos estados de exceção no século XX, estes tendem “cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea” (Agamben, 2004, p. 13). Para este teórico, o Estado de exceção oferece os meios pelos quais o soberano exerce seu poder. Além disso, Agamben (2004) pontua que o Estado Democrático de Direito pode transformar-se em um estado de exceção, a partir do momento que este passe para as mãos de um ditador que faça a proposição de utilizá-lo para possuir poderes ilimitados.

A Primeira Guerra Mundial – e os anos seguintes – aparece, nessa perspectiva, como o laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e dispositivos funcionais do estado de exceção como paradigma de governo. Uma das características essenciais do estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura (Agamben, 2004, p. 19).

Agamben (2004) analisa o estado de exceção como um conceito político, no qual não somente se dá uma suspensão temporária da lei em tempos de crises, mas que se constitui em um estado de emergência que leva a supressão das liberdades individuais e dos direitos civis. Assim, o autor pontua que, em estados de exceção duradouros, os governos podem exercer um poder soberano ilimitado, criando um estado de vigilância e constante controle. Portanto, nota-se que o estado de exceção se caracteriza como um mecanismo de governo utilizado em circunstâncias de anormalidades políticas, diante de

seu caráter de excepcionalidade e temporariedade. Configura-se em um paradigma que desafia os princípios democráticos, colocando em risco as liberdades e direitos civis.

Partindo da perspectiva de Agamben (2004), que ressalta “o Estado de exceção como a resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos” (Agamben, 2004, p. 12), o Estado Novo em Portugal pode ser considerado um exemplo de estado de exceção, sobretudo em seus primeiros anos de existência, visto que a ditadura estadonovista estabeleceu uma política autoritária, que suspendeu liberdades políticas e civis para a manutenção do poder.

Constata-se, então, que o estado de exceção de Salazar se apresentou como uma resposta às instabilidades da I República portuguesa, em um cenário que o liberalismo estava em profundas crises no país e em toda a Europa. Tal estado de exceção apresentou-se com a reafirmação do poder de Salazar, enquanto uma ideologia diante das demais nações europeias nas organizações internacionais, além de apresentar como forma de controle constante de seus adversários políticos, por meio da polícia política portuguesa (PIDE/DGS: PVDE/PIDE/DGS) – atuação esta com intensa repressão. Para além da punição-repressão, a polícia “agia para velar a segurança e a consolidação do regime e garantir a fidelidade dos cidadãos aos princípios definidos pelo Estado Novo” (Mendonça, 2018, p. 304).

Ademais, o Estado Novo possuiu uma base de interesses sociais que abrangia grandes proprietários rurais⁶, empresários, militares, a igreja católica e tinha o apoio – ainda que em uma menor escala se comparado aos já citados – do campesinato, da pequena burguesia urbana e rural.

O Estado Novo virá realizar com êxito duradouro a síntese da experiência de sucessos e fracassos das direitas portuguesas. Ele representa a estabilização de um equilíbrio arbitrado pelo Salazarismo entre as duas direitas, entre as forças da modernização e da conservação na classe dominante, e entre esta e os setores intermédios, num compromisso ideológico e político de raiz autoritária, antiliberal e antidemocrática, e onde coexistem contraditoriamente os elementos de desenvolvimento e de estagnação no plano econômico (Rosas, 1989, p. 107).

Quanto às questões econômicas, nota-se que o Estado Novo limitou o desenvolvimento do capitalismo português, por frear os avanços do capital industrial,

⁶ Destaca-se que Salazar defendia a manutenção de um mundo rural tradicional, evitando o processo de industrialização e modernização do país e se opondo a qualquer tipo reforma fundiário.

devido ao desejo de não prejudicar os interesses agrários de uma sociedade que estava atrelada, tal como apresentado por Fernando Rosas (2001), ao mito da ruralidade, resultando na perspectiva de não interferência na grande propriedade fundiária.

Logo, as grandes propriedades pertenciam a uma elite de latifundiários que detinham poder econômico e político. No que tange ao Alentejo, a maioria da população rural consistia em trabalhadores assalariados, que dependiam dos latifundiários para sua subsistência, trabalhando em condições precárias. A tabela 1 mostra a alteração do número dos assalariados agrícolas entre os anos de 1940–1970.

Tabela 1 – Número de assalariados agrícolas entre os anos 1940 a 1970

Número de assalariados agrícolas:	
Ano	Assalariados
1940	627 000
1950	678 100
1960	702 200
1970	363 500

Fonte: elaborado pela autora, com base em Barreto (2017).

A partir da tabela 1, é possível notar uma queda no número dos assalariados agrícolas entre os anos de 1940 e 1970. Para António Barreto (2017), tal fato decorreu devido a alguns fatores, dentre tais destaca a emigração e o envelhecimento da população agrícola. Além disso, nessa conjuntura os trabalhadores não lutavam só por aumentos salariais, mas também reivindicavam as oito horas de trabalho. Entrementes, “o derrube do regime e a revolução vão mudar tudo isso e provocar uma agitação social inédita” (Barreto, 2017, p. 77).

Nesse interim, é importante ressaltar que um dos principais desdobramentos do cenário político aqui narrado, que se instalou em Portugal, foi a possibilidade da reforma agrária, que poria fim ao latifúndio e às longas explorações agrárias capitalistas. Configurou-se em um momento em que houve a “conquista, defesa e afirmação da cidadania que o fascismo de Salazar e Caetano sempre lhes negou” (Soeiro, 2013, p. 27). Mudou, assim, um cenário em que no princípio de 1974 era inexistente, afinal

Aos trabalhadores agrícolas estava vedada toda e qualquer forma legal de organização. Nem mesmo sindicatos nos moldes corporativos lhes eram permitidos. Como se animais de trabalhos fossem e, em muitas circunstâncias, como tal sendo tratados. Às mínimas reivindicações ou protesto, abatia-se sobre eles a repressão, a prisão, os espancamentos brutais como nos testemunharam Diniz Miranda e António Gervásio, operários agrícolas e dirigentes comunistas [como se fosse por acaso, todos eram militantes do PCP]. Mas não era por acaso. Eles estavam na frente da luta em defesa dos interesses, em defesa da liberdade, contra o regime fascista (Soeiro, 2013, p. 27).

Outro aspecto que vale destacar ao analisar o Estado Novo, é a sua duração, Waldir José Rampinelli (2014), por sua vez, aponta alguns fatores internos e externos que corroboraram para a sua longevidade.

No campo da economia internacional, Portugal fazia parte de uma periferia dependente, atrasada e pouco industrializada, cuja principal produção estava baseada em uma agricultura tradicional resistente à modernização. Deste modo, as grandes crises mundiais pouco repercutiam no país, já que eram amortecidas, quer por uma vasta retaguarda rural, quer pelos mercados coloniais alternativos. A grande depressão de 1929, por exemplo, além de chegar tarde para os portugueses, passou relativamente rápida e seus efeitos foram moderados. A queda nas remessas dos emigrantes e no valor dos bens coloniais não tiveram consequências catastróficas (Rampinelli, 2014, p. 121).

Ainda, segundo o autor, outras razões externas que resultaram na durabilidade do Estado Novo podem ser apontadas: a questão de Lisboa “ser uma metrópole colonizadora e colonialista”⁷ e a “situação geoestratégica de Portugal e de suas ilhas localizadas no cruzamento das principais rotas do Atlântico Norte”⁸ (Rampinelli, 2014, p. 121). No que diz respeito às razões internas, Rampinelli (2014) destaca: a primeira, que se refere à questão da ditadura Salazarista ter salvaguardado um mundo rural tradicional que, para o historiador, será “o grande baluarte na defesa da imutabilidade do regime e de sua

⁷ Esse papel estratégico desempenhado pelas colônias, entre outros, “é fundamental para a manutenção do status quo vigente. Isso faz com que Portugal, em pleno processo de formação do Mercado Comum Europeu nos anos 1960, ou se – como país semiperiférico que é – opor a Europa uma estratégia Ultramarina” (Rampinelli, 2014, p. 121).

⁸ Assim sendo, “adquire uma posição privilegiada entre as potências marítimas, bem como com aquelas que pretendem disputar a hegemonia dos mares de saída da Europa. Com base nesta realidade, Salazar revalorizou a posição de seu governo na Guerra Civil da Espanha; na manutenção de uma falsa neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, aproveitando-se desta situação para obter grandes vantagens econômicas, como também a própria sobrevivência do regime e a integridade territorial do império colonial; na busca de apoio, por parte dos governos democráticos, ao Estado Novo, ameaçado pelo movimento antifascista; na entrada da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) visando alcançar uma legitimação e uma respeitabilidade a seu regime na comunidade internacional para obter respaldo à sua guerra colonial” (Rampinelli, 2014, p. 121).

liderança. Em 1950, cerca de 50% da população lusitana ainda era analfabeta, chegando a 70% ou 80% em algumas regiões rurais” (Rampinelli, 2014, p. 122); e a segunda razão, que diz respeito à existência de uma classe dominante interna caracterizada pela sua “debilidade econômica global, por sua dependência externa, por sua divisão e pela falta de setores que hegemonizem processos de conservação ou de mudança” (Rampinelli, 2014, p. 122).

No livro *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Fernando Rosas (2012) também analisa a questão da durabilidade do regime, partindo da perspectiva de que mesmo nas fases de crise, com crescentes embates políticos e sociais, o Estado Novo “tremia, mas durava” (Rosas, 2012, p. 16). Para o autor, além dos fatores da utilização da repressão política e policial, existiram os sistemas de organização do consenso, razões que resultaram na longevidade da ditadura.

Contudo, a doença afastou Salazar do poder em 1968, devido a um acidente doméstico. Até o seu falecimento em 1970, não tinha mais influência na vida política do país. Logo, o Conselho de Estado iniciou o processo constitucional de substituição. Com a morte de Salazar, o seu sucessor Marcelo Caetano⁹ usufruía de grandes expectativas por parte da sociedade portuguesa, tomando posse no dia 27 de setembro de 1968. Nesse processo, quem decidiu sobre a substituição de Salazar foi o presidente da República, Américo Tomás, que por força do modelo governativo do Estado Novo – pela primeira vez em dez anos de presidência – era chamado a decidir sobre uma questão “da maior importância para o regime e que teria consequências profundas nos anos subsequentes: a substituição do presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que desempenhava o cargo desde 1932” (Carvalho, 2009, p. 25).

Após consultar especialistas na área da medicina, para tentar avaliar as hipóteses de recuperação de Salazar, Américo Tomás “decidiu avançar com a exoneração do antigo líder do governo e a escolha do seu sucessor” (Silva, 2020, p. 23). Não obstante, o processo de escolha não foi tão simples e a substituição de Salazar foi algo que gerou aflição nos seus apoiadores.

Com a possibilidade de alteração de líderes, começou a haver no seio dos apoiantes do regime uma certa apreensão de que o desaparecimento político de Salazar fosse visto como um incitador à revolta da ordem

⁹ Marcelo Caetano nasceu no dia 17 de agosto de 1901, em Lisboa, “onde desde cedo procurou inteirar-se do cenário em que Portugal se inseria” (Silva, 2020, p. 21). Ao aderir o integralismo lusitano, que teve como uma de suas características centrais uma oposição conservadora ao liberalismo, segundo João Carlos Lourenço e Silva (2020), com o Salazarismo ele tornou-se um apoiador do Estado Novo.

pública, com diversas manifestações a exigir a liberdade. Outros chegavam a ir mais longe, afirmando que para se conter a onda de contestação, que estaria prestes a rebentar, só com retorno a uma ditadura militar de “pulso forte” (Silva, 2020, p. 23).

Américo Tomás¹⁰ escolheu Marcelo Caetano, “deixando para trás outros eventuais sucessores: Franco Nogueira, Adriano Moreira e Antunes Varela” (Carvalho, 2003, p. 192). De acordo com Diogo Freitas do Amaral (1995), na obra *O antigo regime e a Revolução (1941–1975)*, alguns dos motivos que pesaram na escolha de Américo Tomás relacionam-se ao fato de que Marcelo Caetano representava a figura “que conta com mais apoios, tem a mais carreira completa do regime; está acima dos outros três em experiência governativa, em conhecimentos econômicos e em capacidade de renovação e abertura, sem ultrapassar os limites do razoável” (Amaral, 1995, p. 120).

Contudo, como um disfarce demagógico do Salazarismo, isto é, como uma tentativa de mascarar a continuidade do antigo regime Salazarista e seus ideais, para manipular seus apoiadores e conquistar facilmente o poder político, o Marcelismo defendia a ideia de que havia liberdades minoritárias assim como liberdades majoritárias, apresentando o seu objetivo como sendo o de instaurar as liberdades majoritárias, pois acreditava que estas eram as mais importantes. As liberdades menores (liberdade de informação, designação do poder por sufrágio universal, livre formação de partidos e direito de reunião e associação etc.), para Marcelo Caetano, conduziriam à desordem e subversão. Logo, no seu discurso de posse, deixou largos elogios ao seu antecessor e às Forças Armadas, preconizando a defesa das colônias no Ultramar e garantindo a continuidade do que Salazar fizera até então. Tal discurso agradou à ala mais conservadora do regime e a todos os Salazaristas no geral (Silva, 2020, p. 25).

O Marcelismo assumiu em meio às mudanças e permanências em relação ao Salazarismo, com projetos de reformas que objetivavam a modernização do país, dentro daquilo que o regime e a Constituição lhes permitiam. Pautando-se sobre uma certa fama de Marcelo Caetano como liberal e reformista, existiam expectativas por mudanças por parte da sociedade portuguesa, período breve da chamada “Primavera Marcelista”.

Tal equívoco decorre do fato de, pelo menos desde os finais da II Guerra Mundial, Marcelo ter pugnado por um certo reformismo do regime, bem evidenciado já nas suas propostas enquanto ministro da

¹⁰Antes de anunciar a sua decisão, “Américo Tomás decidiu ouvir cada um dos conselheiros individualmente, de modo a tentar perceber quais é que seriam as suas intenções mais íntimas, sem estarem condicionados pela presença dos outros. As opiniões dividiam-se, contudo, a imprensa dava cada vez mais como certo que Marcelo Caetano iria suceder a Salazar” (Silva, 2020, p. 24).

presidência (1955–1958), chegando a defender a extinção da censura prévia à imprensa, uma política de desenvolvimento econômico acelerado e uma abertura do regime aos países estrangeiros (Carvalho, 2003, p. 194).

Nesse processo, Marcelo Caetano acreditava que os partidos não eram respostas aceitáveis ao problema da representação nacional. A única liberdade que desejava “não ver restituída, nem mesmo num futuro remoto, simplesmente porque não acreditava nela, era a livre criação dos partidos políticos” (Carvalho, 2003, p. 198). Quanto ao comunismo, Marcelo Caetano o via como uma grande ameaça que levava as sociedades a organizarem a sua defesa. Ele não acreditava que “o comunismo fosse capaz de conquistar democraticamente o poder, mas o julgava capaz de promover golpes de Estado e revoluções” (Carvalho, 2003, p. 199).

Quanto à questão política do Ultramar, Marcelo Caetano visava manter a guerra¹¹ em território africano. Nesse sentido, ainda que retomando o seu projeto de modernização política, econômica e social, “embora chegasse irremediavelmente tarde, era um projeto de liberalização e modernização em guerra, uma guerra em África que Caetano entendia já não poder deixar de se manter” (Rosas, 1998, p. 485).

No que tange à política Ultramarina, Marcelo percebia que a intervenção da metrópole deveria ser diminuída, devido às diversas pressões internacionais que visavam a descolonização, favorecida por interesses dos Estados Unidos e da União Soviética em anular a tutela europeia, para ser possível estabelecer suas hegemonias econômicas e políticas em África e na Ásia. O chefe do Estado português optou, porém, pela continuidade das forças militares nas províncias Ultramarinas¹² até que fosse encontrado um desfecho para tal. Nessas circunstâncias, as Forças Armadas, muito embora tenham conseguido uma posição militarmente mais confortável em Angola e em Moçambique, não conseguiam explicar a condução da guerra ou alcançar seu fim.

Diante do exposto, nota-se que a escolha pela permanência da ocupação no território africano demonstra a continuidade do Marcelismo em agir de conformidade com as políticas implementadas pelo Salazarismo. Percebe-se que o “Novo Estado” de

¹¹ Quanto a esta questão, de acordo com João Carlos Lourenço e Silva (2020), “o Ultramar era uma questão central, contudo, por resolver. Marcelo Caetano defendia que não poderia entregar os territórios ultramarinos para as mãos de movimentos de libertação, controlados por Estados Comunistas com ambições em África. Mas, ao mesmo tempo, sabia que teria de encaminhar esses territórios para uma autonomia progressiva” (Silva, 2020, p. 26).

¹² Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Marcelo Caetano buscou agir de acordo com aquilo que os apoiadores do regime desejavam. Assim sendo,

O integracionismo foi a fórmula encontrada pelo regime para ludibriar as instâncias internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas que pedia aos seus membros a aplicação de medidas concretas no sentido de preparar a autonomização – e depois a descolonização – dos respectivos territórios coloniais (Pimenta, 2013, p. 192).

Embora o foco dessa pesquisa não seja as questões ultramarinas, é importante mencioná-las, pois elas desempenharam um papel na queda da ditadura estadonovista, e consequentemente na abertura da transição política. Assim, compreender como se deu os (des)caminhos da política ultramarina do Marcelismo se torna essencial para analisar o desgaste político do regime entre os militares. Isso porque dentro das Forças Armadas a agitação e o mal-estar atingiram níveis intoleráveis para um país em guerra, ocasionando assim em uma crise na instituição militar durante os últimos anos do Estado Novo. Tal fato ocasionou “um processo simultâneo de democratização e descolonização” (Pinto, 2015, p. 25).

Logo, o ano de 1973 se apresentou como um ano de dificuldades políticas para a administração de Marcelo Caetano, pois não apresentava as soluções políticas que muitos estavam esperando. Rivalidades profissionais entre milicianos¹³ e oficiais do quadro “criaram tensões difíceis de resolver e com as quais o governo não soube ou não conseguia lidar” (Barreto, 2017, p. 44). A crise era mais ampla do que se poderia imaginar, perpassando os aspectos profissionais militares, embora este tivesse sido o pontapé inicial dela.

A guerra colonial determinou a forma específica como a ditadura foi derrubada em Portugal, mobilizando atores políticos ausentes em processos semelhantes na Europa do Sul. Mais do que a forma de queda — um golpe de Estado militar — foi na emergência do Movimento das Forças Armadas, enquanto grupo de quadros militares intermédios, progressivamente politizada à esquerda, que residiu a sua singularidade. Iniciado como reação a um problema corporativo, provocado pela emergência de um corpo de oficiais recrutados a partir dos milicianos, o MFA marcou indelevelmente a natureza da transição. Por outro lado, a profunda crise do Estado e a forte mobilização social que logo se seguiu ao derrube do regime, introduziu uma dinâmica de rutura que não se limitou à esfera política, incluindo uma forte pressão

¹³ António Barreto (2017) aponta a questão de os milicianos serem indispensáveis à guerra, dada a crise do recrutamento profissional. Estes desempenhavam o papel de ligação entre os oficiais do quadro e o mundo, a sociedade, a universidade, a cultura e as ideias. Contribuíram, assim, para uma espécie de abertura das estruturas militares à sociedade.

anticapitalista e a emergência de legitimidades não eleitorais (Pinto, 2015, p. 36).

Apesar da repressão política, movimentos de oposição começaram a se formar, incluindo sindicatos, grupos estudantis, intelectuais e militares. O descontentamento social e político culminou em manifestações assim como em greves em todo o país, exigindo reformas e a queda do regime. Os oficiais militares, descontentes com o regime, inicialmente não possuíam planos políticos claros, mas queriam uma mudança de poder. Motivos como os de caráter profissional (como as promoções) levaram a mobilização, os seus contatos com os setores sociais em crise de mudança e de contestação, “tinham contribuído também para criar uma relativa disponibilidade para as ideias socialistas e anticolonialistas ou pelo menos para a Democracia e a mudança” (Barreto, 2017, p. 48).

Nessa conjuntura política e social, o livro *Portugal e o Futuro*, publicado em fevereiro 1974, escrito pelo general António de Spínola¹⁴, teve impacto significativo. Com a publicação dessa obra, que apresentava uma visão crítica acerca da política estadonovista, foi criado um ambiente propício para mobilizar o movimento dos militares, que culminou no início do processo de transição política. Esse foi o estopim para passarem ao âmbito prático de retirada do regime que até então vigorava, conforme nos aponta Michel Kováč (1981):

Os militares cansados de uma guerra eterna, oficiais desiludidos com medidas do governo que facilitavam entrada dos milicianos aos quadros permanentes, ultrapassando uma série de cursos, entenderam terem luz verde para o golpe de Estado. Caetano não tinha qualquer dúvida quanto à mensagem política do livro de Spínola (Kováč, 1981, p. 25).

Portanto, o livro de Spínola é uma importante fonte para a reconstrução do processo histórico-político do país, a partir das narrativas que apresentam um conjunto de fatores que resultaram na insatisfação militar contra o Marcelismo. O livro suscitou nas Forças Armadas uma discussão política, debatendo e levando a sociedade a duvidar sobre a capacidade do Estado Novo para conduzir a política de Portugal. Dessa forma, teve grandes repercussões, com propostas políticas de interesses muito distintos aos do Estado Novo, visto que Spínola argumentava a favor de uma solução política para os conflitos nas colônias, defendendo a autonomia e a negociação com os movimentos de libertação.

¹⁴ Após o golpe militar de 25 de abril, a junta de Salvação Nacional elegeu-o para presidente da República. O General António de Spínola desempenhou inúmeros cargos, tendo recebido ainda a rendição de Marcelo Caetano.

Nessa obra, o general Spínola ressalta que Portugal vivia “umas das horas mais graves, se não, a mais grave da sua história, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam a geração atual” (Spínola, 1974, p. 21). Percebe-se que nesse processo político era impossível conter a insubordinação dos militares a partir das críticas que Marcelo Caetano recebeu. Assim, apresentou que o objetivo era substituir o Estado Novo, além de prosperar, sendo essa prosperidade fruto da satisfação das necessidades e solicitações da sociedade. Afinal, para ele era no povo que deveria residir, de fato, “a reserva moral da nação. É, pois, no sentido da unificação desse povo, em torno dos seus interesses, que tem de encontrar-se a solução dos problemas do presente” (Spínola, 1974, p. 27).

Diante das críticas e do cenário destacado por Spínola em sua obra, certos militares – sobretudo jovens oficiais de patentes intermediárias – se estruturaram e se organizaram nos últimos meses de 1973. Depois da sucessão de fatos, se revoltaram e derrubaram o regime. No dia 25 de abril de 1974, ruiu a ditadura mais antiga do continente europeu.

Embora as reformas de Marcelo Caetano tenham apresentado relativas melhoras, especialmente entre os anos de 1968 e 1970, no que tange aos âmbitos social, educacional e econômico, esse não conseguiu solucionar e dar uma resposta política para a guerra colonial. Faltou-lhe “a capacidade de negociação com os movimentos de libertação, a quem Caetano nunca dedicou a devida importância” (Silva, 2020, p. 29).

O Estado Novo logo foi destituído pela Revolução dos Cravos de 1974. Só, então, depois disso que o regime ditatorial português foi derrubado por um novo golpe militar, organizado pelas patentes intermediárias das Forças Armadas, envolvidas diretamente na guerra colonial, que vigorava desde 1961, em três regiões da África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau). Tal acontecimento marcou a transição para a democracia, que ocasionou em uma forte represália contra a ditadura estadonovista.

O descontentamento da sociedade portuguesa em diversas instâncias com o regime foi o principal motivo para a destituição de Caetano, que naquele cenário contava apenas com o apoio, assegurado pelas suas redes de clientelismo. Os militares que permaneceram fiéis ao regime se recusaram a pegar em armas, não deixando outra escolha a Marcelo Caetano que não fosse a de se render pacificamente. Nessa perspectiva, o período em que Marcelo Caetano esteve no poder pode ser caracterizado, segundo João Carlos Lourenço e Silva (2020), como

Um período que inicialmente se começava a desenhar como sendo de liberalização, modernização e abertura, mas que depressa se revelou como sendo um período de divisão, de incerteza e de crise nacional. Do mesmo modo, podemos definir a política de Caetano como sendo um constante dilema, entre aquilo que eram promessas e aquilo que realmente foi feito, entre perspectivas de mudança e a eterna continuidade (Silva, 2020, p. 30).

Assim, o golpe de Estado foi de prontidão apoiado por vastas camadas da população que, para mostrarem suas insatisfações, fizeram diversas manifestações, transformando este evento em uma verdadeira revolução. Diante disso, logo após o estopim da Revolução dos Cravos, os pilares políticos e jurídicos do regime estadonovista foram destruídos, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa foram dissolvidas, ocorreu a demissão do presidente da República e consequentemente o fim do seu governo. No que tange à Constituição, esta foi parcialmente revogada e suspensa.

De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe — que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em casa —, milhares de pessoas saíram de suas casas, e foi com as pessoas à porta, a gritar “morte ao fascismo”, que no quartel do Carmo, em Lisboa, o governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE, a polícia política, foi desmantelada, atacada a sede do jornal do regime *A Época* e a censura abolida (Alcântara; Paço; Varela, 2014, p. 213).

Observa-se a partir daí que a tentativa de compreender a história contemporânea de Portugal exige um certo esforço reflexivo acerca dos eventos que estavam desafiando os sujeitos sociais e políticos, que atuavam projetando um futuro que ainda era dado como incerto para o país. O povo português, que suportou quase meio século a mais longa ditadura do continente europeu, aprendeu em meses aquilo que décadas de Salazarismo e Marcelismo não lhes haviam permitido sequer perceber: a dimensão de sua força.

Também, observa-se que a análise da cultura política estadonovista no contexto da transição democrática portuguesa é essencial para compreender mudanças culturais e hegemônicas em tal processo. Nesse sentido, a transição em Portugal não apenas simboliza uma quebra de hegemonia em termos econômicos e políticos, mas também uma tentativa de reconstrução cultural que confrontou o autoritarismo do Estado Novo. A consolidação democrática exigiu a superação de valores autoritários arraigados, em um processo de redefinição da hegemonia, onde discursos e práticas revolucionárias competiam para estruturar a nova ordem política e social. Assim, compreender essa

dinâmica é primordial para questionar até que ponto a mudança representou uma ruptura completa ou se ela manteve vestígios da cultura política precedente.

Após a queda do regime aconteceram diversos eventos¹⁵, dentre os quais se destacam: a mobilização popular que desencadeou a saída de milhões de pessoas de suas casas para as ruas¹⁶, objetivando melhorias no âmbito econômico (por exemplo, melhores salários) e no âmbito social (a formação dos sindicatos); e a criação da Junta de Salvação Nacional (JSN), que por sua vez, constituía um poder provisório, tendo sido criada pelo Movimento das Forças Armadas para o exercício político, até a formação de um governo civil. Logo, de acordo com António Costa Pinto (2015), decorre a fase mais complexa entre 1974 e 1976, na qual “concentram-se nestes dois anos tensões poderosas na sociedade portuguesa, com alguns elementos de uma conjuntura revolucionária” (Pinto, 2015, p. 36)

Para Boaventura de Sousa Santos (1984), o golpe de 25 de abril modificou o perfil da crise que se vivia desde 1969, afinal essa transformação constituiu na criação, ou melhor, na explosão do movimento social popular que se seguiu imediatamente ao golpe de Estado. Diante disso, aponta que este movimento “impediu que a crise de hegemonia¹⁷

¹⁵ Um ano depois, em 1975 o país era outro: “o Governo vê-se obrigado a atualizar o salário mínimo (de 3300 escudos para 4000 escudos entre abril de 1974 e abril de 1975) e a aprovar medidas de contenção dos preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de março de 1975 contra a carestia de vida. Em muitas fábricas e empresas o Governo é obrigado a intervir (em mais de 300 ao todo) para evitar despedimentos e descapitalização, conseguindo os trabalhadores que a fábrica mantenha a produção e os postos de trabalho, mas em muitas outras conseguem aumentos salariais, generalização do contrato coletivo, 13.º mês, subsídio de Natal. Também foram conseguidas melhorias generalizadas ao nível da previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É nesse período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego, generalização do direito à reforma e à segurança social; acesso generalizado a cuidados de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos; habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino secundário e superior. É ainda neste período, é preciso recordá-lo, que um dos mais básicos direitos é conquistado: o direito à autodeterminação dos povos de África colonizados por Portugal. Entre julho de 1974 e novembro de 1975 é oficialmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola” (Alcântara; Paço; Varela, 2014, p. 213).

¹⁶ A Revolução dos Cravos possuiu quatro aspectos centrais que podem explicar o alcance da agitação social durante este processo. “É um processo que nasce de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos revolucionários guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique; essa derrota combinou-se com a mais grave crise econômica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973; é marcada pelo protagonismo do movimento operário; pelas especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude, desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa. A não existência livre de organizações de trabalhadores, um calcanhar de Aquiles do movimento operário português durante o Estado Novo, foi concomitantemente parte da radicalização da revolução porque a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do país determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores” (Alcântara; Paço; Varela, 2014, p. 217).

¹⁷ Para Boaventura de Sousa Santos (1984) “ao reforçar o poder dos militares do MFA menos identificados com os interesses monopolistas, o movimento social popular contribuiu decisivamente para que falhassem esses planos de reconstrução da hegemonia” (Santos, 1984, p. 18).

que começou em 1969, fosse solucionada a favor da burguesia industrial-financeira” (Santos, 1984, p. 18).

Em 15 de maio, à época, o general António de Spínola encarregou-se das funções de presidente da República. Os oficiais das Forças Armadas¹⁸ ocuparam quase a totalidade dos postos de autoridades políticas. O movimento militar que derrubou o regime “surgiu às claras na vida pública, constitui-se em organização dentro das Forças Armadas e determinou sua direção” (Barreto, 2017, p. 49).

Com a Revolução dos Cravos, também ressurgiram e buscaram sua legalização os partidos políticos, alguns se reorganizando, enquanto outros reivindicavam uma existência que ainda não estava totalmente garantida. Entre os partidos que surgem, tem-se dois pela importância que assumem quase imediatamente: o Partido Popular Democrático (PPD – hoje Partido Social Democrata) e o Centro Democrático e Social (próximo das correntes da democracia cristã). Todavia, dentre os partidos, o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS) destacam-se para essa pesquisa, por conta da atuação na região do Alentejo.

O PC existia clandestinamente desde há 50 anos e era apoiado pela União Soviética e respectivos aliados. O PS, pequeno grupo de dirigentes políticos sem reais bases nem organização, tinha anunciado oficialmente a sua constituição no ano anterior e era apoiado pela Internacional Socialista [...]. Todavia, os militantes comunistas vivendo no país são mais numerosos e estão mais bem organizados do que os socialistas (Barreto, 2017, p. 50).

Constata-se que o PCP sobreviveu e se desenvolveu mesmo na clandestinidade durante a ditadura. O PS fundado em 1973, por sua vez, para António Costa Pinto (2015) “iria desempenhar um papel dominante durante a transição, transformando-se, em termos eleitorais, no principal partido português” (Pinto, 2015, p. 38). Cabe ressaltar que durante tal processo revolucionário, houve um embate de um lado do PS, junto a uma ala mais moderada do MFA, objetivando uma transição para uma democracia pluralista e

¹⁸ “Mais do que uma questão corporativa o surgimento do Movimento de Capitães surge das divisões dentro das classes dirigentes do Estado Novo, do prolongamento da guerra, no quadro de uma crise económica cuja profundidade tinha levado ao fim do sistema de Bretton Woods e ao choque petrolífero de 1973. Uma combinação de factores que levam a que a 25 de abril, o MFA, cujos membros eram, na sua maioria, oriundos de sectores intermédios da sociedade, pouco politizados e limitados ao objetivo de pôr fim à guerra, façam um golpe de Estado e entreguem formalmente a direção do país, através da Junta de Salvação Nacional (JSN), a um sector das elites portuguesas representado por António de Spínola, o general que um ano antes tinha publicado o famoso Portugal e o futuro onde aconselhava uma solução política para a guerra” (Varela, 2012, p. 405).

representativa, do outro lado o PCP, junto a uma ala mais radical do MFA que priorizava a legitimidade revolucionária.

Para o PS e o setor moderado do MFA, o foco estava em garantir que a transição fosse legítima aos olhos das instituições democráticas, via eleições, que para o partido garantiria a criação de um Estado democrático de direito. Por outro lado, o PCP e os setores mais radicais do MFA defendiam que a revolução de 25 de Abril, era o próprio motor da legitimidade. Para eles, o papel dos trabalhadores organizados, dos conselhos revolucionários e das ações diretas, como as ocupações de fábricas e terras, era fundamental para garantir que a revolução avançasse para uma transformação mais profunda da sociedade portuguesa.

Quem assumia poder qualificava-o como provisório, de modo que se concentrou no MFA e parcialmente em alguns partidos (PCP, PS e PPD); entretanto, era pertencente, sobretudo, aos comandos militares, nos quais as forças de esquerda e os oficiais mais radicais se tornaram maioria. Personalidades políticas da direita (ligadas ou não ao Estado Novo) foram inicialmente excluídas das decisões políticas em curso.

Neill Lochery (2015), na sua obra *Portugal Saído das Sombras*, faz um percurso histórico bem detalhado, da Revolução dos Cravos até o presente, ressaltando dois grandes mitos em torno deste momento. O primeiro diz respeito à questão de que a Revolução dos Cravos foi algo de cunho unicamente nacional o autor discorda, destacando as implicações internacionais para o flanco ocidental da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), que para ele significou que havia uma ampla dimensão internacional. No que se refere ao segundo mito, segundo o qual a Revolução dos Cravos “conduziria a uma ruptura drástica e célere com o passado contra todas as probabilidades e que fora um acontecimento limitado a um só dia” (Lochery, 2015, p. 32), novamente o autor discorda, destacando que o período revolucionário durou quase dois anos “à semelhança da maior parte das revoluções, derrubar o velho regime foi a parte mais fácil, mas planejar a fase subsequente revelou-se bastante difícil” (Lochery, 2015, p. 32).

Ainda segundo Neill Lochery (2015), observa-se que a construção do novo Estado se tornou mais complexa por conta das profundas divisões políticas dos que organizaram o golpe de 1974. Afinal, existiam lacunas quanto à ideologia e às táticas para se conseguir reter o poder no Estado após Revolução dos Cravos. Logo, para o autor, no período de transição política em Portugal, “seria uma ingenuidade sugerir que se tratava de um mero clássico de confronto entre o socialismo e o comunismo” (Lochery, 2015, p. 32).

O processo desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas levou às lutas pelo poder político que mobilizou alguns partidos, iniciando um embate de diferentes projetos que buscavam a hegemonia, que durante muito tempo esteve com a ditadura estadonovista. Nessa conjuntura, tem-se o início das ocupações da região do Alentejo por meio da ação dos trabalhadores rurais e dos partidos políticos na luta pela consolidação dos seus direitos e pela reforma agrária, aspectos estes analisados no decorrer dessa pesquisa.

1.2 O “PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO” (PREC) – A LUTA PELA HEGEMONIA POLÍTICA EM PORTUGAL

Com o fim da ditadura estadonovista, deu-se início a um período de transição política conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC). Esse momento foi caracterizado por uma intensa polarização política e social. Dessa forma, dentro das Forças Armadas e da Sociedade Civil, diferentes ideologias estavam em embates, representando uma variedade política, na qual tinha desde preceitos comunistas a conservadores.

Nota-se que a ruptura originada pelo processo desencadeado na ação militar de 25 de abril de 1974 mudou o perfil da crise social e política que se viveu em Portugal, sobretudo durante o período final do Estado Novo. Desse modo, ocorreu no país uma explosão de movimentos sociais e políticos, que segundo António Teodoro, “só foi possível devido ao conteúdo progressista do golpe de Estado militar” (Teodoro, 1999, p. 33).

Para António Barreto (2017), “organizadas ou espontâneas, as massas e as multidões nunca faltarão à Revolução” (Barreto, 2017, p. 108). Logo, percebe-se que o processo social e político iniciado no país incitou profundas mudanças. A este momento de lutas pelo domínio do aparelho estatal ocorrido em Portugal, Boaventura de Sousa Santos (1990) denomina de Estado dual, posto que houve a formação, por um lado, “de estruturas, práticas e ideologias administrativas tradicionais mantidas quase intactas; do outro, novas estruturas com um papel tão-só ensaiado e ainda de contornos políticos muito vagos” (Santos, 1990, p. 35).

Portanto, dentro da perspectiva teórica de Antonio Gramsci, alguns conceitos centrais¹⁹ nos ajudam a analisar o Estado português no período de transição política, dentre tais destacam-se, nesse primeiro momento da pesquisa, os conceitos de Sociedade Civil e Sociedade Política.

Podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2001, p. 21).

Constata-se que essas duas esferas possuem diferenças e são relativamente autônomas entre si, mas que, segundo Gramsci (*apud* Coutinho, 1989), juntas constituem o Estado em seu sentido amplo. Logo, a Sociedade Civil refere-se aos organismos tidos como privados, ou seja, todas as instituições que não fazem parte diretamente do Estado, como escolas, igrejas, sindicatos, meios de comunicação etc. Assim, compreende-se como o espaço no qual se pode praticar a hegemonia, ou o consenso ideológico, por meio do qual o grupo dominante influencia e molda a opinião pública. Por sua vez, a Sociedade Política é a esfera da coerção e do controle, onde o poder é exercido diretamente pelo Estado a partir de suas instituições formais, como o governo, o sistema jurídico, a polícia, o exército. Se constitui na esfera de comando, onde o Estado tem o controle, buscando a ordem mediante meios, como às leis e do uso da força (coerção).

O Estado em seu sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas primordiais: a Sociedade Política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massas), etc. (Coutinho, 1989, p.76).

¹⁹ Os conceitos de Estado Ampliado, Sociedade Civil, Sociedade Política, Aparelhos Privados de Hegemonia, Intelectuais e Partidos também estão presentes na obra de Antonio Gramsci.

Dessa forma, o Estado Ampliado conserva a base econômica por meio dos interesses de uma classe social que, na busca por manter a hegemonia, desenvolve relações na utilização do consenso e da direção política. Sendo que a Sociedade Política²⁰ é formada por mecanismos utilizados pelas classes dominantes para manter seu domínio ideológico, de modo que são conhecidos como aparelhos de coerção sob controle das burocracias. Já na Sociedade Civil, ocorrem embates constantes de projetos que buscam tornar-se hegemônicos. Por conseguinte, tal processo pode ser observado, nesta perspectiva analítica, durante a transição política em Portugal entre os anos de 1974 a 1976, nos embates políticos que ocorreram para a dominação do Estado, sobretudo após o golpe de 25 de abril, visto que cada grupo político procurava ser predominante e eliminar seus concorrentes na luta pelo poder. Os conflitos de projetos, teorias e ideologias em torno da melhor forma de materialização do domínio se davam, por sua vez, em torno do Estado Restrito – que corresponde à Sociedade Política, referindo-se ao aparato formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo.

Para Gramsci, há uma relação de equilíbrio nas *Sociedades Ocidentais*²¹ entre Sociedade Política e Sociedade Civil. Além disso, a luta de classes tem como âmbito central os *Aparelhos Privados de Hegemonia* (organismos que possuem como propósito central a propagação de ideias objetivando a hegemonia, ou seja, responsáveis pela construção do consenso em torno de um projeto que pode ser hegemônico) enquanto busca a direção político-ideológica e a construção do consenso. Assim, o centro da luta de classes se dá, sobretudo, na “guerra de posição”, em uma tentativa de galgar espaços no seio da Sociedade Civil.

No que tange às *Sociedades Orientais*, para o teórico, houve o desenvolvimento de uma Sociedade Civil fraca e autônoma, na qual o Estado é o poder hegemônico e a Sociedade Civil caracteriza-se como primitiva (Gramsci, 2017). Destarte, a luta de classes dentro dessa sociedade ocorre objetivando a conquista do Estado; sendo este restrito, o movimento revolucionário se trava por meio de uma “guerra de movimento” ou “guerra de manobra”.

²⁰ A Sociedade Política é o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa, nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo (Coutinho, 1989, p. 78).

²¹ Cabe destacar que, para Gramsci, a “ocidentalidade” de uma formação social não diz respeito a um fato propriamente geográfico, mas a um fato histórico.

No caso de Portugal, com a crise de hegemonia²² do Estado, entende-se que houve o desenrolar de uma guerra de posição, na qual a ação dos sujeitos políticos coletivos (ou seja, os partidos políticos e o MFA) foi um importante meio para envolver as grandes massas na luta pela conquista de espaços e posições. Assim, “a crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo” (Gramsci, 2017, p. 63).

Constata-se que, para essa conquista da hegemonia, “a transformação da classe dominada em classe dirigente antes da tomada do poder é o elemento central da estratégia gramsciana de transição ao socialismo” (Coutinho, 1989, p. 94). A hegemonia, tal como ressaltada por Gramsci, diz respeito à dominação de determinada classe social sobre outra, abrangendo os *Aparelhos Repressivos do Estado*, sobre os quais a Sociedade Política tem seus portadores materiais. Da mesma forma, os *Aparelhos Privados de Hegemonia*, que se referem aos portadores materiais da Sociedade Civil, em suma representam organismos sociais coletivos voluntários. Nessas circunstâncias, observa-se que a Sociedade Civil se constitui como espaço de hegemonia das classes dirigentes e dominantes, responsáveis pela difusão de sua ideologia. Assim, cabe destacar que a supremacia²³ de uma classe social sobre outra, acontece de duas formas: por meio do domínio e da direção intelectual e moral.

Ao se referir as distintas forças políticas que estavam na busca pela hegemonia sob o aparelho estatal de Portugal, é válido refletir também sobre o conceito de relações de força em Gramsci, visto que – para ele, ao se analisar as transformações históricas de

²² Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (Gramsci, 2017). Para Gramsci, a crise consiste justamente no fato de que o novo ainda não tenha nascido malgrado a iminência da morte do velho. Dito isso, segundo Carlos Nelson Coutinho (1989), como toda crise, “a de hegemonia pode dar lugar a diferentes alternativas, isto é, pode ter diferentes soluções. De imediato, a classe dominante pode ter condições de continuar dominando através da pura coerção; a médio prazo, ela certamente pode recompor sua hegemonia, por meio de concessões, de manobras reformistas etc., para o que contará com as incapacidades das forças adversárias de apresentar soluções positivas e construtivas. Mas a tendência dominante, ainda que não inevitável é a de que as classes dominadas – favorecidas pelo caráter estrutural da crise – ampliem seu arco de alianças e sua esfera de consenso, invertam em seu favor a hegemonia e, desse modo, ao se tornarem classes dirigentes (ao apresentarem e conquistarem o consenso para propostas de solução dos problemas do conjunto da nação) criem as condições para chegarem à situação de classes dominantes” (Coutinho, 1989, p. 93).

²³ O termo “supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura. Cabe ainda recordar que para Gramsci essas duas funções – ou dois feixes de funções – existem em qualquer forma de Estado; mas que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos “ditatorial”, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia, que por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a supremacia” (Coutinho, 1989, p. 78).

um dado período – é importante compreender a interação que ocorre entre as condições materiais (estrutura) e as ideologias, instituições e cultura (superestrutura) que as sustentam.

§ 17. Análise das situações: relações de força. É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (Gramsci, 2017, p. 36).

Observa-se que as mudanças históricas só ocorrem quando as condições materiais (econômicas, sociais, tecnológicas) estão formadas ou em processo de formação. Isso significa que uma sociedade só enfrenta desafios que podem ser solucionados a partir de suas condições concretas. Além disso, quando se refere ao fato de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, pode-se interpretar que para este teórico uma sociedade não pode ser substituída antes de esgotar todas as suas potencialidades internas, ou seja, isto só poderá ocorrer após o pleno desenvolvimento das formas de vida contidas nas relações sociais e econômicas dessa sociedade, momento em que a transição para um novo sistema pode ser concretizada. Consequentemente, tal visão recai sobre a perspectiva materialista da história, na qual as mudanças revolucionárias surgem quando as formas antigas se constituem insuficientes para acomodar novas forças produtivas e relações sociais.

Portanto, segundo Gramsci, essa relação de forças se dá por meio da interação entre distintos grupos sociais, econômicos e políticos, de modo que estas definem o equilíbrio e a estabilidade de poder em uma sociedade. Ressalta a divisão em três níveis de forças centrais: relação de forças sociais (ou econômicas), relação de forças políticas e a relação de forças militares.

Nas relações de forças sociais (ou econômicas), têm-se as condições objetivas da sociedade, na qual se dá pela economia e as estruturas de produção. Nela, Gramsci (2017) analisa como as classes se formam e como se relacionam a partir do meio de produção dominante.

Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de

desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Esta relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana, etc. Este alinhamento fundamental permite estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante seu desenvolvimento (Gramsci, 2017, p. 41).

Em um segundo momento, tem-se a relação de forças políticas, na qual ocorre a análise do grau de “homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (Gramsci, 2017, p. 41). Esse segundo nível perpassa pela organização e a consciência dos diferentes grupos sociais em termos de seus interesses e sua posição no sistema político. Logo, a consciência política coletiva nesse nível, para Gramsci (2017), evolui em etapas: do corporativismo econômico, no qual grupos defendem apenas interesses imediatos de sua classe, isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não possui ainda a unidade do grupo social mais amplo; em seguida, se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas somente no campo econômico – neste momento, já se coloca a questão do Estado, “mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las” (Gramsci, 2017, p. 42); posteriormente, ocorre a construção de uma consciência mais ampla, na qual os grupos começam a se articular com outros e a disputar o controle do Estado; logo, se consolida a fase “em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em partido, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social” (Gramsci, 2017, p. 42).

Diante disso, nesse nível ocorre a busca pela hegemonia política, na qual a luta pelo poder se dá em um processo de contestação e transformação. Amplia-se tal conceito na transição política de Portugal e, assim, percebe-se o Estado como organismo dominante, de modo que antes da Revolução dos Cravos representava notadamente a elite agrária e os interesses do latifúndio no Alentejo. A partir de 1974, o cenário se altera, afinal as novas forças políticas que estavam a frente buscaram articular os interesses dos trabalhadores rurais. No entanto, o grupo dominante (os grandes proprietários de terras)

antes da queda do regime estadonovista não desapareceram imediatamente do cenário sociopolítico. O Estado teve que negociar com esses setores, mantendo uma tensão entre a expansão dos interesses dos trabalhadores rurais e a manutenção de certos equilíbrios.

Quanto aos interesses dos trabalhadores rurais, que tiveram terras ocupadas e formaram cooperativas, primeiramente foram reconciliados com os interesses dos antigos latifundiários, que ainda detinham parte do poder econômico e político. Sendo assim, a nacionalização e a expropriação de terras refletiram o esforço de criar um novo equilíbrio social, no qual os grupos subordinados pelas forças políticas estadonovista (trabalhadores rurais) angariavam mais protagonismo nos interesses do Estado. Portanto, a luta pela reforma agrária no Alentejo exemplifica o processo de hegemonia descrito por Gramsci, no qual os trabalhadores rurais, ao organizarem cooperativas e exigirem a nacionalização das terras, buscavam criar uma hegemonia política e social que rompesse com o domínio dos latifundiários, de modo que a atuação do próprio Estado gera uma certa especificidade a este momento em Portugal, pois este buscou a projeção dos interesses da classe trabalhadora, mesmo diante das dificuldades em consolidar essa hegemonia de forma estável.

Em terceiro, Gramsci (2017) aponta a relação de forças militares, que diz respeito ao nível no qual se possui a capacidade militar e a força coercitiva de um grupo ou do Estado para a manutenção do *status quo*. Nesse nível, “podem-se distinguir dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar” (Gramsci, 2017, p. 44). Ele considera que a força militar, embora garantida em certos momentos, está frequentemente ligada à situação política e social. Isso abrange tanto o arranjo formal dos exércitos quanto a mobilização de forças políticas em torno de ações militares, como revoluções (a exemplo desse momento histórico em Portugal) e lutas pela independência²⁴.

Tal conceito de relação de força militar, em Gramsci, também está relacionado com a ideia de hegemonia e a distinção entre guerra de movimento e guerra de posição.

²⁴ No curso da história, esses dois graus se apresentaram em uma grande variedade de combinações. Um exemplo típico, que pode servir como demonstração-limite, é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar sua independência estatal. A relação não é puramente militar, mas político-militar: com efeito, este tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria. Portanto, a independência não poderá ser alcançada com forças puramente militares, mas com forças militares e político militares. De fato, se a nação oprimida, para iniciar a luta pela independência, tivesse de esperar a permissão do Estado hegemônico para organizar seu próprio exército no sentido estrito e técnico da palavra, teria de esperar bastante tempo (pode ocorrer que a reivindicação de ter um exército próprio seja concedida pela nação hegemônica, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno político-militar) (Gramsci, 2017, p. 44).

Assim, para o autor o processo que ocorre na luta pelo poder não se dá apenas por meio da coerção, ou força bruta militar, mas envolve uma composição política, que perpassa pelo conceito de hegemonia, na qual uma classe dominante busca o controle pela coerção, assim como pela construção do consenso, o que molda a cultura e a ideologia. Quando se aplica essa perspectiva à transição política de Portugal em 1974, percebe-se como a ideia de força político-militar de Gramsci é útil para compreender esta dinâmica política, visto que, como já apresentado a Revolução dos Cravos, se deu como uma revolta militar, assim como também como um movimento político que contou com o apoio popular.

Esse momento de transição política não se explica apenas pela força militar empregada pelo MFA, mas pela combinação de fatores sociais e políticos que haviam desagregado o poder do regime. A guerra de movimento (a revolução militar em si) foi possibilitada pela vitória na guerra de posição, na qual o regime do Estado Novo já estava enfraquecido devido à oposição social crescente e à luta anticolonial.

Diante disso, com o início do processo de transição em Portugal, a política obteve ainda mais destaque e amplitude no cotidiano do país, uma vez que o embate constante de classes sociais para a conquista da hegemonia transformou a disputa pelo aumento da influência no Estado e na sociedade. Resultado disso foi a tentativa de ampliação da influência estatal sob a região do Alentejo, que nesse processo impulsionado pelas forças de mudanças, tomou frequentemente a iniciativa das transformações sociais, econômicas e políticas.

Por conseguinte, retomando a perspectiva de análise da transição política, foi Veiga Simão²⁵ designado por Spínola (presidente da República escolhido pela Junta de Salvação Nacional) para a elaboração do programa do I Governo provisório. Assim, nota-se que durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC) Portugal passou por uma série de tensões internas e externas. Nessa conjuntura, o movimento operário tornou-se mais ativo, ocorrendo greves e ocupações de fábricas. Além disso, uma série de nacionalizações de empresas e terras estavam ocorrendo.

Contudo, a instabilidade política foi um marco do PREC. Afinal, ocorreu uma sucessão de seis governos provisórios, que partindo da perspectiva gramsciana entende-se que foi reflexo da luta pela hegemonia política que passava o país, bem como da luta pela construção de um consenso político em meio a um processo de transição política

²⁵ Foi ministro da educação entre os anos de 1970 a 1974; embaixador de Portugal nas Nações Unidas entre 1974 e 1975; deputado pelo partido socialista (1983-1985); e exerceu o papel de ministro da indústria e energia (1983-1985), e ministro da defesa nacional (1997-1999).

após o golpe militar. Além disso, embora tenham tido certo protagonismo durante o processo de transição, juntamente com as massas populares e alguns partidos políticos, cabe destacar que os militares passaram por crises, marcadas por contradições ideológicas, na qual “grande fratura opera-se no verão de 1975, momento em que o MFA se dilui numa multiplicidade de facções, facto que debilita irreversivelmente a sua capacidade de comando” (Rezola, 2020, p. 99).

Portanto, a transição política em Portugal não se apresentou como um processo linear. O Movimento das Forças Armadas não foi um bloco homogêneo, afinal era formado por grupos de distintas visões, objetivos e origens, cujas diferenças internas moldaram o rumo da vida política portuguesa. Essa heterogeneidade pode ser tida como reflexo de uma variedade de experiências pessoais, como, por exemplo, o tempo passado nos combates em África ou certas influências políticas que foram sendo desenvolvidas durante a formação militar e com os contatos internacionais. Desse modo, alguns militares possuíam uma visão mais conservadora e nacionalista, enquanto outros eram tidos como progressistas e defendiam mudanças mais radicais no sistema político do país.

As disputas entre as facções do MFA que tiveram lugar entre abril de 1974 e novembro de 1975 estavam enraizadas nas clivagens que permeavam o Movimento antes de 25 de Abril. De facto, o Movimento das Forças Armadas que executa o golpe é uma coligação de grupos, sensibilidades e projectos heterogêneos que convergem para derrubar um regime que todos consideravam ser incapaz de resolver o impasse gerado pelas guerras coloniais (Rato, 2000, p. 135).

Dentro das Forças Armadas alguns possuíam posições políticas alinhadas com o general António Spínola (spinolistas), enquanto outros com general Vasco Gonçalves (gonçalvistas). Logo, os gonçalvistas defendiam um caminho socialista para Portugal, com nacionalizações de setores estratégicos, reforma agrária e forte influência dos partidos de esquerda, especialmente o Partido Comunista Português (PCP). Sua linha ideológica era socialista e marxista revolucionária. No contexto do Processo Revolucionário em Curso (PREC), os gonçalvistas eram favoráveis a uma revolução popular e a criação de um regime socialista. Por outro lado, os spinolistas, defendiam uma transição controlada para a democracia, evitando mudanças radicais na economia e buscando manter a ordem social. Sua linha ideológica era conservadora e voltada para a democracia liberal. Contavam com o apoio de setores militares mais conservadores, políticos ligados ao antigo regime e grupos de direita. Estes foram os dois grupos que

polarizaram a disputa pelo poder, de modo que cada um deles defendia projetos distintos para o futuro de Portugal.

1.3 O “VERÃO QUENTE” EM PORTUGAL: OS GOVERNOS PROVISÓRIOS

Como observado, o golpe militar e a revolução portuguesa a ele associado foi um marco para início do processo de transição democrática do país. Questão esta que se insere em um importante contexto global, visto que outros países estavam passando por processos de transição democrática.

Com a transição política Portugal enfrentou uma série de desafios, dentre estes se inclui a descolonização, a reestruturação econômica e os embates políticos pela hegemonia. Viviam-se no país tensões entre os partidos políticos na luta pelo poder e pela hegemonia. O Partido Comunista Português (PCP) em tal conjuntura emergiu como uma força significativa. Enquanto isso, partidos de centro e de direita lutavam para conter o avanço do comunismo e preservar uma visão mais moderada da transição democrática.

Vale destacar que em Portugal o quadro político que surgiu foi marcado por um “deslizar geral para a esquerda socialista, comunista e revolucionária” (Barreto, 2017, p. 109). Assim, parte-se da perspectiva de que dois partidos tentaram dominar o cenário para os seus interesses políticos, sendo estes: o Partido Socialista e o Partido Comunista. O PCP teve como estratégia central a “Aliança Povo-MFA”, tentando apoiar-se nos militares para concretizar o seu programa político. Portanto, destaca-se que a luta central que se abriu no país foi pelo controle político do Estado, bem simbolizada nos conflitos entre as forças sociais e políticas “hegemonizadas pelo partido Socialista de um lado, pelo partido Comunista do outro e nas fraturas profundas que se verificaram na direção política do MFA” (Santos, 1984, p. 22).

Durante o *Verão Quente*, Portugal passou por uma série de governos provisórios, resultado direto da instabilidade política do país, momento que ficou marcado pelo que se denomina de Processo Revolucionário em Curso, como já destacado. Sendo assim, o I Governo provisório tomou posse no dia 16 de maio de 1974, tendo sido composto por membros²⁶ do PCP, dos social-democratas do Partido Socialista e do Partido Popular

²⁶ Sendo estes: Adelino da Palma Carlos (Primeiro-Ministro), Francisco Sá Carneiro (Ministro Adjunto), Álvaro Cunhal (ministro sem pasta), Francisco Pereira de Moura (ministro sem pasta), Mário Firmino Miguel (Ministro da Defesa Nacional), António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial), Joaquim Magalhães Mota (Ministro da Administração Interna), Francisco Salgado Zenha (Ministro da Justiça), Vasco Vieira de Almeida (Ministro da Coordenação Econômica), Mário Soares

Democrático (PPD), em uma coligação instável que conseguiu se manter somente dois meses diante dos conflitos sociais e políticos deflagrados no país. Além disso, é importante sublinhar que a formação desse quadro político foi marcada inicialmente pelos partidos democráticos que se uniram para evitar que ocorresse o controle político do país somente pelos militares mais radicais do MFA e, conseqüentemente, que uma única facção militar monopolizasse o poder. Dessa forma, o programa deste I Governo, quanto à organização do Estado, destacava:

a) Publicação urgente de nova lei eleitoral; b) Publicação da lei das associações políticas; sua regulamentação; c) Reforma do sistema judicial, conducente à independência e dignificação do seu poder; extinção de tribunais especiais; reforma do processo penal e demais direito processual; e ainda revisão da legislação relativa à polícia judiciária e ao habeas corpus; d) Estruturação da Administração Central, de forma a corresponder aos objetivos das novas instituições políticas; e) Revisão das relações políticas, administrativas e económicas entre o Portugal europeu e o ultramar; f) Definição da competência dos governadores ultramarinos, dos governadores civis e dos governadores dos distritos autónomos; g) Extinção progressiva do sistema corporativo e sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais; h) Revogação do Estatuto do Trabalho Nacional; regulamentação em ordem a garantir a liberdade sindical dos trabalhadores e do patronato; estabelecimento de novos mecanismos de conciliação nos conflitos do trabalho; i) Fortalecimento das autarquias locais, com vista à participação ativa dos cidadãos na esfera política dos respectivos órgãos; j) Rápida reforma das instituições administrativas. (Portugal, 1974).

O fim deste I Governo provisório se deu às suas divisões internas, especialmente no que se referia à solução para a guerra colonial, sendo que tais divergências de opiniões se enquadravam em um contexto no qual o general António de Spínola “representaria o arrastar da solução para as colónias, numa tentativa de prolongar o domínio português em África, enquanto o MFA, o PCP e o PS queriam a independência das colónias” (Varela, 2012, p. 405). O II Governo provisório²⁷ tomou posse no dia 18 de julho de 1974,

(Ministro dos Negócios Estrangeiros), Manuel Rocha (Ministro do Equipamento Social e Ambiente), Eduardo Correia (Ministro da Educação e Cultura), Avelino Pacheco Gonçalves (Ministro do Trabalho), Mário Murteira (Ministro dos Assuntos Sociais), Raúl Rêgo (Ministro da Comunicação Social).

²⁷ Sendo composto por: Vasco Gonçalves (Primeiro Ministro), Vitor Alves (Ministro sem pasta), Ernesto Melo Antunes (Ministro sem pasta), Joaquim Magalhães Mota (Ministro sem pasta), Álvaro Cunhal (ministro sem pasta), Mário Firmino Miguel (Ministro da Defesa Nacional), António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial), Manuel da Costa Brás (Ministro da Administração Interna), Francisco Salgado Zenha (Ministro da Justiça), Emílio Rui Vilar (Ministro da Economia), José da Silva Lopes (Ministro das Finanças), Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), José Augusto Fernandes (Ministro do Equipamento Social e Ambiente), Vitorino Magalhães Godinho (Ministro da Educação e Cultura), José Costa Martins (Ministro do Trabalho), Maria de Lurdes Pintasilgo (Ministra dos Assuntos Sociais), José Eduardo Sanches Osório (Ministro da Comunicação Social).

terminando seu mandato em setembro de 1974, tendo sido liderado pelo oficial militar Vasco Gonçalves. Contudo, as divisões políticas internas continuaram neste.

Sobre esse curso da história portuguesa, António Barreto (2017) apresenta em sua obra *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal (1975–1976)* importantes detalhes do quadro político que surgiu no país, ao destacar que a esquerda era favorável a existência de um poder provisório. Já a direita queria o retorno à hegemonia política via eleições presidenciais.

Os comunistas e o MFA sabiam que a legitimidade revolucionária lhes dava vantagens e lhes permitia mais conquistas do que as eleições. Tanto a organização partidária e sindical do PC como a militar do MFA eram trunfos de peso, tanto mais que os outros não tinham organização digna desse nome. Apesar do entusiasmo e da forte adesão popular, era evidente que as eleições dariam ao MFA e aos comunistas um lugar na vida política bem menos importante. As eleições fazem quase sempre perder aqueles que fazem as revoluções (Barreto, 2017, p. 111).

Cabe destacar que, em tais circunstâncias, as forças moderadas e a direita portuguesa, por falta de apoio, viam nas eleições constituintes um fator que poderia garantir seu retorno ao poder. Afinal, perdiam cotidianamente posições no aparelho estatal, na administração, nas Forças Armadas e até na imprensa. Logo, constata-se que durante o processo de transição política da história portuguesa, embora enfraquecida, a direita manteve presença. Entretanto, como se deu a sua atuação depois da desarticulação do regime estadonovista? Cabe destacar que esta expressou-se a partir dos partidos políticos (alguns exemplos desses foram: PDC, MPP²⁸, PL²⁹, PSDI, PTDP³⁰) e também

²⁸ “A direita católica reúne-se em dois diferentes partidos: o Partido da Democracia Cristã (PDC) e o Movimento Popular Português (MPP). O PDC, fundado em 10 de maio de 1974 a partir de uma cisão de direita do Partido Cristão Social Democrático (PCSD), pretende reunir os liberais e os conservadores democratas-cristãos, inspirando-se, segundo as declarações do seu líder Nuno Calvet de Magalhães, na tradição antissalazarista. Esta declaração é sem dúvida excessiva uma vez que entre os fundadores do partido aparecem vários Salazaristas e Marcelistas, alguns até com um passado na extrema-direita desde os anos 30. O MPP é fundado em 15 de julho de 1974, com base na rede do Círculo de Estudos Sociais Vitor (CESV) e da revista Resistência, de António da Cruz Rodrigues e se inspira no catolicismo antiprogressista de Jean Ousset” (Marchi, 2012, p. 79).

²⁹ “Quanto aos meios monárquicos, em 28 de maio surge o Partido Liberal (PL), como dissidência de direita da Convergência Monárquica. O partido, presidido por José Almeida Araújo e pelo tenente-coronel António Figueiredo (secretário-geral), recusa a orientação demasiado progressista dada pela maioria dos aderentes ao Partido Popular Monárquico (PPM), quando da sua fundação” (Marchi, 2012, p. 79).

³⁰ “Na defesa do modelo liberal-capitalista para Portugal, forma-se, no dia 25 de maio, o Partido Social Democrata Independente (PSDI). A Social-democracia antimarxista inspira também o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), fundado no dia 3 de maio de 1974. Finalmente, um efêmero Partido Nacionalista Português (PNP) é fundado no Porto em 24 de julho de 1974, por antigos membros da Legião Portuguesa” (Marchi, 2012, p. 79).

por meio da clandestinidade³¹, organizada nos grupos armados [dentre estes: “o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e o Exército de Libertação de Portugal (ELP)” (Marchi, 2012, p. 13)].

Segundo Riccardo Marchi (2012), o objetivo comum dessas forças políticas, “era a conquista da legitimidade democrática, declarando a própria fidelidade aos princípios e aos projetos expressos pela ala moderada do MFA” (Marchi, 2012, p. 80). Posto isso, em um panorama de marginalização política, muitos dos partidos da direita aproximaram-se das forças militares e civis reunidas a volta de Spínola.

Nessa conjuntura, o Partido Socialista tentava dar força a um programa revolucionário cujo objetivo era conciliar a Democracia e a revolução social em curso. Já o Partido Comunista Português, juntamente com o MFA, ia assumindo e tomando cada vez mais conta do poder e das responsabilidades políticas do Estado durante o ano de 1974.

Vale destacar que imbuído de interesses políticos, antes da ocorrência da Revolução dos Cravos, Spínola servia o regime estadonovista, mas sua mudança de perspectiva se deu em parte por sua experiência na guerra, primeiro em Angola e depois em Cabo Verde, fator que alterou a sua posição política. Ocorreu a tentativa de assegurar a liderança do país como presidente da República e de construir um consenso nacional, junto à questão do apoio que possuía de alguns setores conservadores da sociedade portuguesa, civil e militar, fator este que culminou, em setembro de 1974, na manifestação de apoio a esse general que ficou conhecida como **maioria silenciosa**, evento que desejava a ampliação dos poderes políticos de Spínola. Contudo, o MFA conseguiu barrar tal tentativa contrarrevolucionária, o que levou à renúncia do cargo no dia 30 de setembro de 1974, entregando a presidência ao general Costa Gomes, que era tido como mais sintonizado com os sentimentos do movimento revolucionário.

Com a renúncia de Spínola, uma série de episódios se sucederam, levando o país a uma intensa agitação que resultou na ampliação das ocupações no país, “casas, empregos, cargos na administração ou empresas, tudo poderia ser ocupado” (Barreto, 2017, p. 113). Ainda de acordo com António Barreto (2017), com as ocupações, o Partido Comunista Português e o Partido Socialista cresceram significativamente, especialmente

³¹ “A luta armada anticomunista consubstancia-se, entre maio de 1975 e março de 1976, em 405 ações terroristas, entre arrebatamentos de bombas, assaltos às sedes políticas, incêndios, tiroteios e agressões físicas. Destas, 34% têm como objetivo direto o PCP, com mais de uma centena de sedes assaltadas apenas no período julho-novembro de 1975” (Marchi, 2012, p. 88).

devido à distribuição de empregos e responsabilidades institucionais nas zonas urbanas do país.

Como ressalta Boaventura Sousa Santos (1984), muitas das análises produzidas evidenciam a capacidade das forças políticas (ou seja, dos partidos políticos, sobretudo, do PCP) de hegemonizar e utilizar para fins políticos os movimentos populares. No entanto, para esse autor é importante destacar igualmente que os movimentos sociais não se reduziram a tais atuações das forças políticas.

Tiveram em muitas situações genuínas espontaneidades, abriram novos espaços de sociabilidade e criatividade social, projetaram de forma inovadora soluções autônomas para os problemas das classes trabalhadoras no domínio da habitação, atividade cultural, da organização da produção, da vida comunitária, asseguram o funcionamento mínimo do processo produtivo face ao defensismo absentista ou mesmo ao boicote do patronato, identificaram ou ampliaram carências sociais que o ambiente simbólico concentracionário do Estado Novo não tinha permitido revelar e, enfim, alargaram e aprofundaram o conceito de política no próprio processo de capacitação social das classes populares (Santos, 1984, p. 19).

Santos (1984) ressalta a atuação das iniciativas populares no contexto de transição, onde novas formas de sociabilidade e soluções autônomas emergiram das classes trabalhadoras em Portugal. Sendo assim, nota-se que essa atuação dos movimentos populares revelou carências sociais ocultas pela repressão do Estado Novo. Além disso, essas ações, conforme mencionado por Santos (1984), expandiram o conceito de política, não mais restrito às elites ou aos mecanismos formais do Estado, mas acionando as demandas e práticas populares que surgiram de maneira espontânea. Tal questão recai no que Gramsci também fala, ao tratar desta **espontaneidade** como um elemento vital nos movimentos populares. Porém, esse argumenta que a espontaneidade, para ser eficaz, precisa ser canalizada por uma liderança consciente que possa organizar essas forças de maneira estratégica. A leitura gramsciana da luta de classes e hegemonia ressoa nessa questão, pois a classe trabalhadora, por meio dessas espontaneidades, estava começando a buscar sua própria hegemonia. Em vez de esperar passivamente pelas reformas do Estado, as classes populares criaram novas formas de organização.

Por sua vez, o III Governo provisório³² tomou posse no dia 30 de setembro de 1974, tendo durado até 26 de março de 1975. Nesse governo, assim como, nos anteriores,

³² Este foi composto por: Vasco Gonçalves (Primeiro Ministro), Vitor Alves (Ministro sem pasta), Ernesto Melo Antunes (Ministro sem pasta), Joaquim Magalhães Mota (Ministro sem pasta), Silvano Ribeiro (Ministro da Defesa Nacional), António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial),

multiplicavam-se os impasses e discordâncias. Segundo António Barreto (2017), faltava unidade, pois o poder político residia principalmente nas Forças Armadas, cabendo ao Partido Comunista, como uma de suas estratégias, ampliar sua influência sobre esta, para conseguir conquistar o poder e a hegemonia.

Para além de o programa do MFA ser um programa democrático coincidente com o programa do PCP de “revolução democrática e nacional”, Álvaro Cunhal (líder do PCP) já tinha nesse momento a antevisão de que as eleições o iriam colocar numa posição mais fraca em termos de representatividade política. O PCP procurou no MFA um parceiro de direção, uma forma de reconstruir uma direção frente-populista, uma vez que tudo indicava — e a direção do PCP tinha consciência disso — que o PS iria ganhar as eleições com uma margem suficiente para pôr em causa a coligação nos moldes em que tinha funcionado até aí, acelerando a disputa por setores-chave do aparelho de Estado (Ministérios das Finanças, Comunicação Social, Trabalho e Agricultura) (Varela, 2012, p. 408).

É de suma importância destacar que a presença de um Partido Comunista em governos europeus era algo que provocava um desconforto durante os anos que decorreu a Guerra Fria. Uma revolução gerada por circunstâncias internas de Portugal “adquiria uma dimensão internacional, com os Estados Unidos, as potências da Europa e a União Soviética a tentarem influenciar o processo de transição para um novo regime político” (Lochery, 2015, p. 43).

Como uma das primeiras tentativas de dar coerência às ações do governo, foi criado o Programa de Política Social e Económica, denominado de Plano Melo Antunes, um programa moderado e de inspirações socialista e social-democrata. Aprovado em janeiro de 1975, tornou-se público pouco depois, quando o clima político do país começava a se agitar por conta da organização das eleições (prevista para o mês de março) para a formação da Assembleia Constituinte.

Nas Forças Armadas, os ventos das mudanças também chegaram, posto que se debateu publicamente sua institucionalização. Assim, praticamente ninguém se opôs à sua transformação em poder constituído. Entretanto, as formas como as campanhas feitas

Manuel da Costa Brás (Ministro da Administração Interna), Francisco Salgado Zenha (Ministro da Justiça), Emílio Rui Vilar (Ministro da Economia), José da Silva Lopes (Ministro das Finanças), Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), Emílio Rui Vilar (Ministro dos Negócios Estrangeiros), José Augusto Fernandes (Ministro do Equipamento Social e Ambiente), José Costa Martins (Ministro do Trabalho), Manuel Rodrigues de Carvalho (Ministro da Educação e Cultura), Maria de Lurdes Pintasilgo (Ministra dos Assuntos Sociais), Jorge Correia Jesuino (Ministro da Comunicação Social), Asdrúbal Pereira Calisto (Subsecretário de Estado de Turismo).

pelo MFA (para ganhar mais apoio ao seu projeto) foram recebidas, alternaram-se bastante de um lugar para outro nas distintas regiões do país, afinal, em certos lugares foram bem recebidas e em outros ocorreram hostilidades.

Para dar mais força aos seus argumentos, o MFA inicia suas campanhas de dinamização cultural. Regimentos inteiros, militantes comunistas e de extrema-esquerda, grupos de teatro e cantores, médicos e economistas partem para o campo, sobretudo para o Norte e o Centro, para animar e dinamizar as populações rurais. Discutem-se problemas, faz-se o inventário das necessidades e carências, propõem-se soluções. Nada lhes escapa: a saúde, a habitação, a cultura, a educação e a reforma agrária. As sessões de esclarecimento são os locais ideais para a agitação e a propaganda (Barreto, 2017, p. 116).

Quanto à institucionalização do MFA, Raquel Varela (2012), por sua vez, interpreta que “a rapidez com que se desenvolveram as ocupações e greves entre fevereiro e março de 1975, levou todos os partidos prudentemente a apoiar um reforço dos militares no aparelho de direção do Estado” (Varela, 2012, p. 408). Nesse cenário, de acordo com Barreto (2017), o Partido Socialista – embora favorável à institucionalização – declarava por meio de Mário Soares a prerrogativa de que as eleições deveriam ocorrer a qualquer custo, e, por conta disso, que ele não se distanciou do processo político em curso.

Por conseguinte, em 11 de março de 1975, uma tentativa de golpe contrarrevolucionário³³ dirigida pelo general Spínola³⁴ resultou em uma mobilização geral dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade para impedi-lo, assim como do MFA e do PCP (este último, impulsionando a participação dos sindicatos). E, assim, “o golpe foi derrotado e os seus responsáveis presos, entre eles vários oficiais” (Varela, 2012, p. 409). Iniciou-se uma nova fase das ocupações de casas, empresas, fábricas e a mobilização popular aumentava, consolidando-se nas greves. Economicamente, como aponta Neill Lochery (2015), havia uma probabilidade muito real do país entrar em falência. Estas instabilidades políticas instalaram a desorganização da vida institucional e econômica, que para António Barreto (2017) “são próprias dos momentos de revolução ou de mutação social” (Barreto, 2017, p. 114).

³³ Raquel Varela (2012) aponta que “um dos eixos militares do golpe era o controle do Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1) de Lisboa pelos paraquedistas. Mas os paraquedistas, depois de algumas horas daquilo que veio a ser considerado um mal-entendido – não sabiam por que tinham saído da unidade com ordens para cercar o RAL 1” (Varela, 2012, p. 409).

³⁴ Este evento foi marcado pela articulação de Spínola com a direita. Momento em que se tem a atuação das forças políticas e sociais que tinham constituído a base central de apoio a Spínola durante sua política no processo revolucionário. Estes queriam Spínola novamente no poder e desejavam reverter a situação política de Portugal, na qual o MFA atuava com grande influência do PCP, e o país vivia uma crescente manifestação popular nas questões políticas.

Foi criado, assim, o Conselho da Revolução de modo a absorver as funções da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Conselho dos Vinte (foi um organismo político composto pelo presidente da República, pelos três chefes dos ramos das Forças Armadas portuguesa, pelo chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas e pelo seu vice, assim como, por quatorze oficiais do MFA). O Conselho da Revolução torna-se o ponto central das decisões políticas arquitetadas para o futuro do país. Logo, foi pensado como uma das saídas políticas para a crise em curso e um meio pelo qual se objetivava criar um centro de autoridade do Estado. Dito isso, se apresentou como uma instituição que possuía a legitimidade popular e a força militar, fatores importantes para afastar os organismos que foram apoiantes da ditadura estadonovista.

A sua criação não invalidou a escalada de crise no seio do MFA, que brota da ruptura entre o PCP e o PS a seguir ao 11 de março e às eleições de abril de 1975, que vai levar ao desmembramento do MFA ao longo do chamado verão quente de 1975 (Varela, 2012, p. 410).

O Conselho da Revolução foi criado pela Lei n.º 5/75 de 14 de março, tendo o objetivo de ser o guardião do Programa do MFA, dispondo de amplos poderes (constituintes, militares, fiscalizadores e de conselho do presidente da república). Este pode ser considerado uma garantia do papel político do MFA. De acordo com Maria Inácia Rezola (2020), a preocupação em garantir a institucionalização do MFA se dá três fatores:

(1) do evoluir da Revolução, sobretudo depois dos primeiros confrontos com o general António de Spínola; (2) da consciência da debilidade dos partidos políticos; (3) da necessidade de um período de transição protagonizado pelos militares para garantir o cumprimento do programa do MFA (Rezola, 2020, p. 100).

Observa-se que o Conselho da Revolução possuía ampla capacidade de intervenção, sendo como nos apresenta Rezola (2020) “uma superestrutura diretiva do Estado” (Rezola, 2020, p. 109), ou seja, uma instância com grande capacidade de intervenção e decisão nos rumos da transição democrática. Esse papel diretivo evidencia o poder dos militares no processo de democratização, mostrando que, mesmo após o fim do Estado Novo, ainda era um fator determinante nas transformações políticas.

No dia 26 de março, assume o IV Governo provisório, tendo duração até 8 agosto de 1975. Posteriormente, em 11 de abril de 1975, foi assinado o Pacto MFA- partidos³⁵, que reservava um lugar no futuro constitucional ao MFA³⁶, bem como lhe dava um direito de tutela sobre certos capítulos da futura Constituição. Segundo Raquel Varela (2012), o MFA possuía algumas vantagens que o colocavam em uma posição destacada para estabilizar o Estado durante o processo revolucionário: “tinha o prestígio da derrubada do regime; o apoio do PCP, o maior defensor da ‘Aliança Povo-MFA’ e o controle das armas” (Varela, 2012, p. 410). Todavia, a crise que se instalou internamente neste movimento mostra-nos, também, suas fragilidades.

O problema agrava-se quando o termo democracia é substituído por via socialista, expressão que se impõe no léxico político nacional depois do 11 de março, e da criação do CR, e que é consagrada no Pacto MFA-Partidos. Em causa está não só a definição dessa via, como também a dificuldade em clarificar o papel dos partidos políticos, sobretudo a partir do momento em que, realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte, ocorrem os primeiros confrontos violentos entre apologistas da via revolucionária e da via eleitoral. Em suma, a prossecução da revolução exige clarificações e definições, cabendo ao CR, enquanto órgão supremo da revolução, apresentar propostas nesse sentido (Rezola, 2020, p. 110).

No que tange às campanhas eleitorais que ocorreram em fins de março e em abril de 1975, um cenário de agitação emergiu. Em vista disso, realizavam-se comícios por todo Portugal, as disputas pelo poder ampliavam-se e surgia o anseio da consolidação deste, através das eleições para a Assembleia Constituinte, que ocorreriam em 25 de abril de 1975. Nesse ínterim, o Partido Socialista acabou deixando o IV Governo provisório e mais tarde o PPD (liberais) também. Posteriormente, ocorreu a queda do governo em finais de julho de 1975, fator este que resultou na formação de um novo governo provisório, em 8 de agosto de 1975, o quinto até então, formado por simpatizantes e apoiadores do PCP e liderado por Vasco Gonçalves. A partir desse desequilíbrio do poder, vale destacar as palavras de Valério Arcary (2012) no seu artigo *A revolução solitária*:

³⁵ Pacto entre o MFA e PS, PPD, PCP, MDP, FSP e CDS.

³⁶ Quanto a este fato Varela (2012) aponta que “os termos da Plataforma do acordo previam o respeito pelo Programa do MFA e defendiam que a futura Assembleia Constituinte deveria ser elaborada de acordo com o presente na Plataforma; reafirmava que não cabia à Assembleia Constituinte fazer nenhum tipo de alteração ao Governo Provisório (c-5); impedia que se pusesse em causa a institucionalização do MFA e obrigava a sua inclusão na nova Constituição (c-6)” (Varela, 2012, p. 409).

A partir do V governo provisório, no verão quente de 1975, Cunhal foi acusado pelo Partido Socialista, dirigido por Mário Soares, de estar tramando um “golpe de Praga”, ou seja, uma insurreição para tomar o poder. Soares, desafiou a hegemonia da mobilização de ruas que, até então, o PCP detinha, levando centenas de milhares às ruas contra Vasco Gonçalves e, apoiado pela hierarquia da Igreja, pela embaixada americana, e pelos governos europeus, estimulando a divisão do MFA que se expressou através do “Grupo dos Nove” (Arcary, 2012, p. 16).

Para tanto, o Partido Socialista organizava comícios e manifestações as quais tecia críticas ao MFA, ao Partido Comunista e ao Primeiro Ministro Vasco Gonçalves. Assim sendo, o PS desloca-se da aliança com o PCP em direção a um amplo bloco social que “reúne setores da direita e o PCP fica sozinho, restando-lhe como aliados setores em que o partido não confiava ou não controlava” (Varela, 2012, p. 411). Mediante o quadro de crises políticas, surgiram as divisões que se consolidaram no seio do próprio Movimento das Forças Armadas, que, por sua vez, passou por uma nova radicalização. Consequentemente, ocorriam divergências entre os militares favoráveis ao Partido Comunista e os que apoiavam outros partidos, como o Partido Socialista. Por outro lado, “desenhou-se também um bloco moderado que se reconhece no Grupo dos Nove”³⁷ (Barreto, 2017, p. 120). Esse grupo foi formado por militares liderados por Melo Antunes³⁸, no qual juntos se apresentaram contra às teses políticas presentes no documento “Aliança Povo-MFA”.

O que une os Nove é o desejo de travar o poder do primeiro-ministro e neutralizar o seu Documento-Guia. Em alternativa, apresentam uma proposta de transição gradual para a sociedade socialista, através da democracia política. A ousadia custar-lhes-á expulsão do CR, mas também a conquista de importantes apoios para sua causa, no campo militar e civil (Rezola, 2020, p. 111).

Logo, como veremos, o reflexo desse processo de instabilidade política resultou, entre julho e setembro de 1975, na elevação do número de ocupações de terras nos campos alentejanos, pois a aprovação das leis de Expropriação e Nacionalização deu gás aos sindicatos e seus aliados.

Quanto ao V Governo provisório, esse tomou posse no dia 8 de agosto de 1975, tendo durado somente até o mês de setembro. No processo de formação deste governo,

³⁷ De acordo com António Barreto (2017), “neste grupo, o Partido Socialista acreditava finalmente ter encontrado um interlocutor militar, sem o qual a sua ação teria o risco da ineficácia” (Barreto, 2017, p. 120).

³⁸ Este foi um militar e um dos membros do Conselho da Revolução.

as negociações foram marcadas pela tentativa de constituição de um governo plural, contudo sem obter sucesso.

Nas negociações para a formação do V Governo, Vasco Gonçalves procurará fazer um governo plural, dentro da órbita da esquerda, mas sem sucesso. A 29 de julho de 1975, Melo Antunes abandona a pasta dos Negócios Estrangeiros; no dia imediato, é seguido por Jorge Sampaio e João Cravinho, do MES (Movimento de Esquerda Socialista). A 4 de agosto de 1975 é a vez de Otelo Saraiva de Carvalho, próximo da extrema-esquerda. No dia 8 de agosto dá-se a tomada de posse do V Governo. Nesse mesmo dia, um grupo de militares próximos do PS — Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Vítor Alves, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves e Vítor Crespo — torna público um documento que dizia recusar “o modelo de sociedade socialista de tipo Europa Oriental” e rejeitar o modelo “de sociedade social-democrata em vigor na Europa Ocidental”, publicado na véspera, à tarde, numa edição especial do Jornal Novo. Fica conhecido como Documento dos Nove. O mesmo jornal publica nesse dia uma nota de Mário Soares exigindo a demissão de Vasco Gonçalves (Varela, 2012, p. 415).

Embora recém-formado o V Governo, já estava em curso a composição do VI. O PCP tentava se desvencilhar do V governo, já possuindo objetivos claros de se integrar ao governo seguinte. Logo, “o apoio do PCP é, desde o dia da tomada de posse, esquivo, e o partido iniciará a partir desse período um processo de crescente ruptura com a esquerda militar, que não controla na totalidade e de quem desconfia” (Varela, 2012, p. 415).

Posteriormente, Vasco Gonçalves foi retirado do poder, formando-se então o VI Governo em 19 de setembro de 1975, o qual foi chefiado por José Pinheiro de Azevedo, tendo duração até julho de 1976. Com isso, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático retornam ao poder; já o Partido Comunista continuou, porém, com uma participação menor. Assim, “é consensual entre a historiografia portuguesa que Portugal estava, durante o VI Governo, a viver uma crise político-militar e que o desfecho da Revolução se aproximava” (Varela, 2012, p. 421). A campanha anticomunista do Partido Socialista estruturava-se cada vez mais. Logo, o Partido Comunista Português foi acusado pelo Partido Socialista e seus integrantes de desejar instituir em Portugal uma ditadura comunista. Já o Partido Socialista, na busca pela hegemonia, apresentava-se como a direção política capaz de

Resgatar a liberdade das malhas da coletivização, do controle sindical, do anticatolicismo, da ditadura dos meios de comunicação social,

procurando dessa forma, consolidar o apoio dos setores intermédios da sociedade portuguesa (Varela, 2012, p. 414).

Portanto, a atuação do VI Governo foi inicialmente bem difícil, afinal, não tinham o apoio de grande parte dos militares. Por conta disso, vale ressaltar a seguinte questão: como esses acontecimentos afetaram o Alentejo em meio a esse novo cenário político? No que se refere ao aspecto, segundo António Barreto (2017), o Partido Socialista conservou o seu programa revolucionário:

Será nomeadamente o caso da reforma agrária: os socialistas são francamente favoráveis as expropriações e às várias formas de cooperativismo e mesmo de coletivismo. Em consequência, até pelo menos outubro e setembro de 1975, não se mostravam críticos do que se tinha desenrolado no Alentejo (Barreto, 2017, p. 123).

Os dois primeiros meses de governo moderado representaram o período de maior intensidade de ocupação de terras. Ainda, de acordo com o sociólogo António Barreto (2017), a razão do paradoxo reside principalmente numa medida tomada pelos ministros das Finanças e da Agricultura (Salgado Zenha e Lopes Cardoso) “que forneceram os créditos públicos, com aval ou garantia do Estado, ao pagamento de salários nas herdades ocupadas” (Barreto, 2017, p. 123).

Em fins de 1975, a crise econômica, política e social se alastrou em todo o país. Reflexo da crise política, a crise econômica encontrará ainda certos impulsos, tais como: “a parada da emigração, dificuldades econômicas dos países ocidentais, choque petrolífero, desemprego nas cidades e nos campos” (Barreto, 2017, p. 124). Em novembro de 1975, além da independência de Angola, com a supremacia absoluta do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), existiram fatores que fizeram com que o referido mês fosse decisivo, afinal, ocorrera uma série de greves, e por conta disso, o governo se sentia impotente e exigia do presidente da República certa autoridade. Quanto à questão aqui mencionada, ainda de acordo com António Barreto (2017),

Não será por iniciativa do presidente da República que o governo obtém o que deseja e precisa. O presidente encarna pessoalmente a dualidade do poder. Depois de ter dado saída a Vasco Gonçalves e posse a Pinheiro de Azevedo, o general Costa Gomes recebe os manifestantes revolucionários a 20 de novembro, a quem afirma que em Portugal não haverá jamais uma social-democracia. Quando o governo entra em greve, o presidente não deixará de o censurar, em nome próprio e do Conselho da Revolução, de que é o presidente também (Barreto, 2017, p. 126).

A Assembleia Constituinte, que tinha se formado, possuía o papel central de elaborar uma nova Constituição para o país. Logo, nessa altura já estavam aprovados: a “transição para o socialismo, a apropriação coletiva dos meios de produção, o controle de gestão das empresas públicas ou privadas, a autogestão e a reforma agrária, incluindo a coletivização dos campos” (Barreto, 2017, p. 125). Nesse processo, em 12 de novembro de 1975, ocorreu uma manifestação de milhares de trabalhadores portugueses, que cercaram por dois dias “o palácio de São Bento em Lisboa, onde se encontrava a Assembleia Constituinte” (Varela, 2012, p. 421). Essa manifestação partiu, essencialmente, dos trabalhadores da construção civil que queriam apresentar suas reivindicações laborais ao Ministério do Trabalho. Contudo, com a recusa em atendê-los, logo se transformou em uma mobilização contra o VI Governo, que resolveu suspender suas funções no dia 20 de novembro.

Entre 20 e 23 de novembro, os socialistas realizaram uma sequência de comícios e manifestações, nas quais criticavam abertamente o presidente da República Costa Gomes. De acordo com António Barreto (2017),

Por outro lado, discretamente, oficiais preparam respostas e várias unidades se aprontam. Ramalho Eanes, Garcia dos Santos, Loureiro dos Santos, Pires Veloso, Jaime Neves e o Grupo dos Nove, entre outros, conduzem uma operação cuidadosamente estudada. Em jeito de contragolpe os revolucionários são derrotados. O estado de sítio dura poucos dias. A relação de forças mudou completamente (Barreto, 2017, p. 127).

Em 25 de novembro, na sequência da declaração de estado de sítio em Lisboa e da suspensão temporária e parcial das liberdades democráticas, ocorreu a consolidação de um novo cenário político. Posto isso, quando o governo retorna às suas funções, mudanças no Conselho da Revolução consolidaram os novos equilíbrios políticos, afinal foi reduzido substancialmente seus poderes. Na administração e nas Forças Armadas, os dirigentes e comunistas foram sendo gradativamente substituídos.

Logo, um segundo Pacto-MFA-partidos³⁹ foi assinado. Nele, os militares acabaram perdendo muitos de seus antigos privilégios políticos, especialmente no que se

³⁹ De acordo com António Barreto (2017) “o segundo pacto, assinado a 26 de fevereiro de 1976, dá satisfação ao PS, ao PPD e ao CDS. O PC também assina, reconhecendo com realismo, as novas relações de forças. Os próprios militares parecem satisfeitos: ficam com lugar honroso. Conservam uma larga autonomia política e jurisdicional, além de assegurarem as funções de tribunal constitucional. Em certo

referia à questão de possuírem o poder de interferência na composição da Constituição. As futuras eleições legislativas e presidenciais passaram a ser a principal preocupação dos partidos durante o início de 1976. De acordo com António Barreto (2017), os confrontos políticos entre os militares tiveram uma trégua, uma vez que o mais importante no momento seria a consolidação da Constituição e das eleições presidenciais, tão esperadas pelos quatro partidos, na busca pelo poder e hegemonia: PS, PC, PPD, CDS (respectivamente Partido Socialista; Partido Comunista; Partido Popular Democrático; Centro Democrático e Social).

O texto da Constituição, por sua vez, foi promulgado em 2 de abril, entrando em vigor no fim do referido mês. Nessas condições, a vida política e social de Portugal em 1976 tomou novos rumos. Entretanto, as marcas de 1975 ainda eram sentidas, pois o país vivia o reflexo daquilo que foi uma intensa luta social e política. A sociedade estava dividida e nítidos problemas ainda existiam, porém todos os partidos desejavam que ocorressem as eleições e, para isso, não almejavam que novos conflitos viessem à tona.

No que se refere especificamente ao Alentejo no ano de 1976, como veremos, o PCP ainda exercia forte influência sob a região. Todavia, a agitação no período citado decresce, uma vez que o principal interesse das Unidades Coletivas de Produção (UCP), que foram modelos coletivistas de exploração agrícola, era a legalização, fator este que levará à publicação dos seus estatutos. No que se refere às Associações de Agricultores, estas estavam mais agitadas, pois teciam críticas, juntamente com o PCP, ao então Ministro da Agricultura Lopes Cardoso, por conta das suas condutas referentes às terras alentejanas. Logo, “depois de uma comissão de análise dos problemas decorrentes da reforma agrária, o ministério mandou entregar a terra a umas centenas de seareiros e outros pequenos agricultores” (Barreto, 2017, p. 131). Esta ação configurou-se em uma resposta à crescente pressão social e política por uma redistribuição das terras na região. Tal medida refletiu em uma tentativa do governo de conciliar diferentes interesses presentes no campo. De um lado, estavam as Unidades Coletivas de Produção (UCP); do outro, as Associações de Agricultores, que representavam pequenos proprietários e trabalhadores rurais com reivindicações voltadas à posse individual e ao apoio técnico e econômico estatal. O Ministro Lopes Cardoso, criticado por ambos os lados, visou atender à demanda por redistribuição de terras mediante a identificação de áreas disponíveis e a priorização de seareiros e pequenos agricultores, que já possuíam vínculos

sentido, os militares conseguiram o essencial: não serão julgados pelo apoio ao antigo regime e à guerra colonial, nem pela descolonização ou pelos excessos da revolução” (Barreto, 2017, p. 130).

históricos ou econômicos com a terra, mas careciam de direitos formais sobre ela. Isso, no entanto, gerou atritos. As UCP viam na medida uma ameaça à manutenção de grandes propriedades sob controle coletivo; como contraponto, as Associações de Agricultores consideravam insuficientes as ações ministeriais e criticavam o ritmo lento e as condições impostas para o acesso às terras.

Assim, o episódio aqui narrado evidenciou como o Estado, no contexto do PREC, desempenhou um papel mediador entre diferentes forças sociais. Além disso, a medida marcou uma transição de um ideal revolucionário mais radical para uma prática que buscava maior estabilidade política, econômica e social.

No tocante às eleições presidenciais, o PS encaminhou aos militares os nomes dos três oficiais que estava propenso a apoiar, estes escolheram o nome de Ramalho Eanes.

Outros dois partidos (PPD e CDS) destinaram apoio a este candidato também. O PCP apoiou Octávio Pato, visto que este foi um dos dirigentes e militantes do partido. Além disso, Pinheiro de Azevedo decidiu concorrer também, não se conformando com a falta de apoio dos partidos que compuseram o VI Governo provisório, do qual fez parte. Otelo Saraiva de Carvalho, por sua vez, apresentou-se em nome de outros partidos da esquerda.

Dito isso, nota-se que o processo de formação de um Estado democrático em Portugal foi marcado por uma intensa luta de diferentes projetos que buscavam a hegemonia. Quem venceu as eleições presidenciais de 27 de junho de 1976 foi Ramalho Eanes. As bases do Estado constitucional e democrático representativo encontravam-se criadas. Logo, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, seria nomeado primeiro-ministro do país.

Constata-se que o ano de 1976 foi crucial para a história política de Portugal, visto que representou a consolidação do processo de transição política para um Estado democrático, após décadas de ditadura do regime estadonovista. Portanto, a promulgação da Constituição portuguesa de 1976 foi importante para estabelecer os princípios e as bases institucionais para a nova ordem democrática de Portugal. Isso perpassou pelas questões da separação dos poderes, garantindo a independência das instituições do Estado, com ressalva nos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e de imprensa, bem como estabelecendo a soberania popular com base na legitimidade do Estado, com eleições livres, feitas regularmente e o princípio da descentralização administrativa, marcando uma maior autonomia das regiões.

A partir desse momento, o país realizou eleições regulares, desenvolveu instituições democráticas, fortificando o Estado de direito. O novo sistema político

permitiu a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, atual União Europeia (UE), contribuindo para a modernização e o desenvolvimento do país. Em síntese, o processo de formação de um Estado democrático resultou na superação de décadas de autoritarismo e o estabelecimento de uma nova ordem baseada nos princípios da liberdade, igualdade e justiça social. Posteriormente, nos demais capítulos, busca-se apresentar que tais dinâmicas e mudanças de poderes tiveram significativos reflexos no decorrer da revolução agrária que aconteceu no Alentejo.

2 A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DURANTE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO (PREC) E O PAPEL DESEMPENHADO PELA IMPRENSA

O momento histórico que está sendo discutido nesse trabalho foi marcado por diversas disputas políticas para a implantação de projetos que visavam transforma-se em hegemônicos, assim como por constantes embates entre as classes presentes na Sociedade Civil e na Sociedade Política de Portugal.

O objetivo desse capítulo é apresentar os acontecimentos mais significativos do processo da reforma agrária portuguesa, destacando como diferentes projetos políticos buscavam a consolidação de seu poder na região. Portanto, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), as ideias da esquerda, sobretudo do Partido Comunista Português e do Partido Socialista, exerceram influências significativas, desempenhando importantes papéis na definição das políticas de transição e na implementação de reformas socioeconômicas, como foi o caso da reforma agrária.

Diante do exposto, nota-se que no processo desencadeado no pós-Revolução, distintos interesses políticos surgiram. Logo, houve aqui a tentativa de resumir o cenário para entender os reflexos políticos que ocorreram nos campos do sul de Portugal, visto que se abriu no país, durante o “biênio 1974–1975, a mais grave crise do Estado, e deu-se início a última revolução da Europa Ocidental no pós-guerra a colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção” (Alcântara; Paço; Varela, 2014, p. 217).

A crise de Estado transformou-se em uma crise revolucionária, que durou até 25 de novembro de 1975. Ao lançar reflexões sobre o tema da reforma agrária, pode-se compreender as transformações sociais e políticas que ocorreram em Portugal e sua relevância no contexto político global. Como já destacado, o Alentejo era marcado por um modelo agrário centralizador, com latifúndios controlados por uma elite agrária que explorava uma massa de trabalhadores e possuía seus interesses defendidos pelo regime estadonovista. Logo, após a Revolução de 1974, e com o surgimento do PREC, que trouxe uma série de medidas revolucionárias, o Alentejo se tornou um foco de luta pela posse da terra, revelando um processo no qual sindicatos e comitês de trabalhadores rurais, iniciaram a ocupação de terras e desafiaram o *status quo* agrário.

Nota-se que esse cenário foi debatido pela imprensa, que desempenhou um papel central na forma como a sociedade portuguesa compreendeu e se posicionou em relação à reforma agrária. Assim, durante o PREC, a imprensa portuguesa vivenciou um período

de intensa polarização, com jornais e revistas tomando posições claras em relação às mudanças em curso no país. Portanto, no processo de luta pela reforma agrária no Alentejo, os jornais veicularam visões antagônicas, que variavam conforme as inclinações políticas desses veículos de comunicação.

Vale destacar que a imprensa foi crucial para documentar os eventos e para o processo de difusão de ideologias, influenciando a opinião pública. Ademais, com o capítulo em questão visa-se também analisar o papel desempenhado pelos jornais, por meio da análise teórica e metodológica dessa fonte.

2.1 “A TERRA A QUEM TRABALHA”: A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO

Quando se analisam as interações entre poder, propriedade e produção, nota-se que é possível refletir acerca dos padrões, desafios e perspectivas que permeiam a questão agrária globalmente. No século XX, várias partes do mundo viveram revoluções agrárias, buscando reformas que objetivavam a redistribuição da posse de terras assim como a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

No caso de Portugal, a reforma agrária implementada no Alentejo foi um processo marcante que levou a mudanças significativas na estrutura fundiária do país, bem como nas relações de poder e nas condições socioeconômicas da região. A reforma agrária visava a redistribuição da terra, em um momento que se buscava a justiça social. Contudo, se constituiu em um movimento que gerou desafios para a história política do país, visto que mobilizou grupos políticos na luta pelo poder e na busca pela manutenção da hegemonia na região.

Nessas circunstâncias, após a Revolução dos Cravos, se formou um cenário de intensas agitações políticas e mudanças, marcado por embates de diferentes projetos políticos que ecoaram diretamente na região alentejana.

Apesar de não possuírem qualquer estrutura organizativa a data do 25 de abril de 1974 e das últimas lutas reivindicativas remontarem a 1962 (onde é conquistado o horário de trabalho diário de oito horas), os assalariados rurais, a partir de junho de 1974, constituem sindicatos de âmbito distrital, aprovam cadernos reivindicativos onde consta a exigência de aumentos salariais e a garantia de emprego, e iniciam, de imediato, um processo negocial, concelho a concelho, com os agricultores organizados na ALA. Destas negociações resultam a assinatura das primeiras convenções de trabalho rural, para vigorarem só durante o verão de 1974, as quais incluem a quase totalidade das reivindicações dos trabalhadores agrícolas. Por exemplo, no distrito de

Beja, Alentejo—paredes meias com a Andaluzia—, sul de Portugal, os trabalhadores agrícolas conseguem, pela jornada de trabalho de 8 horas, 160\$00 para os trabalhadores gerais, homens, e 120\$00 para as mulheres, quando, em 1973, os valores praticados eram, respectivamente, de 80\$00 e 45\$00 (Estatísticas Agrícolas para o Distrito de Beja, 1976) e garantia de emprego para todos os homens e mulheres cabeça de casal (Varela; Piçarra, 2016, p. 1191).

Paradoxalmente, os primeiros a se mobilizarem foram os grandes proprietários agrícolas, que organizaram em maio de 1974, por meio da liderança dos empresários, a Associação Livre de Agricultores (ALA), constituindo-se em uma antecipada defesa em relação a uma eventual reforma agrária na zona do latifúndio. Por conseguinte, nesse processo “cerca de um mês depois, em junho, surgiram as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, procurando enquadrar e dar resposta aos anseios das classes intermédias do mundo rural do país” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1191).

Para tanto, o momento que Portugal viveu para o processo de transição democrática mudou radicalmente o rumo da vida social e política. Isso ocorreu com os grupos das elites, muitos dos quais se viram despojados dos seus bens e meios de subsistência, assim como das classes tradicionalmente menos privilegiadas, que assumiram em muitos casos a liderança das instituições emergentes, como os sindicatos e as novas unidades de produção, constituídas a partir dos bens Nacionalizados e Expropriados (Almeida, 2006). Membros das classes menos privilegiadas tomaram conta dos principais cargos de poder local, revertendo a condição de sabotagem econômica⁴⁰ em que se encontravam. Assim, o movimento teve uma significativa adesão popular, apresentando uma forte resistência.

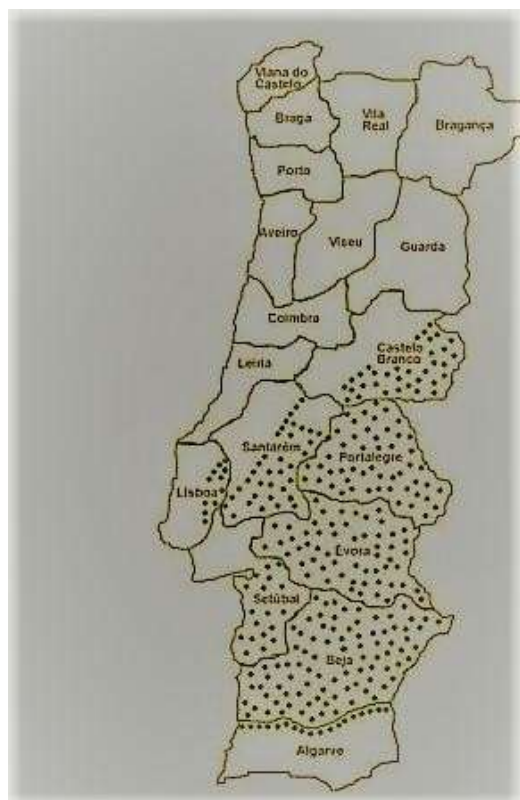
Foi uma demonstração da capacidade dos trabalhadores em encontrar respostas genuínas, criativas, inovadoras para os mais complexos problemas e distintos desafios que tiveram de enfrentar. Foi o testemunho da sua generosidade e do seu humanismo, da sua sede de justiça sem vinganças. Foi uma prova da sua superior maturidade, coragem e determinação. Foi uma confirmação da sua elevada

⁴⁰ Esse termo é usado por muitos autores que falam sobre a reforma agrária no Alentejo para se referir as ações astuciosas dos latifundiários para prejudicar os trabalhadores rurais. Soeiro (2013) apresenta as expressões destas sabotagens: “recusa em fazer os trabalhos agrícolas nas datas próprias; destruição ostensiva da produção agrícola e pecuária; redução intencional das adubações; realização simulada de culturas; realização intencional de culturas impróprias para determinados terrenos (trigo em zonas de aveia e aveia em zonas de trigo); realização de culturas pobres em zonas ricas; recusa em dar emprego aos milhares de desempregados; recusa em cumprir contratos coletivos de trabalho e em pagar salários por trabalhos já realizados; pagamentos dos salários aos trabalhadores impedindo, ao mesmo tempo, a realização de trabalhos agrícolas; lançamento no desemprego de muitos milhares de trabalhadores; arranque de milhares de árvores de fruto; recusa em arrendar terras mesmo daquelas arrendadas em anos anteriores” (Soeiro, 2013, p. 171).

consciência de classe, social e política, assim como, da sua vontade e empenho em construir uma nova, moderna e próspera agricultura. Foi uma confirmação da sua ambição altruísta de querer pôr a terra ao serviço de toda sua comunidade (Soeiro, 2013, p. 19).

A região que aqui discute-se inclui o Alentejo e uma parte do Ribatejo. Desde 1976, passou a ser designada de Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA), concebida através do Decreto-Lei n.º 236-B/76. Na figura 1, tem-se um mapa que apresenta as regiões, cujos limites marcaram a esfera de aplicação das leis fundiárias de Expropriação e Nacionalização.

Figura 8 – Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)



Fonte: Varela e Piçarra (2016, p. 1198).

A ZIRA abrangeu a totalidade dos quatro distritos alentejanos: Beja, Évora, Portalegre e Setúbal⁴¹, de acordo com o ilustrado na figura 1, assim como vários concelhos dos distritos de Lisboa⁴², Santarém⁴³ e Castelo Branco⁴⁴, além de freguesias do

⁴¹ Mais especificamente os concelhos do Sul do distrito de Setúbal.

⁴² Os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja do distrito de Lisboa

⁴³ Mais especificamente onze concelhos do distrito de Santarém.

⁴⁴ Os concelhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão do distrito de Castelo Branco.

distrito de Faro⁴⁵. Todavia, por sua relevância histórica, é comum encontrar referências à ZIRA como se apenas do Alentejo se tratasse.

Por conseguinte, os trabalhadores rurais se mobilizaram em defesa do Processo Revolucionário em Curso, efetuando ações contra a propriedade privada e a liberdade empresarial. Nos campos do sul do país, com a transição política, ocorreu a mobilização de milhares de pessoas, principalmente dos trabalhadores rurais. Esse processo que se abriu na região transformou profundamente as estruturas da grande propriedade. Logo, nas forças políticas que tiveram uma atuação ativa após Revolução dos Cravos (o MFA, PCP, PS) cresceram interesses em particular pela região.

Alguns autores do campo historiográfico e das ciências sociais se propuseram a analisar os reflexos políticos, econômicos e sociais do golpe militar de 25 de abril no Alentejo. Nota-se que as suas contribuições romperam com as análises que se centraram em refletir sobre os reflexos da Revolução dos Cravos somente no eixo urbano do país. Entende-se que é necessário apresentar as perspectivas conceituais e interpretativas de determinados autores que nos esclarecem sobre a reforma agrária do Alentejo, mediante ricos debates que possuem pontos de convergências, mas que também têm algumas divergências em suas interpretações.

Dito isso, para António Murteira (2004), nos seus escritos que compõem a obra *Uma revolução na revolução — Reforma Agrária no Sul de Portugal*, a grande originalidade da reforma agrária “está associada ao fato desta ter comportado protagonistas, objetivos e resultados novos que a diferenciou de todas as outras mudanças na posse e uso da terra, ocorridas nos nove séculos de história do país” (Murteira, 2004, p. 17). Em proximidade com essa análise, nota-se que José Soeiro (2013), na sua obra *Reforma agrária — a Revolução no Alentejo*, apresenta a reforma agrária como a “mais progressista e audaciosa transformação ocorrida nos campos do Alentejo e de Portugal no decorrer de sua longa trajetória histórica” (Soeiro, 2013, p. 17).

António Barreto (2017), por sua vez, mostra um olhar bem detalhado e factual de um sociólogo que centra sua reflexão no processo desencadeado nos campos do sul do país, evidenciando como o Partido Comunista Português possuiu uma importante atuação na região. Uma das teses da sua obra *Anatomia de uma Revolução — A reforma agrária em Portugal (1974–1976)* é a de que a reforma agrária alentejana “é um fruto da revolução de abril e o território alentejano aproximou-se do estatuto de um Estado dentro do Estado”

⁴⁵ Mais especificamente treze freguesias do distrito de Faro.

(Barreto, 2017, p. 13). Portanto, devido à dinâmica política, social e econômica singular que emergiu durante o processo de reforma agrária no período revolucionário segundo Barreto, o controle das terras expropriadas e a organização das unidades coletivas de produção deram aos trabalhadores alentejanos um grau de autonomia inédito, com estruturas de poder locais que, em muitos casos, funcionavam paralelamente ou até de forma independente em relação ao Estado. Fica evidente que, para o autor, essa configuração resultou em uma governança territorial que refletia diretamente os ideais da revolução, criando um cenário de autonomia funcional que simbolizava um Estado alternativo na estrutura nacional.

Cabe destacar que, antes do processo de luta pela reforma agrária, o cenário encontrado em Portugal era o de predomínio do latifúndio, reflexo da forte defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais durante o Estado Novo. As classes trabalhadoras dos campos alentejanos (assalariados rurais, *rendeiros*⁴⁶, *seareiros*⁴⁷, *foreiros*⁴⁸) não tinham acesso à posse da terra. Por conta disso, o processo da reforma agrária, desencadeado no âmbito da Revolução dos Cravos, que contou com o apoio do MFA e dos governos provisórios, “contribuiu no plano político para a acentuada limitação do poder da classe dos grandes proprietários” (Murteira, 2004, p. 17).

A reforma agrária, para José Soeiro (2013), foi a resposta de homens e mulheres “que forjados em condições inumanas, desapossados, ao longo de gerações, de direitos elementares, não hesitaram e, em boa hora, ousaram tomar em suas mãos a terra que trabalhavam” (Soeiro, 2013, p. 18).

Observa-se que José Soeiro (2013) renova a perspectiva interpretativa acerca dos trabalhadores rurais. Embora intérprete, assim como António Barreto (2017), o comunismo como a expressão da esperança desses trabalhadores rurais, ainda que influenciados pelo PCP, os trabalhadores dos campos do sul de Portugal é que decidiam o percurso a ser seguido – segundo o autor. Logo, diz que “a Revolução no Alentejo, importante componente da Revolução de abril, foi obra coletiva. Foi consequência de uma consciência de classe, social e política adquirida no viver sofrido de gerações” (Soeiro, 2013, p. 20). Com isso, a reforma agrária alentejana possuiu objetivos,

⁴⁶ Os *rendeiros* formavam o grupo de agricultores que arrendavam terras dos latifundiários, em troca do direito de explorá-las por um dado valor pago em dinheiro ou em parte da produção agrícola.

⁴⁷ Eram trabalhadores rurais sazonais que dependiam diretamente de trabalhos temporários ofertados pelos latifundiários.

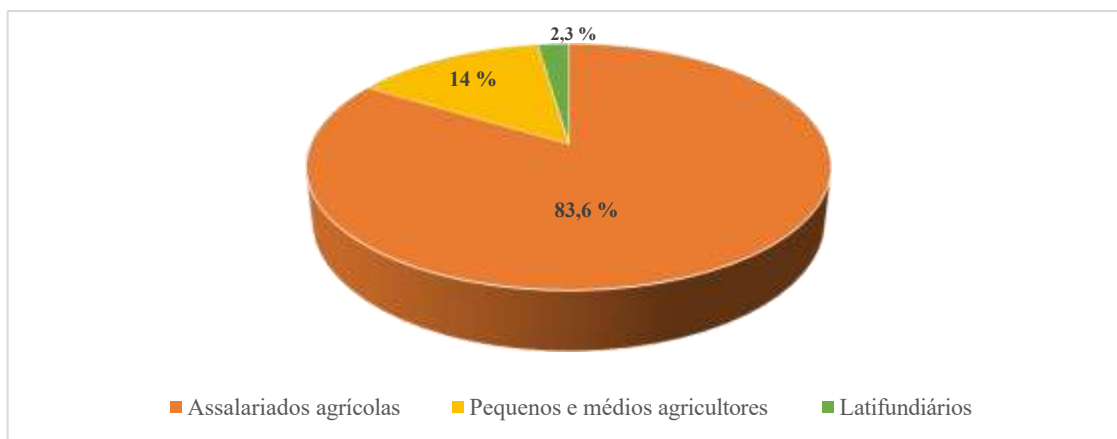
⁴⁸ Eram agricultores que possuíam o direito de uso da terra a partir do regime de *foro*, que foi um sistema no qual era pago um tributo anual aos donos das terras. Estes possuíam uma maior estabilidade no uso da terra.

organização e a força de um povo, que estava indignado com cenário vigente desde o Estado Novo.

Para António Murteira (2004), a terra, como suporte básico da organização da atividade econômica agrária e fonte de poder, constitui o cerne de toda a reforma agrária, “implicando na transferência de posse e de uso da terra e dos meios de produção de classes velhas para as novas. O resultado disto implicará em novas relações sociais e de produção” (Murteira, 2004, p. 17).

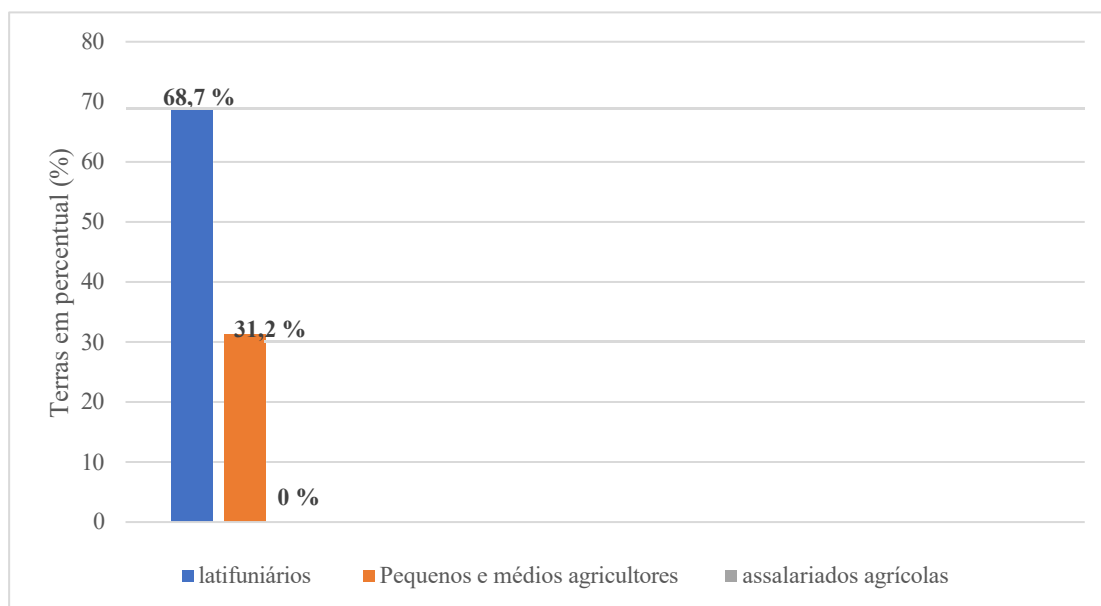
Antes da Revolução dos Cravos e da reforma agrária, a vida no Alentejo era marcada por três classes centrais: os latifundiários que eram os grandes empresários agrícolas capitalistas (estavam em minoria e possuíam o maior quantitativo de terras); os pequenos e médios agricultores (que pertenciam à pequena agricultura patronal, à agricultura familiar e semifamiliar); e os assalariados agrícolas (que não possuíam terras, nem meios de produção e não tinham trabalhos fixos, sendo amplamente explorados e vivendo na miséria – estes eram a maioria). Os gráficos a seguir apresentam o percentual correspondente à composição de cada uma destas classes, assim como o de terras que possuíam:

Gráfico 1 – Percentual da população das três classes sociais antes da Revolução de 25 de Abril



Fonte: elaborado pela autora, com base em Murteira (2004).

Gráfico 2 – Percentual do número de terras que cada classe possuía antes da Revolução de 25 de Abril



Fonte: elaborado pela autora, com base em Murteira (2004).

O gráfico 1 apresenta o percentual da população de cada uma dessas classes, antes da Revolução dos Cravos, ao passo que o gráfico 2 revela o percentual de terras que cada classe possuía. Portanto, nota-se que o percentual de terras que os latifundiários detinham correspondia a 68,7%, representando 2.200.000 (dois milhões e duzentos mil) de hectares, enquanto os pequenos e médios agricultores possuíam 31,2% de terras, o que correspondia a 1.000.000 (um milhão) de hectares.

Quando se faz a comparação quanto ao percentual das classes e o de terras que possuíam, percebe-se uma diferença, afinal um percentual pequeno (no caso dos latifundiários) de 2,3% concentravam o maior quantitativo de terras (68,7%), enquanto que a contrapartida é a classe mais numerosa (a dos assalariados agrícolas), que tinha um percentual correspondente a 83,6% da população ativa, e não desfrutavam do acesso às terras. Com tais gráficos, evidencia-se uma clara condição de sabotagem econômica e de concentração de terras nas mãos de poucos.

Uma questão que também deve ser analisada nessa pesquisa refere-se ao índice populacional de Portugal e a porcentagem que residia no Alentejo à época. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal, o índice populacional do país na década de 1970 era estimado em cerca 8.663.252 de habitantes. António Barreto (2017) apresenta um valor aproximado de 8.100.000 de habitantes, destacando que 32% desse total correspondia à população agrícola. Para ele, isso representava uma repartição desigual da

população no território nacional, afinal, “nos distritos do norte, a densidade média atinge valores próximos a 150 habitantes por quilômetros quadrados, enquanto nos do Sul não chega a 28” (Barreto, 2017, p. 37).

Vale apontar também o índice populacional apresentado por Marcos Olímpio Gomes dos Santos (2011), no qual ressalta que – entre 1960 e 1970 – o Alentejo viu diminuir a sua população de 667.479 habitantes para 523.479, de modo que “perdeu cerca de 20 por cento da população, sobretudo em Beja. Houve ainda entre 8 a 10 mil ativos que transitaram da agricultura para outro sector, no Alentejo” (Santos, 2011, p. 27). Ainda de acordo com o sociólogo, cerca 60.000 indivíduos deixaram a agricultura para destinar-se às zonas industriais de Lisboa e Setúbal, Algarve e Sines, de modo a exercerem atividades no âmbito da construção civil. Além disso, “os que viviam em povoações relativamente próximas destes centros de atração deslocavam-se semanalmente para os seus locais de trabalho e regressavam ao Alentejo aos fins de semana” (Santos, 2011, p. 27).

Quanto ao reflexo do cenário político na região, o II Governo provisório assumiu em 18 de julho de 1974 com o principal objetivo de melhor executar o programa do MFA. Posteriormente, o mês de agosto foi marcado pela consagração legal dos direitos a greve e de reunião em lugares públicos. Ademais, neste referido mês foi ainda publicada uma “legislação relativa ao direito a caça, uma das primeiras reivindicações tradicionalmente exigidas após as revoluções portuguesas” (Almeida, 2013, p. 145). O primeiro decreto, n.º 354-A/74, regulamentava a questão rural e criava as associações livres de caçadores, permitindo a caça. Um dos pontos considerado eixo de confronto foi o fato de existir policiamento particular na propriedade privada. Embora fosse autorizada legalmente, a caça só ocorreria, de fato, caso houvesse a permissão do proprietário.

Logo após o 25 de abril começaram a ver-se na imprensa exigências para uma nova legislação a este respeito. Havia um simbolismo neste tema que foi importante neste período. Por um lado, a caça como um privilégio dos ricos e como indicador do abandono, da delapidação das potencialidades agrícolas, por conseguinte do latifundismo, portanto, algo a desafiar, a abater; por outro, a vontade por parte de uma grande população de ter acesso a algo que anteriormente estava vedado (Almeida, 2013, p. 146).

Não só as populações locais passaram a caçar em maior quantidade, como também se verificou “um intenso movimento de avanço da população urbana sobre os campos” (Almeida, 2013, p. 147). O ambiente conflituoso e de intimidação por parte dos

trabalhadores rurais, em detrimento dos grandes proprietários, teve sua gênese nos sindicatos, principais responsáveis pelas reivindicações.

A linguagem inflamou-se e os relatórios das comissões sindicais dos distritos alentejanos para o governo de Lisboa começam a incluir listas de herdades onde consideramos objetivamente uma sabotagem econômica por parte dos agrários. Para marcar sua presença na região e contribuir para o aumento da autoconfiança e da força dos trabalhadores rurais, o PCP multiplicou os comícios e manifestações por todo Alentejo (Almeida, 2013, p. 147).

Mediante isso, observa-se que a reforma agrária foi obra dos trabalhadores agrícolas, sendo resultado das suas forças organizadas nos sindicatos que – após a Revolução dos Cravos – foram formados. Durante tal processo, estes foram apoiados pelo Partido Comunista Português, que lançou a palavra de ordem **A terra a quem trabalha**. Para José Soeiro (2013), “tornou-se um partido fundamental para o sucesso na formação, ação e afirmação dos jovens sindicatos agrícolas criados imediatamente após o 25 de abril de 1974” (Soeiro, 2013, p. 21).

Cabe destacar que os sindicatos agrícolas só passaram a existir formalmente após a queda do Estado Novo, como pode ser analisado na Ata da reunião realizada no dia 02 de junho de 1974, na cidade de Beja, na qual os trabalhadores agrícolas de diferentes concelhos se fizeram presentes e discutiram a organização do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja: “o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas que unirá todos os camponeses e camponesas (incluindo os tractoristas), com o objetivo de defender os seus interesses face à entidade patronal, ou seja, os agrários” (Soeiro, 2013, p. 36). Durante essa reunião, foram discutidas e aprovadas as três reivindicações que seriam levadas aos latifundiários: “a primeira dizia respeito ao aumento das jornas; a segunda, a redução e consagração do horário de trabalho semanal; a terceira, a mais discutida e desejada, à garantia de emprego para todos os trabalhadores agrícolas” (Soeiro, 2013, p. 37).

Na busca pela garantia da direção do processo reivindicativo, foi formado o Secretariado da Comissão Distrital Pró-Sindicato, composto por Francisco Batista, José Mota, José Soeiro, José Vicente e Manuel Godinho, cuja formação introduziu a convocação da paralisação geral do setor agrícola em todo o concelho de Beja, em defesa das reivindicações apresentadas. Por conseguinte, no dia 20 de junho de 1974, entra em vigor a primeira Convenção de Trabalho, sendo válida para o período de 20 de junho a

30 de setembro, que seria “o período das colheitas” (Soeiro, 2013, p. 39). Ademais, com essa Convenção, consagram-se:

Aumentos dos salários diários: dos tractoristas, de 80/100\$00 para 190\$00; dos outros trabalhadores, de 60/70\$00 para 160\$00; das mulheres, de 35/40\$00 para 120\$00. O horário de trabalho foi reduzido para 44 horas semanais. Ficou consagrado o pagamento a dobrar de domingos e feriados, quando trabalhados, e as horas-extra e tardes de sábado, pagas com um acréscimo de mais de 50% se trabalhadas. Contudo, a conquista fundamental, mais importante, mais difícil de alcançar e determinante para todo o processo futuro foi a consagração da garantia de trabalho para todos os trabalhadores agrícolas desempregados (Soeiro, 2013, p. 39).

Observa-se que, à medida que a organização dos trabalhadores agrícolas se consolida, fortaleceu-se a atuação dos sindicatos, fazendo com que o tema da reforma agrária ganhasse força. A primeira Convenção que ocorreu em Beja logo se transformou em objetivo para outros concelhos, afinal as conquistas alcançadas tornaram-se referências para serem concretizadas em todo Alentejo. Em exposição enviada ao governo pela Liga dos Pequenos Agricultores de Beja, em 14 de agosto de 1974, publicadas no jornal *Diário do Alentejo*, apresentava uma série de reivindicações, tanto imediatas quanto de longo prazo, para transformar o cenário agrícola. Entre as medidas urgentes, solicitava que os tratamentos fitossanitários dos olivais fossem realizados coletivamente com apoio estatal, evitando beneficiar apenas grandes propriedades. Propunha também substituir as Estações Agrárias por Centros de Apoio Técnico e abolir a exigência de carta de condução para trabalhadores analfabetos, além de revisar o sistema de bônus de combustível. Demandava ainda a extinção dos Grêmios da Lavoura, substituindo-os pela Liga, assim como a participação desta na formulação de leis sobre associativismo, com apoio econômico e técnico para formar cooperativas agrícolas. Em uma perspectiva de longo prazo, reivindicava a criação de circuitos diretos para fornecimento de insumos agrícolas, a entrega de propriedades do Estado aos sindicatos para exploração cooperativa e a intervenção do governo em herdades improdutivas, elaborando planos de cultivo ajustados. Além disso, pedia a inclusão dos trabalhadores rurais em esquemas de Previdência com assistência médica, a instalação de indústrias de transformação para combater o subemprego, o aumento da produção de cevada e o apoio à viticultura, com reorganização das adegas cooperativas. Incentivava também a introdução de novas culturas, o uso sustentável da água, o reflorestamento e a criação de um Ministério da Agricultura. O ponto central era a criação do Instituto de Reforma Agrária, visando

estudar e transformar as bases da agricultura alentejana (*Diário do Alentejo*, 14 de agosto de 1974).

Em setembro de 1974, o movimento inicia uma nova fase marcada pelas negociações em torno do Caderno Reivindicativo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, “defendia-se a verticalização do setor e definiam-se categorias profissionais” (Soeiro, 2013, p. 53).

Nessa acepção, recorrendo às palavras de António Murteira (2004), a reforma agrária propôs-se responder à satisfação de dois direitos fundamentais de todo ser humano e de todos os povos, “o direito à liberdade e ao pão” (Murteira, 2004, p. 18). Logo, a questão central que gerou o quadro conflituoso no Alentejo foi a que se referia a solução do desemprego dos trabalhadores agrícolas.

Perante a pretensão dos sindicatos em verem garantido emprego para todos os assalariados rurais, os grandes proprietários respondem a uma só voz que a questão do desemprego rural, é um problema que os transcende, competindo ao governo solucioná-lo. Nesta conformidade, muitos destes agricultores colocam-se à margem do processo de distribuição de trabalhadores, forma encontrada de resolução do desemprego rural invocando não só a ilegalidade destas distribuições, mas também a dos próprios acordos assinados (Varela; Piçarra, 2016, p. 1192).

Durante o Estado Novo, as leis laborais existentes não se aplicavam aos trabalhadores rurais. Estes não podiam sequer exigir seus direitos, vivendo uma situação na qual os salários eram muito baixos e incertos no valor.

Direito a férias, nem em sonho. Quando muito os trabalhadores permanentes tinham uns dias anuais de dispensa, sempre poucos e, claro, sem qualquer vencimento. Muito menos com subsídio. Os outros, a maioria, não precisavam de férias. Para os latifundiários e grandes agrários capitalistas, os quatro, cinco, seis meses de desemprego a que condenavam os trabalhadores todos os anos, eram mais do que suficientes (Soeiro, 2013, p. 27).

Ainda de acordo com José Soeiro (2013), a estes estava vedada toda e qualquer forma legal de organização, “em virtude disto, qualquer reivindicação ou protesto resultava na repressão e, conseqüentemente, na prisão” (Soeiro, 2013, p. 27). Assim, após o fim do Estado Novo, os objetivos dos trabalhadores rurais foram muito além da ocupação e do desejo de pôr fim ao latifúndio. Retomando as análises de António Murteira (2004), eles “propõem-se, em cooperação com os pequenos e médios

agricultores, criar as condições para o surgimento e desenvolvimento de uma economia mista, assim como, de novas relações sociais e de produção” (Murteira, 2004, p. 18). Portanto, depreende-se que o processo inspirou no plano legislativo uma nova legalidade, visto que, “erguia-se uma reforma agrária que ultrapassava o mero quadro latifundista e antes se propunha como alternativa ao capitalismo agrário” (Barros, 1979, p. 44).

Ao se analisar as duras condições de vida e de trabalho que esses assalariados rurais viviam, compreende-se melhor o motivo, após o fim do Estado Novo, dos trabalhadores terem avançado para a transformação das Casas do Povo⁴⁹ em sindicatos agrícolas e dado abertura ao processo de negociação com os grandes agricultores, buscando melhorias das condições que se encontravam. Afinal, durante o Estado Novo, os trabalhadores rurais “estavam socialmente isolados, como se de uma casta inferior se tratasse” (Soeiro, 2013, p. 28). Logo, o processo revolucionário que surgiu com a queda da ditadura estadonovista deu margem para os trabalhadores rurais fazerem sua própria revolução na luta pela conquista da posse da terra e pelos seus direitos, resultando nas ocupações das terras alentejanas.

Assim sendo, a reforma agrária do Alentejo contribuiu para transformar a estrutura agrária da região e para melhoria de vida de muitos trabalhadores rurais. Refletir sobre essa experiência histórica é um importante meio para compreender as dificuldades que marcam a implementação de reformas sociopolíticas de grande escala, pois a análise da questão agrária de Portugal corrobora com uma perspectiva global desta temática na história, se constituindo fundamental para a compreensão dos padrões contidos nos sistemas agrários ao longo do tempo.

2.2 AS DISPUTAS PELO PODER E PELA HEGEMONIA POLÍTICA: A ATUAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA E DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS NA REGIÃO ALENTEJANA

A atuação do Partido Comunista Português e do Partido Socialista na luta pela reforma agrária do Alentejo teve significativos impactos no cenário sociopolítico da região que se deu por meio de um processo de lutas pela hegemonia política. Ambas as

⁴⁹ Foram organizações corporativas durante o Estado Novo que possuíam as funções de “enquadrar corporativamente assalariados rurais e pequenos agricultores, desempenhando funções diversas, da contratação coletiva à segurança social” (Barreto, 2017, p. 178).

forças visavam a conquista da liderança política local, em um contexto de revolução agrária e de profundas mudanças sociais e econômicas.

Por conseguinte, o Partido Comunista Português foi um partido que teve um importante papel na promoção da reforma agrária ao defender a nacionalização das grandes propriedades e a redistribuição da terra. O partido em questão possuía uma sólida base entre os trabalhadores rurais alentejanos e na sua formação sindical, tendo uma significativa atuação na organização das ocupações de terras e na criação de cooperativas agrícolas. Sua ótica anticapitalista ecoou diretamente nas comunidades alentejanas, consolidando sua posição como um dos principais partidos da esquerda na região. Além disso, seu discurso era voltado para a radicalização das reformas sociais e econômicas, utilizando-se da prerrogativa de uma legitimidade revolucionária para justificar as ocupações de terras e a formação das Unidades Coletivas de Produção (UCPs), que formaram estruturas coletivas que buscavam transformar o modelo agrícola da região.

O Partido Socialista, por sua vez, também apoiou a luta pela reforma agrária na região alentejana, tendo uma abordagem mais moderada se comparado ao PCP. Tal partido desejava uma reforma agrária mais conciliadora e negociada, visando principalmente a modernização agrícola e a coexistência entre os grandes e pequenos proprietários, visto que o partido promovia uma agenda mais progressista. Assim, apresentando-se como uma alternativa mais moderada, chamava a atenção da população rural menos radical, que buscava mudanças mais brandas. Contou com apoio de setores urbanos e da nova classe média em ascensão, distinguindo-se do PCP, que, por sua vez, contava tradicionalmente com o apoio do operariado rural e urbano. Assim, defendia uma legitimidade democrática, tecendo críticas ao PCP, acusando-o de adotar práticas autoritárias semelhantes às do regime derrubado.

Quanto à estrutura organizativa do PCP em 1974, para Marco Lisi (2007) ainda permanecia básica, “devido principalmente ao longo período de clandestinidade, sendo o Congresso e o Comité Central (e o seu secretariado) os principais órgãos dirigentes do partido” (Lisi, 2007, p. 184).

Tabela 2 – Composição dos órgãos superiores do PCP (1974–1976)

Congressos	Comitê central (efetivos)	Comitê central (suplentes)	Comissão política	Secretariado
VI Congresso (1974)	19	7	-	-
VII Congresso (1974-1976)	22	14	10	4
VI Congresso (1976)	54	36	13	7

Fonte: elaborado pela autora, com base em Marco Lisi (2007).

Apresenta-se na tabela 2 a composição dos órgãos superiores do PCP, na qual se nota um aumento significativo durante os anos de 1974 a 1976, de modo que o VI congresso em 1976 contou com 54 membros efetivos no comitê central. De acordo com Marco Lisi (2007), o Congresso se constitui no órgão máximo, que possui o poder de alteração do programa e do estatuto, bem como da eleição do Comitê Central (CC), este que por sua vez “dirige a atividade do partido no intervalo dos congressos” (Lisi, 2007, p. 184). Tornou-se responsável pela formação ideológica do partido.

Por outro lado, o CC elege, dentro dos seus membros efetivos, o secretariado do Comitê Central, podendo eventualmente criar outros organismos, e tem a faculdade de eleger um secretário-geral, definindo as suas atribuições. O processo de tomada de decisão baseado no «centralismo democrático» é fortemente centralizado, pois o executivo do partido adota decisões obrigatórias para toda a organização (Lisi, 2007, p. 184).

Para Lisi (2007), o PCP dispunha ainda de uma estrutura informal de relacionamento com as Forças Armadas “estruturada segundo um critério geográfico – um responsável para cada região militar – e um critério hierárquico e funcional” (Lisi, 2007, p. 185). Contudo, o autor aponta que embora esta influência ideológica do partido em relação ao MFA, não existia uma estrutura nas Forças Armadas subordinada ao partido.

Para Lisi (2007, p. 185) “a longa tradição de atividade clandestina contra o regime autoritário foi um fator que influenciou a superioridade do PCP em relação às outras forças políticas no que diz respeito ao número de militantes”. Para o autor, o PCP possuía

uma maior capacidade de mobilização e de filiação, de modo que “durante os anos da clandestinidade, o Partido Comunista desenvolveu uma forte penetração nos centros urbanos, nos principais polos industriais e nas regiões do Alentejo e do Algarve” (Lisi, 2007, p. 189). As mobilizações se consubstanciavam em manifestações, comícios e sessões de esclarecimento que ocorriam como uma forma de reafirmação em relação às outras forças política que estavam na luta pela hegemonia, como o caso do PS.

Figura 9 – Mobilização do PCP por distrito em porcentagem (maio de 1974 – março de 1975)

Distritos	Maio de 1974	Junho de 1974	Julho de 1974	Agosto de 1974	Setembro de 1974	Outubro de 1974	Novembro de 1974	Dezembro de 1974	Janeiro de 1975	Fevereiro de 1975	Março de 1975	Média
Aveiro	0	0	1	6,8	11,5	0	0,7	7,5	6,8	2,9	2,4	3,6
Beja	5,5	7,3	11,3	4,5	12,8	0	0	3,6	5	1,2	20,3	6,5
Braga	16,6	2,4	3	1,1	3,8	9	4,4	5,5	7,5	8,4	8,6	6,3
Bragança	0	2,4	1	4,4	1,2	0	2,2	1,3	2,7	4,2	0,8	1,8
Castelo Branco	0	0	4,1	1,1	2,5	0	2,9	3,2	1,8	2,5	0	1,6
Évora	5,5	2,4	5,1	4,5	5,1	0	0,7	7,5	7	7,2	14,6	5,4
Faro	11,1	7,3	17,5	1,1	10,2	18,1	13,4	8,2	4,1	1,6	11,1	9,4
Guarda	0	4,8	3	6,8	7,6	0	1,4	5,5	2,2	1,2	7,6	3,6
Leiria	0	0	2	1,1	3,8	0	0	3,6	2,7	0,8	0,8	1,3
Lisboa	5,5	2,4	2	2,2	2,5	27,2	5,2	5,5	5,2	12,7	5,4	6,8
Portalegre	22,2	21,9	12,3	11,3	8,9	9	21,6	3,9	7,9	8,8	1,6	11,7
Porto	0	0	5,1	5,6	2,5	9	2,9	4,2	5,9	0,8	6,2	3,8
Santarém	5,5	4,8	5,1	18,1	6,4	18,1	11,9	16,7	13,8	17,3	6,7	11,3
Setúbal	16,6	7,3	11,3	9	5,1	0	17,9	7,5	6,6	8,4	3,5	8,4
Viana do Castelo	5,5	36,5	9,2	19,3	10,2	9	10,4	9,2	2,7	2,1	1	10,4
Vila Real	0	0	2	0	2,5	0	0,7	0,3	4,3	3,3	2,7	1,4
Viseu	5,5	0	2	2,2	2,5	0	2,2	1,9	8,4	11,4	2,9	3,5
Total	0	0	2	0	0	0	0,7	3,9	4,7	4,6	2,9	1,7

Fonte: Lisi (2007, p. 190).

Com a tabela apresentada por Marco Lisi (2007), representada na figura 2, nota-se que a mobilização do PCP no período de transição política foi marcada pelo processo de penetração do partido no âmbito da Sociedade Civil. Assim sendo, “o esforço para implantar o partido torna-se evidente pelo aumento crescente das atividades entre maio e outubro de 1974” (Lisi, 2007, p. 190). Percebe-se, ainda, que os níveis de mobilização do partido permaneceram relativamente altos nos meses seguintes, revelando o processo de implantação e aceitação do partido no seio da Sociedade Civil. Quanto à distribuição geográfica, o autor aponta que os dados revelam a “facilidade de organização em Lisboa e nas regiões do Alentejo e Algarve, ao contrário do que acontece nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu” (Lisi, 2007, p. 192), regiões que para o autor não houve “nenhuma atividade relevante do partido” (Lisi, 2007, p. 192).

No que se refere ao Partido Socialista, de acordo com João Carlos Ribeiro Nunes (2021), este desde sua fundação destinava-se a uma atuação externa e interna, sendo que atuava na “construção de uma política de alianças e de acompanhamento das movimentações que se iniciavam no seio das Forças Armadas” (Nunes, 2021, p. 22). Ademais, ainda na perspectiva do autor, o prestígio político de alguns dirigentes do partido, como o caso de Mário Soares, foi um importante requisito para reforçar a credibilidade e o crescimento do partido, “prova disso foi o convite feito por Spínola a Mário Soares, Salgado Zenha e Raúl Rego para integrarem o I governo provisório” (Nunes, 2021, p. 22).

Contudo, o autor diz que o distanciamento entre o PS e o PCP se deu após 28 de setembro de 1974, quando o partido comunista passou a assumir um discurso mais radicalizado. Assim, “este afastamento do PS em relação ao PCP ficou materializado na Declaração de Princípios — Programa e Estatutos do PS, documento aprovado no Congresso de 1974” (Nunes, 2021, p. 22).

Passando a ser um crítico do PCP, nota-se que o Partido Socialista se baseava na tese do duplo legado autoritário, fazendo referência ao o autoritarismo do Estado Novo e também ao que considerava como o autoritarismo comunista durante a transição política, marcado pelo controle centralizado e repressivo do Estado sobre a sociedade assim como a economia. Por conseguinte, a tabela 3 sintetiza o número de militantes dos dois partidos:

Tabela 3 – Número de militantes do Partido Comunista e do Partido Socialista

Número de militantes do PCP e do PS (1974-1976)		
Data	Número de militantes	
	PCP	PS
1974 (ABRIL)	2000-3000	-
1974 (JULHO)	14539	-
1974 (OUTUBRO)	30000	-
1974 (DEZEMBRO)	-	35971
1975 (MAIO)	100000	-
1975 (DEZEMBRO)	-	80594
1976 (NOVEMBRO)	115000	91562

Fonte: elaborado pela autora, com base em Marco Lisi (2007).

Com base nos dados apresentados por Marco Lisi (2007) e representados nesse trabalho na tabela 3, percebe-se que ao comparar os índices do ano em que são informados os números dos militantes dos dois partidos, ou seja, em 1976, o percentual correspondente aos militantes do PCP (115000) é superior ao nível de militantes do PS (91562). Contudo, embora o elevado índice de militantes, tal como apresentado por Lisi (2007), nota-se que nas eleições legislativas de 1976 o PS venceu “com cerca de 35%, seguido do PPD, com o CDS em terceiro lugar e o PCP a descer para quarto lugar nos resultados” (Nunes, 2021, p. 24).

Quanto ao PCP e o PS, cabe destacar ainda o que nos aponta António Barreto (2017) no que se refere ao calendário revolucionário da região do Alentejo, que para ele estava defasado do processo político nacional e, por isso, em 1974, a situação estava “mais calma e estável na região alentejana do que nas cidades. Em certos momentos de 1975 é o contrário, pois a agitação agrária prosseguirá muito além dos equilíbrios ou das pausas da capital” (Barreto, 2017, p. 134). Assim, ainda de acordo com o autor, quando ocorria a consolidação da esquerda no centro, a situação se estabilizava no Alentejo. Quando a esquerda perdia hegemonia dentro do governo, os conflitos aumentavam na região.

Os acontecimentos concretos que marcaram as grandes viragens políticas no Alentejo não são sempre, nem são exatamente, os mesmos que constituem os marcos da política nacional. O 28 de setembro tem pouca importância; o 11 de março só tem um impacto imediato relativo. Ao contrário, os momentos decisivos no Alentejo quase passaram despercebidos no resto do país. São os casos das primeiras ocupações (janeiro de 1975), da aprovação das leis de expropriação (julho de 1975), dos créditos dos governos para o pagamento de salários das unidades coletivas (setembro de 1975) e da plataforma dos partidos sobre a reforma agrária (janeiro de 1976) (Barreto, 2017, p. 134).

O Partido Comunista Português, percebendo o crescente embate, canalizou a seu favor toda a situação. Destarte, os movimentos de rua e de apelo à união de um grupo num projeto só, “atraíram a população para o partido que mais os promoveu no Alentejo e cuja propaganda ajudou a dirigir frustrações antigas para o grupo dos proprietários e rendeiros” (Almeida, 2013, p. 149). Salienta-se para tanto que o PCP, até os primeiros meses de 1975, tinha uma política de intervir sobre as questões da terra, sem questionar a sua propriedade, objetivando seu correto aproveitamento e lutando contra a concentração fundiária.

É a partir da I Conferência de Trabalhadores Agrícolas que o PCP assumirá a luta pela reforma agrária e de ocupações de terras. Partindo da perspectiva gramsciana – na qual os partidos políticos se apresentam como um importante instrumento para a conquista da hegemonia na luta travada no seio da Sociedade Civil –, percebe-se que esse partido será um importante meio para a direção dos trabalhadores rurais na busca da consolidação desses como classe dirigente. Assim, na I Conferência, Álvaro Cunhal, líder do partido, propõe-se medidas imediatas, sendo estas:

Expropriação das terras e dos bens dos grandes agrários que pratiquem atos de sabotagem econômica e social; expropriação das grandes propriedades que foram valorizadas à custa de dinheiro do povo (exemplo: obras de rega no Alentejo); arrendamento compulsivo dos incultos das propriedades subaproveitadas (este arrendamento não deverá ser feito de forma que as boas terras fiquem na posse dos agrários e as más terras passem para as mãos do Estado ou dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres); rápida legislação sobre arrendamento rural e baldios; publicação de leis revolucionárias que permitam a punição dos sabotadores (Soeiro, 2013, p. 172).

O PCP tem nos sindicatos agrícolas “uma política mais radical que nos centros urbanos” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1206). Esse partido participou das lutas contra os grandes proprietários de terras, que se uniram por meio da Associação Livre de Agricultores (ALA), que posteriormente organizaram-se na Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Álvaro Cunhal, importante líder do PCP, discursou no fim da Conferência em Évora:

Recuperando a reforma agrária, uma bandeira histórica dos comunistas desde a segunda metade da década do 4º do século XX. Com uma novidade, que é o enquadramento de reforma agrária na nova estrutura de alianças defendida pelo partido. Assim, a reforma agrária passa a ser uma bandeira erguida no quadro da estratégica “Aliança-Povo- MFA” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1206).

Ante o exposto, a Secretaria de Estado da Agricultura dos três primeiros governos temporários, que tiveram por liderança Esteves Belo, junto à ALA, criou uma política agrícola voltada, sobretudo, para o aumento da produção. Frente ao quadro conflituoso, lançou-se o Decreto-Lei n.º 660/74 de novembro, que conferiu ao governo o direito de intervir, após inquérito, nas “empresas privadas individuais ou coletivas que funcionem de forma a não contribuir normalmente para o desenvolvimento econômico do país” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1193). Por consequência, o governo estava autorizado para demitir a administração de uma empresa e indicar uma comissão administrativa nova.

A primeira intervenção do Estado português ao abrigo deste diploma legal ocorre no Monte do Outeiro, freguesia de Santa Vitória, concelho e distrito de Beja, em 22 de janeiro de 1975, fato que faz com que o problema da posse da terra ganhe, cada vez mais, espaço de discussão no seio dos assalariados rurais dos campos do sul, criando-lhes a convicção de que a resolução do desemprego se encontra em novas unidades de produção, geridas pelo Estado, constituídas a partir da expropriação do latifúndio e das grandes explorações capitalistas (Varela; Piçarra, 2016, p. 1193).

Quanto a esta questão, António Barreto (2017) aponta que essa medida não foi aplicada com frequência em 1974, mas, em 1975, o governo recorreu a ela em múltiplas situações.

Segundo o sociólogo José Soeiro (2013), para esse processo de reivindicações dos trabalhadores rurais entrar em curso, o Partido Comunista Português desempenhou um papel central. Através de seus impressos (como *O Avante!*, *O militante*, *O camponês*), o PCP sempre esteve presente na região da ZIRA. Assim, ele destaca 495 lutas ocorridas só nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, nos anos 1940, 1950 e 1960. “Testemunhamo também os arquivos da famigerada PIDE/DGS, a polícia política fascista e os registros das suas tenebrosas cadeias. Deles constam as sucessivas levar de prisões de trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos” (Soeiro, 2013, p. 29). Para ele, o partido fora o único que, mesmo na clandestinidade⁵⁰, estando frequentemente com os trabalhadores rurais, “orientando, organizando, unificando a sua ação em defesa dos seus direitos e aspirações” (Soeiro, 2013, p. 29).

Se a atuação do PCP não ficou restrita aos anos de Revolução dos Cravos, do mesmo modo também a história do sindicalismo agrícola não começou em abril de 1974. José Soeiro (2013) relata uma série de ações e insurreições no Alentejo que aconteceram no decurso do período do republicanismo no país. Todavia, durante o Salazarismo profundas alterações nas condições de luta dos trabalhadores rurais aconteceram, dentre estas, o fato dos sindicatos agrícolas terem sido dissolvidos⁵¹, resultando na destituição de muitos dos direitos trabalhistas, razão atribuída à influência dos grandes proprietários agrários no regime que foram um de seus sustentáculos centrais. Como já apontado antes

⁵⁰ Diante dessa questão, ainda de acordo com José Soeiro, “o PCP estava na frente da luta de defesa dos interesses dos grandes trabalhadores, em defesa da liberdade contra o regime. Logo, este partido denunciava às péssimas condições vividas por esta classe” (Soeiro, 2013, p. 27).

⁵¹ Logo, segundo José Soeiro (2013), “os trabalhadores rurais serão marginalizados de toda e qualquer legislação, ficando subordinados ao caduco código de 1867” (Soeiro, 2013, p. 32).

nesse estudo, somente depois da queda da ditadura estadonovista que ressurgiram os sindicatos⁵².

Verifica-se, portanto, que a luta pela hegemonia entre Partido Comunista Português e o Partido Socialista refletiu em impactos significativos para a sociedade alentejana, pois a forte atuação do PCP contribuiu para a implementação da reforma agrária, assim como a crescente influência do PS levou à aplicação de perspectivas mais moderadas, alinhadas com o desejo de uma integração europeia.

O Partido Socialista, embora reconhecesse a necessidade da reforma agrária, não concordava com o modo radical de ocupações de terras proposto pelo PCP, defendendo uma reforma agrária conduzida pelo Estado, o que se baseava no princípio de justiça social, mas dentro da legalidade. Logo, o processo indiscriminado de ocupações de terras para o PS, seria ilegítimo e prejudicial à construção da democracia. Mário Soares, um dos líderes do partido, teceu críticas ao modelo de reforma agrária defendido pelo PCP, apontando que a apropriação das terras não poderia ser feita à margem do Estado de Direito e das instituições democráticas, pois isso abriria caminho a uma ditadura de classe (Soares, 1975). O partido socialista apresentava-se como um oponente a perspectiva da legitimidade revolucionária reivindicada pelo PCP, criando alianças com as forças políticas regionais que eram contrárias ao processo de coletivização defendido pelos comunistas.

2.3 AS FASES DAS OCUPAÇÕES DA ZONA DE INTERVENÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA (ZIRA)

A Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA) passou por quatro grandes fases que se desenharam na evolução da reforma agrária. A primeira ocorreu de 25 de abril de 1974 até o fim do mesmo ano, sendo a abertura da questão agrária. Com o processo de ocupação das terras, em janeiro de 1975, iniciou-se a segunda etapa, a das conquistas à margem da lei. Outrossim, com a outorga das leis de Nacionalização e Expropriação, em julho, ocorreu a terceira fase: do processo revolucionário com fundos

⁵² Estes trabalhadores não podiam sequer exigir seus direitos, vivendo uma situação na qual, os salários eram muito baixos e, incertos no valor. Assim, como aponta José Soeiro (2013), “direito a férias, nem em sonho. Quando muito os trabalhadores permanentes tinham uns dias anuais de dispensa, sempre poucos e, claro, sem qualquer vencimento. Muito menos com subsídio. Os outros, a maioria, não precisavam de férias. Para os latifundiários e grandes agrários capitalistas, os quatro, cinco, seis meses de desemprego a que condenavam os trabalhadores todos os anos, eram mais do que suficientes” (Soeiro, 2013, p. 27).

legais. A quarta fase, ao que se percebe nessa pesquisa, trata-se a de consolidação e contestação, que se iniciou em janeiro de 1976, acabando em outubro, com a demissão do ministro da agricultura Lopes Cardoso.

2.3.1 Primeira fase: a abertura da questão agrária

No que concerne à primeira fase do processo de reforma agrária, vale ressaltar que só gradualmente os problemas agrários passaram a ser discutidos na questão política de Portugal. De acordo com António Barreto (2017), o primeiro programa do MFA não fazia referências à agricultura, porém o programa do I Governo provisório já mencionava a reforma gradual das estruturas agrárias. Não obstante, com a estratégia antimonopolista, surgem as medidas mais radicais no tocante ao setor econômico, dentre as quais se destacam as leis antilatifundiárias.

Gradativamente, endossou-se um discurso político que se referia às estruturas agrárias do país. Segundo António Barreto (2017), de início os temas mais abordados eram a “modernização, a melhor utilização dos recursos e a introdução de novas culturas” (Barreto, 2017, p. 138). Para o autor, lentamente surgiram nos debates os problemas mais sérios: o do pleno emprego, a contratação coletiva, os salários etc.

No final do ano de 1974, a situação já tinha se alterado, pois sindicatos, militantes, intelectuais e militares, sobretudo os que apoiavam o PCP, queriam a expropriação das grandes propriedades. Entretanto, durante as últimas semanas do ano, o Secretário de Estado da Agricultura (ainda não havia sido criado o Ministério) “toma várias iniciativas, visita à região agrícola do Sul, contata os agricultores e os sindicatos” (Barreto, 2017, p. 138). Nos meses finais de 1974, o desemprego no Alentejo era uma realidade, que se intensificou principalmente devido à conjuntura.

Marcada pela vinda dos soldados das colónias portuguesas em África, pela quebra da emigração motivada pela crise petrolífera dos anos 70 e pelo regresso ao campo de muitos homens que se encontravam a trabalhar na construção civil na zona metropolitana de Lisboa, por força da crise então vivida por este sector da economia. Assim, perante a enorme pressão dos trabalhadores temporários, no sentido de verem a sua situação de desemprego resolvida, durante os meses de novembro e dezembro de 1974 são distribuídos no distrito de Beja, ao abrigo das cláusulas do Contrato Coletivo de Trabalho, assinado em 29 de outubro de 1974, mais de mil assalariados rurais pelas explorações agrícolas, processo que é fortemente contestado pelos grandes proprietários que passam, em muitos casos, a não pagar os salários aos trabalhadores distribuídos e a furtar-se à realização de muitas tarefas agrícolas,

enveredando, desta forma, pelo caminho da sabotagem econômica (Varela; Piçarra, 2016, p. 1193).

No âmbito prático, é proposta a mudança dos serviços, sobretudo os de extensão rural. Os antigos organismos eram classificados como muito arcaicos, improdutivos e envolvidos com o antigo regime estadonovista e os interesses dos latifundiários. Em vista disso, anunciou-se a criação do Instituto Nacional de Investigação Agronômica (INIA) e do Instituto de Reorganização Agrária (IRA), dos quais alguns ousaram denominar de reforma agrária e outros acreditavam serem somente uma reestruturação agrária. Por conseguinte, nessa altura, o Ministério do Trabalho anunciou o limite de 45 horas de trabalho por semana na agricultura.

Os sindicatos tiveram nessa primeira fase um crescimento acelerado, ligado principalmente a um processo de contratação coletiva. Ainda em maio de 1974, as suas primeiras reuniões ocorreram, muitas vezes, nas sedes do Movimento Democrático Português (MDP), outras nas Casas do Povo, mas logo tiveram sua autonomia, já que os trabalhadores identificaram nos sindicatos os seus interlocutores privilegiados no governo. Quanto a esta questão, António Barreto aponta que

A evolução dos contratos ou das portarias de regulamentação mostra uma tendência bem significativa: a esfera de competências dos sindicatos aumenta gradualmente. No fim do ano, estes têm funções de avaliação do aproveitamento das terras, de distribuição dos trabalhadores pelas explorações agrícolas privada e de interlocutor único dos empresários: uma espécie de monopólio da força de trabalho. Através destas funções, exercidas em comissões tripartidas (Estado, sindicatos e associações patronais) ou simplesmente bipartidas (Estado e sindicatos), começa a exercer-se uma forte pressão sobre as explorações agrícolas privadas, utilizando os mecanismos econômicos, nomeadamente o emprego compulsivo (Barreto, 2017, p. 141).

Ademais, uma das principais exigências dos sindicatos era a garantia do pleno emprego para todos os trabalhadores. Nesse sentido, a primeira Convenção Coletiva de Trabalho, que ocorreu em Beja, entrou em vigor no dia 20 de junho de 1974, fruto da ação dos sindicatos, logo se transformando em objetivos para outros concelhos. A conquista do pleno emprego, por ela alcançada, tornou-se referência e um propósito a ser instaurado em todo o Alentejo.

Após a vitória alcançada em Beja, as Convenções posteriormente assinadas foram, no essencial, similares nas suas cláusulas, diferindo quase apenas na sua duração. Sendo assinadas em momentos

posteriores e terminando todas elas a 30 de setembro, esta foi naturalmente uma diferença marcante. A outra diferença substantiva foi a introduzida no decorrer das negociações da Convenção para o concelho de Cuba, posteriormente aplicadas nas restantes negociações que consistia na redução do horário para 6 horas diárias em situações de trabalho com horas noturnas, como era o caso da apanha do grão. Diferentes, e muito, foram os processos que conduziram à sua assinatura. Cada um deles ostentava as suas particularidades, mas a descrição desses processos desviar-nos-ia do essencial (Soeiro, 2013, p. 40).

Apresentando sobre a atuação dos sindicatos, José Soeiro (2013) ainda ressalta alguns detalhes do seu processo de afirmação enquanto uma associação de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Um desses fatos referiu-se às tentativas de aliciar dirigentes dos sindicatos com “propostas generosas de suborno no sentido de os levar a abandonar a atividade sindical” (Soeiro, 2013, p. 43). Além disso, outro aspecto marcante deste período foram as repetidas tentativas dos latifundiários de promover a assinatura de acordos com “pseudo-representantes dos trabalhadores agrícolas por forma de alcançar condições inferiores às alcançadas com a Convenção de Beja” (Soeiro, 2013, p. 43).

A cláusula que exigia o direito ao trabalho para todos os trabalhadores, foi um fator fundamental para a adesão maciça dos trabalhadores agrícolas aos sindicatos. De acordo com José Soeiro (2013, p. 44), “o direito ao trabalho foi o motor da reforma agrária, determinando a evolução de todo o seu processo”. Assim, um novo poder estava se consolidando: o dos trabalhadores rurais organizados nos sindicatos, que possuíam uma forte consciência de classe. Com o fortalecimento da atuação dos sindicatos, o tema da reforma agrária ganhou força, tornando-se ponto central na busca pela hegemonia da classe dos trabalhadores rurais.

Percebe-se que nessa primeira fase os sinais da crise econômica e social que se instalou no país estavam evidentes. Fica observado que um objetivo ideológico se generalizou entre os trabalhadores: a luta pela reforma agrária e sua legitimação pelo Estado.

O Partido Popular Democrático (PPD), cujas posições são idênticas às da ALA, continua, à semelhança desta organização, defendendo a reconversão capitalista dos campos, cujas margens de afirmação vão-se tornando cada vez mais estreitas, o que conduz ao declínio progressivo desta estrutura associativa a partir do ano de 1975 (Varela; Piçarra, 2016, p. 1194).

Diante disso, percebe-se que o PPD e a ALA, representantes de interesses capitalistas no campo, enfrentaram dificuldades para sustentar suas posições políticas e sociais durante o período de intensa polarização revolucionária em Portugal. A defesa da reconversão capitalista se mostrou insuficiente diante das transformações propostas pela esquerda, levando à perda de relevância dessas forças no cenário agrário. Portanto, o momento reflete um cenário de conflitos ideológicos e disputas pelo modelo de gestão agrária no período revolucionário, particularmente em 1975.

2.3.2 Segunda fase: as conquistas às margens da lei

Quanto à segunda fase da reforma agrária no Alentejo, nota-se que essa consistiu nas conquistas à margem da lei, sendo marcada pelo fim das iniciativas reformistas. Nessa fase, a intervenção do Estado se deu de maneira mais acentuada, se comparada com a primeira. Ela se estabeleceu de janeiro a julho de 1975, sendo que a amplitude dos movimentos de ocupações proposto pelo PCP é o que melhor caracteriza este processo. Esta fase foi marcada pela tentativa de consolidar as conquistas obtidas durante o período revolucionário, ao mesmo tempo, em que enfrentava novos desafios políticos, econômicos e sociais.

O MFA – que outrora salvaguardava a dinamização da agricultura e uma gradual reforma da estrutura fundiária, nesta segunda fase, em janeiro de 1975 – passou a defender uma reforma agrária que extinguisse os latifundiários e limitasse as grandes explorações agrícolas capitalistas.

Nessa segunda fase, os primeiros ocupantes das terras foram os pequenos agricultores. Contudo, rapidamente os sindicatos e os assalariados agrícolas dominaram o movimento. No que tange a essa fase, as interferências do Estado referentes às explorações agrícolas devolutas, com o Decreto-Lei n.º 660/74, chegaram a ser confundidas com as próprias ocupações. O processo desencadeado a partir de então partiu de iniciativas dos próprios trabalhadores rurais, que sofriam com a ameaça crescente do desemprego ou que estavam sem receber seus salários.

Num clima de crescente tensão entre assalariados rurais e empresários agrícolas, as ocupações desta fase não podem ser enquadradas de um contexto em que ao anúncio, por parte do IV Governo Provisório (março a julho de 1975), de medidas de concretização de reforma agrária, se sucede o seu protelamento, motivado por divergências existentes entre os partidos que compõem o governo. O adiar da promulgação da legislação anunciada pelo Estado, conducente à

concretização da reforma agrária, as leis de expropriação e nacionalização das grandes propriedades do Sul, conduz também às ocupações de terras desta fase, cumprindo-se assim, um dos objetivos do movimento dos trabalhadores agrícolas: pressionar o Estado a instituir reforma agrária, tal como vem sendo divulgada (Varela; Piçarra, 2016, p. 1199).

Durante os primeiros meses, as ocupações estavam associadas aos conflitos locais, reivindicações não respondidas ou outros tipos de tensões. Com o tempo, os motivos simplificaram-se, posto que começaram a ocupar utilizando os argumentos de que eram as leis e a reforma agrária. Os proprietários pouco reagiram, alguns até tentaram apelar ao governo sem obtenção de sucesso.

Com a transformação da Secretaria do governo em um Ministério, o novo ministro, Fernando Oliveira Baptista, tinha uma ideologia política ligada à esquerda e, principalmente, ao Partido Comunista Português. Dessa maneira, começou-se a criar o dispositivo legal e administrativo para incentivar a reforma agrária. Com isso, iniciaram-se intensas transformações, de modo que foram criados os Centros de Reforma Agrária, bem como o Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário (SADA). Surgem ainda os Conselhos Regionais de Reforma Agrária (CRRA), um em cada distrito do sul e as Comissões Distritais Rurais (CDR). Além disso, inicia-se o processo de criação de um dispositivo legal e administrativo para controlar e estimular a reforma nas estruturas agrícolas.

Diante da questão de incentivo da reforma agrária por parte do IV Governo provisório, os sindicatos dos trabalhadores agrícolas cobravam cada vez mais a implementação e concretização das medidas de reforma agrária anunciadas. Ocupavam cada vez mais as terras. Assim, no início do mês de junho, a situação nos campos do sul parece clara: “ou o governo legisla em matéria da reforma agrária e intervém nas relações de propriedade, ou os trabalhadores agrícolas avançam de forma mais intensa e generalizada para as ocupações” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1196). Percebe-se, portanto, uma crescente pressão dos trabalhadores rurais e dos sindicatos em relação ao Estado para concretização da reforma agrária.

Em julho de 1975, o governo obrigou todas as cooperativas a realizarem eleições, “considerando que os antigos dirigentes associativos e todas as pessoas ligadas ao antigo regime eram inelegíveis” (Barreto, 2017, p. 147). Todavia, no mês de agosto de 1975, as leis da reforma agrária foram publicadas, sendo as leis de Nacionalização e Expropriação as mais radicais.

Nessa fase, nota-se que se estabelece uma certa soberania sindical no Alentejo.

Criou-se, assim, um regime de trabalho preparado pelos sindicatos e imposto pelo governo que substituiu todas as convenções locais e regionais. A ALA, por sua vez, não conseguiu se mobilizar e defender melhor seus interesses, afinal eram combatidos pelo governo e militares, bem como pelo Partido Comunista, e em parte pelo Partido Socialista.

É válido pontuar que a situação política nesse momento, nos campos do sul do país, era de muita tensão, posto que sindicatos, comunistas, governo e o MFA tinham uma certa superioridade de forças e poder maior de decisão. Logo, as ocupações das terras foram constantemente preparadas por tais organismos que juntos estruturavam comícios e manifestações na região. Vê-se que o objetivo central dos trabalhadores rurais, assim como do Estado e das forças políticas envolvidas, sobretudo do PCP, a partir de então, não era somente acabar com o latifúndio e o pequeno agricultor, mas também o de tornar o uso coletivo da terra permanente e irredutível para eliminar a diferença social existente e a desigualdade de distribuição das terras.

2.3.3 Terceira fase: processo revolucionário com fundos legais

No que concerne à terceira fase, tem-se o processo revolucionário com cobertura legal, que se estendeu de agosto a dezembro de 1975. Ao que tudo indica, essa fase revelou o maior número de ocupações, como se pode observar com a tabela 4. Além disso, se reforçou o poder dos sindicatos, que começaram a organizar as Unidades Coletivas de Produção (UCP).

Tabela 4 – Superfícies ocupadas na terceira fase

Meses de duração da terceira fase em 1975	Superfícies ocupadas (em milhares de hectares)	
Janeiro a julho	-	156,3
Agosto	169,2	-
Setembro	153,7	-
Outubro	411,7	-
Novembro	231,6	-

Dezembro	43,3	-
Agosto a dezembro	-	1009,4
Total em 1975:	-	1165,7

Fonte: elaborado pela autora, com base em Barreto (2017).

Observa-se que o mês de outubro foi o de maior índice de ocupações em 1975. No período que vai do mês de agosto a dezembro, de acordo com António Barreto (2017), as ocupações corresponderam 85% de todas as terras ocupadas durante a revolução agrária. Diante disso, percebe-se o quanto a atuação dos sindicatos foi um fator primordial para as ocupações.

A amplitude das ocupações originou a tomada de decisão pelos trabalhadores rurais de ocuparem explorações agrícolas de alguns pequenos e médios proprietários que haviam entrado “em litígio com as comissões locais dos sindicatos por terem sido alvo de distribuição de trabalhadores, com isto, sendo sobrecarregados com salários que não podiam pagar” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1204).

Com a transição do V Governo provisório para o VI Governo (que tomou posse no dia 19 de setembro, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo), sai Fernando Oliveira Baptista do ministério e entra António Lopes Cardoso, dirigente do Partido Socialista. Nesse novo governo, o PCP possuía um peso menor. Assim, as movimentações no interior do MFA fazem prever, no início de outubro de 1975, “a possibilidade real de uma ruptura no processo revolucionário, com todas as implicações daí decorrentes no retrocesso da reforma agrária” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1203).

O novo ministro era favorável à reforma agrária, que estava em fase de concretização de sua cobertura legal. Contudo, os sindicatos e os comunistas não viam com bons olhos Lopes Cardoso e o VI Governo, afinal, cresciam as críticas contra a reforma agrária feitas, sobretudo, pelos partidos não comunistas que apontavam inúmeras ilegalidades e erros.

Assim, vê-se que, para o PCP, a chegada de Lopes Cardoso ao Ministério da Agricultura e Pescas, representaria um ponto de inflexão no processo de reforma agrária defendido pelos comunistas até então. Isso porque ele era conhecido por uma postura mais moderada em relação à reforma agrária, de modo que sua chegada ao ministério representou o início de um período em que o governo socialista visou reequilibrar as

reformas implementadas durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), no qual o PCP teve uma influência significativa, liderando ocupações de terras.

Portanto, as ações do PCP na reforma agrária eram vistas como uma continuação do processo revolucionário, com base na ideia de legitimidade revolucionária, onde as conquistas dos trabalhadores nas ocupações de terras deveriam ser preservadas a qualquer custo. Entende-se que a nomeação de Lopes Cardoso foi um ato que instigou ainda mais o distanciamento do PS em relação ao PCP, particularmente no que diz respeito à gestão da reforma agrária, na qual para o PS deveria seguir uma linha moderada e menos radical. Resultou na regulamentação das ocupações de terras e a limitação do poder das UCPs. Para o PCP, essas perspectivas defendidas pelo PS eram tidas como uma traição ao processo revolucionário.

Nessas circunstâncias, os sindicatos agrícolas reforçam a pressão do movimento social dos assalariados rurais junto do governo, “reivindicando apoio financeiro para as novas unidades de produção, especialmente para o pagamento de salários” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1202). Logo, para a intensificação das ocupações e a legalização das UCPs, uma atitude do governo foi crucial:

O decreto-lei n.º 541-B/75 do sexto governo, publicado pelo Diário do Governo de 27 de setembro, permite que o crédito agrícola de emergência seja atribuído às UCP para pagamentos de salários. Não só se resolve grande parte dos problemas das UCP já constituídas e das herdades já ocupadas, como sobretudo se dá um autêntico impulso a novas ocupações. Com efeito, depois de aprovado o decreto, mais de 412000 ha são ocupados só em outubro. Ao todo, 60% das terras ocupadas durante o ano são-no depois de publicado o decreto dos salários (Barreto, 2017, p. 155).

Os grandes agricultores e proprietários começam a denunciar as ocupações, caracterizando-as como selvagens e exigindo a revogação das leis de Expropriação e Nacionalização. Além disso, no âmbito político, o ministro Lopes Cardoso começou a mudança de alguns dos responsáveis dos Centros de Reforma Agrária. Em relação a essa postura, o PCP notou que suas orientações políticas e posições de relevo no Estado estavam sendo contrariadas. Ao perceber sua marginalização no VI Governo, este partido começou a mobilizar-se para concretização de duas perspectivas: “permitir às UCPs ascenderem ao crédito agrícola para pagamento de salários e dotar os CRRA de uma verba para assegurar a atividade produtiva e a subsistência das Unidades de Produção” (Varela; Piçarra, 2016, p. 1209).

Em contrapartida, a essa marginalização política do PCP, no fim do ano de 1975, os socialistas se sentiram mais à vontade no que se referia ao assunto da reforma agrária. Criticavam facilmente o que consideravam serem erros e excessos, levando-lhes tornarem-se um alvo do Partido Comunista Português, que se encontrava muito insatisfeito com os comentários emanados pelo PS.

Na transição de outubro para novembro de 1975, os nove artigos da futura Constituição foram aprovados. Estes consagraram o princípio da reforma agrária.

Apesar de revelarem uma orientação bastante à esquerda, os diferentes artigos e parágrafos são aprovados ora por unanimidade, ora com esmagadoras maiorias. PS e PPD sempre favoravelmente, o PC quase sempre e o CDS na maior parte das vezes (Barreto, 2017, p. 158).

Entretanto, a Constituição ainda não estava pronta e faltavam meses para entrar em vigor, mas já significava um avanço, posto que representava a concretização de uma luta. Sua existência já simbolizava uma vitória política e social, representando o resultado das lutas travadas durante a Revolução dos Cravos. Isso reforça a ideia de que a elaboração de uma nova ordem constitucional não é apenas um ato jurídico, mas também um processo de disputa política e de afirmação de valores democráticos.

2.3.4 Quarta fase: consolidação e contestação

A quarta etapa, de consolidação e contestação, ocorre de janeiro a julho de 1976. Nela, uma parte das conquistas da reforma agrária já estavam amparadas por uma legalização, politicamente consolidada e institucionalizada. O Ministério prossegue com as expropriações legais, nomeando, em janeiro, a comissão de análises de problemas decorrentes da reforma agrária, que analisou numerosos casos, resultando em algumas devoluções de explorações agrícolas.

Assim, com o surgimento de um processo constitucional no país, os episódios revolucionários decresceram e a legitimidade revolucionária deu lugar à legitimidade eleitoral e democrática. O parlamento começou sua atuação e o presidente da República tomou posse. Logo, consolidou-se o primeiro governo constitucional, chefiado por Mário Soares.

Com um novo cenário político se delineando, pela primeira vez desde os episódios da Revolução dos Cravos, o PCP não integrava o governo. Além disso, os militares

perderam hegemonia. Porém, ficou o Conselho da Revolução. Percebe-se que, com o advento do VI Governo e com a aprovação do governo constitucional, a reforma agrária dependia das relações de forças nos governos. Contudo, com o novo rumo político do país, principalmente com o Decreto-lei n.º 588/75, de 21 de outubro, abriu-se a possibilidade de sujeitos que tiveram relações com o Estado Novo pudessem ser eleitos para as direções das cooperativas agrícolas. Assim, posteriormente, resultou-se nas políticas agrárias como sendo dirigidas por governos que não mais destinavam financiamentos para a produção.

Diante do exposto, fazendo um balanço do processo de ocupação nas quatro fases que se sucederam, observa-se que a terceira fase foi a que mais possuiu superfícies de terras ocupadas. Somando as ocupações destas quatro fases, tem-se um total de 1.183.300 hectares, como apresentado na tabela 5.

Tabela 5 – Ocupações de terras nas quatro fases

Fases de ocupações	Superfícies ocupadas (em milhares de hectares)	
	Superfície	Porcentagem
1ª fase- abril a dezembro de 1974	-	-
2ª fase- janeiro a julho de 1974	156,3	13%
3ª fase- agosto a dezembro de 1975	1009,4	85%
4ª fase- janeiro a julho de 1976	17,6	2%
Total	1.183.300	

Fonte: elaborado pela autora, com base em Barreto (2017, p. 159).

A segunda fase (janeiro a julho de 1974) contou com 156.300 hectares ocupados (13% do total). Observa-se que tal período marca o início mais significativo das ocupações registradas, mas ainda com impacto limitado em relação às fases subsequentes. A terceira fase (com 1.009.400 hectares ocupados, correspondente a 85% do total), por sua vez, correspondeu ao período mais intenso das ocupações, concentrando a maioria das terras ocupadas. Tal concentração pode refletir maior mobilização social, apoio político ou mudanças legislativas. Ademais, como é possível observar ao comparar os dados da tabela 5, a última fase foi a que possuiu um menor percentual de ocupações (apenas 2%), identifica-se que o aspecto se dá devido ao rumo político que o país estava seguindo, no qual novas forças políticas estavam se formando no seio do Estado e tornando-se hegemônicas.

2.4 A CONQUISTA DA TERRA: ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES QUE DERAM BASE ÀS OCUPAÇÕES DAS REGIÕES DO ALENTEJO – AS LEIS DE EXPROPRIAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO

Como já tratado anteriormente nesse estudo, no início de 1975 o poder político da esquerda estava mais consolidado, pois os comunistas, os sindicatos, os militares do MFA

e, em menor escala, os socialistas, controlavam e estavam à frente de boa parte das instituições do aparelho estatal.

No Alentejo, os sindicatos exerciam um grande poder, visto que possuíam o apoio dos governos provisórios e do Partido Comunista Português. Assim, cada vez mais, ocupavam posições importantes no Estado, impondo-se aos grandes proprietários e ganhando os contratos coletivos de trabalho. No que tange ao processo de ocupação, “este teve seu pontapé inicial em novembro de 1974, sendo que a primeira ocupação será de uma herdade do Outeiro ou herdade do Zé da Palma, no concelho de Beja” (Barreto, 2017, p. 292). Tal terra, assim, foi ocupada sobre regimento do Decreto-Lei n.º 660/74.

Após a criação do Conselho da Revolução e da formação de um novo governo, bem mais à esquerda, foi aprovado um programa de reforma agrária, resultando no Decreto-lei n.º 203-C/75, que previa Expropriações, mas que, de acordo com António Barreto (2017), ainda não possuía meios adequados para tal.

Salienta-se que, antes da consolidação constitucional, alguns passos foram importantes para o processo da reforma agrária, como a criação, em 5 de julho de 1975, dos Conselhos Regionais de Reforma Agrária (CRRAs) a partir do Decreto-lei n.º 351/75, o qual o objetivo era prevenir as sabotagens econômicas e exigir uma postura do Ministério da Agricultura que não pesasse a favor dos grandes proprietários, visto que eles tentavam sabotar em diversos momentos as ocupações com a expulsão dos trabalhadores rurais das terras. Os CRRAs possuíam as funções de elaborar “a relação dos prédios, explorações e propriedades que se encontrassem abrangidos pelas medidas de reforma agrária previstas por lei” (Almeida, 2006, p. 166).

Pelo número das ocupações e pela importância da superfície cultivada, três distritos se destacaram: Évora, Beja e Portalegre. Para Barreto (2017), os distritos foram “o coração da região da grande propriedade” (Barreto, 2017, p. 298). Dada a afirmação, é importante frisar que a principal iniciativa das ocupações foi aquela por parte dos sindicatos e suas comissões de ocupações, que se organizavam minuciosamente e planejavam a ação.

Além da atuação dos sindicatos no processo de ocupação da ZIRA, ressalta-se também as mobilizações do Partido Comunista Português. Por conseguinte, a relação entre essas duas esferas políticas (sindicatos e partidos) foi muito considerável, visto que a maioria dos dirigentes sindicais eram membros dos partidos. De acordo com António Barreto (2017), as ligações entre militantes comunistas e sindicalistas foram tão estreitas que não era possível distinguir a gênese partidária ou sindical das ocupações. Contudo, a

partir de abril de 1975, com o novo governo, o Conselho da Revolução e a nova situação política, as leis se sucederam.

O decreto-lei n.º 201/75, sobre o arrendamento rural; prevendo novas vantagens para os rendeiros; o Decreto-lei n.º 203-C/75 de importância crucial, incluindo o programa económico do governo e um novo projeto de reforma agrária; o Decreto-lei n.º 207-B/75, sobre a sabotagem económica, prolongamento radical do decreto sobre as intervenções do Estado nas empresas privadas; o Decreto-lei n.º 213/74, dando poder ao ministro para nomear comissões administrativas para as Casas do Povo; e, finalmente, os Decretos n.º 215-A/75; 215-B/75 e n.º 215-C/75, estabelecendo a liberdade de associação (Barreto, 2017, p. 351).

Em 1975, com a defesa dos direitos dos trabalhadores, o Estado incentivava cada vez mais as ocupações e punia os grandes proprietários que resistissem. Com o Decreto-Lei n.º 406-A/75, foi estabelecido os limites máximos das propriedades para 700 hectares. Aos proprietários que fossem expropriados foi concedido o direito de reserva, que se estendeu aos casos dos proprietários que explorassem a terra e fossem agricultores diretos, ou seja, que tiravam seus rendimentos, exclusivos ou predominante, da atividade agrícola. Logo, esse decreto previa que os prédios rústicos poderiam ser sujeitos a expropriação, detalhando critérios específicos, tais como: limite de posse de grandes propriedades, de modo que poderiam ser expropriados os prédios rústicos pertencentes a pessoas singulares, sociedades ou pessoas coletivas de direito privado (mesmo aquelas de utilidade pública) que, no território nacional, fossem proprietárias de prédios rústicos que, somados, ultrapassassem 50.000 pontos na tabela anexa ao diploma. Alternativamente, poderiam ser expropriados aqueles que excediam a área de 700 hectares, independentemente da pontuação. Além disso, estavam sujeitos à expropriação os prédios pertencentes a pessoas singulares, sociedades ou pessoas coletivas de direito privado (inclusive de utilidade pública) que tivessem incorrido em qualquer das situações previstas como fundamento de intervenção no Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de novembro, e na legislação complementar. Ademais, tal decreto aponta para as condições de aproveitamento das terras, pois outra possibilidade de expropriação recaía sobre prédios rústicos que estivessem incultos ou que não atingissem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e regulamentados por portaria do Ministro da Agricultura e Pescas (Portugal, 1975).

As primeiras expropriações ocorreram em setembro de 1975, prosseguindo até outubro de 1976. Retomando António Barreto (2017), algumas ocorreram até mesmo nos

anos de 1977 e 1978. Observa-se que esse decreto possibilitou o direito de indenização aos proprietários. Porém, caso houvesse resistência ou agissem de maneira violenta contra os trabalhadores rurais, seriam retiradas as indenizações.

Além do Decreto-lei n.º 406-A/75, o processo de legalização da reforma agrária foi formado por outros decretos. Referente ao Decreto-lei n.º 406-B/75, este previa mecanismos de créditos para as terras ocupadas e, sobretudo, as normas de reconhecimento legal das Unidades Coletivas de Produção, aprovando concessões de créditos agrícolas. Logo, destacava que o “Estado não pode, por razões burocráticas ou de formalismo jurídico, deixar de apoiar desde já, técnica e financeiramente, aquelas iniciativas sociais cujo florescimento é penhor do próprio êxito da reforma” (Portugal, 1975, p. 61). Pode-se perceber uma atuação estatal a favor da institucionalização da reforma agrária em prol da classe dos trabalhadores rurais. Houve o regulamento de um sistema de crédito no Decreto-lei n.º 406-B/75.

Com efeito, o crédito é um dos instrumentos fundamentais de que o poder do Estado hoje dispõe para levar por diante uma política sistemática de apoio às camadas rurais até agora dominadas, estimular o desenvolvimento de novas formas cooperativas de exploração, orientar e reconverter a produção e o aparelho produtivo agrícolas (Portugal, 1975, p. 61).

Já o Decreto-lei n.º 407-A/75, por sua vez, nacionalizou integralmente os perímetros de regadio. Foi garantido por meio do Artigo 3.º aos proprietários atingidos pelas medidas de nacionalização, “o direito de reservar, na zona nacionalizada, a propriedade de uma área de terra, a demarcar em função do ordenamento global de explorações a estabelecer, até ao limite equivalente a 50000 pontos” (Portugal, 1975, p. 4). Contudo, alguns requisitos aplicavam-se, sendo estes:

Artigo 3.º a) Explorem directamente a terra de que são proprietários; b) Retirem exclusiva ou predominantemente da exploração agrícola directa os seus meios de subsistência e da sua família; c) Não mantenham terras incultas ou subaproveitadas nem hajam incorrido em qualquer das situações previstas, como fundamento de intervenção, no Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de novembro, e legislação complementar e tenham cumprido os deveres e obrigações estabelecidos no artigo 8.º, nos 2 e 3, deste diploma (Portugal, 1975, p. 4).

O Decreto-lei n.º 407-B/75 referiu-se ao controle sobre a produção da cortiça. Logo, assinalava que, como a cortiça⁵³ teria sido uma das principais fontes de riquezas dos latifundiários, esta poderia ser expropriada pelo Estado. Assim, pontuou-se que

Artigo 1.º É indisponível e submetida a controle estadual toda a produção de cortiça amadia extraída ou a extrair, nos termos usuais, na campanha de 1975, de que sejam proprietárias as pessoas singulares, sociedades e pessoas colectivas, ainda que de utilidade pública, sujeitas à aplicação ou abrangidas pelas medidas de expropriação e nacionalização nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 406-A/75 e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 407-A/75, ou que, independentemente desse requisito, obtenham no ciclo usual de nove ou dez anos mais de 25000 arrobas de cortiça (Portugal, 1975, p. 5).

Por conseguinte, o Decreto-Lei n.º 407-C/75, resultou na permissão das coutadas⁵⁴ e se tornou um importante fator para o amparo às famílias rurais portuguesas que viviam em extrema pobreza e não conseguiam comprar e consumir carne.

Quadro 1 – Sistematização das leis de Nacionalização e Expropriação

MINISTÉRIO	LEGISLAÇÃO
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº406-A/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº406-B/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº407-A/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº407-B/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº407-C/75
Ministério da Agricultura e Pesca e Ministério das Finanças	Decreto-Lei nº 501-B/75

Fonte: elaborado pela autora.

O aparato legal, do qual apresenta-se sistematizado no quadro 1, concretizou os avanços feitos durante o processo de reforma agrária, levando à aceleração das ocupações. Essas leis tiveram um importante papel para a desagregação do poder dos grandes proprietários, bem como na salvaguarda dos meios de produção colocados à disposição dos sindicatos e dos trabalhadores rurais. O processo legal desencadeado levou Portugal

⁵³ A cortiça foi um importante produto natural que deriva da casca do sobreiro, uma árvore nativa da região mediterrânea que possuiu grande destaque em Portugal neste período. A indústria da cortiça é tida como uma das mais tradicionais do país. Os produtos feitos através dela são: rolhas para vinhos, revestimento de piso, isolantes térmicos etc. Desse modo, a cortiça é muito valorizada por conta de suas propriedades, visto que forma um material leve, impermeável, durável e sustentável.

⁵⁴ Permissão da caça aos animais.

a iniciar seu processo de reforma agrária e, conseqüentemente, à ocupação dos grandes campos alentejanos.

No dia 27 de setembro, os Ministérios da Agricultura e das Finanças publicaram o Decreto-lei n.º 541-B/75, que proporcionou que o crédito agrícola de emergência (CAE) fosse usado para o pagamento de salários das UCPs. Resultado imediato dessa ação, as “ocupações aumentaram cerca de 42.000 ha em outubro e 230.000 ha em novembro” (Barreto, 2017, p. 296).

Quando as ocupações terminaram em janeiro de 1976, a maior porcentagem das terras estava sob comando das Unidades Coletivas de Produção, fator este que levou a um dos pontos principais da revolução agrária em Portugal: atingir a propriedade privada capitalista. As poucas regiões que não foram ocupadas podem ser explicadas por algumas razões. Dentre essas, aponta António Barreto (2017) que alguns trabalhadores se aliaram aos proprietários das terras, e defenderam seu *status quo*.

As nacionalizações constituíram-se no meio estatal de conquista da terra, sendo as dos perímetros regados, como vimos, possuíam o seu instrumento legal por meio do Decreto-Lei n.º 407-A/75 de 30 de julho de 1975. Tais perímetros foram compostos “por vários conjuntos de prédios rurais, de dimensões muito diversas, beneficiando em grande parte do acesso à rega” (Barreto, 2017, p. 306). Logo, a partir de uma perspectiva jurídica, o Estado intervia nacionalizando a área das explorações agrícolas abrangidas, deixando os agricultores com áreas inferiores às que possuíam anteriormente, sendo que “a maior parte das terras regadas pertenciam aos distritos de Setúbal (82.609 ha), Beja (47.069 ha) e Santarém (3.850 ha)” (Barreto, 2017, p. 306).

Percebe-se que com o aparato legal, como as ocupações de terras não eram previstas nas leis, foram administrativamente legalizadas. Em um mesmo sentido, as herdades foram expropriadas e as Unidades Coletivas foram reconhecidas. Nesse cenário, foram concedidos créditos, atribuídos fundos e distribuídos subsídios. O Estado teve uma postura de defesa dos trabalhadores rurais por meio do incentivo das ocupações e da intimidação dos grandes proprietários. Estes resistiam cada vez menos, afinal as leis não amparavam seus anseios, mas sim os trabalhadores rurais.

A partir de 1976, o cenário político passou a ser bem diferente daquele correspondente ao início das UCPs. Com a criação da plataforma dos partidos políticos, surge a prerrogativa de que as terras expropriadas integravam o patrimônio da nação. Todas as apropriações individuais da terra não mais seriam reconhecidas. Outro ponto

importante é que o direito de uso concedido só poderia ser reconhecido se as unidades instaladas pagassem ao Estado um imposto fundiário.

A grande novidade da Constituição de 2 de abril de 1976, no que diz respeito à agricultura, foi a consagração de uma constituição econômica agrária formal, da qual “a reforma agrária constituía parte fundamental, com o objetivo de fazer a repartição do rendimento social agrícola” (Almeida, 2006, p. 177). O capítulo IV da Constituição apresentou a reforma agrária como um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista.

As leis refletiram um certo reformismo, a partir de mecanismos moderados que visavam mudanças de aspectos da estrutura agrária, com objetivos publicamente definidos. Contudo, com a chegada de António Barreto no Ministério da Agricultura e Pescas, em 1976 (devido ao fato de Lopes Cardoso ter se demitido), as aplicações das leis de Nacionalização e Expropriação das terras foram restringidas. Nesse processo, com a publicação da Lei n.º 77/77, o movimento contrarreformista foi aplicado. Logo, a Lei Barreto foi considerada o principal instrumento desagregador da aplicação das leis de Expropriação e Nacionalização.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 406-A/75 durou até à publicação da Lei n.º 77/77, de setembro, e até essa data foram expropriados cerca de 900 000 hectares, dois terços do total da área estimada como passível de tal medida. Depois as leis de transformação fundiária passaram a ter uma aplicação minguada (Ferreira, 2001, p. 105).

Para Maria Antónia Pires de Almeida (2006), o modelo de reforma agrária de António Barreto introduziu conceitos progressistas, objetivando uma reforma agrária moderada, ao contrário do modelo imposto em 1975. Nota-se, com isso, que ele visou conduzir a questão de modo a respeitar a propriedade privada. O seu modelo propunha uma correção das desigualdades no acesso à terra, mas sem a abolição da propriedade privada, o que objetivou uma reforma que atendesse às necessidades dos trabalhadores agrícolas e, ao mesmo tempo, garantisse a continuidade da produção agrícola.

José Soeiro (2013) pontua que esta contrarrevolução agrária ficará para a história como uma das páginas mais tenebrosas do processo iniciado com o 25 de abril. O autor aponta a questão de que os antigos latifundiários passaram a afrontar diretamente os sindicatos agrícolas, corroborando para seus processos de crises.

Observa-se, diante da análise das Leis de Expropriação e Nacionalização, que o poder econômico dos grandes proprietários e a concentração fundiária foram alvos da

revolução sociopolítica em curso, marcada por objetivos anticapitalistas. Assim, os trabalhadores rurais – unidos a partir dos sindicatos e com o apoio do Estado através do aparato legal fornecido – buscavam seus direitos fundamentais.

2.5 IMPRENSA, ESTADO E HEGEMONIA: OS JORNAIS COMO APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO EM PORTUGAL

Um importante conceito gramsciano para essa pesquisa é o de Aparelhos Privados de Hegemonia que, quando estabelecidos na Sociedade Civil na arbitragem de um projeto hegemônico ou contra-hegemônico, se faz um dos pontos centrais para o entendimento dos métodos de nacionalização do projeto – que se estendeu de 1974 a 1976 e que visava o fim do latifúndio, a reforma agrária em Portugal, além da consolidação da posse da terra aos trabalhadores rurais.

É nos Aparelhos Privados de Hegemonia que o Estado é assimilado por meio da luta de classes, atuando como instrumento de dominação. Nessas circunstâncias, destacam-se as funções exercidas pela imprensa, um dos mais importantes Aparelhos Privados de Hegemonia, que na concepção gramsciana é responsável pela nacionalização do projeto de uma determinada fração de classe sobre a sociedade em geral. Cabe destacar que a imprensa compreende um meio de comunicação que dissemina informações via jornais, boletins, revistas etc., sendo o foco dessa pesquisa os jornais impressos portugueses.

Desse modo, a imprensa, aqui entendida como formadora da vontade coletiva e como um organismo importante para a construção do consenso em torno de uma fração de classe, mostra a relevância que esse mecanismo possui como fonte histórica. À vista disso, esta é a fonte que será analisada nesse estudo, posto que foi um importante meio de disputas de ideias, direção moral e intelectual, atuando como formadora da opinião pública durante o processo de transição política em Portugal. Todavia, vale destacar que a utilização dessa fonte nas pesquisas históricas deve partir de uma análise metodológica minuciosa.

Por conseguinte, outra questão que marca essa importância da imprensa, diz respeito aos intelectuais para Gramsci. Concebendo os jornais como espaços privilegiados para o desenvolvimento da disputa pelo poder na Sociedade Civil, os intelectuais atuam na mediação entre as classes sociais e o Estado. Gramsci desenvolve

uma interpretação original da função dos intelectuais “nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas” (Duriguetto, 2014, p. 267).

A questão dos intelectuais ocupa uma posição importante nos escritos do marxista italiano. A presença dos intelectuais e o modo como eles se organizam entre as esferas – seja na base econômica (estrutura) ou no âmbito estatal, entre Sociedade Civil e a Sociedade Política (superestrutura) – constituem-se em um importante meio para a compreensão da organização política, econômica e social de Portugal na busca pela consolidação de transformar um projeto em hegemônico.

Portanto, os intelectuais, configuram-se em agentes fundamentais para a manutenção da hegemonia política, possuindo a função de difundir e criar ideologias que legitimam as relações de poder existentes. Quanto aos contributos de Gramsci, nota-se que este apresenta os intelectuais como agentes intermediários entre a base econômica da sociedade e as superestruturas culturais bem como políticas que moldam a consciência social.

Assim, para ele ocorre uma distinção entre essa categoria, na qual se têm os intelectuais orgânicos e os tradicionais. Respectivamente, a primeira refere-se aos intelectuais ligados a uma classe social específica, sendo fruto do desenvolvimento dessa própria classe, de modo que atuam na defesa dos interesses desta. Por sua vez, os intelectuais tradicionais são aqueles que aparentam atuar fora de uma dinâmica de classes, estando historicamente ligados a instituições como a igreja, sistema jurídico etc. Contudo, essa neutralidade não corresponde na prática, visto que esses intelectuais podem atuar na manutenção dos interesses e da hegemonia de uma classe dominante.

Uma das características dos intelectuais como categoria social cristalizada (isto é, que concebe a si mesma como continuação ininterrupta na história e, por tanto, independentemente da luta dos grupos e não como expressão de um processo dialético, pelo qual todo grupo social dominante ela bora uma categoria de intelectuais própria) é, precisamente, a de relacionarem-se, na esfera ideológica, com uma categoria intelectual precedente, através de uma idêntica nomenclatura de conceitos. Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos também como “novos” intelectuais, surgidos da nova situação, e não como a continuação da intelectualidade precedente. Se os “novos” intelectuais se colocam como continuação direta da intelligentsia precedente, não são verdadeiramente “novos”, isto é, não são ligados ao novo grupo social que representa organicamente a nova situação histórica, mas são um rebotalho conservador e fossilizado do grupo social historicamente

superado (o que, de resto, é o mesmo que dizer que a nova situação histórica ainda não atingiu o grau de desenvolvimento necessário para ter a capacidade de criar novas superestruturas, mas vive ainda no invólucro carcomido da velha história) (Gramsci, 1999, p. 125).

Logo, os intelectuais orgânicos possuem uma importante função na luta pela hegemonia. Para Gramsci, eles são os meios pelos quais a classe dominante visa moldar a consciência, atuando como mediadores no processo de construir, sustentar e difundir a hegemonia. Desta forma, observa-se que a tomada do poder político perpassa também pela criação de agentes que atuem como intelectuais orgânicos, que articulem e atraiam o apoio das massas para que um projeto se torne hegemônico.

Por conseguinte, outro teórico que contribui para a compreensão dessa categoria dos intelectuais é o historiador francês Jean-François Sirinelli, que compreende como os intelectuais se organizam e atuam politicamente, sendo considerados atores históricos que possuem uma atuação central na vida política e cultural. Para ele, “a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento da história política, social e cultural” (Sirinelli; Rémond, 2003, p. 232).

O autor evidencia como esses indivíduos são responsáveis pela formação de ideias, moldando as compreensões dos indivíduos quanto as perspectivas sociopolíticas e contribuindo para formação da opinião pública. Ademais, formam grupos com visões ideológicas comuns, que atuam tanto individualmente como coletivamente. Contudo, o autor chama atenção para que “o estudo dos intelectuais como atores do político é por tanto complexo. Não apenas porque, como vimos, a categoria tem contornos mutáveis, mas também porque não existe um ou mais de um partido dos intelectuais” (Sirinelli; Rémond, 2003, p. 244).

Uma das questões fundamentais da análise de Sirinelli e Rémond (2003) sobre os intelectuais é noção das redes de intelectuais, visto que para ele os intelectuais não atuam isoladamente, mas como indivíduos que possuem projetos políticos convergentes. Essas redes de sociabilidade se consolidam e atuam em revistas, jornais, editoras, universidades e grupos de discussão, sendo fundamentais para a circulação e o debate de ideias.

Mesmo reconhecendo tais dificuldades de contornos do objeto, Sirinelli (1986) estabelece uma tipologia tomada de emprestada das abordagens sociológicas e políticas, não necessariamente excludentes: uma noção socialmente mais ampla de intelectuais, abarcando os chamados criadores e mediadores de cultura, tais como jornalistas, escritores, professores, eruditos; uma noção mais estreita e qualitativa, envolvendo

a atuação específica dos intelectuais enquanto sujeitos políticos do processo histórico, ou seja, o engajamento em lutas políticas (Correa, 2016, p. 270).

A importância dessas redes se dá por meio de como as ideias dos intelectuais ganham legitimidade ao se voltarem para instituições culturais e políticas. Essa atuação sociabilizada em redes pode ter um impacto maior do que se agissem isoladamente.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador, não pode ignorar ou subestimar (Sirinelli; Rémond, 2003, *apud* Correa, 2016, p. 248).

Portanto, Jean-François Sirinelli oferece uma importante contribuição acerca dos intelectuais, entendendo-os como atores históricos que operam tanto individualmente quanto em redes e comunidades culturais. Logo, entende-se que estes são atores que medeiam a relação entre o conhecimento e o poder, desempenhando um papel na construção de ideologias.

Percebe-se que às contribuições destes dois teóricos auxiliam na compreensão do papel desempenhado pelos intelectuais na luta pela hegemonia no cenário político português investigado. O entendimento é de que, durante o PREC, muitas figuras ligadas aos sindicatos e aos partidos políticos desempenharam o papel de intelectuais orgânicos, articulando as aspirações das classes trabalhadoras. A exemplo se tem Álvaro Cunhal, que foi uma figura central na estratégia política do PCP, pois combinava teoria e prática, articulando a luta de classes com a organização dos trabalhadores agrícolas no Alentejo e liderando a defesa da reforma agrária. Outro exemplo é Mário Soares, líder do PS, uma figura chave durante o PREC, ao atuar para consolidar o partido como força moderada e liderar a defesa da transição democrática e da propriedade privada, sendo a principal voz contra a hegemonia comunista no Alentejo.

Cabe destacar que essa pesquisa contempla uma análise inicial da categoria dos intelectuais conforme teorizada por Antonio Gramsci e Jean-François Sirinelli, abordando seu papel na sociedade e sua ampliação pelo Estado moderno para a manutenção da hegemonia do grupo dominante. No entanto, o foco central do estudo não se restringe à compreensão do papel dos intelectuais, abarcando também a investigação das visões políticas expressas nos jornais analisados. A pesquisa busca identificar como esses veículos de comunicação construíram narrativas e posicionamentos diante dos

acontecimentos políticos, evidenciando as disputas ideológicas e os projetos de poder em jogo no período estudado. Dessa forma, embora a fundamentação teórica sobre os intelectuais seja um ponto de partida importante, o objetivo principal é compreender as representações políticas veiculadas na imprensa e seu impacto na conformação do debate público.

Ante o exposto, pode-se partir da perspectiva de que os intelectuais orgânicos do Partido Comunista Português (PCP), por exemplo, desempenharam um papel fundamental no período, atuando como formadores e dissipadores da ideologia comunista que partia do pressuposto de uma legitimidade revolucionária que pautava a atuação deste partido na ocupação de fábricas e terras, bem como, na reforma agrária. Os jornais e publicações foram espaços importantes nessa luta. O *Combate* e o *Portugal Socialista* serviram como veículos da classe trabalhadora, enquanto outros órgãos de imprensa refletiam os interesses das forças moderadas e conservadoras. A disputa ideológica durante o PREC foi também uma disputa pela hegemonia política, sendo os intelectuais atuantes na criação de narrativas políticas e na disseminação de ideologias.

A análise de Jean-François Sirinelli sobre os intelectuais também permite uma melhor compreensão deste cenário, visto que para ele os intelectuais não operam isoladamente, mas sim em redes que atuam na articulação política. Na transição política em Portugal, essas redes se manifestaram claramente nos partidos políticos, no qual defendiam distintas ideologias, o Partido Socialista, a título de exemplo, era formado por intelectuais que se posicionavam a favor de uma legitimidade democrática nos moldes parlamentares, posicionando-se contra a radicalização do processo revolucionário promovida pelo PCP.

No entanto, as redes de sociabilidade dos intelectuais não se limitaram apenas aos partidos. Os meios de comunicação, a exemplo dos jornais, tornaram-se espaços importantes de disputa ideológica. Intelectuais ligados ao jornalismo foram atuantes na mediação entre a Sociedade Civil e Sociedade Política.

Percebe-se que os intelectuais têm como uma de suas funções centrais disseminar ideologias. Assim, são fundamentais para a manutenção do consenso que podem legitimar uma classe na busca pela hegemonia. Uma importante atuação desses pode se dar na construção de projetos contra hegemônicos, que geralmente se formam em movimentos reformistas, necessitando de seus próprios intelectuais na articulação de ideias e mobilização da Sociedade Civil.

Outra questão a ser destacada é quanto ao termo hegemonia que se apresenta nas formulações marxistas a respeito do Estado e nas perspectivas revolucionárias buscadas no interior da sociedade de classe capitalista. Contudo, a partir das formulações de Gramsci este termo passou a designar um tipo de dominação. Para tanto, em Gramsci a hegemonia⁵⁵ se apresenta na relação da coerção e do consenso, isto é, a partir da dominação junto à direção dos meios culturais. Logo, ela se desenvolve a partir da Sociedade Civil e suas instituições como forma de manutenção do poder por meio da universalização de um projeto. Diante disso, ocorre a utilização dos Aparelhos Privados de Hegemonia para suscitar o convencimento ideológico e político. Em uma perspectiva analítica,

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2007, p. 95).

Antonio Gramsci apresenta sua interpretação acerca do jornalismo em seu *Caderno 24*, analisando a importância dessa fonte na direção e na condução da Sociedade Civil, bem como a sua relação com o Estado. Revela a dimensão que a imprensa exerce na sociedade, destacando o jornal como órgão primordial nas relações estabelecidas entre os intelectuais e o poder. O autor, ainda, pontua a seguinte questão quanto aos jornais:

O jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. Se examinam todas as formas existentes de jornalismo e de atividades publicístico editorial em geral, vê-se que cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenar-se “mecanicamente”. Para desenvolver criticamente o assunto e estudar todos os seus lados, parece mais oportuno (para os fins metodológicos e didáticos) pressupor uma outra situação: que exista, como ponto de partida, um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal agrupamento como base para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco (Gramsci, 2001, p. 197).

⁵⁵ Na luta pela hegemonia, Gramsci pontua três organizações culturais, a saber: igreja, escola e a imprensa.

Logo, os jornais se apresentam como importantes mecanismos para construção da hegemonia ao moldar a opinião pública, delimitando os limites dos debates sociais e políticos. Nesse espaço, diferentes ideologias disputam pelo poder e pela ampliação da influência sob uma dada classe.

Todavia, é importante refletirmos metodologicamente sobre essa fonte que cada vez mais chama a atenção de muitos de nós no espaço acadêmico. Sendo de grande valia analisar também seus interesses e atuação junto ao seu público leitor – afinal, como qualquer fonte histórica – os jornais devem ser analisados criticamente pelo historiador, pois como já destacado podem assimilar interesses do projeto de uma determinada fração de classe.

Segundo Renné Zigman (1985), na relação entre História e imprensa, dois campos de estudo destacam-se: o primeiro designado de História da Imprensa, é marcado pela reconstrução da evolução histórica dos órgãos de imprensa e os apontamentos de suas principais características para um determinado período, ao passo que o segundo é o da História através da Imprensa, compreendendo os trabalhos que tomam esta como fonte primária para a pesquisa histórica. Nota-se, a partir de então, que ocorre um avanço sistemático no âmbito da historiografia sobre a utilização da imprensa como fonte histórica, visto que aumentam os interesses entre os historiadores para empregar os periódicos nas suas pesquisas acadêmicas, tal como esta.

À vista disso, a utilização da imprensa em pesquisas pode variar conforme as metodologias empregadas, dependendo do recorte do historiador, de seu objeto de pesquisa, suas abordagens e explanações. Outra questão diz respeito à sua utilização como fonte histórica, podendo proporcionar uma análise das perspectivas da Sociedade Política em consonância com a Sociedade Civil, ou seja, a relação que ambas apresentam em prol da busca pela hegemonia de um projeto.

Percebe-se que conceber a imprensa (no caso desta pesquisa os jornais) como fonte histórica é um aspecto de grande relevância, uma vez que essa proporciona um vasto leque de possibilidades de interpretar e analisar o objeto que se propõe estudar, direcionando a uma problematização dos acontecimentos que marcaram o período analisado. Quanto a esse aspecto, cabe evidenciar que a historiografia foi alterando sua interpretação sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa.

De acordo com Tânia de Luca (2006), na década de 1970 eram escassos os trabalhos que usavam jornais e revistas como fontes, pois eram baixos os índices de

historiadores que possuíam confiança na pesquisa histórica em meios jornalísticos. Para essa autora, já havia uma tentativa de escrever sobre a história da imprensa, mas ocorria uma resistência em conceber a escrita da história através da imprensa, visto que se mantinha uma ideia de que os jornais eram pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões (Luca, 2006, p. 111).

Na obra *A imprensa na História do Brasil* (1988), Maria Helena Capelato destaca que a utilização da imprensa como fonte histórica dividiu opiniões entre os historiadores brasileiros: uns defendiam que esta era uma fonte suspeita, outros já acreditavam que era um repositório da verdade. Logo, “as duas opiniões são contestáveis, uma vez que, o jornal não é transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, e tampouco uma fonte desprezível porque é permeada pela subjetividade” (Capelato, 1988, p. 21).

Perante o exposto, observa-se que o jornal se manifesta como uma importante fonte histórica, porém ao analisá-lo é necessário um olhar crítico, tendo em mente que nem sempre o que está presente nos documentos pode ser verdade. Assim, ir em busca do contexto, dos vestígios, acontecimentos e especificidades da época estudada, torna-se essencial para poder entender os pontos subjetivos que contém o jornal investigado. Destarte, nota-se que questionar a imagem da imprensa como espelho fiel da realidade, “implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas. Com habilidade, paciência e competência ele (o historiador) conseguirá montar as peças de um complicado quebra-cabeças” (Capelato, 1988, p. 22).

Hoje a perspectiva de descrédito em relação à imprensa já apresenta significativos avanços em termos de pesquisa documental, afinal percebe-se que a utilização dos impressos ocorre em diversas investigações, fruto do empenho de se repensar a História, seus desafios e objetos. Cabe ressaltar que alguns movimentos historiográficos foram importantes para a mudança desta percepção de desconfiança e receio, sobretudo com o advento da *Escola dos Annales*⁵⁶, que alargou a concepção do que seria fonte histórica

⁵⁶ Movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Revolucionando os métodos de fazer e pensar a História em muitos de seus aspectos, com ela a historiografia incorporou novos tipos de fontes. Em 1929, com o lançamento da revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, tendo como proposta central acabar com uma visão positivista da escrita da História, que predominou por todo o século XIX. Sua proposta pretendia substituir as visões breves anteriores por análises de processos de longa duração para permitir maior e melhor compreensão das civilizações das “mentalidades”, assim como pensar a História em ritmos diferentes para os acontecimentos, a partir das contribuições de Fernand Braudel. Sua importância para a História é nítida, pois até hoje esclarece muitas questões do fazer histórico.

em muitos aspectos, levando os estudos da imprensa a espaços que outrora eram ocupados somente pelos documentos oficiais presentes nos arquivos.

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina (Luca, 2006, p. 112).

Mediante a isso, passaram a aceitar como fontes: objetos da cultura material, obras literárias, imagens iconográficas, dentre muitas outras. Tal redefinição da fonte histórica, fruto da revolução documental proposta pelos Annales⁵⁷, possibilitou muitos avanços, assim como difundiu no meio historiográfico a concepção de uma história-problema, atrelada à proposta de interdisciplinaridade.

Atualmente, um número crescente de teses e dissertações vem utilizando os jornais como meio fundamental ou complementar para seus objetos de pesquisa. De fato, a imprensa pode ser rica em dados e elementos para estudos de certos períodos, talvez a única fonte passível de “reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas” (Zigman, 1985, p.89).

Dessa forma, destaca-se que a utilização da imprensa nas pesquisas históricas sem uma metodologia clara e um aprofundamento teórico pode resultar em dificuldades e na limitação do entendimento do objeto ao qual se propõe analisar. Usar mecanismos que auxiliam na consolidação de uma análise mais aprofundada significa produzir uma pesquisa mais consistente e elaborada.

Portanto, se faz necessário que o estudo da imprensa pelos historiadores conceba tal fonte, invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico, para ser rompida a perspectiva de utilizá-la apenas para “ilustrar os fatos que estão em pesquisa, sem a preocupação em definir claramente os métodos aplicados para a sua incorporação nos textos e nas pesquisas históricas” (Karawejczyck, 2010, p. 134). Contudo, não se pode negar que o uso destas fontes impõe um certo grau de complexidade, gerando dúvidas e

⁵⁷ Somente com a terceira geração dos Annales, na qual ocorreu o fortalecimento da História Cultural, que se propôs “novos objetos, problemas e abordagens” (Luca, 2006, p. 112), para se pensar a história. Logo, os reflexos disso no quadro da historiografia brasileira possibilitou novas relações com o jornal como documento-fonte nas pesquisas históricas.

questionamentos, a saber: como trabalhar com estas fontes? como interrogá-las? qual metodologia utilizar?⁵⁸.

Nessa acepção, é relevante ter em mente que os jornais possuem suas próprias pluralidades na composição de seus quadros, responsáveis pela sua construção, mas que nem sempre podem ter pensamentos políticos e ideais convergentes. Além disso, durante momentos de crises políticas, questões externas como censura política, censura de guerra, crise econômica (interna de um país ou, até mesmo, do próprio jornal) e outros fatores podem “pesar na escrita de um periódico, tanto para omissão de informações, quanto por tentativas de burlar ou denunciar algum tipo de controle externo” (Lapiente, 2015, p. 5). Analisar cuidadosamente o seu discurso é primordial – visto que imbuído de certos interesses – os jornais, ao transmitirem determinadas notícias, podem cair na ação da manipulação do conhecimento direcionado ao seu público leitor, objetivando uma construção ideológica que favoreça o consenso.

Portanto, é válido apontar que a dependência de verbas para sua manutenção e produção acabam tornando os jornais passíveis de intromissão de agentes externos que os financiam, tais como ricos empresários, resultando na defesa de seus ideais e acobertando seus interesses. Todavia, nesse jogo complexo, o periódico parte em busca de credibilidade e fidelização de seu público, por isso “também não se pode tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos” (Luca, 2006, p. 116).

Não obstante, a imprensa passaria a ter uma relação direta, de acordo com Rafael Saraiva Lapiente (2015), sem intermediação, descartando todos os agentes individuais ou coletivos (como partidos ou sindicatos), se colocando como monopolista da expressão legítima da opinião pública (Lapiente, 2015). O historiador, ao se debruçar sobre a análise dessa fonte, deve conhecer de antemão uma série de pontos que marcam os periódicos de sua escolha, não os utilizando de maneira indiscriminada⁵⁹, tendo em mente que caso isso ocorra pode gerar consequências a sua pesquisa e a produção historiográfica.

⁵⁸ Em uma das tentativas de sanar tais dúvidas, foi lançada, na década de 1970, na França, uma coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, intitulada *Faire de l'histoire*. Os três livros que formam tal coletânea receberam no Brasil os seguintes títulos: história: novos problemas; história: novas abordagens, e história: novos objetos. Entre outros temas propostos, essa coleção procurava discutir a entrada de novas fontes no manancial de documentos à disposição do pesquisador em ciências humanas. Na introdução da coletânea, os autores explicitam o objetivo do trabalho (Karawejczyk, 2010, p. 134).

⁵⁹ Nesse sentido, apresenta-se de forma imprescindível a delimitação de um recorte temporário para a análise desta fonte, assim como a escolha de periódicos específicos. Para não ocorrer constatações equivocadas na pesquisa que reflitam em seus resultados.

Retomando a perspectiva de Capelato (1988), constata-se que os jornais se apresentam como um produto privado. Assim, no processo de análise de determinados jornais, conhecer as principais características do órgão de imprensa investigado é primordial. É preciso considerar que a empresa jornalística “coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta — o público e o privado: o público relaciona-se ao aspecto político; o privado ao empresarial” (Capelato, 1988, p. 18).

Os jornais expressam a opinião pública, só que na grande imprensa (a empresarial) “o murmúrio da *vox populi* (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a *vox domini* (voz dos dominantes)” (Capelato, 1988, p. 18). Sendo assim, os empresários donos dos jornais, levados pela lógica do lucro, podem deixar seus discursos sobressaírem ou se confundirem com os do povo. “A interpretação do público e privado definiria os limites do quarto poder” (Capelato, 1988, p. 19). Os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública.

Diante do exposto sobre as concepções teóricas e metodológicas do uso dos jornais como fonte histórica, compreendendo-os como Aparelhos Privados de Hegemonia, é importante a aplicação dessas instâncias apresentadas, ou seja, analisar os discursos das fontes aqui estudadas a partir desse embasamento teórico e metodológico. Assim, o próximo capítulo tratará sobre os jornais que são fontes dessa pesquisa, no qual objetiva-se apresentar a trajetória de cada um desses organismos, para entender as perspectivas da Sociedade Civil em consonância à Sociedade Política, isto é, a relação que elas apresentam na busca de transformar um determinado projeto em hegemônico em Portugal.

3 A TRANSIÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL E A REFORMA AGRÁRIA DO ALENTEJO ATRAVÉS DA IMPRENSA PORTUGUESA (1974–1976)

O Alentejo, como visto, configurou-se na região central da reforma agrária após a Revolução dos Cravos. Nesse capítulo, busca-se analisar a transição política e os seus impactos na região da Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). Vale destacar que a imprensa teve um papel crucial para documentar os eventos e para o processo de difusão de ideologias.

Durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), ocorreu uma intensa luta entre duas perspectivas, que se combateram no seio das instituições e organizações sociais, mais precisamente a **via revolucionária** e a **via democrática**. Ambas fizeram reverberar nas fontes aqui analisadas seus discursos representados na atuação do PCP e do PS. Ademais, através da análise das fontes, foi proposto em vista disso responder às questões centrais apresentadas no início dessa pesquisa.

3.1 HISTORICIZANDO A TRAJETÓRIA DOS JORNAIS: *DIÁRIO DO ALENTEJO*, *COMBATE*, *PORTUGAL SOCIALISTA* – OS (DES)CAMINHOS DESTES APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

Os jornais são fontes que estão vinculadas apenas a algumas classes sociais. Portanto, o historiador deve estar atento que, na construção do fato jornalístico, não apenas os elementos objetivos e subjetivos de quem produz estão presentes, mas também os interesses do próprio jornal. Os questionamentos feitos a esta fonte tornam-se uma ação primordial para extrair um significado. Logo, ao pesquisador “não apenas os elementos do momento histórico são importantes, mas buscar captar também quais são os elementos de interesse do próprio jornal” (Lapuente, 2015, p. 7).

Partindo das questões expostas quanto ao uso da imprensa como fonte, é válido ressaltar que a ênfase em determinados temas, o conteúdo das notícias e até mesmo sua linguagem são importantes fatores para o entendimento de qual o público que se cogita atingir. O historiador/pesquisador deve estar ciente que a fonte está envolta em um jogo de interesses políticos, ora convergentes, ora conflitantes, e que tais preceitos implicam em sua escrita e nas informações que essa tentará repassar aos seus leitores, de modo a levá-los a construção de um consenso favorável aos seus interesses políticos.

Ante o exposto, os jornais podem assumir posturas diferentes diante da vigência de determinado regime: apoiando suas ações ou se opondo a elas. Os seus discursos rodeiam frequentemente o contexto em que está inserido, sendo influenciado por ideologias, tanto de quem os escreve quanto de quem os lê. Cabe ao historiador fazer questionamentos a essas fontes para obter resultados e respostas satisfatórias.

Os jornais portugueses se constituíram em um importante meio para comunicar, informar, convencer e persuadir os indivíduos que viveram o período de transição política em Portugal e buscaram a consolidação de seus interesses, que – no caso específico do Alentejo – grande parcela objetivava a reforma agrária.

Os jornais possuíam seus discursos imbuídos de ideologias com intenção comunicativa. Assim, entende-se que o jornal é um dos lugares discursivos que favorece a recriação de novos posicionamentos políticos pelas perspectivas de sentidos que se dá nas relações de poder. Tendo por base a teoria da *Análise do Discurso*, de Mikhail Bakhtin, constata-se que esse conceito se constitui como uma importante ferramenta para embasamento na mediação entre interdiscurso, memória e história para que se estabeleça o reconhecimento da língua como produção social e processo discursivo na construção de sentidos. Quando aplicada a análise dos jornais, tal teoria permite desvelar as relações de poder subjacentes às representações sociais e políticas veiculadas. Tão logo, é importante destacar que a *Análise do Discurso* compreende que a língua não é transparente, visto que sua produção parte de um texto do qual será atribuído sentido por aquele que ler.

Assim, Mikhail Bakhtin propicia, através das suas teorias acerca da *Análise do Discurso*, perceber o tratamento com a definição de gênero, caracterizando seu conteúdo temático, sua conclusibilidade, sua intenção ou vontade discursiva e sua relação dialogal com outros enunciados (Rocha, 2013).

Logo, será tomada aqui a análise do discurso apresentada por Suelen Regina Aguiar Rocha (2013), inspirada em Mikhail Bakhtin, segundo a qual o texto produzido, por um lado, tem uma vontade discursiva e, por outro, não sendo a língua algo transparente, ele (o texto) também é marcado pela atribuição de sentido por aquele que lê. Segundo a autora,

É por esse motivo que muitos textos jornalísticos ao serem lidos são interpretados de diversas formas, como censura, como informativo, crítico e sensacionalistas. Depende do contexto que aquela obra está inserida e da representação feita pelos seus 'leitores'. Apreende-se que

os jornais não são neutros, assim o estudo da língua, possuem a fala atrelada a interesses comerciais, existe determinação alheia na seleção do que vai ser ‘impresso’ para a sociedade, a linguagem nos revela que todo sujeito é ideológico, o que escreve, o que recepciona e modifica é de cunho ideológico. A língua se materializa na ideologia e nas palavras dos sujeitos, e o discurso é o lugar, não físico, mas aberto, em que se produz o discurso, o lugar constitutivo do que ele diz (Rocha, 2013, p. 17).

Assim, entende-se que para a compreensão do discurso se faz necessário desprender-se da perspectiva de tê-lo apenas como um conjunto de signos, partindo da premissa de que analisar o discurso é compreender as relações históricas de práticas concretas assimiladas nos discursos. Outrossim, analisar os jornais é partir da compreensão que este é uma produção histórica e política.

Analisar esses discursos, mais precisamente analisar o discurso do gênero jornalístico no período de transição política em Portugal, implica interpretar os sujeitos responsáveis pela formação do discurso, visto que a ideologia vai se materializar no discurso desses interlocutores – discurso em que estão imbricadas as dimensões política, social e econômica. Esse será o foco nessa pesquisa, sem perder de vista que os leitores compreendem ao seu modo o que leem e constroem sentidos particulares, levando ou não em consideração a opinião daquele quem escreve com intuito da construção do consenso. Além disso, também em consonância com a proposta de Bakhtin, serão trazidos os discursos de três jornais de esquerda que contrastam com a mídia hegemônica, trazendo um contraste de visões e propostas dentro da própria esquerda, o que mostra a dinâmica política durante o processo histórico da luta pela reforma agrária em Portugal.

Logo, considerar a formação e a trajetória dos jornais que se constituem como fonte dessa pesquisa é uma tentativa de colocar em prática uma metodologia. Método este que parte da questão de que o historiador/pesquisador deve conhecer as dinâmicas internas e principais trajetórias da fonte investigada, para considerar a subjetividade dos discursos de quem as escreve. Conhecê-las implica em buscar desde o funcionamento até a produção do jornal, além de sua “organização editorial e as tecnologias usadas pelos periódicos, passando até mesmo por sua concorrência, historicizando a fonte pesquisada” (Lapuente, 2015, p. 6).

Portanto, a escolha do jornal *Diário do Alentejo* como uma das fontes dessa pesquisa se deu porque foi um jornal que apresentou os interesses regionais e as notícias centrais da região que ficou conhecida historicamente como Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA), assim como de todo o país, sobretudo as que se referiam às

questões econômicas, sociais e políticas durante o processo de transição em Portugal. Foi uma das principais vozes mediadoras da luta pela reforma agrária, refletindo tanto os anseios dos trabalhadores rurais, quanto as resistências dos grandes proprietários de terras.

Nota-se que o *Diário do Alentejo* se adaptou ao clima revolucionário, sendo influenciado pelo contexto político que atravessava Portugal. Durante o processo de análise desse jornal, observou-se que possuiu como uma de suas características centrais a cobertura abrangente dos acontecimentos locais. Além disso, formou-se em 1 de junho de 1932, no distrito de Beja, em Portugal. Nessa conjuntura, vivia-se no país a ditadura estadonovista, que foi marcada pela censura à imprensa. Contudo, depois do golpe militar de 25 de Abril, profundas marcas ficaram na sociedade portuguesa e intensas transformações foram geradas, percorridas em capítulos anteriores da dissertação, sendo uma dessas mudanças a permissão da liberdade de expressão a imprensa da época.

O jornal era distribuído no turno vespertino e apresentava-se como porta-voz regionalista, possuindo em um primeiro momento, segundo Carlos Pereira (2019), uma estrutura editorial composta por quatro páginas bem extensas, sendo que na primeira eram apresentadas notícias, artigos de opiniões e informações da região do Alentejo, do país e do mundo, já as outras três páginas eram compostas por notícias pequenas e publicidade. Salienta-se que essa organização se manteve durante décadas, até os anos 1970, quando o tamanho das páginas diminuiu e o número destas aumentou. Havia exceções, ainda de acordo com Carlos Pereira (2019), em determinados momentos, por exemplo, no aniversário do jornal ou quando eram realizadas feiras na região do Alentejo, as edições tinham 12 páginas ou mais, a maioria de publicidade. O progresso do Alentejo era apresentado como propósito central do jornal.

Em 7 de abril de 1955, faleceu um de seus fundadores e proprietário: Carlos Augusto das Dores Marques, aos 82 anos. Posteriormente, no ano de 1968, no dia 26 de fevereiro, faleceu seu outro proprietário e fundador: Manuel Engana. Com isso, assumiu, então, a direção do jornal, Manuel de Melo Garrido.

Segundo a análise de Carlos Pereira (2019) sobre a trajetória do *Diário do Alentejo*, este foi apresentado como um jornal antissituacionista durante o Estado Novo, pois o Secretariado da Propaganda Nacional classificou os jornais do país em categorias, a saber: os situacionistas (que eram apoiadores da ditadura), os neutros, e os antissituacionistas, sendo o caso do vespertino bejense, ou seja, um jornal que não concordava com o Estado Novo. Essa sua classificação não ocorreu sem razão, afinal um

de seus fundadores (Carlos Marques) era um democrata republicano e o outro (Manuel Engana) foi no transcorrer da I República dirigente local do antigo Partido Socialista português. Logo, essa composição ideológica e política dos proprietários do jornal foi provavelmente tida como um fator que não agradou ao Estado Novo, fazendo pesar a censura sob suas páginas.

Vale ressaltar que a censura à imprensa portuguesa durante o Estado Novo decorria de um clima de vigilância que, gradativamente, foi se intensificando. Os jornais que eram tidos como “contestadores” poderiam ser judicialmente processados ou até mesmo apreendidos. Alguns jornalistas estavam sujeitos a serem presos se tivessem uma postura explícita contrária ao regime estadonovista. Com essas ações, conforme a consolidação do Estado Novo, a imprensa portuguesa ia tendo o seu desenvolvimento limitado, pois a vigilância policial parecia ser onipresente. As instalações dos jornais e as tipografias “eram assaltadas pela polícia ou mesmo por bandos afetos ao poder, como aconteceu com os jornais *O Século*, *O Mundo*, *A Vanguarda* e *O Progresso*” (Sousa, 2008, p. 50). A censura ocorria em qualquer notícia que insultasse a imagem de uma sociedade ideal e perfeita, possuindo também o papel preventivo.

Por conseguinte, outro jornal aqui se pretendeu analisar é denominado de *Combate*. Este passou a ser publicado no cenário de intensas mudanças com a transição política em Portugal, buscando dar voz a classe trabalhadora e as suas lutas. Sendo uma experiência gerada no movimento clandestino antifascista, o *Combate* foi inseparável do movimento anticapitalista português entre os anos de 1974 e 1978. Logo, tal jornal foi lançado em 21 de junho de 1974, publicando o seu manifesto inaugural:

A iniciativa de criação do periódico corresponde a Rita Delgado e João Bernardo, voltando do exílio em Paris, juntam-se a João Cristóstomo para concretizar a ideia do jornal. Dos seus três fundadores, os dois primeiros vinham de um grupo de esquerda radical, os Comitê Comunistas Revolucionários (CCR), uma organização formada a partir da expulsão de João Bernardo do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) em 1960 (Abadia, 2010, p. 58).

O *Combate* foi um jornal com circulação na região de Lisboa, “com publicações quinzenais, atuando em algumas empresas e associações operárias” (Abadia, 2010, p. 59). Todas as etapas para construção dos editoriais eram compartilhadas entre seus idealizadores, pois não possuía a figura de um diretor. A indicação de um nome de diretor que aparecia no cabeçalho do jornal “era fictícia, existindo apenas por cumprimento de

um requisito da Lei de Imprensa” (Abadia, 2010, p. 61). Até a edição de n.º 47, enquanto *Combate* manteve o formato de jornal, das suas oito páginas (com exceção de três números especiais, mais volumosos), “sete páginas eram reservadas às lutas nas empresas, nos campos, nos quartéis ou nos bairros” (Abadia, 2010, p. 61). Além disso,

Os relatos das lutas eram sempre feitos diretamente pelos participantes. Equipes de colaboradores deslocavam-se por todo o país, iam aos locais de greve, gravavam entrevistas com membros das comissões de trabalhadores ou das comissões de moradores, muitas vezes, entrevistavam também trabalhadores de base e as declarações eram transcritas e publicadas na íntegra (Abadia, 2010, p. 61).

Assim, percebe-se a sua ligação direta com os movimentos dos trabalhadores, quando buscava transcrever as reais questões e problemas enfrentados por essa classe, fosse ela rural ou urbana.

O jornal tanto estabelecia diálogo direto com os trabalhadores (através de entrevistas, mesas-redondas com operários de empresas diferentes, dossiês que historicizavam alguns processos em curso, textos escritos pelos trabalhadores, assim como, seus manifestos, jornais, comunicados de greve, etc.), como possibilitava que trabalhadores tantos da cidade como do campo dialogassem entre si sempre na perspectiva de comparar processos diferentes que pudessem servir de aprendizagem e também ajudar a ampliar os contatos e as relações entre distintas organizações de trabalhadores implicadas na luta (Abadia, 2010, p. 61).

O principal objetivo do jornal *Combate* era o “fomento da imprensa dos trabalhadores (da produção de textos sobre suas lutas, suas vitórias e derrotas)” (Abadia, 2010, p. 62). A sua oposição era ao capitalismo de Estado⁶⁰. Afinal, os colaboradores do jornal *Combate* consideravam-no um perigo imediato, mais grave do que o capitalismo privado. Assim, observa-se que o jornal se tornou uma plataforma de difusão das ideias e

⁶⁰ A base dessa crítica se situa ao longo de suas publicações, nas quais o jornal *Combate* tece críticas ao de capitalismo de Estado por representar um sistema no qual Estado substitui a classe capitalista na administração dos meios de produção. Contudo, permanece as estruturas hierárquicas e a exploração do trabalho, sendo visto como um obstáculo à verdadeira autogestão operária. Outra questão a ser destacada é que o *Combate* se opunha tanto ao capitalismo privado, onde os meios de produção são controlados por padrões individuais ou empresas, quanto ao capitalismo de Estado promovido, para o jornal, por forças políticas como o Partido Comunista Português (PCP). Portanto, para esse jornal o PCP buscava consolidar o controle estatal, centralizando as nacionalizações e a direção da economia, o que seria uma versão estatal da exploração capitalista. Desse modo, o jornal defendia a autogestão como a única via genuína para a emancipação dos trabalhadores, descartando tanto a centralização estatal quanto a manutenção do sistema capitalista privado.

das práticas revolucionárias no campo. Isso ocorreu de modo que o periódico ampliava as vozes dos trabalhadores rurais que ocupavam terras e promovia a visão de uma reforma agrária controlada diretamente por esses trabalhadores, sem mediações de instituições estatais ou compromissos com os latifundiários.

Outro jornal investigado nessa pesquisa é o *Portugal socialista*, que por sua vez foi um dos órgãos oficiais do Partido Socialista. Este começou a ser publicado no dia 1º de maio de 1967. Constituiu-se após a fundação do Partido Socialista em abril de 1973, no seu órgão central de informação. Logo, de acordo com Pedro Diniz de Sousa (2019), a atuação deste jornal foi centrada no PS e na propagação da ideologia desse partido.

É uma estrutura tentacular em que praticamente todas as entidades são definidas a partir da sua relação com o PS. Aqui, é o campo político/ideológico que predomina largamente sobre o social/laboral, revelando o esforço do “Portugal Socialista” para legitimar as instituições políticas vigentes, num período — recordemos — de inversão da ordem institucional. Este esforço de legitimação prende-se com a necessidade de o partido legitimar o seu próprio poder, uma vez no Governo (Sousa, 2019, p. 4).

Durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), o jornal tornou-se um instrumento crucial para promover a visão política, social e ideológica do Partido Socialista. Apresentou uma visão mais moderada para as reformas, como é o caso da reforma agrária. Observa-se que seus principais colaboradores utilizaram o jornal *Portugal Socialista* como uma plataforma para articular suas propostas e seus discursos, bem como construir a trajetória do PS como um partido de governo.

Desenvolve uma extensa apresentação do PS, uma publicidade — no sentido de tornar público — politicamente legitimadora dos nomes que constituirão o aparelho administrativo que governará o país. O jornal assegura a centenas de membros do partido a visibilidade (por residual que seja) que para Bourdieu é indispensável à instituição de qualquer corpo social e à sobrevivência do poder (Sousa, 2019, p. 5).

Ante o exposto, o *Portugal Socialista* contou com a colaboração de intelectuais, políticos e ativistas que faziam parte da fundação e estruturação do PS, dentre esses Mário Soares, um dos fundadores do partido e que foi uma voz influente nas páginas do jornal, no qual seus textos e discursos refletiam a visão do partido sobre a transição democrática, a reforma agrária, a integração europeia e a criação de um Estado de direito em Portugal.

Diante disso, percebe-se que a apresentação de alguns pontos centrais das trajetórias desses jornais proporciona um melhor entendimento das suas subjetividades, afinal compreender como tais jornais foram compostos são pontos cruciais para analisar as disputas de domínios e o público-alvo a quem pretendiam atingir com suas publicações bem como suas ideologias.

3.2 O JORNAL *DIÁRIO DO ALENTEJO* COMO PORTA-VOZ REGIONALISTA NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

No que se refere ao processo de análise das notícias do jornal *Diário do Alentejo*, dividiu-se em dois eixos: o primeiro, que diz respeito às notícias antes da Revolução dos Cravos; e o segundo, que assinala as notícias pós-Revolução. Dessa forma, analisou-se, entre os meses de janeiro a março de 1974, o total de 36 notícias que trataram sobre o cenário político e econômico de Portugal. Assim, pode-se notar como esse período se constituiu na vigência do Marcelismo, tal questão se fazia sentir nas páginas desse jornal por meio da censura. Afinal, observa-se que poucas foram as notícias destinadas a tratar criticamente o regime e a denunciar a situação vivida no Alentejo por conta dos grandes latifundiários.

No ano de 1974, em suas publicações sobre a situação agrária do Alentejo, o jornal possuía uma coluna semanal que discutia questões referentes às perspectivas vivenciadas na agricultura da região. Denominada de *Semana Agrícola*, esclarecia sobre as cooperativas agrícolas, vulgarização agrícola, formação profissional, agricultura de grupo, além do bem-estar rural.

O *Diário do Alentejo* também apresentava semanalmente *A Nota do Dia*, na qual esboçava opiniões sobre temáticas que estavam sendo debatidas na região e no país de modo geral. Em uma dessas colunas, denominada: *Nota do Dia – pequenos grandes problemas*, aponta-se para as dificuldades enfrentadas pelos donos de pequenas terras no ano de 1974, ressaltando que:

[...] as pequenas terras, os modestos e muitas vezes desconhecidos aglomerados, debatem-se, por via de regra, com problemas que são aparentemente pequenos, mas que para o viver de suas gentes assumem grande importância, tornando-se mesmo aflitivos (Nota [...], 1974, p. 1).

Diante disso, observa-se que o jornal realça seu papel de órgão regionalista, salientando a seguinte questão: “o Diário do Alentejo, procura, sempre que lhe é possível, transmitir essas lamentações, esses fundamentados protestos [...]. Com interesse, de igual modo, pelos problemas das grandes terras, como pelos das pequenas” (Nota [...], 1974, p. 1).

Referente aos meses de abril a junho de 1974, analisou-se um total de 44 notícias, que tratam sobre quadro político e econômico do país. Feito isso, percebe-se que até o dia 24 de abril o jornal ainda não havia assumido um comportamento político explícito contra a ditadura estadonovista.

Quanto à questão agrária no período pré-Revolução dos Cravos, suas notícias e colunas destinavam-se a comentar a respeito do Alentejo e das suas terras a partir de uma ótica mais técnica, como em suas colunas da *Semana Agrícola*⁶¹, que discutiam os problemas da agricultura alentejana em seus diversos aspectos técnicos (como exemplo, as técnicas de colheita, de manutenção das lavouras etc.), não retratando os problemas enfrentados pela classe dos trabalhadores rurais.

Por conseguinte, na coluna *Notícias em poucas linhas*, no dia 25 de abril de 1974, o jornal expõe que não seria possível fornecer seu habitual resumo noticioso sobre o país, que normalmente eram enviados pelos seus colaboradores de Lisboa, devido a “movimentos militares que ao princípio da madrugada se registraram” (Notícias [...], 1974, p. 8). No que concerne à notícia do dia seguinte: *Forças Armadas derrubaram governo de Marcelo Caetano – general Spínola dirige a Junta de Salvação Nacional*, o jornal *Diário do Alentejo* pontua que nos seus quase 43 anos de publicação esta era a sua primeira edição livre, “escrevendo sem quaisquer preocupações da interferência da censura à imprensa ou dos seus interessados e mais ou menos encapotados influenciadores” (Forças [...], 1974, p. 1).

Sobre o novo cenário político que surgiu no país, o *Diário do Alentejo* salientou na notícia *Fascismo aniquilado: Alentejo rejubilante*, acerca das manifestações de adesão ao golpe militar de 25 de abril e ao programa da JSN, evidenciando chegarem diariamente “expressivos telegramas, telefonemas e cartas, nos quais se frisa o apoio das populações de todo o Alentejo à ação das Forças Armadas” (Fascismo [...], 1974, p. 4). Percebe-se,

⁶¹ O que se pode notar durante a análise dessa fonte, quanto à coluna “Nota do Dia”, é que não era identificado o editor desta, em contrariedade, por exemplo, à coluna “Semana Agrícola”, na qual já se identificava. Na primeira, percebe-se que o jornal permitia a criação de certos juízos de valores quanto a determinadas decisões do regime, daí talvez, resulte na não identificação do editor da coluna, para que este não sofresse represálias.

portanto, a adesão maciça da região que lutaria no decorrer dos anos seguintes pela implementação da reforma agrária.

Depois do estopim da Revolução dos Cravos e, conseqüentemente, a liberdade de expressão da imprensa, nota-se que o jornal *Diário do Alentejo* adota outra postura, apresentando recorrentemente as problemáticas enfrentadas no campo. Dito isso, a notícia que teve por título *Movimento da esquerda socialista – propõe urgente dinamização dos sindicatos*, mostra-nos a busca pela melhoria da vida dos trabalhadores após a Revolução dos Cravos ao propor a unidade de esforços para lutar: contra a subida do custo de vida, as lutas pela conquista de um salário mínimo nacional que permita aos trabalhadores começar a viver e deixar de sobreviver, contra as grandes diferenças de salários entre os trabalhadores, pela conquista de melhores horários de trabalho, pela reorganização da ação sindical, dentre outras reivindicações dos trabalhadores rurais.

No mês de junho de 1974, aumentaram as interferências do PS e do PCP sobre a região alentejana, visto que ambos estavam na luta pela hegemonia sob o aparelho estatal. Essa questão refletiu nas temáticas das notícias e colunas do jornal *Diário do Alentejo*, que apresentavam e notificavam os comícios feitos por estes partidos na região, na busca por angariar apoios dos trabalhadores rurais, o que se apresentou como organismos políticos que defenderiam suas causas no Estado. Nessa acepção, no jornal publicado no dia 1 de junho, noticia-se:

O Partido Comunista Português inicia neste fim de semana uma série de comícios no distrito de Beja, Pias e Aljustrel. Na sede do PCP, em Beja, continuam a realizar-se reuniões de classe para debate dos mais instantes problemas que afetam o proletariado português (PCP [...], 1974, p. 1).

Por sua vez, na notícia *PCP: a classe operária cumpre importante papel na democratização do país*, o jornal apresenta a trajetória desse partido, ressaltando:

O Partido Comunista Português, fundado em 1921, é o partido político do proletariado português, é a organização de vanguarda da classe operária, dos camponeses, de todos os trabalhadores manuais e intelectuais [...]. Tem como objetivos supremos a construção em Portugal do socialismo e do comunismo que acabarão para sempre com a exploração do homem pelo homem, e proporcionarão ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, a cultura, a igualdade e a felicidade (PCP [...], 1974, p. 1).

É preciso frisar que o PCP teve uma importante atuação na região alentejana, encabeçando a maioria dos sindicatos agrícolas, influenciando nas ações desencadeadas pelo Estado na região, sobretudo entre os anos de 1974 e 1975. Como destaca António Barreto, “durante dois anos o PCP conseguiu orientar grande parte das transformações sociais, económicas e políticas” (Barreto, 2017, p. 242). Desse modo, percebe-se que o jornal *Diário do Alentejo* via nesse partido um importante órgão na luta pela concretização dos direitos rurais alentejanos.

No que tange ao processo das ocupações, este desenvolveu-se à margem dos sindicatos, ocorrendo inicialmente nas terras abandonadas, posteriormente apoderando-se das terras cultivadas. Nas regiões ocupadas, formaram-se Cooperativas que originaram as Unidades Coletivas de Produção (UCP). É na freguesia de Santa Vitória, no concelho de Beja, que 184 trabalhadores decidem constituir a Primeira Unidade Coletiva de Produção Agrícola (Soeiro, 2013).

Cada UCP possuía uma comissão de gestão escolhida nas Assembleias gerais dos trabalhadores, por meio de eleições. Sendo assim, a lógica inspiradora das Unidades Coletivas de Produção era a de criar condições para assegurar empregos, “com direitos a todos os que dele careciam, ou seja, criar condições para o pleno emprego” (Soeiro, 2013, p. 242).

Na notícia *Évora, rurais rejeitam propostas de agrários*, destaca-se a informação de que os trabalhadores organizados haviam recebido propostas do patronato, tidas pelo jornal como subterfúgio para dividir os trabalhadores, que afinal as teriam recusado.

Segundo o comunicado distribuído pelo secretariado provisório distrital pró-sindicato dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Évora, o patronato nas regiões de Montoito e Nossa Senhora de Machede, que se tem oposto a qualquer melhoria de vida das populações rurais, apresentou condições que visam dividir e lançar a confusão entre os trabalhadores (Évora [...], 1974, p. 1).

Assim, na notícia *Sindicato dos trabalhadores agrícolas: atividades no distrito de Beja* já é perceptível a consolidação de uma organização sindical nas regiões do Alentejo. Logo, o jornal aqui analisado informa que a comissão pró-sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja enviou um comunicado que anunciava a 1ª Convenção de trabalho:

Depois do 25 de abril e correspondendo a um profundo anseio das massas dos trabalhadores do Baixo Alentejo, iniciou-se no distrito de Beja, toda uma movimentação com o objetivo de melhorar as condições

de vida dos trabalhadores agrícolas e de lançar os alicerces de sua organização sindical [...] depois de um demorado processo de propostas e contra-propostas e apesar da resistência dos agrários, a melhora das condições de vida dos trabalhadores foi finalmente assinada entre o secretariado distrital do sindicato e os representantes dos agrários do concelho de Beja, na presença de representantes do ministério do trabalho e das Forças Armadas, a 1ª Convenção de Trabalho (Sindicato [...], 1974, p. 4).

No mês de agosto de 1974, observa-se que as notícias desse jornal se referiram, sobretudo, as ações dos trabalhadores contra os grandes proprietários e dos rumos políticos que o país estava traçando. Na notícia, presente na coluna diária do jornal denominada de *Momento Político*, na qual se apresentava um panorama cotidiano das ações do Estado, o jornal comentou sobre a luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Deu-se destaque ao comunicado do sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora.

A todos os trabalhadores agrícolas, homens, mulheres e jovens, o secretariado do sindicato saúda calorosamente e a todos chama para a luta urgente pela conquista das reivindicações que vêm sendo assinadas por vários concelhos do distrito de Beja e que são conhecidas dos trabalhadores. O secretariado informa que já apresentou cumprimentos no quartel-general de Évora em nome do nosso sindicato [...] Companheiros, é urgente lançarmos em luta contra o desemprego e os despedimentos no campo (Momento [...], 1974, p. 8).

Percebe-se o quanto era importante a organização sindical desses trabalhadores rurais, afinal os sindicatos denunciaram constantemente as sabotagens econômicas dos grandes proprietários, incentivaram a luta pelo pleno emprego e demais direitos trabalhistas. Quanto a essas sabotagens econômicas, nota-se que foi recorrente nas notícias do *Diário do Alentejo* em 1974 a denúncia destas ações. A notícia *Évora: trabalhadores rurais denunciam atos de sabotagem econômica de grandes agrários* apresenta alguns exemplos dessas ações feitas pelos latifundiários para prejudicar os trabalhadores rurais.

A comissão pró-sindical dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora apresentou ao ministro do trabalho e ao secretário de Estado da agricultura uma exposição na qual se considera a estar a existir uma sabotagem econômica por parte dos agrários alentejanos, atendendo a graves fatos ultimamente ocorridos como: despedimentos do setor da agricultura que atingem já a casa dos milhares; resistência do patronato a cumprir as convenções de trabalho acordadas; abandono das culturas;

ameaça de incêndio às próprias searas; e boicote à tiragem da cortiça (Trabalhadores [...], 1974, p. 5).

A partir de setembro de 1974, uma nova fase se abriu no Alentejo. De acordo com José Soeiro (2013, p. 53), “apesar das resistências e gritantes tentativas de violação de acordos por parte dos patrões, o balanço era altamente positivo”. Nas notícias deste referido mês, no jornal *Diário do Alentejo*, a tônica permaneceu inalterada, ou seja, elas apresentavam o panorama político do país, destacando a atuação dos partidos e seus reflexos no Alentejo, bem como a formação sindical e a luta dos trabalhadores rurais.

Percebe-se que os grandes proprietários tiveram inúmeras reações ao processo desencadeado pelos trabalhadores rurais para a mudança da situação vigente no Alentejo. Um exemplo disto é apresentado na notícia *P.S: lavradores alentejanos prosseguem jogos da reação*, evidenciando que:

A Comissão política da federação distrital de Beja do partido socialista divulgou um comunicado no qual alerta o governo e as populações para as manobras de reação fascista-capitalista de alguns lavradores destinados a afetar a grande massa de trabalhadores da região (P.S [...], 1974, p. 1).

A notícia *PCP – Beja: grandes agrários querem continuar exploração do trabalhador rural*, mostra-nos o posicionamento do PCP em relação a uma tentativa de acordo entre os trabalhadores rurais e os proprietários em Beja. O PCP comentou acerca da crise e do momento caótico que ameaçavam gravemente aos trabalhadores agrícolas, sendo que, na interpretação deste partido, os grandes agrários queriam continuar a submeter os trabalhadores em nome dos lucros. Assim, o PCP afirmou publicamente através desse jornal:

Depois da convenção de trabalho negociada em junho com a duração de 90 dias, em que os trabalhadores viram satisfeitas algumas de suas principais reivindicações, os grandes agrários da ALA, procuram agora sujeitar os grandes trabalhadores pelo desemprego e pelo abaixamento das jornas. Às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores através do seu sindicato, respondem os grandes lavradores com uma proposta que a classe não pode aceitar: o abaixamento das jornas em percentagens que vão até 33%, o aumento da semana de trabalho de 44 para 48 horas sem qualquer pagamento e a negociação da garantia de trabalho [...]. A crise e miséria que ameaçam gravemente os grandes trabalhadores agrícolas não são, porém, um acontecimento filho da natureza, mas sim da exploração brutal a que os grandes agrários querem continuar submeter os trabalhadores (PCP – Beja [...], 1974, p. 10).

No dia 23 de outubro de 1974, o jornal apresentou a notícia *Medidas em estudo*, na qual aponta os parâmetros que serão utilizados para combater o desemprego rural em Beja. Destaca-se a preocupação com o desemprego, assunto debatido na reunião de trabalho na qual o governador-civil (major Brissos de Carvalho) esteve com os representantes do Movimento Democrático Português e dos partidos políticos da coligação governamental (PCP, PS, PPD). Nessa reunião, foi também revelado que naquele momento já estavam em milhares o número de camponeses sem ocupações, “o que exigia intervenção imediata das entidades superiores competentes, a fim de evitar tensões sociais” (Medidas [...], 1974, p. 8). Já a notícia do dia 26 de outubro, por sua vez, chama atenção por conta dos sindicatos dos trabalhadores rurais do distrito de Beja associarem o crescente número de desempregos na região a estratégias dos grandes proprietários que tentavam criar “um clima de mal-estar entre os trabalhadores e o próprio governo provisório” (Trabalhadores [...], 1974, p. 5).

Em dezembro de 1974, uma ideia se generalizou: a de que existiam milhares de terras agrícolas abandonadas. As notícias do jornal *Diário do Alentejo* deste referido mês discutiram sobre esta questão. Para a Liga de Pequenos Agricultores (LPA), a agricultura socializada era a via mais correta para solucionar os graves problemas que estavam afetando os pequenos e médios agricultores.

Em janeiro de 1975, o jornal aponta na notícia intitulada *Inquérito do governo a empresários de Beja que repudiam contrato* que empresários agrícolas de Beja seriam objeto de inquérito de averiguações, por meio do Decreto-lei n.º 660/74, devido às infrações cometidas em relação às Convenções Coletivas de Trabalho. Logo, o jornal informa:

Considerando-se que, no distrito de Beja, há fundada notícia de que alguns empresários agrícolas, além de se recusarem ao cumprimento das convenções coletivas em vigor, estão a tomar medidas contrárias ao correto desenvolvimento económico da região, determinam os secretários de Estado da Agricultura e de Trabalho, ao abrigo do número 1 do artigo segundo, do Decreto-Lei 660/74 (Inquérito [...], 1975, p. 2).

É importante ressaltar que o Decreto-Lei n.º 660/74 de 25 de novembro foi primordial para estabelecer o conceito de sabotagem econômica que possibilitou o processo de nacionalização e ocupação de empresas de diversos setores. Com ele, muitos

dos proprietários tiveram os seus bens confiscados e acabaram saindo do país. Contudo, no caso dos proprietários agrícolas alentejanos,

A maioria manteve-se à frente das suas explorações, precisamente porque ficou patente a ideia de que se eles provassem que eram muito bons agricultores e dessem trabalho a muita gente (a eterna questão da função social da terra e dos deveres morais do proprietário), tinham todo o direito a ficarem com suas terras (Almeida, 2006, p. 154).

Outra perspectiva analisada é que se considera que o *Diário do Alentejo* possuiu uma ideologia mais alinhada ao PCP, fator este que se faz perceptível nas suas notícias, de modo que na notícia de 3 de janeiro de 1975, o jornal expõe parte de uma carta na qual o partido agradece a colaboração prestada pelo jornal no ano anterior:

A comissão concelhia de Beja do Partido Comunista Português vem por este meio, apresentar os seus agradecimentos por toda a leal colaboração que o vosso jornal prestou a este Partido no ano que vai findar e, ao mesmo tempo, desejar à direcção, redacção e trabalhadores que trabalham nesse jornal sinceros votos de um Ano Novo próspero (Diário [...], 1975, p. 8).

Vê-se que o jornal possuiu uma postura editorial simpática às transformações sociais propostas pelos movimentos de esquerda, em particular o PCP, visto que as notícias do *Diário do Alentejo* alinhavam-se frequentemente com a narrativa revolucionária de reforma agrária proposta pelo partido. Além disso, nota-se que no ano de 1975, ao mesmo tempo, o jornal não se ausentou de cobrir as tensões e os conflitos vividos na região, explorando os choques entre os movimentos dos trabalhadores rurais e os defensores da ordem tradicional. Constata-se isto na notícia do dia 4 de janeiro de 1975 *Situação da agricultura debatida (em plenário) por camponeses do Sul*, na qual destaca que – por iniciativa do Partido Comunista Português – decorreu uma conferência de camponeses que visava a análise e debate dos problemas da agricultura portuguesa, sobretudo no que se referia à crise por qual passavam os pequenos e médios proprietários de terra. Essa conferência constituiu-se, assim, em sete secções que visavam chegar a conclusões sobre os seguintes temas:

— Contribuições, impostos, taxas, licenças, foros e outras formas de tributação que sobrecarregam os pequenos e médios agricultores; propostas para um novo esquema tributário, simplificado, que alivie os pequenos e que incida sobre os que podem pagar;

- Legislação sobre arrendamento rural, baldios incultos e subaproveitamentos;
- Produção, comercialização, política de preços de produtos da agricultura (leite, carne, vinho, azeite, frutas e frutos secos, produtos hortícolas, cereais, madeira e resina) e produtos para agricultura (adubos, pesticidas, máquinas, alfaías e rações);
- Organização de serviços, apoio, técnico e financeiro;
- Criação de organizações de iniciativa dos pequenos e médios agricultores, para defesa dos seus interesses e liquidação dos Grémios da Lavoura e das suas federações; ligas de pequenos e médios agricultores, cooperativas de produção e comercialização;
- Sindicatos dos assalariados agrícolas;
- Segurança social para os pequenos e médios agricultores e assalariados agrícolas (Situação [...], 1975, p. 1).

Entrementes, o jornal destaca que as conclusões de tal conferência não necessariamente poderiam refletir a posição do PCP relativa à política agrária. Contudo, aponta que “no que delas puder ser perfilhado pelas altas instâncias políticas do PCP, este, como organização política representada no governo provisório, fará o possível para as defender” (Situação [...], 1975, p. 3). Nesse ponto, nota-se uma certa defesa pelo jornal da atuação do PCP frente ao poder político.

Outra questão que foi tema recorrente do jornal *Diário do Alentejo* em 1975 referiu-se à unicidade sindical, que se constituiu em um conceito central para a organização dos trabalhadores e ao controle sindical exercido principalmente pelo Partido Comunista Português (PCP). Vale destacar que a ideia de unicidade sindical se baseava na formação de um sindicato único, responsável pela representação de todos os trabalhadores, em contrariedade ao pluralismo sindical, que permitiria a coexistência de vários sindicatos representando diferentes correntes políticas ou ideológicas. O jornal apresenta um documento tornado público pela comissão distrital de Beja do Partido Comunista Português que mostra a defesa por esse partido quanto à unicidade sindical:

- 1 – Desde a primeira hora que o Partido Comunista Português defende o princípio da unicidade sindical, ou seja, que os trabalhadores portugueses da mesma profissão ou sector de atividade devem continuar organizados em sindicatos unitários geridos democraticamente.
- 2 – A adoção de medidas antimonopolistas e antilatifundista constitui para o PCP a questão central do atual momento político.
- 3 – A comissão distrital de Beja do PCP apoia inteiramente a manifestação organizada pelos sindicatos (PCP – (Beja) [...], 1975, p. 1).

Como apresentado na notícia denominada *PCP – (Beja) reafirma defesa intransigente da unicidade sindical*, nota-se que a causa defendida no Alentejo visava

garantir uma voz única para os trabalhadores, buscando uma maior organização e coordenação das lutas pela terra e por melhores condições de trabalho. Portanto, a Intersindical, organizada pelo PCP, defendia que a existência de um sindicato único por categoria profissional evitaria a fragmentação da classe trabalhadora, fortalecendo sua posição frente aos latifundiários e ao governo. Diante disso, na notícia do dia seguinte o jornal torna a comentar sobre este assunto, destacando:

Exigir a consagração legal do princípio da unicidade sindical (já aprovada por milhares de trabalhadores de norte a sul do País) foi o principal objetivo de uma manifestação popular que, a exemplo do que aconteceu noutros distritos, teve lugar ontem à tarde em Beja, numa iniciativa da Intersindical Nacional (Manifestação [...], 1975, p. 1).

Ademais, o jornal ressalta que em Beja a manifestação foi apoiada por alguns partidos e organizações políticas de esquerda, designadamente o Partido Comunista Português (PCP), o Movimento Democrático Português (MDP) e o Movimento de Esquerda Socialista (MES). Além disso, aponta que

O Movimento de Esquerda Socialista, embora seguindo uma linha de atuação política com acentuadas divergências em relação ao Partido Comunista Português e ao Movimento Democrático Português, deu pleno acordo à unicidade sindical (Manifestação [...], 1975, p. 1).

O partido Socialista, por sua vez, discordava da unicidade sindical, o que lhe rendeu ataques feitos por alguns partidos e movimentos políticos. O jornal publicou a comunicação do partido na qual refuta as acusações:

Na medida em que esses ataques se traduzem em insultos públicos procurando desprestigiar o partido e travar a sua contínua implantação a nível do país (este de facto a causa real dos ataques) dando dele uma imagem deturpada, julga a comissão política do P.S. (Beja) oportuno a publicação deste documento para conhecimento do público em geral, menos esclarecido por falta de informações. Consideramos insultuoso que tais partidos ignorem completamente o nosso passado de luta na clandestinidade durante os negros anos da usurpação fascista (P.S [...], 1975, p. 1).

Observa-se que a prerrogativa da unicidade sindical no Alentejo gerou controvérsias, especialmente entre o Partido Socialista (PS) e outros grupos de esquerda não alinhados ao PCP. O Partido Socialista, assim como outros partidos, defendia a perspectiva de um pluralismo sindical, ou seja, a coexistência de diferentes sindicatos

representando diversas visões políticas e ideológicas, em oposição à hegemonia do PCP através da Intersindical. Assim, para o PS a unicidade sindical limitava a liberdade de organização e expressão dos trabalhadores, forçando-os a aderir a uma linha política específica.

Na notícia intitulada *Intersindical denuncia interesses partidários no caso da unicidade*, o jornal *Diário do Alentejo* apresenta o comunicado da Intersindical, no qual aponta haver “forças mais preocupadas com as suas posições partidárias e de classe do que com os interesses autênticos dos trabalhadores” (Intersindical [...], 1975, p. 1). Para a Intersindical essas forças políticas, as quais não são citadas explicitamente pelo jornal, queriam apenas se promover. Além disso, o comunicado aponta que estas forças políticas que defendiam um pluralismo sindical desejavam “dividir para reinar” (Intersindical [...], 1975, p. 1).

Outra questão também debatida em 1975 nas notícias do *Diário do Alentejo* alude ao desemprego e atuação dos latifundiários. No comunicado do Sindicato dos trabalhadores é apontado o cenário encontrado em Beja, no qual é marcado pelo desemprego, sabotagem econômica, a manutenção de hectares não explorados ou subaproveitados. Logo, é apresentado que “neste momento, existem cerca de 4000 homens desempregados e andam à volta de 10000 as mulheres que estão sem trabalho” (Trabalhadores [...], 1975, p. 1). Ressalta-se ainda a urgência da reforma agrária e que, mediante uma reunião em Assembleia de delegados do sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, foi aprovado que os trabalhadores desempregados fossem distribuídos pelas herdades subaproveitadas ou onde se verificasse sabotagem econômica.

Quanto à perspectiva de sabotagem econômica, no ano de 1975, o jornal continuou a denunciar tais ações, caracterizando-as como “golpes contra a economia nacional” (Sabotagem [...], 1975, p. 1). A exemplo tem-se a notícia *Sabotagem econômica: intervenção do Estado contra latifundiário*, que ressalta:

A intervenção no Alentejo, agora coordenados pelo Dr. Marcelino Sobral, foi determinada pelo facto de o referido agrário, apesar de avisado oficialmente (e de haver mesmo assumido compromisso por escrito) se ter negado a corrigir o regime alimentar que estava a administrar ao gado bovino [...]. A oportuna medida tomada pelo departamento governamental da Agricultura, que os trabalhadores agrícolas da região saudaram com aplauso, insere-se na orientação programada ultimamente para combate à sabotagem econômica praticada por alguns latifundiários alentejanos (Sabotagem [...], 1975, p. 1).

O trecho acima apresentado no *Diário do Alentejo* aborda uma intervenção do governo, especificamente relacionada a gestão de gado bovino por parte de um latifundiário, que o jornal destaca estar sob a coordenação do Dr. Marcelino Sobral. A intervenção foi motivada pela recusa desse proprietário em seguir orientações oficiais sobre o regime alimentar do gado, mesmo após ter sido notificado e assumido um compromisso por escrito.

A medida aplicada pelo Estado foi recebida positivamente pelos trabalhadores rurais da região, que a interpretaram como uma ação legítima do governo para combater a sabotagem econômica atribuída a alguns latifundiários. Portanto, a intervenção descrita nesse trecho é justificada pelo fato de que o latifundiário mencionado não teria cumprido as ordens governamentais sobre a correção do regime alimentar do gado. Essa recusa reflete uma resistência por parte de alguns grandes proprietários rurais, que – segundo o governo e os movimentos de trabalhadores – estavam agindo de maneira a minar o esforço de reforma agrária e outras políticas implementadas. Outro aspecto, que chama atenção, diz respeito ao compromisso escrito que o latifundiário havia assumido, mas não cumpriu, visto que tal questão mostra que havia uma tentativa formal de resolução, frustrada pela desobediência. Isso levou o governo a adotar medidas punitivas e corretivas. A notícia menciona ainda que a intervenção do governo foi recebida com aplausos pelos trabalhadores agrícolas da região, indicando um alinhamento entre as medidas governamentais e os interesses dos trabalhadores rurais, que viam essas ações como necessárias para proteger os avanços obtidos com a luta pela reforma agrária.

Figura 10 – Sabotagem econômica: ALA refuta acusação dos sindicatos rurais



Fonte: Sabotagem [...] (1975, p. 1).

Tendo em vista a análise sobre as ações de sabotagens econômicas, na imagem acima tem-se a notícia intitulada *Sabotagem econômica: ALA refuta acusação dos sindicatos rurais*, de 19 de fevereiro de 1975, na qual se observa que o jornal deu espaço para apresentar o comunicado dos membros da Associação Livre de Agricultores, sendo que estes defendem-se das acusações, apontando: “a acusação de sabotagem econômica é habitual em todas as revoluções extremistas, para agredir e difamar classes que se desejam abater [...]. Afirmções simplesmente ridículas, se não demonstram a intenção de caluniar e agredir” (Sabotagem [...], 1975, p. 1). Contudo, o que chama atenção é o fato de o jornal apresentar na mesma página uma imagem que mostra um dos casos de sabotagem econômica, na qual ressalta: “gados bovinos prestes a morrer à fome se não tivesse verificado a intervenção do Estado” (Sabotagem [...], 1975, p. 1).

Portanto, no ano de 1975, nota-se a oferta de mais notícias que tratam da temática da reforma agrária, refletindo o espírito revolucionário que permeava a sociedade portuguesa e, particularmente, o Alentejo, onde a redistribuição das terras era uma questão central. Assim, percebe-se que a linha editorial do jornal tendia a favorecer a narrativa de que a reforma agrária era uma necessidade histórica e social, buscando corrigir décadas de exploração e desigualdade.

O proletariado agrícola alentejano tem atrás de si uma longa luta e uma experiência extremamente rica. Nas atuais situações políticas do nosso país, a aliança do povo com MFA constitui uma base decisiva para o avanço das conquistas populares. Nós, os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, tudo faremos para o reforço de tal aliança, e isso não tenham dúvidas aqueles que desconhecem a unidade da nossa classe [...]. Nos dirigimo-nos também a todo povo português, a quem expomos a grave situação nos campos do sul, a quem afirmamos a disposição dos trabalhadores agrícolas de dar uma contribuição decisiva para a liquidação do punhado de grandes latifundiários que dominam a terra e para a adoção de medidas conducentes há realização da reforma agrária que entregando a terra a quem trabalha possibilitará uma agricultura nova e desenvolvida ao serviço das classes laborais do campo e do povo português (Sabotagem [...], 1975, p. 3).

O jornal também cobria os desdobramentos da reforma agrária no cenário político nacional, especialmente as divergências entre os partidos políticos e o governo provisório. Em 1975, o debate sobre a reforma agrária polarizou o país, com o PS e o PCP adotando ideologias distintas sobre o processo e como as mudanças deveriam ser implementadas. Como já apresentado, o *Diário do Alentejo*, refletindo a posição de muitos movimentos sindicais e rurais da região, frequentemente favorecia uma postura alinhada com o PCP, que defendia uma reforma agrária imediata. Na notícia de 7 de julho de 1975, o jornal dá destaque a necessidade da reforma agrária.

Figura 11 – Reforma agrária- aplicação imediata

Diário do Alentejo
Jornal regionalista independente
ANO XLIV — N.º 13.119
Redacção: Praça da República, 42 — 1200 — Lisboa — Telefone: 2 44 74/5 — Circulação e Imprensa: Carlos Marques — Distribuição: Odebrecht, S. A. R. L. — Preço: 200\$00 — Alentejo
Director Interino — HENRIQUES PINHEIRO
Segunda-feira, 7 de Julho de 1975



SINDICATOS DE BEJA E DE ÉVORA: CABE AO PROLETARIADO RURAL PAPEL DIRECTIVO NO PROCESSO

É a classe operária dos campos (trabalhadores e pequenos agricultores, sem esquecer a importância dos técnicos) que cabe a direcção do processo da Reforma Agrária — isso mesmo regeio dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrários dos Distritos de Beja e de Évora, aprovada em assembleia geral.

Texto da reunião apro- e explorador dos latifun- rão a ser, após o 25 de vado pelos rurais alente- dários e dos monopólios, Abril, alçados firmes e sa- janos: que castos a vida a alguns rias do M.J.A. e do C.R., «Os trabalhadores agri- dos seus meios destinados tudo fazendo para que o do Sul, desde a sua comunistas e burgueses processo» revolucionário, seja com a supressão do larga experiência de luta, de peido e sacrifício a ou- assuam, nunca os socie- humano pelo homem pro- contra o regime fascista: tros, têm sido e continua- raio.

Enquanto certos secto- res, influenciados por for- ças reaccionárias e esquer- distas pseudo-revoluciona- rias, se lançam em lutas reivindicativas, perdendo de vista o grande objectivo da Revolução que não é apenas melhores salários, mas sim acabar de vez com a exploração do homem pelo homem procedendo à colectivização dos meios de produção, controlados pela classe operária e pelos trabalha- dores e à criação de estruturas estatais revolucionárias em que os trabalhadores tenham a direcção, os operários agrícolas do Sul, nunca perdendo de vista estes grandes objectivos, têm feito os maiores sa- crifícios, lutando contra as manobras dos latifundi- ários, seus lacaios e ali- ados e estão firmemente dispostos a lutar até à vitória final.

Se a produção agrícola, como acontece noutros sectores, não tivesse drasticamente caído este ano e, pelo contrário, se se verificasse um certo aumento na produção, isso deve-se à acção estratégica e valente dos rurais, ao aproveitamento

REFORMA AGRÁRIA — APLICAÇÃO IMEDIATA

O Conselho de Ministros reunido sob a presidência de Vasco Gonçalves, examinou uma série de diplomas relacionados com a reforma agrária a aplicar no imediato nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Faro, Lisboa, Setúbal, Santarém e Castelo Branco, sendo de salientar os seguintes:

— Projecto de decreto- lei fixando as normas a que deve obedecer o ex- plo de intervenção, no doménio da determinação da produção. Ficam regu- lares a expropriação, nos termos deste diploma, os terrenos incultos ou não alcançarem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecido por portaria do Ministério da Agricultura e Pescas. Assim,

— Projecto de decreto- lei nacionalizando vários terrenos incultos beneficia- dos para aproveitamento hidroagrícola de algumas regiões do País, designa- do estabelecido e a esta-

O primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, uma das figuras mais vitoriosas da revolução que a justiça continua a assegurar com evidente orgulho, foi o chefe do Estado-maior.

(Continua na página seguinte)

Fonte: Sindicatos [...] (1975, p. 1).

A notícia acima aponta que o Conselho de Ministros reunido sob a presidência de Vasco Gonçalves “examinou uma série de diplomas relacionados com a reforma agrária a aplicar no imediato nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Faro, Lisboa, Setúbal, Santarém e Castelo Branco” (Sindicatos [...], 1975, p. 1). Seriam expropriadas as propriedades que estivessem incultas ou não alcançassem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecido por portaria do Ministério da Agricultura e Pescas. Assim,

Enquanto certos sectores, influenciados por forças reaccionárias e esquerdistas pseudo-revolucionárias, se lançam em lutas reivindicativas, perdendo de vista o grande objectivo da Revolução que não é apenas melhores salários, mas sim acabar de vez com a exploração do homem pelo homem procedendo à colectivização dos meios de produção, controlados pela classe e pelos trabalhadores e à criação de estruturas estatais revolucionárias em que os trabalhadores tenham a direcção, os operários agrícolas do Sul, nunca perdendo de vista estes grandes objectivos, têm feito maiores sacrifícios, lutando contra as manobras dos latifundiários, seus lacaios e aliados e estão firmemente dispostos a lutar até à vitória final (Sindicatos [...], 1975, p. 1).

Ainda no que concerne a essa notícia do *Diário do Alentejo*, publicada em 7 de julho de 1975, observa-se que esta reflete claramente a linha editorial do jornal e sua visão sobre o papel dos trabalhadores rurais no contexto da reforma agrária e das mudanças revolucionárias em Portugal durante o PREC. O texto expressa uma forte crítica a certos sectores que, segundo o jornal, estariam perdendo o foco nos verdadeiros objetivos da Revolução ao se envolverem em lutas reivindicativas menores, como a demanda por melhores salários. Logo, o jornal contrapõe essas lutas com o que considera o objetivo central da reforma agrária: a coletivização dos meios de produção e a criação de estruturas de poder geridas pelos próprios trabalhadores.

Diante disso, outros pontos a serem destacados no trecho apresentado alude a uma crítica às forças reacionárias e pseudorrevolucionárias. As forças reacionárias provavelmente se referem aos setores conservadores da sociedade, como os latifundiários, que se opunham à reforma agrária. Já as **esquerdistas pseudorrevolucionárias** são uma crítica a grupos de esquerda que, na visão do jornal, não estavam comprometidos com os verdadeiros ideais revolucionários. Além disso, observa-se o enfoque no que seria o objetivo revolucionário maior da Revolução, que não era apenas melhorar as condições materiais imediatas dos trabalhadores, como os salários, mas sim “acabar de vez com a exploração do homem pelo homem” (Sindicatos [...], 1975, p. 1). Essa frase remete a uma visão marxista da luta de classes, onde a reforma agrária e a coletivização dos meios de produção são aspectos primordiais. Assim, outro fato analisado diz respeito à coletivização dos meios de produção, apresentada como a chave para essa transformação. No contexto da reforma agrária no Alentejo, isso se traduzia na expropriação das grandes propriedades agrícolas e sua transformação em Unidades Coletivas de Produção (UCP), geridas diretamente pelos trabalhadores rurais. Na notícia do dia 7 de agosto de 1975, tendo por título *Reforma agrária avança: expropriações nos campos — definidas as condições*, o *Diário do Alentejo* afirma que em Portugal, “essa reforma agrária começa por ser, concretamente, um processo político fundamental de liquidação dos grandes agrários, de liquidação das camadas sociais que têm até agora dominado o campo” (Reforma [...], 1975, p. 3).

Logo, através das notícias do jornal *Diário do Alentejo*, percebe-se que em Portugal a atuação do Estado na reforma agrária foi importante para a sua implementação. O Estado foi o agente principal na expropriação de terras e no apoio às cooperativas agrícolas, sendo que a luta pela hegemonia deste, foi marcada por tensões e conflitos políticos, especialmente entre as forças de esquerda (PCP e PS, como já destacado nessa

pesquisa) que divergiam quanto ao alcance e à radicalidade do processo. Tal perspectiva fica clara em notícias como a *Explorações coletivas vão receber apoio estatal*, na qual o *Diário do Alentejo* ressalta:

O Estado não pode, por razões burocráticas ou de formalismo jurídico, deixar de apoiar desde já, técnica e financeiramente, aquelas iniciativas sociais cujo florescimento é penhor do próprio êxito da reforma. Assim, desde que as unidades interessadas no recurso ao crédito façam prova de certo número de requisitos que garantam a respectiva viabilidade e adequação aos objetivos da política agrária definida, passarão por via do presente diploma, a poder beneficiar de apoio financeiro (Explorações [...], 1975, p. 3).

Ante o exposto, as cooperativas agrícolas e outras explorações reconhecidas como Unidades Coletivas de Produção, exclusivamente constituídas por assalariados rurais e assim como pequenos agricultores, dispõem de assistência técnica e financeira por parte do Estado, fato este que mostra a legitimidade dada pelo Estado a luta pela reforma agrária do Alentejo.

No que tange ao ano de 1976, este foi crucial para a política portuguesa, marcando o fim do PREC e o início da consolidação democrática com a eleição de António Ramalho Eanes como presidente da República. No Alentejo, o impacto da reforma agrária em 1976 foi amplamente apresentado no jornal *Diário do Alentejo*. Este continuou a reportar a luta pela terra, os confrontos entre trabalhadores e latifundiários, assim como o papel do governo e dos partidos políticos.

Em novembro de 1976, o jornal discutia recorrentemente as questões de luta pela reforma agrária. Na notícia do dia 19 intitulada *Arranque para uma agricultura a caminho do socialismo*, o jornal divulga questões analisadas na Conferência da reforma agrária, como as medidas aprovadas e os êxitos alcançados no combate ao desemprego nos campos do sul. Quanto ao balanço das expropriações, o jornal destaca que “destes 721000 ha que estão por expropriar, 498700 ha estão ainda, ilegalmente, na posse dos latifundiários. Os trabalhadores exigem que se cumpra a lei da reforma agrária e a Constituição” (Arranque [...], 1976, p. 4).

Tal discussão acerca da reforma agrária continuou na notícia do dia 20 de novembro intitulada *Expropriações, direito de reserva, indenizações e impostos*, questões essas também analisadas na Conferência da reforma agrária realizada em Évora. Quanto à perspectiva das expropriações, aponta-se para a necessidade de expropriar os latifúndios com mais de 50.000 pontos e destiná-los aos trabalhadores rurais. Quanto ao direito de

reserva, o jornal destaca que “a aplicação do direito de reserva deverá ser feita sempre com a participação dos trabalhadores [...]. E não tem que ser dentro das terras ocupadas pelas cooperativas” (Expropriações [...], 1976, p. 3). Portanto, a aplicação do direito de reserva, como atribuído pelo jornal, não deveria ser concedido a agrários que possuísem terras incultas, subaproveitadas ou que tivessem praticado sabotagem econômica. No que se refere às indenizações e impostos, o *Diário do Alentejo* aponta que

Em nenhum caso os trabalhadores são responsáveis pelo pagamento dos impostos e contribuições devidos pelos agrários; porque ainda não existe nenhuma lei sobre isso, não pode ser cobrado às UCP e cooperativas quaisquer impostos ou contribuições sobre a terra, as máquinas e as construções; com fim de criar um fundo para a reforma agrária deve ser lançada uma taxa, mais alta para as cooperativas que atualmente utilizam melhores terras e mais equipamento e mais baixa para as outras; as cooperativas com menos recursos não devem pagar taxa (Expropriações [...], 1976, p. 3).

Ainda apresentando as questões debatidas na Conferência, o jornal destaca na notícia *Unidades Coletivas de Produção – organização interna*, de 22 de novembro de 1976, sobre a gestão destas. Apontando a necessidade de melhoria dos métodos democráticos nas UCPs e cooperativas por meio de assembleias todos os meses, para evitar o “caciquismo interno, o autoritarismo de certos dirigentes e o individualismo (Unidades [...], 1976, p. 3). Observa-se com a notícia uma clara preocupação com os métodos democráticos nas unidades coletivas. Isso reflete um esforço em democratizar as decisões dentro das UCPs, evidenciando problemas internos na organização das unidades. A crítica à imposição de líderes ou ao controle autoritário de certas figuras no movimento, sugere ainda uma preocupação com o risco de concentração de poder. Assim, a notícia enfatiza que as questões mais importantes devem ser discutidas diretamente pelos trabalhadores, sem que sejam decididas por direções distantes ou burocratizadas. Logo, aponta-se que as comissões diretivas precisam ser fortalecidas, principalmente por trabalhadores “mais combativos e honestos” (Unidades [...], 1976, p. 3), o que sugere uma tentativa de valorizar líderes que estivessem verdadeiramente comprometidos com a causa e com o coletivo.

Vale ressaltar que o ano de 1976 marca o fim da fase mais radical da reforma agrária e o início de uma postura mais moderada e institucionalizada por parte do Estado. Logo isto refletiu nas notícias apresentadas por este jornal. Por conseguinte, a notícia do *Diário do Alentejo* de 25 de novembro de 1976 apresenta a entrevista feita ao dirigente

José Soeiro, do Sindicato Agrícola de Beja, na qual acusa o governo de não respeitar os compromissos assumidos em relação à reforma agrária, conforme figura 5.

Figura 12 – Sindicato Agrícola acusa o governo de não respeitar os compromissos assumidos – entrevista com o dirigente José Soeiro



Fonte: Sindicato [...] (1976, p. 1).

Analisando a notícia, nota-se haver uma denúncia contra o governo, destacando-se a crítica do sindicato, ao fazer a acusação de não honrar os compromissos legais estabelecidos durante o processo da reforma agrária. José Soeiro menciona que a administração pública, através da força das armas, impedia os trabalhadores rurais de continuarem a atuar em terras ocupadas que estavam no processo de serem devolvidas aos antigos proprietários. Essa crítica reflete um contexto de tensão política e social no Alentejo, na qual os trabalhadores rurais lutavam pela coletivização das terras, mas enfrentavam obstáculos do governo central, especialmente com o VI Governo Constitucional. Portanto, José Soeiro reitera que a reforma agrária foi aprovada pelo próprio governo e que deveria ser respeitada tanto no espírito quanto na letra da lei. Ele faz uma defesa contundente da continuidade do projeto de reforma, criticando os **direitos** de antigos latifundiários que, segundo ele, não haviam trabalhado na terra e agora tentavam recuperar suas propriedades.

Logo, a crítica apresentada por José Soeiro para o jornal refletia a insatisfação generalizada dos sindicatos e trabalhadores rurais com as ações do governo em 1976 que tentava reverter algumas conquistas dos movimentos agrários. Ele ressalta que os trabalhadores rurais estavam sendo impedidos de exercer sua função nas herdades, e que a lei e os acordos que haviam sido previamente estabelecidos estavam sendo desrespeitados. Um aspecto central da análise de José Soeiro é o conflito entre os direitos dos antigos proprietários e os direitos adquiridos pelos trabalhadores rurais após a Revolução de 25 de abril de 1974. Ele expressa a visão dos sindicatos de que as terras deviam ser coletivizadas e mantidas sob controle dos trabalhadores rurais, conforme o projeto original da reforma agrária. Para José Soeiro, o governo estava traindo esses princípios ao ceder aos interesses dos latifundiários e não honrar os acordos estabelecidos.

Portanto, a notícia de 25 de novembro de 1976 do *Diário do Alentejo* evidencia a frustração crescente dos sindicatos e trabalhadores agrários com o governo assim como o receio de retrocessos nas conquistas da reforma agrária. Pode-se interpretar que a denúncia de José Soeiro é uma chamada à ação e uma advertência ao governo para respeitar os acordos feitos anteriormente.

Diante desse cenário, percebe-se que em novembro de 1976 a situação da reforma agrária no Alentejo estava em um momento crítico, com tensões políticas, disputas de terras e incertezas sobre o futuro do processo. Esse foi um momento marcado pelo cenário em que – enquanto os trabalhadores rurais e sindicatos exigiam o aprofundamento da reforma agrária – proprietários de terras e setores mais conservadores pressionavam pela devolução das propriedades expropriadas. Além disso, ocorria um conflito entre os sindicatos agrários e o governo, pois os sindicatos, especialmente no Alentejo, acusavam o governo de trair os compromissos assumidos com a reforma agrária, alegando que as tentativas de devolução de terras aos antigos proprietários representariam um retrocesso.

Contudo, a notícia do dia 26 de novembro de 1976 intitulada *Governo fará cumprir lei da reforma agrária – reafirmação do MAP* indica uma validação do governo quanto ao cumprimento da lei da reforma agrária, destacando o papel do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP). O conteúdo refere-se a uma resposta às preocupações e críticas que surgiram com os “incidentes ocorridos no distrito de Beja com a atribuição dos direitos de reserva a alguns proprietários” (Governo [...], 1976, p. 1). Além disso, tal notícia enfatiza a determinação governamental em cumprir a lei, sugerindo que a implementação da reforma agrária seria um ponto de continuidade política, apesar de eventuais resistências. Para esta, destaca-se que

O governo reafirma claramente a sua determinação em fazer cumprir as leis em vigor no que respeita a reforma agrária. Estas leis foram recentemente apoiadas na Assembleia da República por forças políticas que agora contestam as normas legais que afectam seus interesses partidários e que não se confundem com o dos trabalhadores rurais [...]. Uma portaria do Ministério da Agricultura e Pescas estabelece as sanções aplicáveis a quais quer pessoas ou entidades que impeçam de algum modo o cumprimento das ordens dimanadas pelas autoridades, no sentido de fazer desocupar terras ilegalmente ocupadas ou que se integrem nos direitos de reserva. Assim, o não cumprimento das ordens dimanadas pelos CRRA ou pelos governadores civis, ou o incitamento que leve outrem ao não acatamento custará aos responsáveis uma multa de 10 mil escudos. Igual medida será aplicada a todos aqueles que se recusem a entregar quaisquer bens que tenham na sua posse por requisição do IRA ou CRRA e que por estas entidades tenham sido notificados para a sua entrega. A mesma portaria estabelece ainda a suspensão do Crédito Agrícola de Emergência, pelo prazo de um ano, aos infractores, independentemente da condenação judicial a que vierem a ser sujeitos (Governo [...], 1976, p. 3).

No trecho apresentado acima do *Diário do Alentejo*, percebe-se este reforçando que essas leis foram aprovadas por uma maioria na Assembleia da República, inclusive por partidos que resistiam ao cumprimento das normas devido a interesses políticos conflitantes com os dos trabalhadores rurais. A mensagem subjacente é clara: a reforma agrária enfrentava resistência de setores que representavam os interesses dos antigos proprietários de terras. Desse modo, o governo, através do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), reafirma seu compromisso com o cumprimento das leis da reforma agrária, sublinhando a legalidade e o carácter legítimo das medidas em vigor. A notícia ainda menciona que as leis foram aprovadas na Assembleia da República, o que sugere que a reforma estaria dentro do processo democrático, sendo resultado de decisões coletivas.

Outro aspecto que chama atenção no trecho citado diz respeito ao fato de que o governo utiliza medidas punitivas para garantir a implementação das reformas. O trecho menciona a publicação de uma portaria pelo MAP que estabelece sanções a indivíduos ou grupos que resistissem ao processo de reforma agrária. Entre essas sanções estão multas (10.000 escudos), suspensão do Crédito Agrícola de Emergência por um ano, e outras penalidades. Além disso, a ênfase na legalidade das ordens emanadas das autoridades, como o Instituto de Reestruturação Agrária (IRA) e os Centros Regionais de Reforma Agrária (CRRA), é significativa. A notícia destaca que as ações das autoridades

têm respaldo jurídico, e que qualquer resistência – seja física (não desocupar terras) ou administrativa (recusar a entrega de bens) – seria tratada como um ato contra a lei.

Todavia, a notícia do *Diário do Alentejo* de 13 de dezembro de 1976, com o título *Sindicatos rurais do Alentejo processam MAP (por calúnias) e exigem o direito de resposta*, destaca um conflito jurídico entre os sindicatos rurais e o Ministério da Agricultura e Pescas, na figura do ministro António Barreto, em um contexto de tensão crescente sobre a reforma agrária em Portugal.

Figura 13 – Sindicatos rurais do Alentejo processam MAP (por calúnias) e exigem o direito de resposta



Fonte: Sindicatos [...] (1976, p. 3).

Na notícia, apresenta-se que os sindicatos dos trabalhadores agrícolas de Beja, Évora e Portalegre estavam iniciando um processo criminal contra o ministro António Barreto, acusando-o de caluniar os trabalhadores rurais nas declarações feitas em rede nacional de televisão. O uso da palavra **calúnias** implica que os trabalhadores acreditavam que o ministro fez alegações falsas ou ofensivas sobre eles, o que teria prejudicado sua legitimidade no movimento pela reforma agrária. Esse processo demonstra o nível elevado de conflito entre o governo e os trabalhadores durante os meses

finais do ano de 1976, em um momento em que a reforma agrária era um dos temas mais debatidos na política portuguesa.

Dessa forma, os trabalhadores rurais, organizados em sindicatos, estavam tentando proteger sua imagem e direitos diante de declarações que consideravam prejudiciais. Além do processo criminal, a notícia aponta que os sindicatos exigiram o direito de resposta na RTP, insinuando que o conteúdo exibido no canal público representou os trabalhadores de forma injusta e inverídica. O pedido revela ainda uma busca por equidade no espaço midiático, onde os trabalhadores rurais queriam uma oportunidade de rebater diretamente as declarações feitas pelo ministro e defender suas posições no debate sobre a reforma agrária. Há uma clara crítica aos setores conservadores que, segundo a notícia, estariam tentando minar ou reverter as conquistas da reforma agrária. A referência a forças políticas que “já aprovaram a reforma agrária” (Sindicatos [...], 1976, p. 3) e agora querem voltar também sugere que, na perspectiva dos trabalhadores, houve uma traição de compromissos previamente assumidos no processo democrático. Logo, esse episódio revela como o controle da narrativa pública também foi um fator crucial na disputa pela reforma agrária.

Entrementes, a notícia do *Diário do Alentejo* de 22 de dezembro de 1976, com o título *Reforma Agrária: Plenário em Évora analisa situação*, aborda a realização de um plenário para discutir a situação da reforma agrária, em especial a resposta às ocupações de terras e a resistência contra as expropriações. A notícia menciona que o plenário seria realizado no dia seguinte, com a participação de trabalhadores de diversas empresas do distrito, assim como pequenos agricultores e representantes dos sindicatos. Esse contexto reflete o esforço contínuo de mobilização popular e de organização política no Alentejo.

Este plenário é aberto a todos os trabalhadores, devendo nele igualmente participar as comissões directivas das UCPs de todo distrito, os delegados sindicais agrícolas, as direcções sindicais de todos os sindicatos, as comissões de trabalhadores, das empresas dos distritos, pequenos e médios agricultores, técnicos e intelectuais progressistas (Reforma [...], 1976, p. 1).

Ademais, o jornal apresenta um ponto central do plenário que era a preparação de informações para serem apresentadas a uma comissão parlamentar que tratava especificamente da reforma agrária. Isso indica uma tentativa de articulação entre os trabalhadores e os órgãos legislativos, buscando influenciar diretamente as decisões que afetavam o processo de redistribuição de terras. Ao mesmo tempo, há uma preocupação

com os “desencaixes, créditos e foros” (Reforma [...], 1976, p. 1), que se referem a questões econômicas associadas à reforma agrária, como a forma de financiamento e compensação aos trabalhadores envolvidos no processo de ocupação e redistribuição.

Além do exposto, evidenciando a crise que se instaurou no processo de luta pela reforma agrária, percebe-se na notícia *UCP: margem esquerda suspensão de crédito motiva protestos de rurais* a luta dos trabalhadores da UCP “Margem Esquerda” (UCP [...], 1976, p. 4), uma unidade coletiva de produção localizada em Serpa, contra a suspensão do crédito agrícola de emergência por parte do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP). A suspensão desse crédito, por um período de um ano, gerou grande descontentamento entre os trabalhadores rurais, que dependiam desse apoio financeiro para manter as atividades produtivas e garantir a viabilidade econômica da cooperativa. Na nota divulgada pelo *Diário do Alentejo*, destaca-se

Suspender o crédito por um ano a uma U.C.P. que já pagou 35 158 957\$90, dos quais mais de metade ainda não estava em vencimento, para a liquidação do débito que era de 77 952 913\$40, e que ainda tem produtos a receber por intermédio do ex-grémio da Lavoura já é demais. Não seria melhor obrigar esses parasitas dos agrários a pagar o que ainda devem aos Grémios da Lavoura em vez de nos atacarem e de lhes dar 8 500\$00 por mês para eles levarem uma vida de lordes, associados a C.A.P. para acabarem com a democracia e a liberdade em Portugal? (UPC [...], 1976, p. 4).

Logo, a notícia ressalta o impacto negativo da suspensão do crédito sobre os trabalhadores da cooperativa. Sem os recursos necessários para investir em melhorias na produção e na infraestrutura das terras, os trabalhadores da referida UCP enfrentavam dificuldades para continuar o trabalho agrícola. A referência ao **miseró salário** mostra que a falta de apoio financeiro também agravava a situação econômica dos trabalhadores, que já viviam em condições precárias. Assim, os trabalhadores manifestavam seu descontentamento e preocupação, destacando que, sem o crédito, as cooperativas não poderiam garantir o sustento das famílias e o desenvolvimento das atividades produtivas. O texto apresentado na notícia também menciona a mobilização dos trabalhadores, que enviaram um telegrama urgente ao governo pedindo a reversão da decisão. Além disso, planejavam discutir a situação em uma reunião no sindicato, indicando um esforço de organização e resistência diante das medidas governamentais que prejudicavam a reforma agrária. Essa mobilização reflete a luta contínua dos trabalhadores rurais para manter as conquistas da reforma e resistir às pressões que buscavam enfraquecer o movimento agrário até então.

Portanto, a suspensão do crédito agrícola está inserida em um contexto mais amplo de tensões entre o governo e os trabalhadores rurais em relação à reforma agrária, visto que durante os meses finais de 1976 as Cooperativas e as Unidades Coletivas de Produção enfrentavam uma série de desafios econômicos, políticos e jurídicos. As decisões do Ministério da Agricultura de suspender o crédito agrícola eram vistas pelos trabalhadores como uma tentativa de limitar as conquistas da reforma agrária, uma vez que a falta de apoio financeiro dificultava a continuidade das atividades produtivas nas Cooperativas.

Quanto à análise das notícias do *Diário do Alentejo*, observa-se que a chegada do PS ao poder representou uma inflexão nas políticas de reforma agrária, marcando um novo processo com uma busca por estabilizar as relações no campo e diminuir os conflitos. O governo socialista planejou encontrar um equilíbrio entre a necessidade de redistribuição de terras e a proteção da propriedade privada, com foco na reestruturação do setor agrícola de forma mais negociada e menos conflituosa.

A crescente resistência por parte dos grandes latifundiários e dos setores conservadores também influenciou a mudança na política de reforma agrária proposta pelo Estado em 1976. Esses grupos vinham pressionando o governo para conter as ocupações ilegais de terras e reverter algumas das expropriações. O governo começou a agir com mais rigor contra as ocupações ilegais de terras e a impor multas e sanções a quem se recusasse a cumprir as ordens do Estado para desocupar propriedades.

No que tange ao processo de análise do jornal *Diário do Alentejo*, entre os anos de 1974–1976, o que se pode perceber é que esse editorial assumiu posturas diferentes antes da Revolução dos Cravos e pós-Revolução. Isso se deu claramente pela censura estadonovista. Contudo, pós-Revolução, o jornal assumiu a postura de porta-voz regionalista, apresentando as ações dos trabalhadores rurais contra a grande propriedade fundiária, e mostrando-nos sobre a formação dos sindicatos e da atuação dos partidos na região, sobretudo do Partido Comunista Português.

3.3 O JORNAL COMBATE: “A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES”

O jornal *Combate* possuiu a ideologia central de que “a libertação dos trabalhadores, é obra dos próprios trabalhadores”, frase essa apresentada nesse jornal frequentemente. Nota-se que este buscou acompanhar a luta dos trabalhadores rurais e urbanos, desenvolvidas pós-Revolução de 25 de Abril. Dito isso, rompeu com a estrutura

ideológica do “leninismo e do maoismo e partiu em defesa do movimento social de base, como uma manifestação programática contrária aos rumos da revolução, sugerindo como alternativa as lutas políticas conselhistas” (Abadia, 2010, p. 14).

O jornal *Combate* foi um dos principais veículos de esquerda da época do Processo Revolucionário em Curso (PREC), possuindo um papel significativo na articulação das ideias revolucionárias, bem como no que se refere à luta pela reforma agrária. Alinhava-se com o discurso dos movimentos populares que visavam transformar radicalmente a estrutura agrária do país, defendendo a coletivização das terras e a expropriação dos grandes latifúndios, especialmente no Alentejo.

O jornal contava com uma linha editorial fortemente influenciada pelos ideais revolucionários da esquerda. Logo, não apenas apoiava a reforma agrária, como defendia uma abordagem mais radical a qual era proposta por partidos como o PCP. Esse jornal via a luta pela terra como uma parte fundamental de um processo revolucionário mais amplo, que buscava a emancipação completa dos trabalhadores e a destruição das estruturas capitalistas da economia rural. Assim, com a análise dessa fonte, observou-se que este promovia a visão de uma reforma agrária controlada diretamente pelos trabalhadores rurais, sem mediações de instituições estatais ou compromissos com os latifundiários.

Contudo, por meio da análise, nota-se que este representou bem mais a atuação dos trabalhadores urbanos, afinal – como nos apresenta a tabela 7 – das 95 notícias analisadas que retrataram sobre a questão da luta dos trabalhadores urbanos e rurais de Portugal, 66 destas tiveram como eixo temático a luta dos trabalhadores urbanos, enquanto 29 notícias referiram-se a temáticas acerca da revolução agrária do Alentejo. Essa questão é evidenciada também por Danúbia Mendes Abadia (2010), na qual a autora aponta que foi dedicado pouco espaço as lutas dos trabalhadores rurais e, “para compensar, a sua última publicação, em fevereiro de 1978, é uma brochura de 66 páginas dedicadas as lutas sociais no campo” (Abadia, 2010, p. 116).

Tabela 6 – Sistematização da análise dos editoriais do jornal *Combate*

Quantidade de editoriais analisados:	51 editoriais.
Período das notícias analisadas:	21 de junho de 1974 a 14 de outubro de 1976 e a brochura publicada em 1978 (com 66 páginas)
Notícias encontradas que retratam sobre a questão da luta dos trabalhadores urbanos de Portugal e dos trabalhadores rurais do Alentejo (1974-1976):	95 notícias
Notícias referentes a luta dos trabalhadores urbanos:	66 notícias
Notícias referentes as temáticas da Revolução do Alentejo e luta dos trabalhadores rurais (1974-1976):	29 notícias

Fonte: elaborado pela autora.

Durante o processo de análise do jornal português *Combate*, entre o período proposto (1974-1976), observou-se a sua busca por novos significados as causas trabalhistas e incentivo a luta pela reforma agrária no campo, tendo os trabalhadores como eixo central de sua causa e idealizando a trajetória que estes deveriam traçar, na luta pelos seus direitos fundamentais. Para tal, em seu manifesto inaugural, o *Combate* já deixava claro que o seu objetivo seria o de “contribuir para a unificação das várias lutas particulares, numa luta geral das massas operárias, e restantes dos trabalhadores” (Manifesto [...], 1974, p. 5). Diante disso, de acordo com Danúbia Mendes Abadia (2010),

Seguindo a orientação ideológica do *Combate*, a distinção fundamental que se tem no cenário português após o 25 de abril de 1974 é, de um lado, as várias maneiras de implantação do capitalismo de Estado e, do outro lado, a tentativa de alcançar o poder direto dos trabalhadores auto-organizados, sem recurso ao aparelho de Estado a partir do desenvolvimento e integração das diversas lutas (Abadia, 2010, p. 67).

Uma das prerrogativas apresentadas pelo *Combate* foi tratar a luta dos trabalhadores rurais como um dos eixos fundamentais na luta das massas trabalhadoras. Percebe-se, assim, que para esse jornal a união dos trabalhadores (tanto da zona rural, quanto da zona urbana de Portugal) seria um meio pelo qual ocorreria a tomada de poder e, conseqüentemente, tornaria o projeto desta classe hegemônico.

É absolutamente necessário unir a luta dos trabalhadores das cidades com a luta dos explorados do campo [...]. É através de uma ligação estreita com as lutas camponesas e de desenvolvimento dessas ligações

para todos os pontos do país que se poderão estabelecer os pontos de demarcação essenciais relativamente à questão agrária (Manifesto [...], 1974, p. 5).

Quanto às análises políticas do quadro vigente no país, o *Combate* foi um crítico do MFA, dos partidos e das instituições de esquerda que estavam a frente do processo revolucionário. Logo, enquanto os vários impressos e organizações da esquerda proclamavam o MFA, o grande libertador do povo português, “este jornal lhe dirigia uma crítica radical. Para ele, a ação do MFA quanto as massas populares era, a de utilizá-las para seus fins determinados” (Abadia, 2010, p. 68).

Percebe-se que o *Combate* defendia uma postura antimilitarista, visto interpretar que a condução do processo revolucionário em curso no país não deveria ser guiada por uma estrutura militarizada, pois para o jornal “a permanência desta estrutura o que fazia era agir na defesa de novas formas de gestão do capital” (Abadia, 2010, p. 69). Logo, para o jornal *Combate*, o militarismo “reproduz em si, sem qualquer tipo de ordenamentos, as relações de dominação social; e é um suporte da reprodução destas no conjunto da vida da sociedade” (Trabalhadores [...], 1974, p.4).

Como já apresentado, a concentração fundiária ocorria, sobretudo, na região do sul de Portugal, fruto da paralisação da economia agrária durante o regime estadonovista. De acordo com Danúbia Abadia (2010), autora que analisa o mesmo jornal na sua dissertação, “para o *Combate*, a situação que se percebe na economia agrícola antes da reforma agrária, podia ser definida por uma palavra: estagnação” (Abadia, 2010, p. 119).

Todavia, após a Revolução dos Cravos, com a organização dos sindicatos, como destaca Abadia (2010, p. 120), nota-se uma defesa de posições mais consolidadas por parte dos trabalhadores rurais. Logo, na notícia intitulada *Greve no Montoito*⁶² - *a luta dos trabalhadores rurais alentejanos*, o jornal *Combate* mostra o quanto estes trabalhadores estavam unidos em busca de uma causa de interesse de todos, a saber: melhores salários.

Os trabalhadores rurais de Montoito (cerca de 200) na região de Évora, decidiram em fins de maio exigir do patronato um aumento dos seus miseráveis salários. Deliberaram coletivamente reivindicar 2000 por cada hora de trabalho igual para todos os trabalhadores do sexo masculino (Greve [...], 1974, p. 2).

⁶² Freguesia portuguesa do município de Redondo, no Alentejo.

Nessa conjuntura, o jornal aponta que a decisão dos grandes proprietários de terras foi a de tentar dividir a classe dos trabalhadores rurais do Montoito, ao dizer que: “ao fim deste tempo, os agrários numa tentativa de divisão dos trabalhadores concederam aumento aos tratoristas (que são uma minoria) e negaram qualquer aumento aos trabalhadores de braço” (Greve [...], 1974, p. 2). Entretanto, a notícia ressalta que os tratoristas continuaram ao lado dos demais trabalhadores e não aceitaram o aumento salarial proposto.

Com a busca de melhorias por parte da classe dos trabalhadores rurais – dentre as quais se destacam a luta pelo aumento dos salários e pelo pleno emprego – ocorreram por parte dos latifundiários o descumprimento dos contratos coletivos de trabalho, um dos fatores que compuseram as chamadas sabotagens econômicas. Com os diversos problemas ocasionados pelo sistema agrícola latifundiário, a reforma agrária teve no desemprego o seu estímulo central. Consequentemente, nota-se que nas zonas de maior proletarização agrícola e com maior índice de desemprego, gerou-se o processo de ocupações coletivas das terras, que teve seu pontapé inicial em novembro de 1974.

No que se refere às ocupações, algumas eram decididas em acordos entre os proprietários e os trabalhadores. Os primeiros, na esperança de recuperar suas terras, preferiam que os seus trabalhadores ocupassem antes que viessem os de fora. Todavia, certos episódios eram bem menos pacíficos, pois ocorria a resistência do grande proprietário que conseguia impedir a ocupação. Porém, poucas situações deram lugar a reais violências físicas, que eram mais habituais nas manifestações urbanas e nos comícios. Essa questão pode estar atrelada ao fato de o Ministério da Agricultura ter tomado certas medidas legais contra os que se opusessem às ocupações, como o fato de quem dos grandes proprietários resistisse pudesse perder o direito à indenização.

Por conseguinte, conforme as análises feitas, nota-se que o jornal *Combate* buscou incentivar a luta dos trabalhadores contra o capitalismo. Na notícia do dia 31 de janeiro de 1975, este aponta a luta contra os despedimentos, destacando:

O que a classe operária e todos os trabalhadores explorados têm consciência, é de que o desemprego não deverá ser assunto de cada empresa, e que só com a união de todos os explorados se poderá responder firmemente às manobras do capitalismo (Lutemos [...], 1975, p. 1).

Outro aspecto que vale ser ressaltado é interpretação do significado, para o *Combate* dos acontecimentos do dia 11 de março, no plano político e econômico, para o

jornal este evento foi “o reforço da via capitalista de Estado e o fim da iniciativa dos monopólios privados” (O 11 de março [...], 1975, p. 1). Logo, “a hierarquia do MFA foi preenchida por oficiais afetos ao PCP e em menor proporção por militares afetos ao PS” (Abadia, 2010, p. 72).

Para esse jornal, mais do que inúteis para o movimento dos trabalhadores, os partidos políticos “situavam-se dentre os principais obstáculos para a construção da sociedade comunista” (Abadia, 2010, p. 74). Isto devido à interpretação de que a inserção destes organismos no movimento dos trabalhadores somente contribuía para a ampliação da exploração capitalista. O *Combate* defendia uma via de desenvolvimento da luta dos trabalhadores de forma autônoma e antipartidária, na qual as massas dos trabalhadores que deveriam estar no controle sindical.

Portanto, observa-se que para o *Combate* a atuação do Estado se deu devido ao processo de atuação dos trabalhadores rurais no Alentejo. Logo, esse jornal apresentou que “foi a reforma agrária, e não o 25 de Abril, que marcou um corte efetivo no domínio da produção agrícola” (Agricultura [...], 1978, p. 39). A reforma agrária resultaria de “um surto de luta tão radical, tão profundo e maciço, que além de critérios de gestão capitalista impostos pela pressão de mercado, continuavam a afirmar-se critérios comunitários e igualitários” (Agricultura [...], 1978, p. 14).

Outra questão a ser destacada é a de que, segundo José Soeiro (2013), as Unidades Coletivas de Produção representavam, de fato, uma ruptura radical com os valores e lógicas subjacentes aos modelos de produção e distribuição de riqueza capitalistas (Soeiro, 2013). Nota-se que as UCPs tiveram uma diferenciação central em relação aos latifundiários, que buscavam obter o máximo de lucros durante a produção, mesmo que resultasse na pobreza de muitos. Assim, as Unidades Coletivas de Produção não apostavam na existência de um “exército de desempregados para ter ao seu dispor mão-de-obra barata, pois aos trabalhadores pretendiam, sobretudo, assegurar os postos de trabalho” (Soeiro, 2013, p. 241). Em conformidade com José Soeiro (2013), o jornal *Combate* aponta a distinção entre as medidas dos proletários rurais e a dos capitalistas agrários na gestão da produção, de tal modo destaca o emprego de novas técnicas e mecanizações pelas UCPs.

Não são nunca encarados como uma maneira de fazer economias de força de trabalho, como concebem os critérios capitalistas, mas pelo contrário, enquanto forma de aumentar a superfície cultivada e, desse

modo, poder até acrescer o número de cooperantes” (Agricultura [...], 1978, p. 58)⁶³.

A lógica central das UCPs era a garantia do pleno emprego permanente, “com direitos e o salário certo, constituindo a primeira condição da riqueza produzida” (Soeiro, 2013, p. 242). Dessa forma, aponta o *Combate* quanto às UCPs que

Em lado nenhuma procura de créditos, o eventual recurso aos técnicos e as autoridades oficiais, etc., nos aparecem com o fim de desenvolver a produção só pela produção, ou seja, com vistas ao lucro. Pelo contrário, procura assegurar-se o futuro económico de cada cooperativa porque ela aparece como a melhor garantia de uma vida nova, não só pela existência de um emprego assegurado que não transforme o dia-a-dia numa aflição quotidiana, mas de uma forma mais geral e radical — uma vida assegurada consoantes critérios diferentes que se começa desde já (Agricultura [...], 1978, p. 65).

Como pode-se perceber nas notícias dos editoriais do jornal *Combate*, dois tipos de projetos de integração da reforma agrária no capitalismo se destacaram e lutaram para tornar-se hegemônicos:

Um destes projetos é principalmente defendido pelo Partido Comunista, e corresponde a uma orientação capitalista de Estado da economia portuguesa; o outro, encabeçado pelo partido socialista, corresponde a uma forma de capitalismo de Estado mais mitigado, em que assegura um papel económico importante às empresas privadas ao lado dos setores estatizados da economia (Agricultura [...], 1978, p. 67).

Para o *Combate*, os dois projetos se constituíram em um dos elementos mais importantes no jogo de forças entre o PCP e o PS, em relação à consolidação do controle sob o aparelho estatal. No que tange ao projeto do PCP, o jornal destaca que nunca passou da teoria e, por isso, não se saberia como o proletariado agrícola reagiria contra o desenvolvimento capitalista de Estado que este projeto consubstanciava. Portanto, o *Combate* aponta que

As pressões inelutáveis sobre a economia portuguesa e a luta de classes a nível nacional determinariam a interrupção deste tipo projeto e a substituição pelos projetos do Partido Socialista, que a partir de 25 de novembro é a força política que detém a iniciativa no seio da classe dominante. Vimos que um desenvolvimento da economia portuguesa

⁶³ É importante destacar que, no ano de 1978, no mês de fevereiro, o jornal *Combate* dedicou 66 páginas para analisar e apresentar notícias que marcaram as lutas sociais nos campos alentejanos. Logo, estas foram analisadas nessa pesquisa, visto que se centraram somente nas questões agrárias durante o PREC.

em que as formas de capitalismo de Estado mantivessem a hegemonia absoluta exigiria uma forte acumulação interna de capitais, de forma a tornar menos direta a dependência da economia portuguesa relativamente à esfera econômica americana [...]. Pelo contrário, a alternativa econômica que vigora com a Partido Socialista torna essa dependência absolutamente imediata (Agricultura [...], 1978, p. 25).

O PCP teve uma importante influência sob os sindicatos, possuiu o controle de muitas das UCPs, assim como desenvolveu um papel fundamental nas ações políticas referentes ao Alentejo. Contudo, durante o processo de institucionalização da reforma agrária, o Partido Socialista possuía maior participação nas decisões políticas no seio do Estado. Foi durante a vigência do VI Governo provisório, sob a predominância do PS, que se realizaram as últimas explorações de terras, “passou-se à legalização das UCP e das cooperativas que o processo revolucionário tinha originado” (Abadia, 2010, p. 131). Nesse sentido, para o jornal *Combate*

O PS concebeu para a zona da reforma agrária, um projeto que tem como uma das peças fundamentais a lei n.º 77/77, de 29 de setembro de 1977, e que o ódio dos trabalhadores conhece pelo nome, que vale como o pior dos insultos, de lei Barreto⁶⁴ (Agricultura [...], 1978, p. 25).

Para o jornal *Combate*, o projeto de reforma agrária do PS foi meramente acadêmico, pois “todo ele se baseia nas concepções de um aumento imediato da produtividade mediante a restrição das culturas aos melhores solos, a redução dos cultivos e a drástica redução da força de trabalho” (Agricultura [...], 1978, p. 25). Sendo assim, nota-se que o jornal possuiu uma visão crítica quanto aos projetos de reforma agrária dos dois partidos (PS e PCP) que lutaram pela hegemonia política na região do Alentejo e para o controle do aparelho estatal.

Diante disso, o jornal defendia uma coletivização das terras, ou seja, a expropriação das grandes propriedades e sua entrega ao controle direto das Cooperativas formadas por trabalhadores rurais. Analisa-se que para esse jornal a luta pela terra não

⁶⁴ Como já destacado nessa pesquisa, a lei Barreto, formalmente conhecida como lei n.º 77/77, foi aprovada durante no primeiro governo constitucional liderado por Mário Soares, com António Barreto como Ministro da Agricultura. Essa lei marcou um ponto de viragem no processo da reforma agrária, pois sua proposta central foi a devolução das terras ocupadas aos seus proprietários originais, encerrando o período das ocupações, visando regularizar a situação fundiária, impondo novas diretrizes que equilibravam os interesses dos pequenos agricultores com a restituição das grandes propriedades improdutivas aos donos.

era simplesmente uma questão de distribuição econômica, mas uma luta de classes entre os trabalhadores explorados e os latifundiários, que haviam historicamente se beneficiado da exploração rural. O jornal argumentava que a única forma de garantir justiça social no campo era através de colocar fim aos latifúndios. Para o *Combate* a reforma agrária deveria ser resultado de uma ação proletária direta.

Foi-nos visível quando esboçamos a diversificação social do mundo rural, que nos quatro distritos de Évora, Beja, Portalegre e Setúbal, pela grande dimensão das propriedades e das explorações, e pela fortíssima concentração proletária, a luta entre as classes se travaria de modo mais franco e antagônico. Efectivamente, a tradição de luta do proletário rural alentejano data de uma época muito antiga, praticamente anterior à existência de manufaturas em Portugal. Já nos séculos dezessete e dezoito a movimentação “sindical” entre os assalariados agrícolas do Alentejo, para a fixação do preço a que deveriam a sua força de trabalho, revelara uma vastidão e uma violência muito grandes, suscitando os protestos e os receios dos grandes proprietários da época. Essa luta manteve-se constante e, mais modernamente, durante a primeira república, travaram-se no Alentejo das mais importantes lutas grevistas, e ao longo dos cinquenta anos do salazarismo o proletariado agrícola alentejano teve a honra, a sangue conquistada, do encher uma boa parte das salas de Caxias e Peniche. Nomeadamente, a luta pelas oito horas de trabalho, no início da década de sessenta, mas isso, que a reforma agrária resultou de um constante de luta marcadamente proletária, e de modo nenhum foi uma resposta das massas a uma decisão de quaisquer cúpulas políticas (Agricultura [...], 1978, p. 52).

Diante disso, para o jornal *Combate*, após o 25 de Abril criaram-se os sindicatos agrícolas que possuíam uma base reduzida e com posições moderadas se comparada as do proletariado em luta, de modo que o jornal critica essa formação sindical no seguinte trecho: “Assim, por exemplo, enquanto que, em fins de maio de 1974, nas reivindicações salariais os trabalhadores exigiam igualdade de salários para todos, os sindicatos, nomeadamente o de Beja, procuravam uma posição conciliatória com o patronato” (Agricultura [...], 1978, p. 52).

Para o jornal, a reforma agrária partiu dos trabalhadores rurais que pressionavam os latifundiários, que por sua vez começaram a proceder com “a descapitalização maciça: abate de gado, recusa de fazer os alqueives, recusa da colheita da azeitona, etc” (Agricultura [...], 1978, p. 52). Esses fatores levaram ao que o jornal chamou de proliferação dos conflitos laborais, estar em perigo a garantia do pleno-emprego recém-conquistada. Quanto a esta situação, o jornal aponta que a atuação – dos sindicatos e

partidos políticos (sobretudo o PCP) de um lado, e das massas proletárias do outro – foi divergente, pois:

Enquanto, que, nos fins do ano de 1974, Comissões Partidárias constituídas por delegados sindicais, representantes do patronato, elementos dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, e do MFA, reúnem para tentar estabelecer a capacidade de emprego de cada empresa agrícola e definir assim as obrigações legais de contratação por parte do patronato, os proletários rurais seguiram um caminho bem mais simples, nada conciliatório, e muito eficaz — começaram a ocupar terras. (É certa a ocupação de terras já em fins de 1974, embora os únicos dados sistematicamente recolhidos, até a data em que redigimos esta análise, respeitem unicamente ao período a partir de janeiro de 1975, e isto só no distrito de Évora). Resultante de um complexo de problemas que resumem, afinal, ao capitalismo latifundista, a reforma agrária teve, no entanto, a questão do desemprego como estímulo inicial. Não espanta, por isso, que depois das ocupações, e relativamente às áreas transformadas em cooperativas e unidades colectivas de produção, o número total de trabalhadores tivesse aumentado de 184% (antes das ocupações: 22.600; 1975-1976: 71.900; 1976-1977: 64.200), sendo esse aumento muito maior relativamente aos trabalhadores permanentes (311%) do que aos eventuais (79%), o que revela o aumento da segurança de emprego (Agricultura [...], 1978, p. 52).

Percebe-se que, diferentemente do PCP, o *Combate* defendia uma ação direta dos trabalhadores, sem qualquer intervenção partidária. Além disso, tal jornal legitimava as ocupações de terras, frequentemente apresentando-as como uma resposta legítima às décadas de exploração e à falência do sistema agrário latifundiário.

A ocupação das terras, passo inicial da reforma agrária, surge, pois, em conflito com a actuação das burocracias sindicais, e antecipando-se às tácticas mais tarde oficializadas pelos aparelhos dos partidos de base operária. Essa radicação da reforma agrária na estrutura social profunda e nos seus conflitos básicos é claramente visível se estudarmos a relação do processo de luta com o grau de proletarização. É claro que não podemos extrair conclusões simplistas saltando diretamente da percentagem de assalariados para a actividade revolucionária. Mas trata-se de um fator de base da maior importância que, sendo semelhantes os outros factores políticos e sociais, assume um papel predominante. Ora, a região marcadamente latifundista a sul do Tejo constitui uma zona que, cultural e politicamente, é bastante homogênea, com experiências de luta comuns e tradições culturais ancestrais idênticas ou semelhantes. Neste contexto, são os diferentes graus de proletarização nas várias regiões que explicam as variações no processo, comprovando, além disso, o carácter diretamente proletário desta luta. Secundariamente, influi no grau de activismo do proletariado de uma dada zona o número absoluto de trabalhadores dessa zona. Em termos gerais, numa zona mais intensamente povoada desencadeam-se lutas mais activas do que numa zona com menor povoamento. Deste modo, veremos as zonas com maior grau de proletarização e mais

povoadas à cabeça das lutas, e com menor grau de activismo revolucionário, as zonas com uma taxa inferior de proletarização e menor população em números absolutos (Agricultura [...], 1978, p. 53).

Ante o exposto, observa-se que o *Combate* foi crítico de qualquer tentativa de recuo nas conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais e não via com bons olhos as forças políticas moderadas, que buscavam mediar o conflito via acordos legais. O *Combate* compreendia a luta pela reforma agrária como um campo de batalha onde se decidiria o futuro da revolução em Portugal: ou o campo seria democratizado, com terras coletivizadas e controladas pelos trabalhadores; ou os latifundiários retomariam o controle, revertendo as conquistas revolucionárias.

Quanto ao decreto-lei 406-A/75 de 29 de julho de 1975, que estabeleceu critérios legais de expropriação, em virtude dos quais considerava apropriável uma área de cerca de 1.500.000 hectares, esse jornal destaca que tal número correspondia a pouco menos de “48,8% da superfície agrícola útil dos oito distritos abarcado – Beja, Évora, Setúbal, Santarém, Portalegre, Lisboa, Castelo Branco e Faro. Só parte da área foi incluída na zona legal de expropriações da reforma agrária” (Agricultura [...], 1978, p. 54). Assim, o jornal *Combate* nos apresenta o quadro destacado na figura 7.

Figura 14 – Terras ocupadas segundo jornal *Combate*

distritos	terras efectivamente ocupadas (em ha)	% das terras ocupadas sobre a sup. agr. útil do distr.	% das terras ocupadas sobre o máximo leg. expropriável
Beja	294.258	30	63,2
Évora	392.000	68,5	78,4
Setúbal	92.000	40,3	76,6
Santarém	43.957	33,3	43,9
Portalegre	257.000	54,7	85,6
Lisboa	5.650	3,7	47,1
Cast. Branco	4.517	1	45,1
Faro	957	0,4	11,9
total	1.080.339	32,9	72

Fonte: Jornal *Combate* (1978, p. 54).

Com a tabela, o jornal ressalta que, embora introduzidos na zona de reforma agrária, os distritos de Lisboa, Faro e Castelo Branco “foram de reduzida importância (o máximo de terras legalmente expropriáveis era só de 3%, 2.9%, 2.7%, respectivamente em relação à superfície útil de cada distrito)” (Agricultura [...], 1978, p. 54). Quanto ao distrito de Santarém, para o *Combate* este se caracterizava por uma importância média, visto que é nos “restantes distritos (Beja:59%; Évora: 74%; Setúbal: 63,8%) que o

processo atingiu maiores dimensões” (Agricultura [...], 1978, p. 54). Ademais, o jornal aponta que, nessas quatro regiões em que houve significativas expropriações, formava-se uma área onde a grande exploração era dominante, de modo que foi nestes distritos que a percentagem de assalariados agrícolas sobre a população agrícola era maior: “por si só eles concentram (números de 1970) mais de 125.000 dos quase 445.000 assalariados agrícolas existentes” (Agricultura [...], 1978, p. 55). Para tanto, o jornal afirma que a reforma agrária se deu de modo mais atuante nessas regiões, pois possuía um número de proletariado agrícola maior.

Se o grosso da reforma agrária se desenvolveu nos distritos com um proletariado rural mais forte, é também muito esclarecedor verificar que é precisamente nos dois distritos em que a percentagem de assalariados rurais sobre a população agrícola é superior (Évora 87,6%; Portalegre: 83,2%) que foram atingidos os melhores resultados, quer quanto a percentagem de terras ocupadas relativamente ao máximo legalmente expropriável. O distrito de Beja, com 77,7% de assalariados rurais relativamente ao total da população agrícola activa, foi destes quatro distritos, o que obteve resultados mais moderados no processo da reforma agrária (Agricultura [...], 1978, p. 55).

Retomando as críticas que o *Combate* fazia ao Partido Socialista (PS) e ao Partido Comunista Português (PCP), estas se davam por conta do jornal entender que esses partidos estavam comprometidos com uma revolução agrária profunda, assim como com soluções reformistas que poderiam frear o avanço de uma revolução proletária. Essas críticas se estendiam tanto aos setores urbanos quanto rurais, onde o *Combate* acreditava que as lutas deveriam ser mais radicais e menos conciliatórias com os interesses dos grandes proprietários. O jornal analisava os projetos de reforma agrária estabelecidos por esses dois partidos, apontando que o projeto defendido pelo Partido Comunista “corresponde a uma orientação capitalista de Estado da economia portuguesa” (Agricultura [...], 1978, p. 61). Já o projeto do Partido Socialista “corresponde a uma forma de capitalismo de Estado mais mitigado, em que se assegura um papel econômico importante as empresas privadas” (Agricultura [...], 1978, p. 61).

Quanto ao projeto de reforma agrária do PCP, o *Combate* aponta que este nunca passou dos aspectos preliminares, por isso não seria possível saber como o proletariado agrícola reagiria contra o desenvolvimento capitalista de Estado que o projeto estava atrelado. Os aspectos gerais deste, segundo o *Combate*, foram:

O projeto do PC, que hoje se chama gonçalvismo, começou a aplicar, procura, um desenvolvimento da economia capitalista de Estado em Portugal. Para tal, seria preciso que o capitalismo de Estado português procedesse a uma forte acumulação interna de capital, sem estar inteiramente dependente do mercado mundial de capitais; efectivamente, pela integração de Portugal no bloco da economia americana, obrigatória no actual jogo de forças mundial de capitais resultaria o crescimento da economia portuguesa com base em empréstimos concedidos, ou por grupos privados, ou por Estados e grupos de Estados representado mediatamente interesses de grandes capitalistas privados; esse tipo de relações econômicas viria, por isso, reforçar o sector privado da economia portuguesa e conter o sector capitalista de Estado nos seus limites actuais, ou até fazê-lo retrogradar. Assim, para evitar o recurso aos empréstimos, ou para diminuir a sua importância, o projecto que agora estamos a analisar concebeu, tentou aplicar, e continua a propor, um modelo de arranque da economia portuguesa actual com as seguintes fases: (1º) aumento a curto prazo da superfície cultivada, mesmo que seja de más terras e, portanto, diminuindo a produtividade média; daqui resultaria uma exploração agrícola sobretudo trabalho-intensiva, de modo a absorver mão-de-obra e limitar o desemprego; apesar da diminuição da produtividade média, este incremento absoluto da superfície cultivada teria como consequência o aumento da produção agrícola. Ora, como este sistema se fundamenta na rentabilidade da economia considerada globalmente e a longo prazo, e não no lucro particular, ele teria como condição política a continuação do ataque ao capitalismo privado na agricultura e expansão. nesse sector, do capitalismo de Estado. (2º) em virtude do aumento da produção agrícola diminuiriam as importações de produtos alimentares e de matérias-primas de origem agrícola; com as divisas assim poupadas poder-se-iam importar meios de produção para a indústria, que rearranjaria assim em novas bases tecnológicas, tornando-se mais produtiva e concorrencial. (3º) A médio prazo, esse desenvolvimento industrial permitiria a absorção, não só do desemprego, como excedente de mão-de-obra agrícola. (4º) Nessa altura a agricultura poderia diminuir o seu carácter trabalho-intensivo, o cultivo de más terras seria abandonado para concentrar os esforços nas mais férteis, em suma, ao aumento absoluto da produção agrícola em detrimento da produtividade substituir-se-ia então o crescimento da produção mediante o incremento da produtividade (Agricultura [...], 1978, p. 61).

Contudo, o jornal aponta que as pressões e a luta de classes a nível nacional determinaram a interrupção do projeto do PCP, e a sua substituição pelos projetos do PS, que, sobretudo, a partir de “25 de novembro é a força política que detém a iniciativa no seio da classe dominante” (Agricultura [...], 1978, p. 62). Portanto, ao apresentar o projeto do Partido Socialista, o jornal ressalta os seguintes aspectos:

Nesse sentido, o Partido Socialista concebeu para a zona da reforma agrária um projecto, que tem como uma das peças fundamentais a lei 77/77, de 29 de setembro de 1977 [...]. Numa primeira abordagem, os termos que melhor poderão caracterizar essa lei, e o projecto mais geral

em que se insere, são os de — utopia tecnocrática. Esse projeto procura transplantar para a zona da reforma agrária, sem em nada atender às presentes circunstâncias sociais, nem à situação económica geral da agricultura portuguesa e de toda a restante economia, nem aos problemas tradicionais da agricultura, uma espécie de modelo óptimo resultante de uma média estabelecida a partir de várias agriculturas desenvolvidas. Nesse sentido é um projecto meramente académico. Todo ele se baseia nas concepções de um aumento imediato da produtividade, mediante a restrição das culturas aos melhores rolos, a reorganização dos cultivos, e a drástica redução da força de trabalho. Para que este projecto pudesse aplicar-se seria necessário, em primeiro lugar, que a economia capitalista portuguesa dispusesse de responsabilidades financeiras sólidas que lhe permitisse continuar a aguentar volumosas importações alimentares, enquanto a pretendida reconversão das culturas se efectivasse. Em segundo lugar, seria necessário que a indústria portuguesa pudesse, desde já, produzir aquilo que necessita essa agricultura altamente produtiva, nomeadamente produzisse adubos em quantidade satisfatória e inaugurasse o fabrico nacional de tractores; mas nós sabemos que, para ver se obtém o apoio francês para a entrada de Portugal na CEE, o governo acordou no fabrico em Portugal de automóveis de turismo, pondo de parte o projecto da fábrica de tractores; e sabemos também que o preço dos adubos irá em breve aumentar e que, ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura tem-se mostrado incapaz de apoiar, não só financeiramente, mas tecnicamente também, as adubações na zona da reforma agrária; sabemos ainda que algumas das fábricas de rações compostas para animais debatem-se com enorme falta de matéria-prima, devido à incapacidade dos gabinetes estaduais que deveriam dar o aval à planificação das respectivas importações, resultando desta situação baixas na produção da ordem dos 60% e até, em certos casos, paralisação de fábricas durante dias. Finalmente, seria necessário, para que o projecto do Partido Socialista pudesse realizar-se que os restantes sectores da economia estivessem numa fase de crescimento acelerado, que lhes permitisse absorver toda a força de trabalho excedentária que seria despedida da agricultura; ora, ninguém ignora as altas percentagens a que o desemprego chega em Portugal (Agricultura [...], 1978, p. 62).

Por conseguinte, para o *Combate* tal projeto caracterizou-se como utópico. Assim, por conta da dependência dos mais fortes grupos monopolistas privados internacionais, o que ocorreu foi o reforço da propriedade agrícola privada na zona da reforma agrária.

Sua única função consiste em acentuar a submissão completa da economia capitalista portuguesa aos grupos mais fortes do capitalismo privado internacional. O que efetivamente prevalece deste projeto é a recusa de uma alternativa de independência alimentar (Agricultura [...], 1978, p. 63).

Isto posto, compreende-se que para o *Combate* um dos aspectos inquestionáveis é a presença de uma mentalidade proletária ao longo do processo. Essa mentalidade é

visível tanto na luta em si quanto na constituição das cooperativas. Levando isso em conta, o *Combate* destaca que os participantes do processo agrário português, diferentemente de outras reformas agrárias ao redor do mundo, não se veem como camponeses que querem apenas dividir a terra. Em vez disso, se enxergam como proletários, trabalhadores assalariados organizados em torno de um projeto mais amplo de transformação social.

Em todos estes pontos, porém, em todos os que, a nosso entender, melhor caracterizam as potencialidades das novas relações sociais surgidas com o processo de luta, como naqueles em que mais claramente vemos os limites com que essa luta se deparou, um aspecto se apresenta incontroverso — a mentalidade exclusivamente proletária revelada, quer ao longo da luta, quer já na constituição das cooperativas. Não são — como foi o caso em reformas agrárias de outros países — camponeses sem terra que a querem partilhar. Trata-se de proletários, a si próprios considerando-se sempre como assalariados, e que em toda a sua maneira de encarar o mundo, nas relações sociais que desenvolvem, nas preocupações de futuro que apresentam, se revelam clara e decididamente proletários. A reforma agrária continua, por isso, como o movimento proletário que desde o início foi (Agricultura [...], 1978, p. 67).

Considerando-se o que foi apresentado no contexto da reforma agrária portuguesa, os trabalhadores rurais se consideravam assalariados, e suas preocupações não estavam restritas apenas à posse da terra, mas as novas formas de relações sociais que surgem com o processo de transformação agrária. Desse modo, com a análise do jornal *Combate*, nota-se que este argumenta que o movimento pela reforma agrária em Portugal foi um movimento genuinamente proletário. Para tal, o jornal enfatiza que, desde o início, esse movimento foi impulsionado pela classe trabalhadora e que seu caráter é fundamentalmente diferente de outras reformas que podem se concentrar apenas na distribuição de terras. Destarte, o *Combate* defende que a reforma agrária em Portugal foi além da simples redistribuição de terras, buscando uma transformação das estruturas sociais e econômicas nas quais os trabalhadores rurais estavam inseridos.

3.4 O JORNAL *PORTUGAL SOCIALISTA* E OS EMBATES PELA CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O jornal *Portugal Socialista*, veículo oficial do Partido Socialista (PS), desempenhou um papel fundamental na articulação da posição do PS. Assim, tal jornal

refletia as posições do PS em relação às questões fundamentais da transição democrática, entre elas a reforma agrária. Logo, ao contrário de outras forças políticas mais radicais, como o Partido Comunista Português (PCP), que defendiam a ocupação direta das terras, o PS buscava uma abordagem institucionalizada e o mais negociada possível.

O jornal não apenas informava sobre os acontecimentos políticos do período, mas também funcionava como um espaço de discussão e legitimação das propostas do PS. Para a análise dessa fonte, o foco se dará nas notícias que trataram das questões da perspectiva agrária do PS no país, sobretudo, no Alentejo. Assim, em 9 de outubro de 1974, o jornal publicou a notícia com título *O programa do governo provisório e a política agrária*, na qual apresenta as medidas que para o PS seriam necessárias para o governo provisório no âmbito do programa do MFA, de modo a garantir a “reforma progressiva das estruturas agrárias, da defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, e do incremento da produção agrícola” (O programa [...], 1974, p. 10).

Portanto, o jornal destaca que, para o PS, era necessária a institucionalização da intervenção do Estado para o processo de reforma agrária, visto que para o partido seria importante a constituição de uma comissão da reforma agrária de âmbito interministerial, que contasse com a atuação de representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Associação de agricultores, a qual competiria às seguintes questões:

- 1) Proceder à reorganização da Junta de Colonização Interna e a sua transformação no Instituto de Reforma Agrária;
- 2) Promover a elaboração de um código agrário;
- 3) Concessão ao Estado do direito de opção no arrendamento das propriedades pertencentes às Misericórdias e outras instituições de utilidade pública, com vista a sua cedência a cooperativas de trabalhadores ou pequenos agricultores;
- 4) Concessão ao Estado do direito de opções em todas as transações no mercado fundiário;
- 5) Revisão do regime de sucessão, concedendo-se ao Estado o direito de adquirir as propriedades que, estando arrendadas, forem objecto de transmissão por morte, pelo valor declarado para efeitos de impostos sucessórios;
- 6) Promulgação de um Estatuto de Arrendamento Rural que garanta uma defesa eficaz do pequeno rendeiro, nomeadamente no que respeita a prazos de arrendamento, montante das rendas e indemnizações por benfeitorias;
- 7) Remissão dos foros existentes e proibição do aforamento;
- 8) Reforma agrária nas zonas abrangidas pelos perímetros irrigados construídos pelo Estado de acordo com o princípio de que os investimentos realizados pela colectividade deverão ser postos ao seu serviço;

- 9) Revisão da lei de caça e do regime florestal por forma a que, garantindo-se a conservação do património cinegético, esse património seja efectivamente um património nacional e não objecto de apropriação por uma minoria de grandes proprietários;
- 10) Revisão do sistema de exploração pelo Estado dos baldios florestados, fazendo-se participar as autarquias locais e as comunidades a que pertenciam esses baldios na sua gestão e nos rendimentos da sua exploração;
- 11) Revisão da forma de apropriação pelo Estado dos baldios ainda não de modo que a sua futura utilização obedeça aos interesses das comunidades a que pertenciam;
- 12) Restituição às comunidades rurais dos baldios apropriados por entidades privadas;
- 13) Descentralização das indústrias florestais que não beneficiam significativamente de economias de escala, como, por exemplo, as serrações, e sua implantação em regime cooperativo nas zonas de produção, como meio de evitar a desertificação das áreas florestais e valorizar as populações a elas ligadas;
- 14) Revisão da contribuição predial rústica, que para as propriedades arrendadas deverá ser função da renda real, e do imposto da indústria agrícola, ao qual deverá ser dado carácter progressivo em função do rendimento da exploração;
- 15) Revisão do sistema de crédito que deverá ser enquadrado num organismo único — Caixa Nacional de Crédito Rural — mas descentralizado, através de caixas regionais, podendo-se para isso beneficiar da existência das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (herança da 1ª República) cuja importância foi sucessivamente reduzida pelos governos que se sucederam após 1926. A este organismo único e descentralizado caberiam todas as operações de crédito a curto, médio e longo prazo — operações baseadas não na garantia hipotecária, mas na supervisão das formas de utilização do crédito;
- 16) Supressão dos organismos corporativos da agricultura e sua substituição por: a) Sindicatos Agrícolas e Associações de Agricultores, a quem competirá, a defesa dos interesses de classes profissionais dos trabalhadores rurais e agricultores; b) Cooperativas, Uniões e Federações de Cooperativas para as quais seriam transferidas as funções “comerciais” desempenhadas pelos Grémios e Federações de Grémios;
- 17) Transferência gradual para as Cooperativas, Uniões e Federações de cooperativas, das actividades actualmente desempenhadas pelos organismos de coordenação económica;
- 18) Fomento de cooperativismo agrícola através de medidas que visem incrementar a participação dos pequenos agricultores na direcção e gestão das cooperativas designadamente: a) pela promoção imediata de assembleias gerais que permitam a livre eleição dos seus corpos directivos, uma vez que o regime de coacção política a que, como todos os cidadãos, estavam sujeitos os pequenos agricultores, retira qualquer legitimidade as eleições anteriores; b) pelo rigoroso respeito pela igualdade de direitos entre os sócios e pelo princípio de “um homem um voto”; c) pela exclusão das cooperativas dos proprietários absentistas e das sociedades agrícolas capitalistas;
- 19) Cooperativização das indústrias agropecuárias a florestais;
- 20) Redefinição de um sistema mais amplo de seguros no ramo agrícola, dentro de um sistema cooperativo de seguro agrícola mútuo;
- 21) Revisão dos preços dos produtos agrícolas e da política de preços numa óptica que tenha em vista dois objetivos fundamentais

impostos pela conjuntura: combate à inflação, e que exija que os necessários aumentos de preços no produtor sejam compensados por uma redução nos custos de comercialização quer dos produtos agrícolas, quer dos produtos destinados à agricultura (O programa [...], 1974, p. 10).

Ante o exposto, observa-se que o partido reconhecia que a transformação no campo deveria ocorrer dentro de um quadro legal e com a participação ativa de várias esferas do Estado e da Sociedade Civil. A partir dessa exposição do jornal *Portugal Socialista*, quanto aos aspectos propostos para a política agrária que deveriam ser adotados, identifica-se um plano detalhado para a intervenção do Estado na reforma agrária, perpassando por princípios de descentralização, inclusão dos trabalhadores rurais e modernização agrícola.

Portanto, alguns pontos chamam atenção, como a proposta da criação de um Instituto de Reforma Agrária, o que mostra que – para o Partido Socialista – havia a necessidade de um organismo específico e centralizado para gerir o processo de redistribuição de terras. O segundo aspecto refere-se à elaboração de um Código Agrário, tida como primordial para regulamentar a atividade agrícola no novo contexto democrático. Logo, observa-se que para o PS a criação desse código legal garantiria a segurança jurídica tanto para os trabalhadores rurais, quanto para os proprietários de terras, evitando disputas, fator este que nos revela a perspectiva conciliatória deste partido, ao passo que visava garantir uma atuação que representasse os interesses das duas classes.

Outra questão que chama atenção refere-se a revisão do Regime de Sucessão e do Arrendamento Rural, ao qual o PS também defendia, concedendo ao Estado o direito de adquirir terras transmitidas por herança. Para o partido, isso permitiria que o Estado interviesse em transações fundiárias, combatendo a concentração de terras. Além disso, nota-se que o jornal *Portugal Socialista* também defendia a revisão da lei de caça e do regime florestal, visando garantir que o patrimônio cinegético fosse tratado como um bem nacional e não apropriado por uma minoria. Outros aspectos relevantes que essa notícia apresenta dizem respeito a algumas questões como: a descentralização e cooperativismo, visto que uma das bandeiras mais fortes do PS, conforme divulgado no *Portugal Socialista*, era o fomento do cooperativismo; a revisão fiscal e sistema de crédito agrícola, de modo que o jornal apresenta que o PS propunha um sistema de crédito agrícola descentralizado, administrado pela Caixa Nacional de Crédito Rural, permitindo maior acesso a financiamento para os pequenos agricultores; supressão dos Organismos

Corporativos, ao passo que se observa que o PS propunha a supressão dos organismos corporativos da agricultura, como os Grémios, e sua substituição por sindicatos agrícolas e cooperativas, com funções comerciais e de representação de classe; a revisão da política de preços agrícolas, com foco em combater a inflação e garantir que os aumentos de preços fossem compensados pela redução dos custos de comercialização. A intenção era criar um equilíbrio entre o apoio aos produtores e o controle da inflação.

A perspectiva apresentada pelo jornal quanto à atuação do Partido Socialista seria de que a construção da Democracia e da unidade do povo português, e o MFA perpassava pelo aprofundamento do Programa do Movimento das Forças Armadas. Desse modo, na busca pela consolidação do processo democrático pluralista, fazia-se necessário a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O partido socialista reafirma que a consolidação da democracia passa pela adopção de uma política de reforma consequentes que, dando cumprimento ao carácter anti-monopolista do Programa do Movimento das Forças Armadas, torne coerente a política económica do Governo Provisório, criando ao mesmo tempo, as condições para uma via portuguesa original para o socialismo (Rendeiros [...], 1974, p. 3).

As medidas de carácter social e económico propostas pelo PS passavam pela aderência e atuação dos interesses da classe trabalhadora, sendo que um dos aspectos dessa questão, no que diz respeito aos trabalhadores rurais, é a reforma agrária. Nota-se em notícias como *Rendeiros: melhores dias se souberem defender-se* a discussão acerca da luta pela reforma agrária, na qual apresenta a regulamentação do arrendamento rústico e a necessidade de sua urgência, destacando o atraso na promulgação da lei, que era uma das medidas mais urgentes, segundo Lopes Cardoso, uma das figuras de destaque do Partido Socialista. O PS argumentava que a reforma agrária precisava de bases legais sólidas e uma regulamentação adequada para garantir a estabilidade assim como a justiça para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Quando questionado pelo jornal quanto a importância da lei de arrendamento, Lopes Cardoso ressaltou:

Em primeiro lugar, note-se que esta lei vai beneficiar os rendeiros cerca de 300 mil explorações agrícolas, isto é mais de um terço das explorações existentes no continente. Até aqui, pela lei vigente, o arrendamento não obedecia, na prática, a qualquer regulamentação. O rendeiro estava sujeito à especulação nas rendas e à mercê do senhorio que o podia despedir quando muito bem entendesse. Na prática, também não beneficiava de qualquer indemnização pelas benfeitorias, fruto do seu esforço. Sujeito a instabilidade e a exploração do seu

trabalho, o rendeiro sentia-se desencorajado a investir na valorização da terra e era tentado naturalmente a esgotá-la, com prejuízo da produtividade dos terrenos (Rendeiros [...], 1974, p. 7).

É possível notar que o texto apresentado pelo jornal *Partido Socialista* enfatiza que a nova lei de arrendamento deve beneficiar especialmente os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais que vivem em áreas de explorações agrícolas. Esses grupos estavam mais vulneráveis à instabilidade, com prazos de arrendamento indefinidos e condições de trabalho precárias, o que gerava insegurança quanto ao futuro da terra que cultivam. A notícia adverte a urgência de proporcionar estabilidade aos trabalhadores do campo. Sem essa regulamentação, os pequenos agricultores estavam sujeitos à expulsão e ao desinteresse de continuar investindo nas terras que arrendavam. A legislação visava mitigar essa situação, proporcionando maior segurança quanto à posse e à continuidade da exploração agrícola. Além disso, o partido lamentou, através das páginas desse jornal, a demora na promulgação das leis necessárias para regulamentar a reforma agrária, destacando a importância dessas medidas para dar estabilidade e viabilidade às iniciativas no campo.

Ainda tratando dos interesses da classe dos trabalhadores agrícolas, o jornal apresenta os problemas relacionados à estrutura das Cooperativas agrícolas no distrito de Beja, em particular a insatisfação com o modelo de funcionamento dessas cooperativas. Assim, na seção de Beja o Partido Socialista criticou a concentração de poder nas mãos de uma minoria e a ausência de participação igualitária por parte dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Figura 15 – Beja: Contra a estrutura das Cooperativas agrícolas



Fonte: Beja [...], (1974, p. 13).

Na notícia apresentada, os principais pontos ressaltados pelo jornal referem-se às críticas as Cooperativas, na qual a seção do Partido Socialista de Beja manifesta que as Cooperativas agrícolas, que deveriam ser um modelo de gestão comunitária e coletiva, não estariam funcionando conforme o ideal. Elas são acusadas de serem dominadas por grandes agricultores ou elites locais, o que frustrava o objetivo de promover a participação equitativa de todos os membros, especialmente os pequenos agricultores. O jornal destaca que “a gestão e direcção ficam, por norma, nas mãos dos grandes produtores, a quem cabe os melhores e maiores benefícios de trabalho cooperativo. Aos restantes associados compete sempre um papel secundário” (Beja [...], 1974, p. 13).

A notícia também menciona a falta de transparência no funcionamento das Cooperativas, especialmente no que diz respeito à repartição dos benefícios econômicos. Para o PS, os pequenos agricultores não estavam sendo adequadamente representados nas decisões das Cooperativas e, como resultado, seus interesses e necessidades estavam sendo negligenciados. Assim, a notícia sublinha a necessidade de uma reformulação interna nas Cooperativas para que houvesse uma representação mais justa e equitativa dos membros. Há uma chamada para as Cooperativas implementarem um sistema de “um

homem, um voto” (Beja [...], 1974, p.13), onde cada participante possuísse o mesmo poder de decisão, independentemente de sua contribuição econômica.

Ante o exposto, percebe-se que a seção realizada em Beja pelo PS defendia que a reforma no setor das Cooperativas era essencial para a efetivação de uma verdadeira reforma agrária, onde todos, especialmente os pequenos produtores, pudessem beneficiar-se igualmente. Então, a democratização das Cooperativas foi vista como um passo crucial para evitar a perpetuação das desigualdades no campo.

Por conseguinte, a notícia intitulada *Os latifundiários pretendem continuar na via da exploração* do jornal *Portugal Socialista* apresenta uma crítica contundente aos latifundiários e ao monopólio que estes mantêm sobre a terra e a exploração agrícola. Apontando que estes criaram a ALA após o processo de democratização, por conta de “procurarem, através dessa associação, continuar na mesma via de exploração e opressão” (Os latifundiários [...], 1974, p. 9).

O texto apresentado na notícia faz ainda referência à lei da reforma agrária, compreendida como a busca para reorganizar o sistema de posse e uso da terra. Contudo, os latifundiários resistiam e se recusavam a acatar as mudanças propostas, o que – segundo o jornal – simbolizava sua intenção de manter a exploração e o *status quo*. Os latifundiários buscavam defender seus contratos e direitos, ignorando a necessidade de transformação agrícola e social, de modo ao jornal destacar que estes “querem muito simplesmente a continuação do domínio que antes tinham e que querem a todo custo manter” (Os latifundiários [...], 1974, p. 9). Logo, a notícia sugere que a resistência dos latifundiários e capitalistas é uma ação deliberada contra a luta dos pequenos agricultores, que buscavam melhores condições de vida e de trabalho. Reflete a partir da notícia que a resistência dos latifundiários marcava uma perpetuação do conflito de classes, visto que eles eram aversos às mudanças e ainda tentavam atrasar assim como impedir a execução das reformas propostas pelo governo. Ao fazer isso, estavam prolongando a exploração dos trabalhadores rurais e garantindo que as estruturas de poder permanecessem.

Portanto, na notícia *Política Agrária*, esse veículo de informação apresenta uma visão detalhada sobre a política de reforma agrária proposta pelo Partido Socialista (PS). Começa discutindo os objetivos centrais da reforma agrária defendida pelo partido, que a entende como um processo necessário para transformar a estrutura fundiária em Portugal. Percebe-se que o objetivo principal da notícia é apresentar que a reforma agrária deveria beneficiar os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que historicamente foram

excluídos da posse das terras, apontando os objetivos centrais da reforma agrária para o PS, dentre tais:

O desenvolvimento socio-económico do país deve ter em conta a harmonia e o equilíbrio dos diversos sectores que integram a economia nacional, o que só pode ser alcançado através de um projecto global, dotado dos necessários instrumentos de planificação. Dentro desta perspectiva a política agrária não pode ser isolada das restantes medidas tendentes a transformar a realidade nacional, sendo certo que quaisquer reformas que se limitem ao sector primário só marginalmente influirão nas relações sociais de produção (Política [...], 1974, p. 10).

Assim, o PS enfatiza, então, a necessidade de intervenção estatal para garantir que as terras, especialmente as improdutivas, fossem redistribuídas de maneira justa. O partido sugere, através do jornal, que o Estado deveria tomar o controle das propriedades de grandes latifundiários, promovendo a socialização das terras e incentivando a formação de Cooperativas de trabalhadores. Segundo o jornal,

O programa agrário do Partido Socialista enquadra-se assim num conjunto mais vasto e coerente de disposições, por via democrática, do socialismo em Portugal e tem, consequentemente, como meta não apenas o aumento da produção e da produtividade, da diversificação dos produtos, o maior aproveitamento e valorização dos solos, mas também e fundamentalmente, a transformação no modo de produção dominante, sem, contudo criar tensões e desajustamentos desnecessários entre as populações interessadas (Política [...], 1974, p. 10).

Logo, constata-se no programa a perspectiva de uma via democrática, na qual o partido propõe um processo que não crie tensões entre as classes rurais interessadas, de modo que nos permite interpretar como uma atuação conciliatória durante o processo de transformação do modo de produção dominante. Para o PS, essa reforma perpassava por três objetivos fundamentais, descritos a partir da figura 9.

Figura 16 – Objetivos fundamentais da reforma agrária para o jornal Portugal Socialista



Transcrição: a) Promover a melhoria da situação social e económica dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores pela transformação das estruturas da propriedade e transferência da posse útil da terra para aqueles que nela trabalham, como primeiro passo para a criação de novas relações de produção no sector agrícola; b) Vencer a crise crónica da agricultura, dotando-a dos meios técnicos e humanos necessários ao aumento de produtividade e do volume e variedade dos produtos, por forma a que possa desempenhar o papel que lhe cabe no desenvolvimento económico e social do país, reduzindo-se, designadamente, a actual dependência em relação aos mercados externos para satisfação das necessidades em produtos alimentares; c) Criar as condições necessárias para que a agricultura se não transforme num mero suporte do desenvolvimento industrial, tornando-se num sector dependente e dominado através do estabelecimento de um sistema de trocas inter-sectoriais desiguais, que se manifesta numa mais baixa remuneração do trabalho agrícola (Política [...], 1974, p. 10).

Nota-se com esses objetivos a busca pela criação de novas relações de produção nos campos alentejanos, independência dos mercados externos por meio do incentivo agrícola, e que a agricultura fosse uma atividade central, de modo que não sirva somente como suporte do desenvolvimento industrial. Portanto, sugere que a reforma agrária não é apenas uma questão de redistribuição de terras, mas também de uma reorganização completa do sistema de produção agrícola em Portugal. Isso incluiria a modernização das técnicas agrícolas, a criação de infraestrutura rural e o incentivo ao desenvolvimento económico no interior do país. A partir da concretização desses objetivos postos pelo PS, a notícia apresenta:

Com a concretização destes objetivos ter-se-ão presentes as características regionais da estrutura agrária nacional expressas em dois tipos de agriculturas bem diferenciados: a agricultura minifundiária e a agricultura do latifúndio e da grande exploração capitalista e em relação aos quais a reforma agrária revestirá aspectos diferentes (Política [...], 1974, p.10).

Um dos aspectos mais ressaltados nesta notícia refere-se à questão de que a reforma agrária não deveria levar a quebra da produtividade, devendo aumentá-la. Portanto, tanto os minifúndios como os latifúndios para o Partido Socialista eram fundamentais para o processo de mudanças do cenário vigente, a partir de uma política agrária de caráter progressista.

Figura 18 – Alentejo está com PS



Fonte: O Alentejo [...] (1975, p. 9).

Vale destacar que Mário Soares, figura central na transição democrática de Portugal, possuiu uma atuação que refletiu tanto os desafios políticos do período pós-revolucionário quanto as complexas dinâmicas entre o Estado, os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terras. No comício ocorrido em Beja, durante sua passagem pelo Alentejo, declarou às dificuldades de concretização da aliança entre os partidos e o MFA.

A acreditar pelas sondagens realizadas pelo próprio Movimento das Forças Armadas, que atestam que o Partido Socialista tem uma maior implantação que o comunista, talvez isto os tenha levado a criar um ambiente extremamente desagradável em relação a nós. Começamos a acusar de várias coisas, entre elas a de termos alianças com PPD, e a direita. Ora, camaradas, a nossa aliança esse partido é a mesma dos partidos da coligação com o MFA. É indispensável que nós e o Partido Comunista encontremos uma plataforma de entendimento, pois doutra forma o processo revolucionário português cairá no malogro. Nós

queremos que o Partido Comunista participe no processo democrático, com a condição única de se sujeitar lealmente às regras do jogo do processo democrático. Mas também afirmamos que a democracia portuguesa só se poderá construir com a presença do Partido Socialista. Nós somos um grande partido de massas, como tem demonstrado todos os comícios que temos efectuado [...]. Fomos muito perseguidos, mas queremos declarar que nunca nos transformaremos em perseguidores. Queremos a unidade com todos os partidos da coligação e da esquerda, estudando medidas concretas para fazermos Portugal um país livre, democrático e próspero, onde dê gosto de viver (O Alentejo [...], 1975, p. 8-9).

Quanto às declarações de Mário Soares, nota-se que o PS foi acusado de alianças com partidos de direita, como o Partido Popular Democrático (PPD), o que é negado no seu discurso. Logo, este afirma que sua aliança é a mesma que a do PCP – a aliança com os partidos que compõem o MFA. Entrementes, a defesa de Mário Soares reflete o esforço do PS de distanciar-se de acusações de colaboração com forças reacionárias, ao mesmo tempo em que tentava preservar a unidade com o MFA. Posteriormente, o jornal apresenta que Mário Soares esteve no comício em Évora, onde “na praça de Touro em Évora reuniu-se 8000 pessoas” (O Alentejo [...], 1975, p. 10).

Sabe-se que o PCP e o PS estavam passando por um processo de luta hegemônica em relação ao poder, ambos articularam projetos distintos para a reorganização do setor agrário, bem como para a condução política durante o processo de concretização da Democracia. Tal aspecto – de rivalidades políticas e diferenças ideológicas – evidencia-se em notícias como a publicada pelo jornal *Portugal Socialista*, em 9 de julho de 1975. Apresenta-se ali o discurso do PCP em relação ao PS, no qual o partido proferiu: “É estranho que quando vai discutir a reforma agrária o PS não esteja presente através do seu Secretário Geral que diz que não está preparado” (A propósito [...], 1975, p. 3).

Por conseguinte, defendendo-se das críticas do PCP, o jornal destaca que o interesse do Partido Socialista seria o de fazer andar o processo da reforma agrária. Pontua-se que esse

Foi o primeiro partido da coligação, logo na vigência do Primeiro Governo Provisório, a apresentar propostas concretas de Reforma Agrária — e desde então sempre tem batido por levar por diante, com decisão, mas igualmente com a lucidez necessária para tais medidas (A propósito [...], 1975, p. 3).

Ainda dentro do mesmo debate entre PCP e PS, analisa-se no ano de 1975, a partir das páginas do *Portugal Socialista*, que o PS procurava distanciar-se das propostas mais

radicais defendidas pelo PCP e outras forças políticas de esquerda. Enquanto o PCP promovia as ocupações e a criação de Cooperativas de forma descentralizada, o PS argumentava que a reforma agrária deveria ser conduzida conforme a lei e os princípios democráticos estabelecidos pela nova Constituição.

Portanto, vê-se que o Partido Socialista defendia uma reforma agrária com a expropriação de terras improdutivas e a redistribuição controlada pelo Estado. Nas edições do *Portugal Socialista* publicadas entre 1974 e 1975, é possível perceber um esforço contínuo para mostrar que o PS estava comprometido com a justiça social no campo, mas também com a preservação da legalidade e da ordem econômica. Assim, a mensagem do PS era clara: a reforma agrária deveria ser feita, mas de maneira que garantisse a produtividade da produção agrícola e a inclusão de todos os setores sociais envolvidos. Logo, na notícia *Socialistas apontam o caminho para a verdadeira reforma agrária*, de 5 de novembro de 1975, é possível observar os preceitos defendidos por esse partido quanto ao desenvolvimento e à aplicação da reforma agrária no Alentejo.

Diante disso, a referida notícia do jornal *Portugal Socialista* relata a implementação do processo de reforma agrária pelas Cooperativas agrícolas, destacando a visão socialista sobre o movimento. O texto defende que as ocupações de terras ocorreram de maneira legal e democrática, conforme com os princípios da reforma agrária estabelecidos pelo Partido Socialista (PS), contrastando-se com acusações de roubo ou invasões ilegais, as quais o jornal aponta serem feitas pelos comunistas. Além disso, o jornal apresenta o depoimento de um trabalhador rural chamando-o de “Camarada Florêncio Matias” (Socialistas [...], 1975, p.8). Se exemplifica o discurso de emancipação dos trabalhadores, destacando como eles se sentiam donos das terras que trabalhavam. Ele rejeita as acusações de que os socialistas estariam **roubando** propriedades e reafirma que as terras foram ocupadas legalmente, com diálogo prévio entre trabalhadores e ex-proprietários.

A notícia também celebra a Cooperativa agrícola Vale do Rico-Homem como um exemplo positivo do “socialismo rural”. A Cooperativa, composta por 2200 hectares de terra e 230 trabalhadores, é apresentada como um modelo de sucesso da reforma agrária, evidenciando a gestão coletiva das propriedades e o fim da exploração pelos antigos patrões. Outro ponto central da notícia é a descrição da legitimidade e legalidade do processo, enfatizando que o PS promoveu um diálogo com os antigos proprietários, em oposição à narrativa de conflitos ou imposição forçada, o que se alinha à estratégia do partido de mediar o processo de redistribuição de terras institucionalmente. Assim,

evidencia tais questões através do discurso do trabalhador rural “Camarada Florêncio Matias” (Socialistas [...], 1975, p.8), que reforça:

Quando os comunistas começaram para aí a ocupar terras a torto e direito, desloquei-me a Lisboa para falar com D. António. Explicadas as razões, recebi um documento declarando que o proprietário cedia a herdade de Vale do Rico-Homem aos seus trabalhadores para constituição de uma cooperativa e acrescentando que o rendeiro não se opunha. Esse documento foi apresentado ao IRA, com uma lista contendo as assinaturas de 114 trabalhadores rurais que aderiram à iniciativa, incluindo os que já laboravam na propriedade desde o tempo dos antigos patrões (Socialistas [...], 1975, p. 8).

À luz do que foi exposto, essa notícia reflete a perspectiva do Partido Socialista em legitimar a reforma agrária como uma política democrática, que visava garantir a justiça social, mas dentro de um quadro legal, sem adotar as estratégias mais radicais defendidas pelo Partido Comunista Português (PCP). Portanto, outro trabalhador que também destaca o processo ao jornal é chamado de “Camarada Inácio” (Socialistas [...], 1975, p.8).

Figura 19 – Imagem apresentada pelo jornal Portugal Socialista quanto ao “Camarada Inácio”



Fonte: Socialistas [...] (1975, p. 8).

Nas palavras desse trabalhador, nem tudo foi fácil, visto que lutaram: “duramente para que as Cooperativas se constituíssem. Intimidações, boicotagem, mil dificuldades interpostas pelas próprias autoridades não bastaram, entretanto, para quebrar a determinação do povo” (Socialistas [...], 1975, p. 8). Ademais, o trabalhador acrescenta que se vivia na região a lei da espingarda e a luta continuaria, enquanto existissem forças

que quisessem enganá-los, visto que para ele “ser do PS, era quase ser herói, pois os comunistas, além das terras, queriam também apoderar-se de nós” (Socialistas [...], 1975, p. 8). Tais aspectos destacados por este trabalhador reflete o que vem sendo apontado até aqui: o jogo de forças entre esses dois partidos na luta pela hegemonia sob o aparelho estatal.

Percebe-se que um dos temas recorrentes nas páginas do jornal *Portugal Socialista* durante esse período era a crítica as ações consideradas **irresponsáveis** e **descontroladas** de setores da esquerda que promoviam ocupações ilegais de terras, mais precisamente críticas ao PCP. Para o PS, essas ações colocavam em risco a estabilidade política e a economia do país, especialmente em um momento em que Portugal ainda tentava estabilizar suas instituições democráticas. Prosseguindo quanto às denúncias apresentadas na notícia, o trabalhador destaca ainda que o PCP queria forçá-los aderir à “Cooperativa União, controlada pelo PC [...]. Mais tarde foram as próprias Forças Armadas” (Socialistas [...], 1975, p. 8). Contudo, destaca-se a Cooperativa formada pelos trabalhadores ideologicamente ligados ao Partido Socialista prosseguiu:

A Cooperativa encontra-se devidamente legalizada. São 159 homens e 71 mulheres, todos trabalhadores rurais ou pequenos agricultores. Nela estão incorporadas as herdades de Vale do Rico-Homem (com suas anexas de Viscosa, Carrascosa e Montinho) que lhe dá nome, Cabida da Venda (também com suas anexas de Conqueiro, Monte do Hospital e Parreira), Mosquita, Mestras de Baixo, Capelinha, Quinta D. Pedro e Carrascais, estas três resultantes de expropriações da herdade do Gavião acima dos 50000 pontos estipulados pela lei (Socialistas [...], 1975, p. 8).

Sendo assim, verifica-se mais uma vez que o *Portugal Socialista* defendia a importância de uma reforma agrária conduzida nos marcos legais estabelecidos pela Assembleia da República e com a participação de todas as forças políticas, incluindo os representantes dos grandes proprietários rurais. O jornal também enfatizava a necessidade de garantir o financiamento estatal para o processo, assegurando que as terras expropriadas fossem devidamente produtivas e contribuíssem para o desenvolvimento econômico do país. Para tanto, o jornal destaca que “a reforma agrária é um processo em marcha, irreversível, promovendo a melhoria da situação social e económica dos trabalhadores rurais e contribuindo para eliminar a crise que se debatia a agricultura” (Socialistas [...], 1975, p. 9).

Outro aspecto que marca o ano de 1975, quanto ao processo de reforma agrária, refere-se a chegada de Lopes Cardoso ao Ministério da Agricultura e Pescas. Este possuiu uma atuação política mais moderada, de modo que para ele a redistribuição de terras deveria ocorrer da forma mais ordenada possível, numa legalidade e guiada pelo próprio Estado, contrastando-se ao que defendia claramente o PCP. Contudo, sua atuação moderada quanto ao processo de reforma agrária lhe colocou em oposição aos que defendiam outra perspectiva de condução da reforma agrária.

A notícia apresentada pelo *Portugal Socialista* chamada *Substituição das actuais direções dos centros da reforma agrária*, no dia 17 de dezembro de 1975, reflete parcialmente a atuação de Lopes Cardoso que propôs medidas concretas, como a substituição de todas as direções dos centros de reforma agrária (exceto Lisboa e Faro), na tentativa de reativar e dinamizar o processo. Tais ações buscaram a melhoria da capacidade de resposta para enfrentar os graves problemas que afligiam o setor agrícola. Essa atuação reflete a postura pragmática do ministro em relação à implementação da reforma agrária, almejando equilibrar as demandas do movimento dos trabalhadores rurais e as exigências do Estado em regularizar e ordenar o processo de distribuição de terras. Além disso, a substituição das direções indica uma tentativa de renovar as lideranças nos centros de reforma agrária.

Posso garantir-vos que, inicialmente, pus como condição para ser ministro da Agricultura que o abastecimento e preços em matéria de produtos agrícolas ficasse dependente dos meus serviços, pois assim a minha capacidade de intervenção é extremamente limitada. As pessoas quando pensam logo no Ministério da Agricultura e se as coisas não marcham, a responsabilidade perante o povo português, na generalidade não é assacada ao Ministério do Comércio Interno, mas sim ao da Agricultura. Entretanto, por razões políticas, e devido à necessidade de se criar um Ministério do Comércio Interno, acabei de aceder. Mas estou agora disposto a fazer condição “*sine qua non*” para continuar no governo que os referidos serviços que os deferidos sejam efectivamente integrados na Agricultura, tal como a Junta das Frutas e outros organismos do género. Doutra forma, tratar-se-à de uma luta praticamente inglória (Substituição [...], 1975, p. 10).

A atuação de Lopes Cardoso, tal como expressa na notícia, caracteriza um político que tentava lidar com as contradições de um momento revolucionário: de um lado, a pressão dos trabalhadores e do PCP para uma reforma agrária rápida e radical; do outro, a necessidade de manter o processo nos marcos legais. Sua proposta de substituição das direções e o foco em medidas práticas, evidenciam um esforço para conciliar essas

pressões e avançar com a reforma agrária sem provocar rupturas maiores na estrutura agrícola portuguesa. Além disso, o ministro da Agricultura aponta que “as Unidades Colectivas do Alentejo têm sido as que mais crédito têm levantado, mas isso compreende-se pelas suas próprias dimensões” (Substituição [...], 1975, p. 11). Lopes Cardoso aponta a distinção entre médios e pequenos agricultores, de modo que para ele essa definição baseava-se em princípios abstratos.

O pequeno agricultor é todo aquele que trabalha, que explora a terra pelo seu braço e, quando muito, auxiliado pela força de trabalho de família. O médio agricultor será, a partir disto, aquele que utiliza mão-de-obra assalariada além da própria família, mas sem ultrapassar os limites fixados pela Lei de Reforma Agrária (Substituição [...], 1975, p. 11).

Por conseguinte, a notícia intitulada *A Reforma Agrária Foi Ratificada Pelo Voto Popular* destaca o apoio popular a reforma agrária e reforça a posição do ministro Lopes Cardoso em defesa do processo de redistribuição de terras. É mencionada uma moção votada em um plenário de agricultores em Braga, que contesta os rumos da reforma e critica o Ministério da Agricultura. Logo, o texto enfatiza que, embora haja críticas de certos setores, a reforma agrária representava uma conquista dos valores democráticos de abril, reforçando a ideia de que a redistribuição de terras foi ratificada pelo povo e é uma expressão da liberdade recém-adquirida. Para tal, Lopes Cardoso argumenta contra qualquer tentativa de reverter o processo por vias antidemocráticas e reafirma, através do jornal, seu compromisso com uma reforma que respeitasse os interesses dos trabalhadores rurais.

A reforma agrária foi ratificada pelo voto popular. A reforma agrária está inscrita na constituição e a Constituição tanto quanto eu saiba foi aprovada por uma Assembleia livremente eleita e que exprime a vontade do povo português. Em abril de 1975, a grande maioria do povo português, em especial a esmagadora maioria das populações diretamente afetadas pela Reforma Agrária que são as populações do sul, lutou pela opção socialista (A reforma [...], 1976, p. 14).

Ademais, a reportagem aborda a resistência de grupos que temiam a perda de poder sobre as terras. Lopes Cardoso, em resposta, adotou uma postura que rejeita a interferência de setores de oposição e reafirma o papel do governo na execução do processo de forma democrática. A reforma agrária foi apresentada como uma medida crucial para garantir a justiça social e promover a economia rural, baseando-se nos ideais

do movimento revolucionário de 1974. Assim, a notícia defende a legitimidade popular da reforma agrária, também posiciona o Partido Socialista e Lopes Cardoso como defensores da continuidade do processo mediante uma via democrática.

Outra notícia que mostra a perspectiva do Partido Socialista quanto a reforma agrária no Alentejo, corresponde a notícia intitulada *Reforma Agrária em Questão*, publicada no dia 28 de janeiro de 1976. Se discute os desafios e as críticas enfrentados pelo Ministério da Agricultura e por Lopes Cardoso no processo de implementação da reforma agrária. Logo, tal notícia aborda a oposição de setores da direita, que acusavam o governo de realizar ocupações desordenadas e ameaçar a propriedade privada, tentando deslegitimar o processo. Nota-se haver uma resposta às acusações através do jornal *Portugal Socialista*, afirmando que o povo português conseguiria discernir as intenções dos críticos e desmascarar aqueles que, segundo o governo, queriam impedir o avanço da reforma. Essa defesa sugere uma confiança nas forças populares para sustentar a transformação rural:

Alertamos o povo português, em especial os camponeses, para as tentativas da direita de entravar a Revolução, ao lançar boatos sobre a Reforma Agrária e calúnias ao ministro da agricultura. Os ataques ao ministro Lopes Cardoso são fundamentalmente ataques ao VI governo, a uma ampla manobra eleitoralista daqueles que, embora falando muito no Povo ainda nada fizeram por ele, e se querem aproveitar do legítimo descontentamento das populações rurais, que foram esquecidas e até difamadas pelo Governo gonçalvista. Esta reforma tem por fim o aumento da produção agrícola com o aproveitamento total das terras, algumas das quais eram apenas reservas de caça de grandes senhores e garantirá o pleno emprego dos camponeses que anteriormente só trabalhavam nas épocas de cultivo e de apanha. Confiamos, portanto, no povo português, que saberá desmascarar estes oportunistas da direita, como soube já desmascarar os golpistas da esquerda. Assim, incitamos, o ministro Lopes Cardoso e o VI Governo Provisório a prosseguir firmemente com a Reforma Agrária por um Portugal livre e democrático, a caminho do socialismo (Reforma [...], 1976, p. 19).

A notícia reforça a legitimidade da reforma agrária, considerando que as ocupações de terras são um passo necessário para corrigir as desigualdades históricas e redistribuir a terra. Logo, o jornal se posiciona contra o que considera calúnias propagadas pelos opositores do processo.

Por conseguinte, a notícia intitulada *O PS não abdicará da linha definida para a reforma agrária* reflete o posicionamento do Partido Socialista (PS) e de Lopes Cardoso sobre a reforma agrária em Portugal. Destaca-se que Lopes Cardoso, em um encontro em Rio Maior, abordou várias críticas e pressões enfrentadas, praticadas sobretudo pelo

Partido Comunista Português (PCP), salientando a importância de seguir o caminho traçado pelo PS para a reforma agrária.

Ao longo do processo que se desencadeou depois de 25 de abril, os socialistas têm sido alvo de ataques e de críticas e de contestações vindos dos mais variados sectores. E por quê? Porque nós temos mantido intransigentemente na defesa da liberdade. Dantes éramos fundamentalmente atacados e contestados pelo PCP e pela extrema-esquerda, porque soubemos desde o primeiro momento opor-nos à política aventureirista desses partidos. Hoje, começamos a ser contestados por forças de direita, que pretendem igualmente pôr em causa a defesa da liberdade. E é estranho, camaradas, que vejamos e sejamos obrigados a assistir a tentativas de boicote dos nossos comícios (O PS [...], 1976, p. 10).

Além disso, a notícia apresenta uma sessão intitulada *O PS não anda a reboque de ninguém*, que reforça essa postura independente. Nesta, observa-se que Lopes Cardoso criticava a postura de certos setores que, na sua visão, tentavam fazer com que o PS se alinhasse a agenda de outros grupos políticos, em especial do PCP. Ele afirma que o PS tem um compromisso com os trabalhadores rurais e qualquer ajuste ou modificação na política agrária seria feito sem abandonar os princípios que orientam o partido. Outra seção apresentada na mesma notícia pelo *Portugal Socialista* intitulada *Correção das injustiças e dos erros da reforma agrária*, que mostra o compromisso do PS em conduzir a reforma agrária de forma responsável. A notícia destaca – à época – que erros cometidos no processo serão corrigidos, mas que isso não implicava em abandonar o projeto. Sendo assim, Lopes Cardoso mencionou que não houve novas ocupações de terras desde o início do ano, rebatendo críticas de desordem e a falta de planejamento na implementação da reforma agrária.

No geral, a notícia demonstra a intenção do PS, representado por Lopes Cardoso, de se manter firme no controle da reforma agrária, sem permitir interferências externas ou desvios de propósito. Ele enfatizou a ideia de que a reforma agrária é um processo complexo e o PS estava empenhado em garantir que ela ocorresse nos parâmetros democráticos.

O Partido Socialista faz como ponto de honra da sua política o prosseguimento da Reforma Agrária nas linhas que foram anunciadas, limitando-se a respeitar aquilo que foi a plataforma de acordo do VI Governo [...]. O Partido Socialista ao ter assumido a iniciativa de propor uma nova linha de orientação para Reforma Agrária, teve justamente em conta a correcção dos erros praticados e a defesa daquilo

que havia de essencial no ponto de vista da defesa das classes trabalhadoras, e não trairá a confiança que o povo português e as classes trabalhadoras nele depositaram. Essa plataforma tinha justamente por objetivo essas correcções, e foi assim que acordou — e tem-no vindo, embora com dificuldade, arduamente a procurar cumprir — que não seriam consentidas mais ocupações (O PS [...], 1976, p. 10).

Em 1976, com a promulgação da Constituição da República Portuguesa, o debate sobre a reforma agrária atingiu um momento importante, visto que a nova Constituição consolidava o direito a reforma agrária, assim como estabelecia limites claros para as expropriações. Portanto, o ano foi marcado com o início de uma série de ajustes e desafios para a reforma agrária, que havia sido intensamente implementada em 1975, principalmente nas regiões do Alentejo, sob a gestão do Partido Socialista (PS), com João Lopes Cardoso no Ministério da Agricultura. Portanto, observa-se que a Constituição Portuguesa de 1976, promulgada em abril, introduziu um capítulo específico sobre a reforma agrária, legitimando as ocupações de terras que ocorriam desde 1974 e formalizando o processo de expropriação dos latifúndios.

Durante o ano de 1976, as divergências entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Português em relação à reforma agrária também se acentuaram. Essas tensões políticas levaram a acusações mútuas, com o PS tentando reafirmar seu controle sobre a política agrária, enquanto o PCP denunciava as tentativas de moderar o processo, alegando que isso prejudicava os trabalhadores rurais, de modo que nas páginas do *Portugal Socialista*, percebe-se que exaltava o papel moderador que o partido havia desempenhado na elaboração da Constituição.

Entrementes, em uma edição de 1976, o jornal *Portugal Socialista* afirmava que o “processo de democratização da terra será agora conduzido dentro dos marcos legais, garantindo a participação dos trabalhadores rurais e o respeito às instituições democráticas” (O Partido [...], 1976, p. 5).

Figura 20 – A política agrária permanece válida



Fonte: A política [...] (1976, p. 1).

Na notícia apresentada, observa-se que o jornal celebra a nomeação de António Barreto como Ministro da Agricultura e Pescas e afirma que a política agrária permanecerá válida, apesar das mudanças na liderança. Esse posicionamento reflete um esforço do Partido Socialista (PS) em tentar tranquilizar seus apoiadores de que as políticas implementadas após a Revolução dos Cravos seriam devidamente aplicadas.

A expressão *A Reforma Não Para!* transmite uma mensagem de compromisso contínuo com o projeto de reforma agrária, enfatizando que, mesmo com mudanças ministeriais, o PS não planeja retroceder nas conquistas realizadas. Portanto, ao afirmar que a “política agrária permanece válida” (A política [...], 1976, p.1), o PS buscava reafirmar que as mudanças introduzidas anteriormente pelo governo socialista mantêm-se como diretrizes centrais. O novo ministro de Agricultura e Pescas afirma que “a reforma agrária cumprir-se-á, no estrito cumprimento da lei e do Programa do governo” (A política [...], 1976, p. 1).

Por conseguinte, Mário Soares destaca que, quanto a este momento de mudanças, “surgirão algumas especulações, é preciso atalhá-las desde já” (A política [...], 1976, p. 1). Refletindo um cenário no qual outros partidos especulavam a suspensão ou limitação da política agrária, um exemplo citado pelo jornal foi do CDS que para o jornal *Portugal Socialista* teria “insinuado uma propostazinha de suspensão de reforma agrária” (A

política [...], 1976, p. 1). Contudo, o jornal mostra que tais especulações foram denunciadas por Mário Soares.

Entre os anos de 1974 e 1976, o *Portugal Socialista* desempenhou um papel fundamental na articulação da atuação do PS quanto a reforma agrária, proferindo a visão desse partido para o futuro do setor agrícola português. É notável que em muitas notícias o jornal promovia uma abordagem moderada, defendendo a necessidade de redistribuir terras, mas sempre dentro dos limites da legalidade assim como com o objetivo de garantir a viabilidade econômica da agricultura. O PS, nas páginas do *Portugal Socialista*, posicionava-se como o partido da legalidade, do compromisso democrático e da moderação. Essa postura foi importante para a consolidação do projeto de reforma agrária proposto pelo Partido Socialista, que embora controverso, buscava equilibrar justiça social e estabilidade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal viveu um longo e doloroso período sob vigência do Estado Novo. Contudo, com o fim do regime após a Revolução de 25 de Abril, foi aberto um processo reivindicatório dos trabalhadores rurais alentejanos na busca da ocupação de terras e pelo fim da exploração trabalhista. O sucesso do golpe de Estado português se deu, sobretudo, pela adesão do povo – que se encontrava muito insatisfeito com o rumo político que o país seguiu com a ditadura estadonovista. Nota-se que sem essa atuação ativa do povo, e caso ocorresse sua indiferença a este fato histórico, provavelmente se teria a manutenção do Estado Novo no poder. Apesar disso, o apoio popular ocasionou a Revolução dos Cravos, uma larga dinâmica social, cultural e política.

Com a implementação do Programa do MFA, esse organismo ficou responsável pelo regime político, econômico e social do país, durante o período de vigência dos governos provisórios. Logo, durante o processo de transição política foi dada a base para a reforma agrária nos campos do sul de Portugal, objetivando a dinamização da agricultura e a reforma gradual da estrutura agrária.

É certo que os militares ficaram um tempo no poder, que logo foi autoqualificado de provisório, mas tal atuação foi partilhada com alguns dos partidos políticos do país, dentre eles destaca-se nessa pesquisa a atuação dos Partido Socialista e do Partido Comunista Português. Outrossim, no aparelho estatal, as lutas multiplicavam-se, pois diferentes projetos estavam em crescentes embates para a conquista da hegemonia dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política.

A consequência desse processo foi o desenvolvimento de vastos movimentos sociais, que tiveram no MFA e nos órgãos do Estado entre 1974-1976, uma legitimidade política assim como jurídica. Nesse cenário, os sindicatos dos trabalhadores precisavam de uma proteção legal para a defesa de seus interesses, fator dado pelo Estado português. Em um mesmo sentido, os partidos políticos buscavam posições de poder e objetivavam o apoio popular.

Entende-se que o Estado português, após a Revolução dos Cravos, foi um importante meio de exercício de poder e um instrumento de ação que esteve no cerne das lutas. Logo, as forças políticas e as forças sociais agiram a partir dos recursos que este forneceu, tais como: a legalidade, a força e os meios materiais, que proporcionaram as iniciativas de mudanças das estruturas sociais e econômicas. Diante de tal questão, antes da propriedade, o Estado que esteve como objeto central das lutas. Assim, foi o Estado

que proporcionou iniciativas que levassem a transformação da sociedade portuguesa, como foi o caso da transferência da grande propriedade.

Nesse processo, a grande propriedade e o poder econômico dos proprietários assim como de suas empresas capitalistas agrícolas transformaram-se em alvos da revolução social em curso. Percebe-se, portanto, que a reforma agrária decorreu da Revolução política, visto que a Revolução do Alentejo não foi uma revolta contra o Estado, mas sim por meio do Estado, afinal foi dada a reforma agrária sua proteção e legitimação, tendo apoio dos seus principais agentes.

No Alentejo, entre 1974-1975, as expectativas dos trabalhadores rurais foram bem interpretadas e acolhidas pelo Partido Comunista Português, que garantiu cumplicidade no aparelho do Estado e ajudou quanto à formação dos sindicatos dessas pessoas. Desse modo, os grandes proprietários, como não tiveram apoio do Estado, foram perdendo forças, pois não possuíam a legalidade do Estado Novo de Salazar e Marcelo Caetano, para lhes garantir proteção. Nota-se, então, uma inversão de poder, pois a partir de 25 de Abril os trabalhadores rurais tinham a força e a legitimidade para ocupar as grandes propriedades fundiárias.

A intervenção legislativa do Estado durante os anos de 1974 a 1976 – momento dos governos provisórios – gerou uma reforma agrária que foi fruto dos interesses dos sindicatos e dos trabalhadores rurais. Sendo assim, os Decretos-Leis (Lei 406-A/75, Lei 407/75 e Lei 407-A/75, Lei 541-B/75, Lei 407-C/75, Lei 406-B/75) aqui analisados, foram de suma importância para a legitimidade das ocupações e do processo revolucionário agrário. Todo esse processo legislativo resultou na implantação da Constituição de abril de 1976.

Ante o exposto, é notável que a atuação dos jornais *Diário do Alentejo*, *Combate* e *Portugal Socialista* durante o período de transição, marcado pela reforma agrária em Portugal, revela como diferentes posições políticas e ideológicas moldaram o discurso da imprensa e a cobertura dos eventos agrários. Esses jornais desempenharam um papel fundamental na forma como as informações eram disseminadas e como o público compreendia as mudanças, as tensões bem como os conflitos em torno da reforma agrária. Cada jornal tinha uma linha editorial alinhada a setores políticos distintos e representava diferentes interesses em relação ao processo de redistribuição de terras que estava em andamento no país.

No que tange ao processo de análise e levantamento do jornal *Diário do Alentejo* entre os anos de 1974–1976, o que se pode perceber é que este assumiu posturas diferentes

antes da Revolução dos Cravos e pós-Revolução. Isto se deu, claramente, pela censura estadonovista. Assim, o que se notou foi que as notícias dos meses de janeiro, fevereiro, março e meados de abril não adentravam muito nas questões políticas do país. Quando tratavam sobre estas, resumiam-se a um modo bem superficial, não tecendo críticas ao governo de Marcelo Caetano. Contudo, pós-Revolução o jornal assumiu a postura de porta-voz regionalista, apresentando as ações dos trabalhadores rurais contra a grande propriedade fundiária, além de mostrar a formação dos sindicatos e a atuação do Partido Comunista para atingirem o objetivo da Revolução: proporcionar e garantir a terra a quem trabalhasse.

Portanto, o *Diário do Alentejo* foi um veículo regional de grande relevância durante a reforma agrária. Esse jornal buscava representar os interesses dos trabalhadores rurais e das comunidades locais, além de apoiar a luta pelo direito à terra e à produção coletiva. Dessa forma, nota-se que tal jornal estava mais alinhado ao Partido Comunista Português (PCP), defendendo uma reforma agrária radical e mantinha uma postura crítica em relação às tentativas de recuo ou de moderação das ocupações de terra. A cobertura do jornal exaltava as conquistas dos trabalhadores, a importância da união popular e criticava frequentemente as posições mais conservadoras ou moderadas que tentavam frear o processo. O jornal oferecia espaço para a voz dos trabalhadores e das Cooperativas, mostrando o impacto positivo das ocupações juntamente em defesa pela continuidade do processo agrário.

O jornal *Combate*, por sua vez, também apresentou a luta dos trabalhadores rurais alentejanos. Todavia, para esse jornal o processo de busca pela hegemonia dessa classe deveria ocorrer sem a interferência de nenhum partido e nem do MFA. Assim, a autogestão dos trabalhadores seria um ponto fundamental para a conquista da terra.

Portanto, nas notícias analisadas do *Combate*, o que é possível perceber é que esse jornal foi importante para dar voz as causas trabalhistas, ponto em comum com o jornal *Diário do Alentejo*. Observa-se que ambos estavam ideologicamente em prol da concretização de tornar hegemônico o projeto dos trabalhadores rurais, porém, defendiam diferentes perspectivas quanto ao processo de condução e consolidação do projeto.

O jornal *Combate* foi um dos veículos mais radicais no cenário político e agrário de Portugal na época. Tinha como objetivo defender uma reforma agrária de caráter revolucionário e era amplamente crítico às lideranças socialistas assim como comunistas quando estas pareciam hesitar ou buscar compromissos com o Estado, ou com as forças mais conservadoras. Com isso, o *Combate* acusava frequentemente o Partido Comunista

e o Partido Socialista de traição aos ideais revolucionários, principalmente quando observava uma tentativa de institucionalizar o processo de reforma agrária e buscar uma conciliação com os interesses dos grandes proprietários. O jornal enfatizava a importância das ocupações de terras como uma forma de resistência direta e defendia que a reforma agrária fosse conduzida pela pressão popular, sem interferência ou moderação do Estado.

Entretanto, vale destacar que quando o *Combate* se referia aos trabalhadores rurais, o fazia dentro do contexto mais amplo da luta de classes, apoiando as ocupações de terras e a criação das Unidades Coletivas de Produção (UCPs), mas com uma ênfase menor em comparação aos trabalhadores urbanos. O jornal via a luta dos trabalhadores rurais como parte de uma luta maior pela transformação socialista. Dessa forma, observa-se que o *Combate* era um jornal alinhado à esquerda revolucionária e tinha uma postura crítica não apenas ao sistema capitalista, como ainda às práticas reformistas e conciliatórias que, segundo sua visão, poderiam comprometer o alcance de uma revolução socialista mais profunda.

Diferente dos outros dois jornais, o *Portugal Socialista* era o órgão oficial do Partido Socialista (PS) e, portanto, representava a visão do PS sobre a reforma agrária. Esse jornal tinha um posicionamento mais moderado e institucional em relação à redistribuição de terras, enfatizando que o processo de reforma deveria ser legal e regulado pelo Estado, com a intenção de evitar conflitos e manter a ordem social.

Embora apoiasse a reforma agrária em termos gerais, o *Portugal Socialista* era crítico em relação às ocupações de terras consideradas ilegais, defendendo que o processo deveria ser conduzido gradualmente e dentro do marco da legalidade. O jornal frequentemente argumentava que uma reforma sem controle e sem regulação poderia prejudicar a economia e a estabilidade social. Assim, nota-se que o *Portugal Socialista* apresentava o Partido Socialista como o principal agente da mudança agrária responsável, comprometido com o desenvolvimento do país e com a proteção dos direitos dos pequenos proprietários e trabalhadores.

Quadro 2 – Comparação geral dos jornais

Aspecto gerais	<i>Diário do Alentejo</i>	<i>Combate</i>	<i>Portugal Socialista</i>
Alinhamento Político	Pró-Partido Comunista Português (PCP)	Extrema-esquerda e grupos revolucionários	Pró-Partido Socialista (PS)
Visão sobre a Reforma	Defendia uma reforma agrária ampla e radical	Radical e revolucionária	Moderada, legal e institucional
Posição sobre Ocupações	Apoio às ocupações e à luta dos trabalhadores	Defesa das ocupações como resistência direta	Crítica às ocupações "ilegais" e sem controle
Crítica	Contra tentativas de moderação	Crítica ao "revisionismo" do PS e PCP	Crítica às práticas radicais do PCP e esquerda
Objetivo Final	Transformação social e coletivização da produção	Revolução social e resistência popular	Reforma dentro da legalidade e estabilidade

Fonte: elaborado pela autora.

A atuação desses três jornais durante a reforma agrária em Portugal mostra a pluralidade de perspectivas e interesses que coexistiam no período turbulento do PREC. Enquanto o *Diário do Alentejo* representava a visão dos trabalhadores e do PCP, defendendo a ocupação das terras como um passo necessário para o desenvolvimento da reforma agrária, o *Combate* ia além, exigindo uma transformação revolucionária e criticando qualquer tentativa de moderação. Por outro lado, o jornal *Portugal Socialista*, ao representar o Partido Socialista, adotava uma postura mais moderada e institucional, buscando regular o processo nos marcos legais para garantir a estabilidade.

Com base nas notícias analisadas, observa-se que os jornais buscaram apresentar as questões vivenciadas no Alentejo pelos trabalhadores rurais. Incentivando nas suas lutas pelos seus direitos fundamentais, assim, nota-se que estes adotaram uma abordagem expositiva sobre os principais acontecimentos que marcaram o processo da transição política em Portugal. Essas diferentes abordagens ilustram as tensões e disputas que marcaram o processo de reforma agrária, refletindo o embate entre os ideais revolucionários e a necessidade de uma condução mais controlada e institucional para a

redistribuição das terras. Cada jornal, a seu modo, moldou a percepção pública sobre a reforma agrária, contribuindo para a construção dos discursos e moldando ideologias.

A constante disputa hegemônica entre os partidos que tiveram maior influência na região da reforma agrária também foi assunto das notícias, assim como o processo de ocupações das terras e as ações dos sindicatos na luta pela consolidação dos direitos dos trabalhadores rurais. Porém, nota-se que estes jornais possuíam ideologias distintas quanto ao processo de conquista da reforma agrária, visto que para o jornal *Diário do Alentejo* o MFA e os partidos seriam importantes agentes para a consolidação dos objetivos dos trabalhadores, já para o jornal *Combate* essa conquista só ocorreria por meio da autogestão da luta dos trabalhadores, ou seja, sem a influência de nenhum dos partidos e nem do MFA. O jornal *Portugal Socialista*, por sua vez, centrava-se na defesa de atuação do PS, na contrapartida de que esse partido deveria gerir todo o processo. Assim, o jornal alinha-se com uma pauta mais legalista, embora também à esquerda.

Quanto aos questionamentos iniciais apresentados nessa pesquisa, o que se pode responder conforme o que foi exposto nos três capítulos é que a Revolução Agrária do Alentejo foi obra dos trabalhadores rurais, que tiveram no Estado um importante aparato para a concretização dos seus objetivos centrais. Contudo, após as eleições de 1976 as bases da reforma agrária foram alteradas com a Lei Barreto, que estagnou o processo revolucionário da região que historicamente ficou conhecida como ZIRA.

Assim, com o fim do PREC em 1976 e a consolidação de uma democracia representativa moderada, o processo de reforma agrária foi em grande parte desmontado. Muitas das terras que haviam sido ocupadas pelos trabalhadores rurais voltaram ao controle dos antigos proprietários, e a coletivização foi progressivamente revertida, especialmente após a chegada ao poder do Partido Socialista, que buscava estabilizar o país e atrair investimentos internacionais.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Diário do Governo Português, 1974.

Diário do Governo Português, 1975.

Diário do Governo Português, 1976.

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa de 1933. Aprovada em 19 de março de 1933. Diário do Governo, Lisboa, 22 mar. 1933.

PORTUGAL. Lei nº 653/74, de 22 de novembro de 1974. Define as condições em que o Instituto de Reorganização Agrária pode tomar de arrendamento as terras incultas ou subaproveitada. Diário de Governo [Português], Lisboa, n. 272/1974, 22 de nov. de 1974, Série 1, p. 1440.

PORTUGAL. Lei nº 660/74, de 25 de novembro de 1974. Fixa as normas sobre a assistência do Estado às empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País. Diário do Governo [Português], Lisboa, n. 274/1974, 25 de nov. de 1974, Série 1, p. 1450 (1) – 1450 (3).

PORTUGAL. Lei nº 406-A/75, de 29 de julho de 1975. Fixa as normas a que deve obedecer a expropriação de determinados prédios rústicos. Diário do Governo [Português], Lisboa, n.173/1975, 29 de julho de 1975, Série 1, p. 1052(1) – 1052 (6).

PORTUGAL. Lei nº 406-B/75, de 29 de julho de 1975. Estabelece medidas de crédito agrícola a conceder às explorações agrícolas ou pecuárias geridas por trabalhadores rurais ou pequenos agricultores sob forma cooperativa. Diário do Governo [Português], Lisboa, n.173/1975, 29 de julho de 1975, Série 1, p. 1052(61) – 1052 (63).

PORTUGAL. Lei nº 407-A/75, de 30 de julho de 1975. Nacionaliza vários prédios rústicos beneficiados, no todo ou em parte, pelos aproveitamentos hidroagrícolas de Caia, Campilhas, S. Domingos e Alto Sado, Divor, Loures, Idanha, Mira, Roxo, Vale do Sado e Vale do Sorraia. Diário do Governo [Português], Lisboa 174/1975, 30 de julho de 1975, Série 1, p. 1056 (4) -1056 (5).

PORTUGAL. Lei nº 407-B/75, de 30 de julho de 1975. Declara indisponível e submetida a controle estadual a produção de cortiça amadia extraída a extrair, nos termos usuais na campanha de 1975. Diário do Governo [Português], Lisboa 174/1975, 30 de julho de 1975, Série 1, p. 1056 (5) -1056 (6).

PORTUGAL. Lei nº 407-C/75, de 30 de julho de 1975. Extingue todas as coutadas com exceção das reguladas pelo Decreto Lei n.º 733/74. Diário do Governo [Português], Lisboa 174/1975, 30 de julho de 1975, Série 1, p. 1056 (6).

PORTUGAL. Lei nº 541/75, de 9 de setembro de 1975. Aprova para adesão a emenda aos artigos do Acordo do Fundo Monetário Internacional, entrado em vigor em 28 de

julho de 1969. Diário do Governo [Português], Lisboa 211/1975, de 9 de setembro 1975, Série 1, p. 1343-1370.

PORTUGAL. Lei nº 77/77, de 29 de setembro de 1977. Bases Gerais da Reforma Agrária. Diário da República [portuguesa], Lisboa, n. 226/1977, 29 de setembro de 1977, Série 1, p. 2374-2385.

Jornal *Diário do Alentejo*:

ARRANQUE para uma agricultura a caminho do socialismo. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 19 nov. 1976.

DIÁRIO do Alentejo. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 03 jan. 1975.

ÉVORA, rurais rejeitam propostas de agrários. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 06 jul. 1974.

ÉVORA: trabalhadores rurais denunciam atos de sabotagem econômica de grandes agrários. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 26 ago. 1974.

EXPLORAÇÕES coletivas vão receber apoio estatal. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 12 ago. 1975.

EXPROPRIAÇÕES, direito de reserva, indenizações e imposto. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 20 nov. 1976.

FASCISMO aniquilado: Alentejo rejubilante. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 04 maio. 1974.

FORÇAS Armadas derrubaram governo de Marcelo Caetano — general Spínola dirige a Junta de Salvação Nacional. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 26 abr. 1974.

GOVERNO fará cumprir lei da reforma agrária — reafirmação do MAP. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 26 nov. 1976.

INQUÉRITO do governo a empresários de Beja que repudiam contrato. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 08 jan. 1975.

INTERSINDICAL denúncia interesses partidários no caso da unicidade. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 22 jan. 1975.

MOMENTO Político. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 05 ago. 1974.

MEDIDAS em estudo. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 23 out. 1974.

NOTA DO DIA — pequenos grandes problemas. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 05 jan. 1974.

NOTÍCIAS em poucas linhas. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 25 abr. 1974.

PCP: a classe operária cumpre importante papel na democratização do país. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 01 jun. 1974.

PCP – Beja: grandes agrários querem continuar exploração do trabalhador rural. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 22 out. 1974.

PCP – (Beja) reafirma defesa intransigente da unicidade sindical. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 14 jan. 1975.

P.S: lavradores alentejanos prosseguem jogos da reação. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 17 set. 1974.

REFORMA Agrária: Plenário em Évora analisa situação. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 22 dez. 1976.

SABOTAGEM econômica: intervenção do Estado contra latifundiário. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 03 fev. 1975.

Sabotagem econômica: ALA refuta acusação dos sindicatos rurais. *Diário do Alentejo*, Alentejo, 19 fev. 1975, p.1.

SINDICATO dos trabalhadores agrícolas: atividades no distrito de Beja. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 31 jul. 1974.

Sindicato Agrícola acusa o governo de não respeitar os compromissos assumidos — entrevista com o dirigente José Soeiro. *Diário do Alentejo*, Alentejo, 25 nov. 1976, p. 3.

Sindicatos rurais do Alentejo processam MAP (por calúnias) e exigem o direito de resposta. *Diário do Alentejo*, Alentejo, 13 dez. 1976, p. 3.

SITUAÇÃO da agricultura debatida (em plenário) por camponeses do Sul. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 04 jan. 1975.

UNIDADES Coletivas de Produção – organização interna *Diário do Alentejo*. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 22 nov. 1976.

UCP: margem esquerda suspensão de crédito motiva protestos de rurais. **Diário do Alentejo**, Alentejo, 28 dez. 1976.

Jornal *Combate*:

AGRICULTURA, economia e revolução – uma análise. *Combate*, Lisboa, n.º 51, fev. 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GREVE no Montoito – a luta dos trabalhadores rurais alentejanos. **Combate**, Lisboa, n.º 2, 3 a 13 jul. 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LUTEMOS contra os despedimentos. **Combate**, Lisboa, n.º 16, 31 jan. 1975.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MANIFESTO do Combate. **Combate**, Lisboa, n.º 1, 21 jun. 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

O 11 DE MARÇO e o seu significado. **Combate**, Lisboa, n.º 20, 28 mar. 11 abr. 1975.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Jornal *Portugal Socialista*:

A POLÍTICA agrária permanece válida. *Portugal Socialista*, Lisboa, n.º 114, 11 nov. 1976. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

A REFORMA Agrária Foi Ratificada Pelo Voto Popular. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 78, 14 jan. 1976. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

A PROPÓSITO, da reforma agrária. *Portugal Socoalista*, Lisboa, n.º 49, 9 jul. 1975.
Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

Beja: Contra a estrutura das Cooperativas agrícolas. *Portugal Socialista*, Lisboa, 17 nov. 1974, n.º 14, p. 9. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

O ALENTEJO está com o Socialismo. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 26, 26 fev. 1975.
Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

O PROGRAMA do governo provisório e a política agrária. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 9, 09 out. 1974. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

O PS não abdicará da linha definida para a reforma agrária. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 85, 2 mar. 1976, p. 10. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

OS LATIFUNDIÁRIOS pretendem continuar na via da exploração. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 14, 14 nov. 1974. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

O PARTIDO, da reconstrução nacional. *Portugal Socialista*, n.º 77, 7 jan. 1976.
Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

POLÍTICA Agrária. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 16, 28 nov. 1974. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

RENDEIROS: melhores dias se souberem defender-se. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 10, 16 out. 1974. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

REFORMA Agrária em Questão. *Portugal Socialista*, Lisboa, n.º 80, 28 jan. 1976. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_182981. Acesso em: 22 dez. 2024.

SOCIALISTAS apontam o caminho para a verdadeira reforma agrária. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 69, 5 nov. 1975. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

SUBSTITUIÇÃO das actuais direcções dos centros da reforma agrária. **Portugal Socialista**, Lisboa, n.º 74, 17 nov. 1975. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_18298. Acesso em: 22 dez. 2024.

Bibliografia

ABADIA, Danúbia Mendes. **O jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a revolução dos cravos (1974-1978)**. 2010. Dissertação de mestrado (Curso de História), Goiana, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALMEIDA, Maria. **A revolução do Alentejo**: Maria. A revolução do Alentejo: Memória e trauma da reforma agrária em Avis. Viseu: Tipografia Guerra, 2006.

ALCÂNTARA, Joana; PAÇO, Antônio; VARELA, Raquel. A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: revolução e democracia, um debate. **Outros Tempos**: Pesquisa Em Foco, [s.l.], v. 11, n. 17, p. 212-229, 2014.

AMARAL, Diogo Freitas. **O Antigo Regime e a Revolução**: Memórias Políticas (1941- 1975). Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

ARCARY, Valério. A revolução solitária. In: VARELA, Raquel (coord.). **Revolução ou transição?** História e memória da Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

ARCARY, Valerio. O outro 25 de Abril e as diretas já. **Outros tempos**, [s.l.], v. 11, n. 17, p. 230-245, 2014.

BARRETO, António. **Anatomia de uma revolução**: a reforma agrária em Portugal (1974-1976). Alfragide: Dom Quixote, 2017.

BARROS, Afonso de. **A reforma agrária em Portugal**. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1979.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. *In*: AZEVENDO, Cecília et al. (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-45.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Rita Almeida de. O marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971. *In*: ANUÁRIO PORTUGUÊS DE DIREITO CONSTITUCIONAL. [Coimbra]: Coimbra Editora, 2003. 3 v. p. 191-276.

CARVALHO, L. P. M. **O Movimento dos Capitães, o MFA e o 25 de Abril**: do marcelismo à queda do Estado Novo. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais e a escrita da história—as contribuições metodológicas de Jean-François Sirinelli. **Revista Escritas**, v. 8, n. 2, p. 265-278, 2016.

CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma Caracterização política do salazarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. 18, n. 72, p. 773-794, 1982. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41010356?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 20 dez. 2023.

DURIGUETTO, M.L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, n.118, p. 265-239, abr/jun., 2014.

DUTRA, Eliana. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, 2002. p. 13-28.

FERREIRA, José Medeiros. **História de Portugal**: Portugal em transe. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. 8 v.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Civilização brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. **Cadernos do cárcere**, v. 2, p. 2, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **O princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. (Cadernos do cárcere; Os intelectuais; v. 2)

GRAMSCI, Antônio. **Del Cárcere**. 2. ed. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A Construção do Bloco Histórico: via jacobina e o debate com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 80-92, 2009.

KARAWCZYCK, Mônica. **O jornal como documento histórico** – breves considerações. *História*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

KOVÁČ, Michael. Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano. *In: CURSO DE LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA*, 5., 1981. [Anais...]. [s.l.]: [s.n.], 1981.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. *In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA*, Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

LISI, Marco. O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976. **Análise social**, [s.l.], p. 181-205, 2007.

LOCHERY, Neill. **Portugal saído das Sombras**. Lisboa: Editorial presença, 2015.
LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCHI, Ricardo. As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). **Ler História**, [s.l.], n. 63, p. 75-91, 2012.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9-30, 2007.

MENDONÇA, Anderson. O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola. **Faces da História**, Assis, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 297-315, 2018.

MURTEIRA, António. **Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal**. Porto: Campo das Letras, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Cultura política na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 13-37.

NUNES, João Carlos Ribeiro. **O Partido Socialista e a União Europeia: Análise da Evolução das Posições Programáticas de 1973 A 2021**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade NOVA de Lisboa (Portugal).

PEREIRA, Carlos. DA: Os primeiros anos de um jornal “anti-situacionista”. **Diário do Alentejo**, 2019. Disponível em: <https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/6986/da-os-primeiros-anos-de-um-jornal-anti-situacionista.aspx>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a Guerra Colonial e a Descolonização em África. *In: NUNES, João Paulo; FREIRE, Américo*.

Historiografias portuguesa e Brasileira no século XX: Olhares cruzados. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 183-201.

PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História contemporânea de Portugal (1808-2010): a busca da democracia*. Lisboa: Fundação Mapfre; Penguin Random House, 2015. V. 5.

RAMPINELLI, Waldir José. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 119-132, 2014.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.

ROCHA, Suelen Regina Aguiar. **A construção dos sentidos no gênero editorial dos Jornais Impressos**, 2013.

REZOLA, Maria Inácia. Quem comanda? O conselho da revolução e o papel das forças armadas na revolução portuguesa. In: DOCKHORN, Gilvan; NUNES, João Paulo; KONRAD, Dorge (org.). **Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia**. Santa Maria, RS: Ed. UFSM. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020. p. 97-117.

RATO, Vasco. As forças armadas e a democracia portuguesa. **Nação e Defesa**, 2000.
ROSAS, Fernando. O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise social**, Lisboa, v. 35, p. 10031-10054, 2001.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)**. [s.l.]: Editorial Estampa, 1998. 7 v.

ROSAS, Fernando. A crise do Liberalismo e as origens do Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal. **Penélope: Fazer e Desfazer História**, [s.l.], n. 2, p. 98-114, 1989.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder: a arte de saber durar**. Lisboa: Tinta da China, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974- 1976). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 14, p. 7-29, nov. 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: **Afrontamento**, 1990.

SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos. Contributos para o conhecimento sobre o conhecimento sobre o conhecimento sobre o passado do Alentejo do Alentejo. 2011.

SIMPSON, Duncan. A igreja católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus: Revista de história**, [s.l.], v. 18, n. 1, 2012.

SOARES, Mário. **Democratização e descolonização: dez meses no governo provisório**, 1975.

SOEIRO, José. **Reforma Agrária: A Revolução no Alentejo**. Lisboa: Página a Página/Divulgação do Livro S.A, 2013.

SOUSA, Pedro Diniz. “Voz do Povo” e “Portugal Socialista”: duas visões do mundo em confronto. DE PORTUGAL, Anuário Estatístico. Instituto Nacional de Estatística Portugal.

SILVA, João Carlos Lourenço e. **O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)**. Orientador: Rui Bonita Velez. 2020. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia) – Academia Militar, Lisboa, 2020. Disponível em:
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33531/1/TIA%20ASP%20ART%20SILVA.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SPÍNOLA, António de. **Portugal e o Futuro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1974.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. Biblos, Rio Grande, n. 19, p. 109-125, 2006.

SIRINELLI, Jean-François; RÉMOND, René. **Por uma história política**. [s.l.]: [s.n.], 2003.

TEODORO, António. Os programas dos governos provisórios no campo da educação. De uma intenção de continuidade com a reforma de Veiga Simão à elaboração de um 120 programa para uma sociedade a caminho do socialismo. **Educação Sociedade & Culturas**, [s.l.], n. 11, p. 29-66, 1999.

VARELA, Raquel. “Um, dois, três MFA...”: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n.63, p. 403-425, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/k7vrdj5Vy5mCLNRqfKhbHK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2024.

VARELA, Raquel; PIÇARRA, Constantino. A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1189-1218, 2016.

ZIGMAN, René B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.